

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

MARLI ALCÂNTARA FERREIRA MORAIS

**O TEMPO DOS TRABALHADORES NOS TRILHOS DO CAPITAL:
o processo de aceleração temporal na
Companhia Vale do Rio Doce /MA**

São Luís
2007

MARLI ALCÂNTARA FERREIRA MORAIS

**O TEMPO DOS TRABALHADORES NOS TRILHOS DO CAPITAL:
o processo de aceleração temporal na
Companhia Vale do Rio Doce /MA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a Dra. Josefa Batista Lopes

São Luís
2007

Morais, Marli Alcântara Ferreira.

O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce /MA. Marli Alcântara Ferreira Moraes. – São Luís, 2007.
232 f.

Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2007.

1. Relações de trabalho – CVRD. 2. Tempo de trabalho. 3. Controle espaço-temporal. 4. Transnacionalização do Capital.
I Título.

CDU 331.1

MARLI ALCÂNTARA FERREIRA MORAIS

**O TEMPO DOS TRABALHADORES NOS TRILHOS DO CAPITAL:
o processo de aceleração temporal na
Companhia Vale do Rio Doce /MA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Josefa Batista Lopes (Orientadora)
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias
Doutor em Ciências Econômicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª Marina Maciel Abreu
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes
Doutor em Ciências Sociais
Universidade Estadual de Campinas

Prof^ª Zulene Muniz Barbosa
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Estadual do Maranhão

*A Deus, pela Natureza que construiu e pela sabedoria que nos concedeu para transformá-la.
Aos trabalhadores, cuja luta pelo controle do tempo resgata a perspectiva
de emancipação humana.
A meu querido Elinaldo, por tudo o que construímos.
Aos meus filhos, Raíssa, Raquel e Rafael, por nos amar "do fundo do coração".
As minhas mães, Marina (In memória) e Marlene, pelo amor incondicional que nos mantém unidas.
As minhas irmãs, Marluce, Sílvia, Edwirges e Ariane e ao meu irmão Kennedy, pelo apoio emocional
em todos os momentos..*

AGRADECIMENTOS

Após seis anos de pesquisa, chego a um dos momentos mais especiais de qualquer estudo, no qual vem a necessidade de se refletir não somente sobre o que posso concluir da investigação, mas também de refletir sobre esse tempo no qual me mantive tão recortada quanto o meu objeto. Desprovida de tempo para dar a atenção requisitada constantemente pela minha família, amigos, vizinhos, alunos e colegas de trabalho perdi a oportunidade de vivenciar coisas simples do cotidiano que são fundamentais para o desenvolvimento humano. Reconheço, entretanto, a importância desde “distanciamento”, no qual pude enveredar em busca de explicações sobre uma das questões vitais para a humanidade, que é a questão do tempo dos trabalhadores e que, por isso mesmo, atinge a todos nós que vivemos nesse tempo do capital, no qual tudo se resume em economia de tempo, tudo tende a virar mercadoria. Resgatar, pois, o tempo na perspectiva da realização humana é tarefa crucial de toda a humanidade e, para isso, todas as formas de luta são necessárias, inclusive a crítica, a qual deve ser socializada. Assim, este trabalho já não pertence só a mim, mas a todos nós, trabalhadores e trabalhadoras, que nos recusamos ao conformismo dessa sociedade individualista e perversa e que temos a perspectiva de construção de uma sociedade livre das mazelas do capital.

Por tudo isso, não posso deixar de agradecer a todos que, durante esse tempo, foram de alguma maneira afetados pela minha ausência, física e espiritual.

A Deus, pela força interior que me fez superar os momentos de fraqueza para prosseguir em mais esta caminhada.

Ao meu amado esposo, Elinaldo, e aos meus amados filhos, Raíssa, Raquel e Rafael, cujas cobranças por “um tempo para nós” foi essencial para que eu não perdesse a oportunidade de acompanhá-los em seu crescimento, físico e pessoal.

A minha mãe Marlene, pelo amor e pela eterna companhia em todos os momentos de minha vida.

A minha mãe Marina (*In memória*), cujo tempo de vida sempre se resumiu ao tempo de amor e dedicação aos irmãos, filhos, sobrinhos e netos.

Aos meus avós, Pedro, Maria e Madrinha Chaga (*In memória*) pelos exemplos de vida para todas as gerações que os precedem.

Às minhas irmãs, Marluce, Ariane, Sílvia, Edwirges e ao meu irmão Kennedy, por compreenderem e apoiar as minhas decisões.

Aos meus queridos tios Mair, Marcelo, Marleudo, Marluce, Mirian, Marly (*In memória*), Mario (*In memória*), pela determinação diante das batalhas na vida.

À minha “nova” tia Madeline (Madô), cujo tempo nos trouxe de volta ao convívio familiar.

Aos meus queridos sobrinhos (no Ceará), Filho, André, Vítor, Isabel, Tatiana, Rafael, Taynara, Sabrina, Vanessa, Antonia Marina, Marininha, Vanessinha, Sabrina, Venâncio, Gustavo, Alessandro, Jacinta, Leane, Lívia, Diogo, Rodrigo, Renan e Pedro Guilherme, pela alegria em cada encontro.

Aos meus queridos sobrinhos (no Maranhão), Valéria, Thamires, Guilherme, Daniel, Marcos, Gustavo, Clarice, Cristian, Evelin e Marquinhos, pelo convívio frequente.

À professora Vanessa Valentim, pela disponibilidade em revisar, tantas vezes, esse trabalho e ao Marco Antonio, por ter disponibilizado-a.

Aos meus sogros, Edivaldo e Flora, pela carinhosa acolhida em todas as oportunidades nas quais estamos juntos.

Aos meus cunhados e concunhados, Marilene, Marinez, Tereza, Clécia, Lúcia, Gelzenir, Francisco, Roberto, Manelito, Gilson, Adms, Francisco (Chico), Erivaldo, Edinaldo, Evanaldo, Everaldo, pela oportunidade de estarmos na mesma família.

À Dorivan e Fernando, pela companhia prazerosa.

À Laura, pelo amor e dedicação diários a minha família.

À Liliane, por ser sempre tão carinhosa.

À Telmira, Leleca, Neide e Rose, pelo carinho e atenção com os meus filhos.

Aos meus queridos colegas do Programa de Políticas Públicas, pelos ricos momentos de convivência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, cujos conhecimentos, incentivos e críticas (nas disciplinas e nas várias qualificações) foram decisivos para o meu crescimento intelectual.

À Dona Isabel, Babi, Júlio, Célia, Ricardo e Edson, pelo excelente atendimento.

Ao Grupo de Pesquisa GSERMS, pela identidade que construímos.

À minha orientadora, Josefa, com quem divido a realização deste trabalho. Sem a sua orientação, eu não teria dado “o salto” essencial para a discussão sobre o envelhecimento dos trabalhadores. Além disso, agradeço pelo carinho e pela compreensão nos momentos em que fraquejei ao longo desta caminhada.

Aos professores que participaram da banca de qualificação deste trabalho, Marina Maciel, Flávio Farias, Zulene Muniz e Ricardo Antunes, pelos incentivos, críticas e sugestões, essenciais para este resultado.

Aos professores, alunos e servidores do Curso de Serviço Social da UFMA, que me incentivaram, por diversas vezes, nessa caminhada.

À Lucilene e à Loide, pelo compromisso ético-político.

À turma do GACC/MA e do Conselho do Idoso, pelos bons momentos de convivência.

À FAPEMA, cuja bolsa, durante o período de um ano, foi essencial para a concretização da pesquisa.

À minha amiga e vizinha Rita Oliveira, por todos esses anos de amizade entre nossas famílias e pelo seu apoio incondicional.

À Nega, Gaúcho, Rose, Saulo Victor e Sandra, pela solidariedade que nos cerca.

A minha amiga Aurora, nesses quase dez anos de caminhada.

Às minhas amigas e amigos de longos tempos: Rita Antunes, Jaime, Germano, Penha, Jane, Augusta, Andréa, Francisca, Giceli, Cristiane, Aline, Júnior, Raimundinha e Lourenço pelos tantos momentos que fortaleceram nossa amizade.

Aos professores Franzé e Olívio, por terem sido tão hospitaleiros quando eram os hóspedes.

Aos trabalhadores entrevistados que me concederam um pouco do seu limitado tempo na família.

Ao Bolinha, pela alegria e proteção durante esses anos.

Para não correr o risco de não citar alguém, agradeço, finalmente, aqueles que, em qualquer tempo e circunstância, contribuiu para a realização deste trabalho.

“Meu pai contava que no tempo dos meus avós, as pessoas acordavam ainda de madrugada e saíam caminhando por uma estrada para buscar o dia. Quando o sol apontava no horizonte, eles paravam e voltavam para casa. Era hora de começar a trabalhar. À tardinha, era a mesma coisa, eles iam deixar o sol e voltavam para, então, descansar. Hoje, é tudo diferente”.

Flora Coutinho Moraes

RESUMO

Apropriação e controle do tempo dos trabalhadores na Companhia Vale do Rio Doce, no Maranhão, no contexto de transnacionalização do capital. Analisam-se as transformações temporais para os trabalhadores da CVRD/MA no movimento do grande capital rumo à América Latina, evidenciando-se como, nessa região, a relação entre tempo e minério tem determinado, historicamente, a sua condição de periferia no sistema mundializado do capital, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento das grandes potências. Apreende-se, com base nos fundamentos do processo de homogeneização temporal, as especificidades da luta entre capital e trabalho em torno do controle do tempo nos diferentes espaços sociais e, mais particularmente, nos espaços de exploração mineral, enfocando as especificidades da apropriação do tempo de trabalho pelo capital no atual regime de *acumulação flexível*, no qual o grande capital busca novos mercados. Mostra-se a ação do Estado brasileiro no contexto de expansão desse grande capital para a Amazônia Oriental brasileira, um espaço privilegiado para a exploração mineral, e, em particular, para o Maranhão, ressaltando-se as determinações singulares das transformações temporais para os trabalhadores sob a influência da Estrada de Ferro Carajás. Conclui-se com uma análise acerca das especificidades dessas transformações na CVRD no contexto de reestruturação produtiva, na qual se instituíram condições de trabalho e de exploração da força de trabalho marcadas, sobretudo, pela aceleração temporal, destacando-se as incidências desse processo para os trabalhadores com mais idade e com mais tempo de serviço na empresa, sobretudo a partir da sua privatização.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo de Trabalho. Transnacionalização do Capital. Periferia Larino-Americana. Espaços de Exploração Mineral. Relação Estado/Capital. Acumulação Flexível.

ABSTRACT

Appropriation and control of workers time at Companhia Vale do Rio Doce in Maranhão, in the context of capital transnationalization. Temporal changes for CVRD/MA workers are analyzed within the movement of great capital towards Latin America, stressing how in that region the relation between mineral and time has historically determined its periphery condition in the world capital system, effectively contributing to the great potencies development. Based on the fundamentals of the temporal homogenization process, the specificities in the struggle between capital and labor for a control of time in different social spaces are apprehended, particularly within mineral exploration spaces, with a focus on the specificities of working time appropriation by capital in the present context of flexible accumulation, wherein great capital seeks new markets. Brazilian State action in the context of such great capital expansion towards Brazilian Eastern Amazon region is presented, a privileged space for mineral exploration, particularly concerning Maranhão, emphasizing the singular determinations in time transformations for workers under the influence of the Carajás Railroad. In conclusion, an analysis on the specificities of such transformations at CVRD in the productive restructuring process, in which were instituted working conditions and a workforce exploration above all marked by temporal acceleration, focusing on incidences of such a process for elderly workers, with more extended service time, particularly after privatization.

Key-words: Labort Time. Capital Transnationalization. Latin American Periphery. Mineral Exploration Spaces. Flexible accumulation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelos de relógios de líquidos (clepsidras).....	38
Figura 2 – Tipos de ampulhetas (à base de areia).....	38
Figura 3 –Observatório em Recife (Brasil), implantado em 1860.....	45
Figura 4 – Sistema GPS.....	47
Figura 5 – Mapa da América Latina.....	73
Figura 6 – Mapa da Amazônia Legal.....	89
Figura 7 - Minas de cobre <i>El Chico</i> localizada próximo de Silver City, Novo México.....	110
Figura 8 – Mineração de diamante a céu aberto em Sakha, Rússia	110
Figura 9- Mineração de ferro na Serra de Carajás no estado do Pará.....	110
Figura 10 - Primeiro trem com minério de Carajás.....	122
Figura 11 – Trecho da Estrada de Ferro Carajás.....	123
Figura 12 – Mapa do Distrito Industrial de São Luís.....	129
Figura 13 – Vagões com minério de ferro.....	137
Figura 14 – Extração de minério na Serra de Carajás.....	138
Figura 15 – Núcleo urbano de Carajás.....	149
Figura 16 – área Itaqui-Bacanga, em São Luís.....	150
Figura 17 - Cartaz FIEMA.....	199

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Principais projetos implementados na Amazônia Oriental.....	108
Quadro II - Participação dos estados no PIB nacional.....	132
Quadro III – Renda per capita dos estados brasileiros.....	133
Quadro IV - Participação dos estados na produção de grãos.....	134
Quadro V- Evolução do PIB no Brasil.....	135
Quadro VI- Quantidade de trabalhadores na CVRD/MA em 1988.....	160
Quadro VII- Resultados da privatização 1990/2005.....	181
QUADRO VIII – Faixa etária dos trabalhadores da CVRD nos anos 1999/2000	183
Quadro IX - Pessoal empregado na Estrada de Ferro Carajás.....	184
Quadro X-Tempo de serviço dos trabalhadores da CVRD nos anos 1999/2000	184

LISTA DE SIGLAS

BEM	Banco do Estado do Maranhão
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CCM	Camargo Correa Metais
CEMAR	Centrais Elétricas do Maranhão
CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe
CEPEL	Celuloses e Papéis
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DISAL	Distrito Industrial de São Luís
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FINAM	Fundo de Investimento da Amazônia
FINOBRASA	Fiação do Nordeste do Brasil S/A
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FND	Fundo Nacional de Desestatização
GPS	Global Positioning System
GSERMS	Grupo de Estudos, Pesquisas e Debates em Serviço Social e Movimento Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Industria e Comercio de Minerios S/A
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IR	Imposto de Renda

ISO	International Organization for Standardization
MA	Maranhão
MARGUSA	Maranhão Gusa
MG	Minas Gerais
NAEA	Núcleo de Altos Estudos da Amazônia
OEA	Organização dos Estados Americanos
OLEAMA	Oleaginosa Maranhense
PA	Pará
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDV	Programa de Demissão Voluntária
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PND	Programa Nacional de Desestatização
PGC	Programa Grande Carajás
PN10	Profissional Nota 10
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
S/A	Sociedade Anônima
SEBRAE	Serviço Brasileiro De Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SESI	Serviço Social da Indústria
STEFEM	Sindicato dos trabalhadores Ferroviários do Pará, Maranhão e Tocantins – STEFEM
SINCOEX	Sistema de Apoio À Indústria e ao Comércio Exterior
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento Da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento Do Nordeste
TELEMAR	Telecomunicações do Maranhão
TQC	Controle de Qualidade Total
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE QUADROS.....	12
LISTA DE SIGLAS.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	16
2 RELAÇÕES TEMPORAIS NO MOVIMENTO DE EXPANSÃO DO GRANDE CAPITAL NOS ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO MINERAL LATINO - AMERICANOS.....	29
2.1 A imposição do tempo homogêneo na periferia no movimento do grande capital.....	31
2.1.1 a sincronização do tempo mundial.....	36
2.1.2 a homogeneização do tempo de trabalho.....	48
2.1.3 a cronologização do curso da vida.....	66
2.2 Tempo e minério na América Latina sob a égide do capital transnacional.....	72
3 A AMAZÔNIA ORIENTAL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA A EXPLORAÇÃO MINERAL: alterações no tempo dos trabalhadores.....	84
3.1 A inserção da Amazônia Oriental na divisão internacional do trabalho.....	84
3.2 A ofensiva do capital transnacional sobre a Amazônia Oriental.....	91
3.2.1 a ação do Estado brasileiro no movimento de expansão/atração do capital transnacional para a exploração de minérios.....	107
3.2.2 as transformações espaços-temporais face ao Projeto Ferro Carajás.....	
4 A CONSOLIDAÇÃO DO TEMPO MÍNERO-METALÚRGICO NO MARANHÃO NO CONTEXTO DA RELAÇÃO ESTADO/CAPITAL.....	119
4.1 A implementação da CVRD nos caminhos da Modernização Conservadora no Maranhão.....	119
4.2 O tempo dos trabalhadores sob a influência da Estrada de Ferro Carajás	141

5 AS TRANSFORMAÇÕES TEMPORAIS PARA OS TRABALHADORES DA CVRD/MA.....	161
5.1 O movimento de institucionalização do tempo “flexível”	161
5.2 A consolidação do tempo “flexível”: incidências sobre os “novos” e “velhos” trabalhadores	178
6 CONCLUSÃO.....	201
REFERÊNCIAS.....	207
APÊNDICE.....	222
ANEXOS.....	225

1 INTRODUÇÃO

O tema “O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce /MA” resulta da investigação acerca das transformações temporais para os trabalhadores da CVRD, no Maranhão, no contexto de expansão do grande capital na periferia latino-americana.

O interesse por essa temática decorre da necessidade de ampliar e aprofundar o estudo iniciado em minha Dissertação de Mestrado - “Os velhos assalariados nos novos tempos da CEMAR: um estudo sobre as metamorfoses do trabalho assalariado no contexto da privatização”-, sobre a relação entre emprego e envelhecimento da força de trabalho, na Companhia Energética do Maranhão – CEMAR. O estudo, nessa realidade específica, possibilitou-me identificar, dentre outras questões, que esses “novos” tempos da CEMAR indicavam uma maior subordinação do tempo de trabalho ao tempo do capital, sobretudo pela intensificação e controle de todos os tempos do trabalhador para atender os interesses de acumulação. Daí a necessidade de aprofundar a pesquisa em relação aos fundamentos desse processo de subordinação na particularidade do Maranhão.

Nessa perspectiva, a Companhia Vale do Rio Doce se constituiu em campo empírico privilegiado, considerando as transformações que impulsionou nesse estado, particularmente na parte que compõe a Amazônia Oriental¹ -, em dois momentos significativos.

O primeiro momento pode ser demarcado a partir da instauração da Estrada de Ferro Carajás, no início dos anos 1980, e das instalações portuárias e ferroviárias da CVRD, em São Luís, atraindo para a região outros empreendimentos e impulsionando o movimento migratório no estado. Parto do pressuposto de que esse movimento alterou significativamente as relações espaços-temporais no Maranhão, quando se estabeleceu a lógica da exploração mineral (maior extração de minério no

¹ “[...] no Maranhão, a região amazônica propriamente dita é compreendida pelas regiões a oeste do paralelo 44 menos os cerrados do sul-maranhense; inclui-se aí todo o litoral ocidental até a baía do Tubarão (extensão do chamado litoral norte, que inclui São Luís), toda a baixada maranhense (espécie de prolongamento das várzeas da bacia amazônica e dos campos do Marajó), os vales dos extensos e perenes rios Gurupi, Turiaçu, Pindaré, Grajaú e Mearim até mais ou menos a região de Grajaú” (AMAZÔNIA MARANHENSE, 2007).

menor tempo possível), cujo controle do tempo dos trabalhadores exigia novas condições de trabalho e de exploração da força de trabalho.

Este contexto foi novamente impactado a partir do momento em que a CVRD deu início ao movimento de reestruturação produtiva no seu complexo mina-ferrovia-porto. Um conjunto de transformações nas condições de trabalho e de exploração da força de trabalho foi, então, efetivado no interior da empresa e ao longo das áreas de influência da Estrada de Ferro Carajás, atendendo as necessidades do grande capital em expansão nessa região periférica. Seria esta uma estratégia do grande capital para garantir o controle sobre o tempo dos trabalhadores? Entendo que sim. Investigar, portanto, o contexto de emergência e desenvolvimento desse controle sobre o tempo dos trabalhadores com o objetivo de apreender as suas determinações históricas e sociais e suas especificidades na particularidade do Maranhão se constituiu em uma necessidade premente, da qual resulta o presente trabalho.

A premissa inicial que norteou a investigação foi a de que o tempo dos trabalhadores nos espaços² de exploração mineral na periferia latino-americana sempre esteve vinculado aos interesses do grande capital, mesmos nas empresas controladas pelo Estado, como a CVRD, campo de pesquisa empírica desta investigação. Mas, quando se iniciou esse processo?

A América Latina se tornou alvo de exploração desde a chegada de portugueses e espanhóis nas suas terras, no final do século XV e início do século XVI. Consolidando-se como fornecedora de matéria-prima para as grandes potências, contribuiu significativamente para o processo de acumulação primitiva nos marcos “[...] da guerra comercial das nações européias, tendo o mundo como palco” (MARX, 1988, p.275).

Movidos pela extrema ambição pelo ouro e prata descobertos na América, portugueses e espanhóis promoveram um intenso processo de expropriação do trabalho na perspectiva de extrair o máximo de mais-valia. Para arrancar as riquezas que aí se encontravam, particularmente na América Latina, forçaram os nativos que

² A compreensão de espaço, região, território e lugar seguem o pensamento de Milton Santos (1979), para quem **o espaço** é fundamentalmente social e histórico; **regiões** são lugares e os subespaços da totalidade espacial; o **lugar** é o local mais próximo à existência do homem, onde o cotidiano se estabelece. Contrapõe-se ao global, por ele é determinado e a ele determina. Quanto ao **território**, apresenta-se como categoria geopolítica produzida por ações políticas, econômicas e articuladas por relações de poder. A posse, a identidade e as relações de poder transformam o lugar/região em território.

sobreviviam ao massacre, a trabalhar nas minas ininterruptamente, transformando seus tempos de vida tão somente em tempo de trabalho. Nessa região, tempo e minerais foram transformados em importantes mercadorias para as necessidades de expansão do capital. A partir daí, seria impulsionado o processo de homogeneização do tempo que se estenderia pelos mares, pelas terras, no qual se redefiniu as relações espaços-temporais entre os homens na sua relação com a natureza e entre si, cronologizou-se o curso de vida, subordinando os tempos locais ao tempo do mercado.

A invenção de instrumentos de medição do tempo, o trabalho de cartógrafos e de astrônomos para definição da hora exata, as disputas e acordos entre países em torno de um meridiano comum, a construção de ferrovias, a instalação de satélites, foram movimentos decisivos para propiciar a incorporação dos tempos locais ao tempo mundial. O tempo forçado de trabalho se impôs nas minas e ao longo das ferrovias, interferindo na maneira de sentir, pensar e agir das populações que se encontravam nesses espaços e por toda a sua área de influência.

Na medida em que a sincronização do tempo mundial incorporava os diversos espaços essenciais para o desenvolvimento do capital, como aqueles ricos em minerais, especificamente no mundo do trabalho se estabelecia o controle dos tempos e movimentos dos trabalhadores, o que foi alcançado quando Taylor lançou os seus “Os Princípios da Administração Científica”. Na América Latina, esse processo foi avassalador, principalmente no atual contexto de mundialização do capital³ (CHESNAIS, 1996), no qual se criam as empresas transnacionais.

A mundialização do capital, como um modo específico de funcionamento do capitalismo, consolidou-se nos últimos vinte anos, sob a direção hegemônica do capital financeiro e, como diz Chesnais (1996) representa um processo de internacionalização do capital iniciado há mais de um século, cuja expressão mais clara são as transnacionais .

Nesse contexto de mundialização, sob a hegemonia do capital financeiro, o tempo linear do mercado (símbolo do que é “moderno”) se impôs com voracidade sobre o tempo cíclico da natureza (considerado “atrasado”), impondo a homogeneidade nos ritmos de produção e reprodução da vida social, acentuando a

³ Concordo com Chesnais (1996) o uso do termo mundialização ao invés de globalização, “[...] considerando o atrelamento do termo mundialização à categoria geral capital e não a economia em geral, tanto sob a forma de **capital produtivo** quanto de capital **financeiro**”.

desigualdade entre países e dentro destes. Diante da expansão do grande capital, sob a hegemonia norte-americana, “moderno” e “atrasado” se entrelaçaram, dando a forma e o conteúdo ao desenvolvimento latino-americano: desigual e combinado.

A América Latina se constituiu como economia exportadora, fornecendo, nos diferentes momentos históricos, as matérias-primas necessárias ao processo de acumulação capitalista, como acontece no atual contexto de expansão do capital transnacional rumo aos espaços de exploração mineral da Amazônia. Esta região se inseriu no processo de divisão internacional em diferentes momentos histórico, dentre os quais se destacam o “ciclo das drogas do sertão” (nos primórdios do “descobrimento”), o “ciclo da borracha” (entre o final do século XIX e século XX) e a exploração mineral, a qual se iniciou a partir dos anos 1970, no contexto da atual crise estrutural do capital⁴. A Amazônia Oriental se constitui em um exemplo clássico desse tipo de desenvolvimento, sobretudo a partir da implementação do Programa Grande Carajás, cuja ação do Estado brasileiro foi essencial para a criação da infraestrutura, oferta de incentivos financeiros e mão de obra necessária à instalação de grandes empreendimentos nos estados do Pará e Maranhão.

A voracidade do grande capital - plenamente articulado com o Estado brasileiro, - pelos minerais da Amazônia e, mais particularmente, pelo minério de ferro da Serra de Carajás (PA) impulsionou um conjunto de transformações espaços-temporais ao longo do complexo mina-ferrovia-porto implementado pela Companhia Vale Rio Doce.

Com ênfase no mercado mundial desde o seu primeiro carregamento de minério de ferro, em 1985, a CVRD constituiu sua força de trabalho com trabalhadores de diferentes origens; ao mesmo tempo, fomentava a constituição de um amplo exército industrial de reserva ao longo do complexo mina-ferrovia-porto. A priori, posso afirmar que a formação e recomposição desse exército de reserva

⁴ Como diz Carvalho (2002, p.21), “[...] como acontece com toda totalidade, o modo de produção capitalista é regulado por um punhado de leis básicas, entre as quais a lei da crise [...] depois da crise dos anos 70 (1974/75), a crise deixou de ser meramente cíclica para tornar-se uma crise *sistêmica*, *universal* e *estrutural*. Em seu livro *A Crise do Capital*, Mandel aponta, desde que se formou o mercado mundial, em 1825, até os anos 70 do século XX, 20 crises, sendo 19 delas crises cíclicas parciais (atingindo um ou apenas alguns países de uma só vez) e uma, a de 1974/75, uma *crise sistêmica*, uma *crise sincronizada* à escala mundial. As 19 crises *cíclicas* mencionadas por Mandel são as dos anos de 1825, 1836, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882, 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, 1937, 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970. A *crise sincronizada* à escala mundial, ou seja, aquela que atingiu praticamente o mundo todo, é a que tem início nos anos que vão de 1974 a 1975 – que na verdade perdura até hoje, a qual, na análise de Mészáros, é vista como uma *crise estrutural*”.

necessário à produção mineral tiveram um impacto direto sobre o tempo dos trabalhadores. Mas, qual a dimensão deste impacto? O tempo dos trabalhadores teria sido convertido no tempo mineiro-metalúrgico consolidado ao longo das áreas de influência da Estrada de Ferro Carajás e, mais particularmente no Maranhão?

Na particularidade do Maranhão, a quem coube o papel de “corredor de exportação” no atual processo de divisão internacional do trabalho, a reorganização espaço-temporal ao longo da Estrada de Ferro Carajás foi intensa, e que concretizou a dimensão prática e quantitativa nos caminhos da modernização conservadora do estado. A implementação da CVRD, em São Luís, juntamente com a construção da Estrada de Ferro Carajás e do Porto do Itaqui, atraíram vários empreendimentos - nacionais e transnacionais⁵- e trabalhadores de outros estados do Brasil para a região, além de intensificar o deslocamento populacional no sentido campo-cidade ao longo da área de influência da Estrada de Ferro Carajás. A presença da CVRD impulsionou grandes transformações nas condições de trabalho e de exploração da força de trabalho, sobretudo a partir do momento em que iniciou seu processo de reestruturação produtiva.

As transformações nos modelos organizacionais e de gestão nas empresas privadas, estatais e de economia mista no contexto da reestruturação produtiva - que aqui no Maranhão se apresenta de forma bastante singular -, traziam a exigência de um “novo” perfil para o trabalhador quando a industrialização articulada ao capital transnacional no estado ainda estava no seu início⁶. Assim, nas recentes empresas instaladas no contexto do Programa Grande Carajás, como a CVRD, o trabalhador, que ainda tentava se adequar ao ritmo imposto pelo tempo industrial, depara-se com as primeiras formas “flexíveis” de gestão, próprias à reestruturação

⁵ De acordo com Chavam (2007), as transnacionais foram, durante o período da Guerra Fria, a maior fonte de capital externo para os países subdesenvolvidos pois controlavam a maior parte do fluxo de capitais no mundo (exceto nos anos do Plano Marshall). No fim dessa ordem internacional, empresários estadunidenses controlavam mais de 35% das empresas transnacionais do mundo. Essas empresas, passaram a ser denominadas **multinacionais**, a partir de 1960, mas essa expressão se popularizou após 1973, quando a revista *Business Week* publicou artigos e relatórios sobre elas. Segundo as Nações Unidas, as empresas multinacionais “são sociedade que possuem ou controlam meios de produção ou serviço fora do país onde estão estabelecidas”. Hoje, no entanto, toma-se consciência de que a palavra **transnacional** expressa melhor a idéia de que essas empresas não pertencem a várias nações (multinacionais), mas sim que atuam além das fronteiras de seus países de origem .

⁶A indústria maranhense não nasceu nos anos 1980. Ao lado do Rio de Janeiro e Bahia, este estado estava presente na gênese da industrialização no Brasil, passando por várias fases de declínio e ascensão. Entretanto, foi a partir do Grande Carajás que o estado teve sua industrialização impulsionada.

produtiva. Alterações no perfil etário e no tempo de permanência da força de trabalho são as conseqüências mais expressivas dessas transformações para o mundo do trabalho, onde não há mais tempo nem lugar para os “velhos” trabalhadores (normalmente, acima de 40 anos), sobretudo nas empresas que já mantinham estreitas relações com o grande capital, como a CVRD.

A reestruturação produtiva iniciada no Brasil, no final dos anos 1980, intensificou os vínculos da empresa com os interesses do capital transnacional, que nesse momento avançava com mais impulso sobre os espaços de exploração mineral. A própria implantação da CVRD na Amazônia Oriental, como um espaço privilegiado para a exploração mineral, atendeu a esses interesses, uma vez que a maior parte dos produtos minerais explorados sempre foi priorizada para exportação. Entendo que, embora a CVRD tenha sido implementada no Maranhão sob o controle estatal, acompanhada do ideário de empresa nacional e estatal, as condições de trabalho e de exploração da força de trabalho que se estruturaram aqui foram diferentes daquelas que predominavam nas demais regiões onde a empresa já se encontrava instalada há vários anos, associada a uma perspectiva de desenvolvimento regional e nacional.

Entretanto, apesar desse vínculo com o grande capital, tomo como princípio que os trabalhadores da CVRD, no Maranhão, gozavam de condições de trabalho similares aos demais trabalhadores de outras regiões onde a empresa atuava há mais tempo, cujas relações de trabalho eram pautadas em uma estabilidade relativa⁷, uma vez que, pela tradição, tinham perspectivas de trabalharem na empresa até a aposentadoria, ou seja, os trabalhadores detinham uma relativa estabilidade.

Cabe destacar que

[...] no setor industrial maranhense encontra-se um complexo de pequenas, médias e grandes empresas. Existem empresas de tecnologia de ponta que trazem as inovações tecnológicas e as novas definições do perfil da força de trabalho para o Estado; por outro lado, as pequenas e médias indústrias, de bens de consumo e alguns bens duráveis que são pressionadas pelas novas imposições do mercado globalizado a se “modernizarem” (FERREIRA, 2003, p 22).

Esse movimento de inserção do Maranhão no atual processo de divisão internacional do trabalho ocasionou profundas alterações no perfil profissional da

⁷ Os trabalhadores da CVRD eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, não gozando, portanto da estabilidade de servidor público.

força de trabalho, o que vem sendo evidenciado, por vários pesquisadores e pela mídia em geral, nas pesquisas sobre mercado de trabalho. Entretanto, a maioria dessas pesquisas, conforme ficou evidenciado em meus estudos na CEMAR, tem como foco

[...] os trabalhadores mais jovens; por outro lado, a maioria das abordagens sobre envelhecimento aponta a questão como um fenômeno global, que requer novas formas de enfrentamento, normalmente individuais, possibilitando a elaboração dos mais variados receituários para se obter a tão sonhada qualidade de vida, expressa na longevidade sem rugas e sem artrites, na eterna juventude. Assim, é premente a necessidade de dados e análises que demonstrem o contexto social, econômico, cultural, institucional e político local no qual estão inseridos os trabalhadores, analisando suas condições de envelhecimento e emprego nas transformações que se processam em âmbito local e mundial, dentre outras questões, as quais considero fundamentais para o processo de construção de alternativas para além do capitalismo (FERREIRA, 2003, p.13).

Vivenciei todo esse movimento nas indústrias em São Luís, desde o ano de 1988, quando trabalhava na Fiação Nordeste do Brasil – FINOBRASA do Maranhão S/A, uma empresa do grupo Vicunha, instalada aqui no Maranhão com incentivos da SUDAM e da SUDENE e, posteriormente, na Pena Branca do Maranhão S/A e Moinho de Trigo do Maranhão, instaladas no Maranhão antes do Grande Carajás. Acompanhei as mudanças para os trabalhadores das empresas, iniciando, a partir daí, os meus estudos sobre o envelhecimento do trabalhador que, ao avançar, culminou com as reflexões sobre as transformações nas relações espaços-temporais⁸.

Parto do princípio de que analisar o tempo da força de trabalho, aqui entendido na perspectiva de Marx, como o tempo de existência do trabalhador para a produção, portanto, como mercadoria - requer a análise do próprio capitalismo, para quem o tempo é, antes de tudo, dinheiro. Assim, a centralidade da categoria tempo nesta pesquisa traz uma inquietação própria aos tempos de hoje, pois é muito difícil falar sobre o tempo em tempos tão difíceis: tempo de guerra, tempo de ameaças à soberania nacional, tempo de acirramento das desigualdades dentre e entre países; tempos em que o próprio tempo se mostra tão valioso, que falar de tempo parece perda de tempo. Mas, como disse Marx (1989), o “[...] tempo é o campo do desenvolvimento humano” e buscar sua compreensão é uma necessidade humana fundamental, o que, por si só, já justificaria a relevância de qualquer estudo.

⁸ A minha inserção, em 2001, no Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social –GSERMS, coordenado pelas professoras Josefa Batista Lopes e Marina Maciel Abreu, foi essencial para o avanço dessas reflexões.

Necessário se faz, também, um outro esclarecimento: falar sobre o tempo como categoria sempre requer temporalizá-lo em um tempo determinado e situá-lo em um espaço específico, compreendendo que o campo do desenvolvimento humano é o próprio tempo histórico que demarca a presença do ser humano na terra. Assim, esclareço que me detenho nos “tempos modernos”, esse tempo que se inicia por volta do século XVI, culmina com a Revolução Industrial e avança até o século atual, marcado pela centralidade do capital na determinação das relações sociais de produção e reprodução.

Cabe ainda uma questão: ao falar de tempo, podemos nos referir a vários aspectos e dentre estes está a própria questão do passar dos anos, que culmina com o envelhecimento. É um sonho de muitos não envelhecer, ter a juventude eterna encobrendo as marcas que a idade deixa nos corpos e nas mentes. As fórmulas medicinais e alimentares, as academias e o bisturi não conseguem alcançar esse “milagre”, apesar dos significativos avanços no campo científico. Diante da implacável força da natureza que insiste em manter o processo de desenvolvimento dos seres vivos sob a lógica de nascer, crescer, envelhecer e morrer, mesmo que de maneira desigual, homens e mulheres envelhecem. Mas, é cada vez mais explícita essa eterna juventude no mundo do trabalho, onde a força de trabalho é eternamente renovável. Não porque o capital valoriza jovens; “[...] para o capital ser jovem ou velho não está em questão” (palavras de um trabalhador da CVRD/MA), mas sim pelas vantagens que possa obter com essa força de trabalho descartável. E hoje, as vantagens são encontradas em uma força de trabalho sempre renovável, cujos vínculos com o produto do seu trabalho são reduzidos ao mínimo.

O corte temporal da pesquisa empírica toma como referência o período a partir de 1980 - quando a Companhia Vale do Rio Doce adentra a Amazônia Oriental, interligando o Pará e o Maranhão através do complexo mina-ferrovia-porto, até o momento atual, no qual as condições e relações de trabalho aparecem transmutadas sob uma outra perspectiva de relação da força de trabalho com o tempo.

A análise recai no caráter particular e diferenciado do desenvolvimento do Maranhão, que ao ser absorvido no processo de internacionalização da economia brasileira, incorporando os avanços científicos e tecnológicos dos países centrais,

imprime no seu interior condições de trabalho e de exploração desiguais e combinadas, mantendo um núcleo de trabalhadores, gozando de privilégios salariais e sob extrema exploração paralela a um exército industrial de reserva em condições precarizadas. Além dessas desigualdades em relação às condições de trabalho, mantém ainda, indicadores de desenvolvimento muito abaixo da média nacional, como o PIB (Produto Interno Bruto) per capita (R\$ 2.354,00 em 2003) e o IDH-M. O “[...] Maranhão ocupa a pior posição no ranking brasileiro do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal”, que em 1991 era de 0,543, passando em 2000 para 0,636 (PNUD, 2005).

Grandes indústrias, o avanço do agro negócio, um centro de lançamento espacial (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), dificuldade para solucionar o problema da força de trabalho livre assalariada, grande concentração de terras, migração campo/cidade, agricultura familiar, trabalho escravo, são algumas das situações que expressam o tipo de desenvolvimento no Maranhão: desigual e combinado.

Sob essa perspectiva, compreendo, por exemplo, porque a presença do capital transnacional na região não “moderniza” as cidades, apesar do avanço da industrialização ao longo da Estrada de Ferro Carajás, pois a desigualdade espacial do desenvolvimento capitalista, como diz Novack (2006), faz parte do desenvolvimento contraditório do capitalismo. Ainda de acordo com esse autor, o

[...] resultado desta fusão de diferentes etapas ou elementos de progresso histórico é, por consequência, uma mescla ou ligação particular de coisas. Na união de elementos diferentes e opostos, a natureza dialética da história manifesta-se por si mesma mais poderosa e proeminente. Aqui a contradição simples, óbvia, flagrante, predomina.

No Maranhão, as grandes contradições estão presentes por toda parte, onde a ligação entre o “moderno” e o “atrasado” é a expressão mais acabada do desenvolvimento no estado.

Sob a premissa de que a história não se repete, analiso as especificidades das transformações espaços-temporais na particularidade do Maranhão, a partir do processo de implantação da Companhia Vale do Rio Doce na Amazônia Oriental, considerando os processos econômicos, políticos, culturais e sócio-espaciais que se evidenciam na região no contexto de expansão do grande capital rumo à periferia latino-americana. Nesse sentido, desenvolvi a pesquisa a partir dos seguintes eixos:

- ✓ A (re)construção das relações espaços-temporais no movimento de expansão do grande capital na periferia latino-americana e, mais particularmente na Amazônia Oriental brasileira como espaço privilegiado para a exploração mineral;
- ✓ As transformações temporais para os trabalhadores sob a influência da Estrada de Ferro Carajás e na particularidade da CVRD, no contexto da reestruturação produtiva que teve início na empresa ainda no final dos anos 1980;
- ✓ Tendências de reconfiguração do perfil etário e do tempo de serviço dos trabalhadores da CVRD no Maranhão, no movimento de consolidação do tempo “flexível”.

Quanto à análise da singularidade das transformações temporais para os trabalhadores na CVRD/MA, tomo como premissa o fato de que na particularidade do atual desenvolvimento socioeconômico do Maranhão, essa região se constitui como espaço privilegiado para a expansão do grande capital. Na fase exploratória da pesquisa de campo, visitei a CVRD em duas ocasiões, na perspectiva de conseguir os dados referentes à transformação do perfil etário dos trabalhadores. Depois de mais algumas tentativas, percebi que a empresa não forneceria tais informações, o mesmo se dando em relação ao Sindicato dos trabalhadores Ferroviários do Pará, Maranhão e Tocantins – STEFEM. Realizei duas visitas, além de vários contatos com a diretoria do sindicato, nas quais consegui apenas alguns dados em relação às transformações no perfil da força de trabalho. Entretanto, não há registros sistemáticos em relação à idade e ao tempo de serviço dos trabalhadores.

Diante daquele objeto ainda desconhecido (indizível, como fala o professor Sérgio Lessa), literalmente necessitei acompanhar os trilhos do capital, visitando a Estação da CVRD em São Luís, além de acompanhar à distância, por diversas vezes, a passagem do trem carregado de minérios, o transporte diário dos trabalhadores (sempre no mesmo horário, pela manhã e à noite) ou mesmo percorrendo os caminhos de Carajás pelos recursos da internet, visto que não consegui autorização da empresa para visitar Carajás.

Foram muitos os caminhos e descaminhos percorridos no momento de investigação e elaboração desta pesquisa, carregados de dúvidas, avanços, paradas que pareciam retrocessos, até o resultado final. Estes foram momentos necessários, pois, como diz o dito popular “o tempo é sábio”. Falar sobre o tempo é assim, traz

essa necessidade íntima de refletirmos sobre nossos próprios tempos, pois eles também estão contidos nesse tempo histórico que é “o campo do desenvolvimento humano” (MARX, 1988); por isso mesmo, a necessidade de estar sempre alerta para as exigências do objeto, nas suas múltiplas determinações, evitando devaneios tão comuns nas reflexões sobre o tempo.

A pesquisa bibliográfica foi fundamental nesse processo de investigação, na qual priorizei autores cujas idéias possibilitaram uma compreensão mais abrangente do tema, na medida em que analisavam as categorias definidas como referências para a delimitação teórica do objeto desta pesquisa. Para o estudo mais específico da realidade da Amazônia e, mais especificamente do Maranhão, campo empírico da pesquisa, analisei os trabalhos de pesquisadores que vem estudando a implementação dos grandes projetos na região.

A obra de Marx foi essencial para o aprofundamento sobre a categoria tempo, a qual considero central para a apreensão das determinações acerca do controle do capital sobre o trabalho, nas suas dimensões mais globais e no cotidiano dos trabalhadores. As obras de outros autores nas diferentes áreas do conhecimento foram essenciais para esse amadurecimento e, para a construção das reflexões aqui realizadas. Para tanto, na pesquisa bibliográfica acessei livros, periódicos, jornais, relatórios, estatísticas e sites.

Um outro movimento essencial para a pesquisa foram as entrevistas semi-estruturais com os trabalhadores da CVRD/MA, num total de trinta. Destes, dezessete são trabalhadores com até um ano de empresa, com idade entre 18 e 35 anos; treze, com idade acima de 40 anos, entraram na empresa desde a sua implantação aqui no Maranhão e dentre estes, cinco foram desligados⁹. Conversar com um trabalhador que está ou que saiu da “Vale” (denominação de muitos trabalhadores ao se referirem à empresa) é sempre uma situação rica. Entre a fala orgulhosa de ter sido um trabalhador da “Vale” em outros tempos - quando a empresa “era outra” (segundo vários depoimentos) - e a tensão daqueles que não sabem até quando ficarão na empresa, pois são altamente empregáveis (entenda-se descartáveis), foi possível apreender as diversas estratégias utilizadas pela empresa e pela força de trabalho na luta pelo controle do tempo como uma das mais fortes

⁹ Por solicitação daqueles que estão trabalhando, limitei as informações quanto ao perfil dos entrevistados a esses aspectos que não permitem a sua identificação.

expressões da luta entre capital e trabalho. Foi a partir desses depoimentos, atrelado às experiências pessoais anteriores¹⁰, que consegui apreender as transformações espaços-temporais na CVRD desde o início da reestruturação produtiva na empresa.

O trabalho de campo, portanto, foi essencial para a reconstrução do objeto a partir do contexto e das informações dos sujeitos envolvidos na pesquisa, priorizando-se uma análise qualitativa que, porém, não desconsidera o critério quantitativo para a apreensão das particularidades do objeto. Além da coleta de dados secundários, busquei apreender a realidade concreta junto aos sujeitos que tinham uma maior vinculação com o problema investigado. Considerando a necessidade de autonomia do pesquisador e a privacidade dos entrevistados, as entrevistas com os trabalhadores foram agendadas e realizadas fora do espaço da empresa, cujos resultados garantiram o seu anonimato.

A organização do material para exposição foi feita considerando esses diferentes movimentos de aproximação com a realidade, não representando, portanto, o mesmo percurso da investigação. Foram muitas as dificuldades para estabelecer a estrutura da exposição, dando conta desse movimento. Em alguns momentos, o ponto de partida parecia o ponto de chegada, ou vice-versa. Por isso, foram várias as propostas de exposição, cada vez menos amplas em relação à primeira, cuja dificuldade consistia, exatamente, em partir do núcleo do objeto e atender suas exigências. Nessa perspectiva, o trabalho foi estruturado em quatro partes.

Na primeira parte, intitulada “Relações temporais no movimento de expansão do grande capital nos espaços de exploração mineral latino-americanos”, a partir da relação tempo e minério, faço uma análise de como o processo de expansão do capital transnacional conseguiu avançar de forma tão homogênea na região latino-americana, destruindo as históricas formas de relação das comunidades locais com o tempo da natureza. Nessa perspectiva, o processo de sincronização do tempo mundial, a homogeneidade do tempo de trabalho e a cronologização do curso da vida são apresentados como movimentos essenciais ao processo de homogeneização do tempo nos espaços de exploração mineral latino-americanos,

¹⁰ Iniciei minhas atividades na área de Recursos Humanos em 1988, mais especificamente no Serviço Social e recrutamento e seleção de pessoal, relacionando-me com muitos trabalhadores da CVRD.

nos quais a subsunção do tempo de trabalho no tempo do capital se acentua no atual processo de expansão do grande capital na região.

Na segunda parte, “A Amazônia Oriental como espaço privilegiado para a exploração mineral: alterações no tempo dos trabalhadores”, discuto a construção histórico-social da Amazônia brasileira e, mais particularmente a inserção da Amazônia Oriental na divisão internacional do trabalho. Destaco, nesse contexto, a ação do Estado brasileiro no movimento de expansão/atração do capital transnacional para a exploração das riquezas minerais da região, com o enfoque nas transformações espaços-temporais a partir da implantação do Projeto Ferro Carajás.

“A consolidação do tempo mineiro-metalúrgico no Maranhão no contexto da relação Estado/capital” é a terceira parte, na qual trato acerca da implementação da CVRD no Maranhão nos caminhos da modernização conservadora no estado, analisando o tempo de constituição da força de trabalho no interior da CVRD e nas áreas de influência da Estada de Ferro Carajás.

Na última parte, “As transformações temporais para os trabalhadores da CVRD”, analiso o movimento de construção e consolidação do tempo flexível na empresa. Tomo como referência o processo de reestruturação produtiva na empresa, destacando as transformações decorrentes para os trabalhadores em geral e, mais especificamente para aqueles com mais idade e mais tempo de serviço. Evidencio os redimensionamentos espaços-temporais no interior da empresa e as tendências de reconfiguração etária da força de trabalho a partir da sua privatização.

2 RELAÇÕES TEMPORAIS NO MOVIMENTO DE EXPANSÃO DO GRANDE CAPITAL NOS ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO MINERAL LATINO-AMERICANOS

O que sobretudo me roubava o tempo era a necessidade imperiosa de trabalhar para viver (MARX, 1974).

As relações temporais que se evidenciam no atual movimento de expansão do grande capital rumo à periferia latino-americana, especificamente nos espaços de exploração mineral, caracterizadas, fundamentalmente, pelo curto prazo, aceleração e velocidade em todos os aspectos da vida social somente podem ser apreendidas no intenso processo de lutas que se estabelece entre capital e trabalho a partir da emergência da sociedade capitalista pelo controle do tempo: uma luta entre o tempo cíclico da natureza e o tempo linear requisitado pela industrialização, entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho. É, portanto, uma luta na qual o capital tenta subsumir todo o tempo de vida da humanidade nas necessidades de acumulação, transformando, nos diferentes espaços pelos quais avança incessantemente, a maneira de homens e mulheres apreender o significado do tempo e do trabalho.

O processo de subsunção¹¹ do tempo de vida da humanidade nas necessidades de acumulação está contido na lógica de subsunção do processo de trabalho no capital, uma vez que o tempo de vida se converte no próprio tempo do capital. Com relação ao processo de subsunção do trabalho no capital, Marx (1985) identifica duas formas: a subsunção formal do trabalho, a qual se funda na mais-valia absoluta e a subsunção real, que se expressa na mais-valia relativa. De acordo com sua análise, “[...] a característica geral da subsunção formal, a subordinação direta do processo de trabalho ao capital subsiste, seja qual for, tecnologicamente falando, a forma como se desenvolve tal processo”, o que significa que na

[...] subsunção formal do trabalho no capital, à coação que visa a produção de sobretrabalho [...] e a obtenção de tempo livre para o desenvolvimento independente da produção material, a essa coação [...] é dada apenas uma forma distinta da que tinha nos modos de produção anteriores, uma forma, porém que aumenta a continuidade e a intensidade do trabalho (MARX, 1985, p.95)

¹¹ No Prefácio à Edição Brasileira do Capítulo VI Inédito de O Capital, encontra-se a seguinte observação acerca das expressões subsunção, subsumir: “Traduzem as palavras alemãs *subsumtion*, *subsumieren*, seguindo a versão espanhola. Estas duas palavras alemãs têm correspondente em inglês mas não em línguas latinas, embora sejam de origem latina. *Subsumtion* quer dizer subordinação mas também inclusão” (MARX, 1985, p.11).

Quanto à subsunção real do trabalho ao capital, esta só se opera quando “[...] o modo capitalista de produção entra em cena”, o qual emerge sobre a base da subsunção formal, transformando

[...] totalmente a natureza real do processo de trabalho e as suas condições reais. [...] A subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário da absoluta. Com a subordinação real do trabalho no capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário (MARX, 1985, p.104-105).

Esse processo de subsunção real do trabalho no capital se explicita claramente no atual contexto de transnacionalização do capital, no qual as transformações econômicas políticas e sociais alcançaram grandes dimensões a partir da atual crise estrutural do capital, iniciada em 1973, atingindo “[...] processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc.”, (HARVEY, 2005, p.117). Taxas menos elevadas do crescimento econômico impuseram “[...] um nível de competição maior entre as empresas, inclusive as transnacionais, ávidas por conquistar novos mercados ou ampliar a sua fatia de um mercado já existente” (MACHADO, 1998), o que impulsionou o avanço do grande capital rumo à periferia latino-americana na perspectiva de garantir o controle e a expropriação dos recursos minerais considerados estratégicos às economias centrais.

O processo de homogeneização do tempo nos diferentes espaços ricos em minerais foi essencial para garantir essa expansão do capital. Homogeneização do tempo e expansão do grande capital rumo à periferia latino-americana são, portanto, processos profundamente interligados no capitalismo, perpassados pela mercadorização do tempo e dos minérios, os quais serão tratados ao longo deste capítulo.

2.1 A imposição do tempo homogêneo na periferia no movimento do grande capital

Um dos principais fundamentos para o avanço do capital transnacional nas áreas ricas em minerais foi o intenso processo de homogeneização do tempo, no qual se destruiu as históricas formas de relação das comunidades locais com o tempo da natureza e se estabeleceu o tempo do mercado por onde quer que o capital em expansão avançasse. Este foi um processo que se configurou de forma bastante violenta, impondo transformações bruscas nas condições de vida e de trabalho das populações que se encontravam nas áreas providas de importantes reservas minerais.

A América Latina¹² se constitui em um exemplo clássico dessa violência, tanto nos tempos em que espanhóis e portugueses aqui desembarcaram em busca de ouro e prata, como nos tempos atuais, nos quais o grande capital, no seu movimento de expansão, avança por todos os espaços da região para sugar nossas riquezas minerais.

O movimento de expansão do grande capital teve início nos meados do século XX, sob a égide do capital norte-americano como estratégia para impulsionar o desenvolvimento industrial dos países centrais. Nesse contexto, a ideologia que dava sustentação à dependência dos diversos países aos Estados Unidos era a industrialização, a qual se apresentava como o motor que impulsionaria a inserção das economias periféricas, como a América Latina, na lógica da dinâmica capitalista, como possibilidade efetiva de propiciar o desenvolvimento econômico e social dos países considerados “atrasados”.

Esse foi um momento de grandes transformações espaços-temporais na periferia latino-americana, quando se alterou a dinâmica socioeconômica da região. Entretanto, em nenhuma outra etapa do capitalismo o confronto entre o tempo da

¹² A América Latina é formada pelos países de língua espanhola, portuguesa, francesa, inglesa como outros idiomas derivados do latim. Compreende a quase totalidade da América do Sul (exceto Guiana e Suriname, que são países germânicos), da América Central (exceto Belize) e alguns países do Caribe como Cuba, Haiti e República Dominicana. Da América do Norte, apenas o México é considerado como parte da América Latina. Os demais países americanos restantes tiveram colonização majoritariamente anglo-saxônica, com exceção do Québec, que é de colonização francesa (portanto, latina) e dos estados do sudoeste dos Estados Unidos, de colonização espanhola, além da Louisiana, que tem colonização francesa (COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, 2007)..

natureza e o tempo econômico foi tão violento como na contemporaneidade, particularmente nos espaços periféricos de exploração mineral, nos quais as necessidades de expansão do capital interferem violentamente nas formas de pensar, de sentir e de agir das populações locais na sua relação com a natureza.

Em nome da imperiosa necessidade de atender a demanda mundial, sempre crescente por diversos tipos de minerais, o grande capital impõe nesses espaços de exploração mineral um tempo social marcado pela velocidade e pela aceleração, no qual as minas devem produzir “[...] 24 horas por dia, 365 dias por ano (366 nos anos bissextos), porque é preciso produzir ininterruptamente, para atender a demanda (LEITE, 2007, p.2)¹³.

Não importa o tempo que a natureza levou até que esses minérios tenham se formado, não importa o tamanho das crateras que irão sobrar; não importa as mudanças que esse intenso ritmo de exploração provoque sobre as populações locais: os minerais têm que ser encontrados, extraídos e exauridos cada vez mais em um tempo cada vez mais curto. Sob essa lógica do curto prazo, os grupos transnacionais que se movimentam por esses espaços estão sempre em busca de novas reservas minerais, determinam a ampliação da capacidade de produção das minas já existentes e o fechamento daquelas cuja produtividade esteja baixa, rompendo, nessas localidades, históricas relações cíclicas que as populações locais estabeleciam com o tempo da natureza. E essa é uma realidade que atinge a maior parte dos países da América Latina que desde o período de sua colonização por espanhóis e portugueses têm sido alvo das ambições das grandes potências por suas variadas riquezas minerais que incluem, além do ouro e da prata, o cobre, a bauxita, o caulim, o ferro, o calcário, o petróleo e outros tantos minerais requisitados pelas mais diversas indústrias de transformação. Mas como esse processo de expansão do capital conseguiu avançar de forma tão homogênea na região latino-americana, diante da grande heterogeneidade econômica, política, social e cultural que a caracteriza ao ponto de destruir as históricas formas de relação das comunidades locais com o tempo da natureza?

Ao iniciar seu movimento de expansão rumo à periferia latino-americana, em meados do século XX, o capital se deparou com ritmos próprios de produção e

¹³ Esse é o ritmo de trabalho imposto na Mina de Carajás, no estado do Pará, assim como em outros espaços de exploração mineral, considerando que a aceleração do tempo de exploração é condição essencial para a acumulação do capital.

reprodução da vida social em diferentes regiões, cujas populações, mesmo em condições subordinadas próprias a uma economia agrário-exportadora, historicamente conseguiram manter condições de produção para atender, de certa forma, às necessidades de reprodução da vida social local, permeadas pelos ritmos da natureza.

No seu intenso processo de expansão, o capital necessitava mudar, intensificar ou redimensionar esses ritmos locais, destruindo todas as relações espaços-temporais estabelecidas por homens e mulheres com a natureza que pusessem em risco o seu incessante processo de acumulação. Não importava se em alguns desses espaços já estivesse presente tipos de produção coletiva, uma vez que as transformações nas relações produtivas sob a lógica do capital são sempre acompanhadas de novas exigências nas condições de trabalho e de exploração da força de trabalho.

A imposição de ritmos homogêneos no conjunto das relações sociais visa que as mais diversas atividades sejam programadas de acordo com o ritmo da acumulação capitalista, que, enquanto universalidade, contém inúmeros processos heterogêneos. Tal imposição de homogeneidade, colocada por necessidades exteriores, contraria a própria desigualdade do ritmo de desenvolvimento como lei mais geral do processo histórico nas diferentes realidades¹⁴. Para Lukács (1979, p. 134), a desigualdade do desenvolvimento

[...] significa simplesmente, que a grande linha de evolução do ser social – a crescente socialidade de todas as categorias, vínculos e relações – não pode se explicitar em linha reta, segundo uma lógica racional qualquer, mas se move em parte por vias travessas (deixando mesmos atrás de si alguns becos sem saída) e em parte, fazendo com que os complexos singulares, cujos momentos reunidos formam o desenvolvimento global, encontrem-se individualmente numa relação de não correspondência.

Essa “relação de não correspondência” em relação ao desenvolvimento dos complexos singulares foi evidenciada por Marx e aprofundada por Trótsky, que ao tomar a Rússia como exemplo para a análise do desenvolvimento de suas forças produtivas, demonstra os princípios do que chama de lei do desenvolvimento desigual e combinado:

¹⁴ Como categoria, o desenvolvimento, que traz em si a idéia de acréscimo, de aumento da capacidade ou das possibilidades de algo, indicando a passagem de um estágio a outro, é por sua natureza, perpassado pela desigualdade. Sob essa premissa, o desenvolvimento do capitalismo na periferia no intenso processo de mundialização do capital, por ser desigual, é marcado por essa contradição entre homogeneidade de ritmos e heterogeneidade dos espaços.

El desarrollo desigual, que es la ley más general del proceso histórico, no se nos revela, en parte alguna, con la evidencia y la complejidad con que la patentiza el destino de los países atrasados. Azotados por el látigo de las necesidades materiales, los países atrasados vense obligados a avanzar a saltos. De esta ley universal del desarrollo desigual de la cultura se deriva otra que, a falta de nombre más adecuado, calificaremos de ley del *desarrollo combinado*, aludiendo a la aproximación de las distintas etapas del camino y a la confusión de distintas fases, a la amalgama de formas arcaicas y modernas. Sin acudir a esta ley, enfocada, naturalmente, en la integridad de su contenido material, sería imposible comprender la historia de Rusia ni la de ningún otro país de avance cultural rezagado, cualquiera que sea su grado (TRÓSTKY, 2007).

Uma das principais conclusões dessa lei se refere à combinação de diversas etapas, “do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas”. Esse amálgama bem expressa o desenvolvimento na América Latina, no qual a industrialização tardia traz o entrelaçamento do arcaico e do moderno nas diferentes realidades locais sob a marca de uma modernização conservadora, cuja presença do “moderno” é bastante complexa. É certo que a desigualdade regional do processo de desenvolvimento econômico e social que se verifica entre países centrais e periféricos e dentro dos próprios países ao longo do desenvolvimento capitalista é inerente à acumulação do capital, que se expande para os espaços periféricos na medida em que estes podem contribuir para a expansão do capital, pois as atividades econômicas somente se concentram em espaços atrativos. Mas não podemos esquecer que, embora a desigualdade seja inerente ao processo de desenvolvimento, tal desenvolvimento no capitalismo acirra a desigualdade entre as regiões ao limite máximo.

Nem todas as regiões se desenvolvem da mesma forma. Como relatou Engels, em carta a Augusto Babel, de

[...] um país para outro, de uma região para outra, até mesmo de um lugar para outro, existirá sempre uma certa desigualdade quanto às condições de vida, que poderão ser reduzidas ao mínimo, mas jamais suprimidas por completo. Os habitantes dos Alpes viverão sempre em condições diversas das dos habitantes da planície (ENGELS, 2006).

Para as regiões situadas na periferia do sistema mundializado de acumulação, a exemplo da América Latina, as desigualdades quanto às condições de vida foram aguçadas desde o momento em que a região foi submetida aos interesses do processo de colonização para exploração. Se as diferenças já eram bastante diversas entre seus países, a partir daí, criaram-se grandes desigualdades

inter-regionais, que se expressaram, sobretudo, na precariedade das condições de trabalho e de exploração da força de trabalho nos espaços de exploração mineral. Tal situação foi acentuada quando os produtos minerais, com a crise do petróleo, em 1973, tornaram-se recursos estratégicos no contexto das relações internacionais.

Relações internacionais e relações locais estão, pois, postas sob a questão da exploração de recursos naturais estratégicos, cuja infra-estrutura produtiva pesada só “[...] é feita se tiver uma lógica dentro do circuito econômico global, mas sempre se faz à custa dos recursos naturais e da renda dos países, regiões e locais onde são concretizados os investimentos” (SEVÁ FILHO, 2004, p.3). Nessa perspectiva, os empreendimentos transnacionais alteram significativamente as relações sociais e econômicas locais, estabelecendo uma relação destas

[...] com o mercado internacional que, num determinado momento histórico podem ser de maior importância que as estabelecidas com outras regiões ou estados do mesmo país – em decorrência da expansão espacialmente desigual do sistema capitalista; veja-se, por exemplo, a Amazônia brasileira durante o ciclo da borracha, e o atual” ciclo do minério “no estado do Pará”. (PETIT, 2004, p.34 Apud SEVÁ FILHO, 2004, p.3).

A atual expansão espacialmente desigual do capitalismo toma essa característica por seu caráter seletivo em relação aos espaços de exploração, localizados, em sua maioria, em regiões periféricas, a exemplo da Amazônia Oriental, situada no Brasil. Lembremos que o capitalismo, por sua natureza, é seletivo, não se expandindo homoganeamente. Além disso, muitas vezes necessita das relações de produção pré-capitalistas existentes nessas regiões para garantir a máxima extração de mais-valia¹⁵. Entretanto, necessita impor a homogeneidade no ritmo da exploração, o que somente pode ser realizado através do controle sobre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho.

A atual sincronização do tempo mundial foi essencial para que esse controle fosse realizado pelas articulações entre o local e o global, nos quais o tempo preciso permite o estreitamento das relações entre regiões periféricas e centrais em favor da acumulação capitalista, na qual a distribuição industrial das horas passou a compartimentar as atividades próprias desse tempo marcado pelo valor do progresso bastante distinto dos tempos sociais de outrora, alterando relações

¹⁵ Marx (1988, V.I, p. 239) identifica duas formas de produzir mais-valia: a “[...] mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa”.

históricas de populações locais com a natureza. Trata-se de um tempo que, como bem entende Waldman (1992, p.3), indica uma

[...] profunda ruptura com tudo o que lhe foi precedente. Basicamente, na tentativa de matematizar o que nem sempre é matematizável, o Tempo linear e progressivo destruiu ou desqualificou toda e qualquer relação afetiva do homem com o tempo-espaço natural.

Para apreender as especificidades desse processo na periferia latino-americana, faz-se necessário buscar suas origens, que podem ser demarcadas por volta do século XVI, considerado o início dos “tempos modernos”, quando portugueses e espanhóis iniciaram as grandes navegações. A partir de então, três movimentos foram fundamentais para as transformações temporais sob o controle do capital: a sincronização do tempo mundial, a homogeneização e controle do tempo de trabalho nas fábricas e a cronologização do curso da vida.

2.1.1 A sincronização do tempo mundial

O processo de sincronização do tempo foi, primeiramente, efetivado no interior de regiões consideradas essenciais para o desenvolvimento do capital, para posteriormente alcançar a sincronização do tempo mundial, no qual qualquer espaço da terra e ao seu redor estão sob o controle do tempo mundial. Na medida em que o capitalismo avançava sobre as novas regiões, tentava de todas as formas destruir as tradicionais relações temporais que ali se encontravam, nas quais o processo de medição do tempo

[...] estava ligado aos processos naturais de mudança das coisas e dos homens, e não era necessário medi-lo com exatidão. A ampulheta, o relógio de sol, a vela ou lâmpada, em que o resto de cera e de óleo que permanecia indicava as horas, dava medidas aproximadas de tempo (D'ANGELO, 2006, p.244).

A partir do avanço do capitalismo, a invenção de instrumentos para a medição mais precisa do tempo se tornou uma necessidade cada vez maior. Foi, portanto, no tempo da modernidade, das grandes descobertas científicas que as transformações nas relações temporais evidenciavam, cada vez mais, que o ritmo imposto pelo capital é antagônico ao ritmo da natureza, distinguindo de forma bastante acentuada

os objetivos da sociedade industrial para a mensuração do tempo em relação às sociedades tradicionais.

Cabe ressaltar que a preocupação do homem com a mensuração do tempo e com o desenvolvimento de instrumentos precisos de medição das horas, minutos e segundos antecede o modo de produção capitalista. Entretanto, é somente nesse sistema que a mensuração do tempo, ao assumir uma concepção utilitarista, atinge imensa relevância no conjunto das relações sociais, interligando a vida com um relógio, no qual as

[...] leituras sensíveis do fruir do tempo, honorabilizadas pela vontade dos deuses, animadas pelo movimento dos astros e sentidas pelos humanos como uma germinação da eternidade, deixam de existir para serem substituídas por um *tempo artificial, que passa a ser a medida de todas as coisas*. Esta temporalidade faz tabula rasa de todos os demais regramentos temporais fossem eles os sociais, os da natureza e os que transcorrem no interior do espaço vivido do homem, que é seu corpo. Defrontados com um estranho mundo novo regido por um tempo inexorável, os humanos, ou ao menos uma parcela destes, não deixam de ser assaltados pela perplexidade ante uma dominação que se infiltra por todos os poros da sociedade moderna (WALMART, 1992, p.3).

Diferentes povos (egípcios, romanos, gregos, dentre outras sociedades) desenvolveram formas e instrumentos próprios de medição do tempo, na perspectiva de superação do seu atrelamento à natureza, que impunha limites a uma medição precisa. Assim, a superação da medição exclusivamente pela observação do movimento dos astros e das sombras projetadas, possibilitou novas formas de medição através de instrumentos cada vez mais precisos.

Um dos mais importantes instrumentos de medição inventado ainda na Antiguidade, foi a clepsidra (Figura 1), não se sabendo exatamente se o seu criador foi o mecânico Ctézibro ou Platão. Outros povos também reivindicam a autoria da invenção da clepsidra, destacando-se os chineses e os egípcios. Para além desta questão de quem possa ter criado esse importante instrumento de medição do tempo, cabe ressaltar que “[...] ao superar a dependência dos relógios de sombra à mãe natureza, a clepsidra e seus derivados contribuíram exponencialmente para o aperfeiçoamento da medida do tempo” (CALENDÁRIO, 2006)¹⁶ A partir de então, os avanços foram expressivos nessa área.

¹⁶ A Clepsidra, em seu estágio mais aperfeiçoado, tinha como princípio, a manutenção da água em um pequeno reservatório, sendo o seu escoamento controlado e calibrado pelo fluir através de um orifício na sua base, para outro compartimento receptor do líquido. Foi muito usada nos tribunais greco-romanos para limitar o tempo de fala dos advogados, donde provêm as expressões latinas “Aquam dare”, que indica ao advogado o tempo de falar, e “Aquam perdere”, que denota o tempo



Figura 1 – Modelos de relógios de líquidos (clepsidras)

Uma outra conquista significativa foi a invenção da ampulheta (Figura 2) , desenvolvida pelos povos do Oriente Médio, que tinha a grande vantagem de locomoção. Porém, sua utilidade se limitava à determinação de ciclos ou períodos de tempo, sem porém, marcar as horas, que se constituía em um dos principais objetivos dos inventores da época.



Figura 2 – tipos de Ampulhetas (à base de areia)

perdido. Nos tribunais gregos, a Clepsidra era dividida em três partes iguais: a primeira, destinada à acusação, a segunda, à defesa e a terceira, ao juiz, permanecendo “parada” durante o depoimento das testemunhas (CALENDÁRIO, 2006).

Até a invenção do primeiro relógio mecânico (relógio de peso, criado por volta dos anos 800 e 1000 da nossa era), outras formas de medição foram buscadas¹⁷. Entretanto, apesar das constantes tentativas para aperfeiçoar os instrumentos de medição do tempo, a preocupação do homem com o tempo estava profundamente enraizada nas forças da natureza.

Assim, de

[...] um modo quase geral, os ritmos sociais conjuminavam-se com uma *visão cíclica e não-linear do tempo*, pela qual este se renovava continuamente e era objeto de um diálogo mágico permanente. *O caráter reversível deste tempo* consolidava uma segurança ontológica consubstanciada nas práticas rotinizadas pela tradição, que constituía a mola propulsora da temporalidade. Prescrevia uma lógica na qual passado, presente e futuro se entrelaçavam numa única expressão temporal, base para a identidade duradoura das relações sociais (Ver GIDDENS, 1991:107) (WALDMAN, 1992, p. 3).

Esses novos instrumentos de medição e sincronização do tempo tinham um significado muito além daquele indicado por ampulhetas e até mesmo dos primeiros relógios de igreja que, como diz Galison (2005, p.315), “[...] para além de indicarem as horas, comunicavam muito mais; transmitiam as diferentes autoridades, que se sobrepunham, de Deus, do senhor feudal, da lembrança da nossa mortalidade”.

A laicização do tempo no contexto de expansão comercial na América foi fundamental para que essa histórica relação de homens e mulheres com a natureza fosse ignorada e, portanto, destruída para que se impusesse o tempo do mercado, não importando que esses povos estivessem nas regiões desde os tempos mais remotos¹⁸.

A necessidade de se determinar os limites das terras conquistadas por Portugal e Espanha foi decisiva para impulsionar esse movimento de sincronização do tempo, que se intensificou a partir do século XVIII, com o problema da determinação da longitude e da criação de horas-padrão ou nacionais. Essa precisão era fundamental para os negócios da Inglaterra com as colônias americanas, constituindo-se em um grande estímulo para que, no curso do processo

¹⁷ Velas cronométricas e relógios de azeites marcados e calibrados com divisões de tempo, são alguns desses instrumentos. Entretanto, a Ampulheta foi o medidor de tempo mais usado na Antigüidade. Esses relógios eram empregados em medidas de tempo de curta duração e possuíam precisão relativa. Foram muito utilizados no mar, durante o século XIV, e nas Igrejas, durante os séculos XVI e XVII, para limitar o tempo dos sermões.

¹⁸ Em Carajás (PA), onde se localiza uma das maiores reservas de minério de ferro, foram encontrados vestígios da presença humana há mais de 8 mil anos a.C, como na Gruta do Gavião, detonada pela CVRD, em 1992 (ARQUEOLOGIA, 2006).

de racionalização e construção do mundo moderno, se instituísse a cultura temporal industrial, com a sincronização dos relógios e sua normalização, subordinando os tempos locais, individuais aos tempos mundiais. A partir da expansão ultramarina, o transporte naval de matérias-primas da América para a Europa, as fábricas, os telégrafos e as ferrovias que se constituíam nesse intenso processo de industrialização, requisitavam novas necessidades de coordenação até então desconhecidas, os quais exigiam que o tempo fosse totalmente subordinado às necessidades do capital.

O mundo do século XVIII era bastante diverso daquele do início das navegações espanholas e portuguesas. O mercado mundial que se abria era dividido pelas grandes potências através de longas lutas, o comércio e a navegação tinham se expandido, as colônias já eram importantes consumidoras (MARX, 1988). Era o momento no qual a Inglaterra concentrava o comércio e a manufatura e possuía um relativo mercado mundial. Nesse contexto, a implementação de horas práticas e mundiais era, portanto, urgente e a realização de concursos com premiações vultosas para as melhores invenções relacionadas à medição do tempo, à determinação da longitude e ao transporte de mercadorias foi uma das principais estratégias das grandes potências mundiais, até aquele momento sob a hegemonia inglesa, para garantir o desenvolvimento do nascente capitalismo.

Especificamente em relação à longitude, apesar dos grandes avanços na navegação marítima no período das grandes navegações, a sua determinação era feita por estimativa, o que gerava erros grosseiros para as grandes viagens, ocasionando desvios de percursos e, muitas vezes, acidentes. Assim, este

[...] problema tornou-se assunto de estado para vários países envolvidos na exploração dos mares e vários monarcas europeus ofereceram recompensas pela descoberta de um método simples e eficaz para obter a longitude no mar.

Em 1598 Filipe III de Espanha ofereceu 10.000 ducados como prêmio. Entre os que concorreram conta-se Galileu que propunha em 1610 a medição do tempo a partir das observações das luas de Júpiter. A correspondência de alguns anos com a corte espanhola não convenceram o rei. Os holandeses também instituem um prêmio em 1636 e levam Galileu mais a sério, [...] entretanto este é impedido de ser contactado pela Inquisição e ao fim de alguns anos acaba por morrer (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CRUZEIROS, 2007).

Outro países também procuravam incentivar esses inventos relacionados à longitude, como os franceses, que fundaram, em 1666, a *Academie Royale des Sciences*, reunindo os grandes cientistas da época; nesse mesmo período, Luis XIV

instituiu um prêmio de 100.000 *florins* para o melhor invento. Entretanto, um dos prêmios mais altos para a questão da longitude foi oferecido, em 1714, pelo Parlamento Inglês: vinte mil libras ao invento prático a ser utilizado em alto mar com erro inferior a meio grau. Ao mesmo tempo, era urgente a necessidade de se estabelecer uma hora única nas diversas cidades pelas quais os *caminhos-de-ferro* atravessavam (GALISON, 2005), tornando-se um problema para as grandes potências européias e para os Estados Unidos, que já se sobressaía nos negócios mundiais. As horas locais foram duramente arrasadas nesse processo. Na França, por exemplo,

[...] como em muitos outros países, cada sistema de comboios utilizava as horas da principal cidade servida. Pouco a pouco, à medida que as linhas de Paris iam serpenteando, cada vez mais longe, para o interior do país, tinham expulsado as horas locais até que, por 1888, Paris estabelecia as horas para os caminhos de ferro de todo o país (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CRUZEIROS, 2007).

Mas, a solução definitiva para o problema da determinação da longitude só veio a ocorrer em 1884, na Conferência Internacional do Meridiano em Washington, quando “[...] vinte e seis países concordaram em usar o meridiano que passa por Greenwich como referencial” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CRUZEIROS, 2007), um processo que resultou de duras lutas entre a Inglaterra, os Estados Unidos e a França. Por isso mesmo, os franceses não aceitaram o referencial de Greenwich “[...] e continuaram a usar o de Paris até 1911, ano em que decidiram, ainda que com algumas reservas, usar finalmente o de Greenwich” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CRUZEIROS, 2007).

A questão da sincronização do tempo também passa pelas ferrovias, cuja construção se dava de forma bastante intensa por volta do século XVIII, em plena Revolução Industrial, tanto na Europa como nas colônias inglesas e na América Latina, sobretudo para garantir o escoamento das riquezas minerais das minas até os portos.

O transporte sobre trilhos data do século XVI, “[...] quando na Alsácia e na Europa Central vagões de minério rodavam sobre trilhos de madeira” (RODRIGUES, 2004, p.1). Mas, foi nas minas inglesas e alemãs, nos primeiros anos do século XIX, que surgiram os trilhos de ferro, os quais eram exportados da Inglaterra para os demais países da Europa, para os Estados Unidos e para as colônias, fomentando o processo de expansão do capital. Esse movimento de expansão da economia

através das ferrovias, a qual Marx (1988) denomina de “mania ferroviária” foi fundamental para o processo de acumulação sob a hegemonia inglesa. Nessa perspectiva é que o autor analisa a exportação dos trilhos como investimento de capital, ressaltando que para “[...] onde quer que os trilhos sejam enviados e fixados, se em solo inglês ou hindu, nada mais representam que determinada expansão da produção inglesa em determinada esfera” (MARX, O CAPITAL, 1988, p. 85). Os trilhos atravessavam a Europa, os Estados Unidos, as colônias, em um movimento sem precedentes na história. Como afirma Galison (2005, p. 101), foi “[...] na vasta rede de caminhos-de-ferro dos Estados Unidos e nas possessões inglesas da América do Norte” que “[...] a questão das horas foi colocada de forma mais premente”.

Na América Latina, os trilhos atravessaram as diversas colônias a partir de 1837, data da inauguração da primeira ferrovia da região, em Cuba. Posteriormente, os trilhos chegaram ao Peru, em 1851; ao Chile, no ano de 1852 e ao Brasil, em 1854, quando o Barão de Mauá “[...] importou os primeiros trilhos e inaugurou a 1ª linha férrea do país, de 14,5 km em Petrópolis” (RODRIGUES, 2004, p.3).

A construção das vias férreas, no final do século XIX, na América Latina, expressou o intenso movimento de entrada de capital externo na região, principalmente britânico, com amplo apoio dos Estados Nacionais. Na Argentina, por exemplo, a construção de estradas de ferro foi definida legalmente na Constituição de 1853 com o objetivo de favorecer os interesses dos ingleses na região (BETHELL, 1995).

Pelos *caminhos de ferro* e através da distribuição de cabos submarinos por todo o mundo, a reforma do tempo adentrou todos os espaços, estabelecendo o tempo do mercado no qual o próprio tempo passou a ser vendido. Nos Estados Unidos esse processo assumiu uma dimensão para além das ambições de ingleses e franceses em relação à sincronização do tempo, quando *equipas de*

[...] cartógrafos e observadores estavam ocupadas a marcar as fronteiras, os rios, as montanhas e os recursos naturais deste país que se expandia rapidamente. Como todos os cartógrafos seus colegas, os cartógrafos americanos debatiam-se com o tempo, porque as horas eram inseparáveis da longitude (GALISON, 2005, p. 102).

No Observatório de Harvard, integrado à Universidade de Harvard, inúmeras experiências foram realizadas com o objetivo de garantir o “tempo eletricamente

coordenado”, realizando-se exposições públicas para navegantes e camponeses, tratando-se, portanto, de um grande investimento. Para isso, o Observatório

[...] alugou uma linha de telégrafo para distribuir a Boston as horas que os seus astrônomos tivessem determinado pela medição das estrelas, objetivando, sobretudo negociar o tempo. Em 1875, o serviço proporcionou um lucro líquido de 2400 dólares, uma receita suficientemente grande para que o observatório pudesse contratar um proprietário para o seu negócio do tempo. O astrônomo Leonard Waldo chegou a Harvard em Fevereiro de 1877, vindo da Universidade de Yale, onde tinha dirigido um serviço semelhante. Por essa altura, os da Universidade de Cambridge tinham investido mais de 8000 mil dólares em instrumentos, relógios e linhas de telégrafo. Agora precisavam de clientes (GALISON, 2005, p. 109).

Navegantes, camponeses, joalheiros e fabricantes de relógios, além de alguns particulares eram os clientes priorizados por Leonard Waldo nesse primeiro momento de sincronização do tempo. Como diz Galison (2005, p.109), “[...] Waldo esperava que uma clientela em expansão persuadisse os grandes fabricantes de que o tempo era realmente dinheiro ou, pelo menos, que valia a pena compra-lo”. Para isso, o serviço de horas exatas foi negociado tanto em Boston quanto pelas diversas cidades e vilas da Nova Inglaterra e o “[...] incansável Waldo martelava sua mensagem onde quer que pudesse”, fomentando “[...] um entusiasmo moderno pelo tempo”, que exigia um nível de precisão cada vez mais elevado entre os relógios nos diferentes espaços e relógios-mestre que se encontravam nos observatórios. “Nos observatórios de todo o mundo, de Berlim a Liverpool, de Moscovo a Paris, astrônomos obcecados reduziam ao mínimo possível a margem de erro dos seus relógios-mãe” (GALISON, 2005, p111). Como diz o autor, regular “[...] o tempo até à fração do segundo era uma coisa, mercadeja-lo era outra”, pois significava o enfrentamento das resistências locais que se recusavam a aceitar as horas exatas de Nova Iorque ou de Boston. Da

[...] universidade, o tempo escoar-se-ia, como a água por um sifão, [...] subindo depois pelos trilhos ferroviários de várias companhias de caminhos de ferro. Estas linhas de comboio foram, por seu lado, obrigadas por lei a lançar o tempo eléctrico ao longo de todos os seus trajectos, a montar relógios coordenados nas suas estações e a fazer seguir o tempo para todos os caminhos de ferro que com elas se cruzavam (GALISON, 2005, p.113).

Embora tenha havido muita resistências dos proprietários dos comboios para aceitarem a intervenção do Estado, as horas nos Estados Unidos avançavam sobre todas as localidades, de forma cada vez mais exata e sincronizada, pois os “[...] observatórios, aliados com os *caminhos-de-ferro* e os sistemas de telégrafos, podiam distribuir o tempo em qualquer lugar do continente americano” (GALISON,

2005, p.116). O grande problema estava na perspectiva de unificação mundial do tempo, uma exigência cada vez maior para a expansão capitalista. Por esse período, já se havia determinado a divisão dos vinte e quatro meridianos que dividiam a terra, entretanto, continuavam os impasses em torno do primeiro meridiano entre a França e a Inglaterra¹⁹. Essa coordenação de um tempo mundial era arduamente defendida por um importante ferroviário canadense, *Sandford Fleming*, que defendendo a centralidade em Londres, argumentava que

[...] esta coordenação do tempo era vital para os países maiores, como o Canadá, os Estados Unidos e para o Brasil; era útil para nações européias como a França, a Alemanha e a Áustria, e seria obviamente proveitosa para a Rússia, com seus 180 graus de expansão em longitude. [...]<É de importância ainda maior para o Império colonial da Grã-Bretanha, com os seus colonatos e postos em quase todos os meridianos à volta do mundo inteiro, e com vastos territórios a ocupar por habitantes civilizados em ambos os hemisférios.> (GALISON, 2005, p.119).

A adoção desse tempo científico unificado se impunha com maior força nas vias férreas, cuja velocidade exigia a eliminação dos inúmeros tempos locais, esmagando pensamentos e ações contrárias a sua implementação. Entretanto, a subsunção das horas locais ao tempo dos observatórios centrais, deparava-se com aqueles que defendiam o tempo da natureza, como o contra-almirante John Rodgers, que em 1881 defende ser o Tempo do Sol

[...] o relógio nacional, utilizado por muitos, e a sua posição regula as horas de levantar, de comer, de trabalhar e de ir descansar. Nenhum outro relógio o pode suplantar, uma vez que é o único destinado pela Natureza a regular a vida do homem (GALISON, 2005, p. 124).

Mas, na Assembléia Geral do Tempo, realizada pelos “senhores do tempo”, em Missouri, em 1883, a separação das horas de acordo com os meridianos e a definição de um meridiano primeiro encontrou apoio da maioria dos ferroviários. Um desses “senhores do tempo” defendeu que as “[...] linhas de comboio tinham alterado a experiência do tempo por toda a Europa e América do Norte” e concluiu: “Mais do que isso, para uma porção cada vez maior da população, os horários dos caminhos de ferro tinham acabado por definir o tempo” (GALISON, 2005, p.127).

Apesar do significativo avanço em termos da unificação do tempo nos *caminhos-de-ferro*, havia ainda uma grande dificuldade a transpor para a sincronização do tempo mundializado, pois a diferença de tempo continuava a existir

¹⁹ Cabo Verde, a ilha de Corvo (Açores), Cádiz (Espanha), Pulcovo (Rússia), Nápoles (Itália), Rio de Janeiro (Brasil) foram diferentes localidades defendidas como referencial para o primeiro meridiano (GALISON, 2005, p. 121).

nas longas distâncias. Os cabos submarinos para telégrafos elétricos instalados por ingleses e americanos ao longo do Atlântico: “[...] de Londres a Lisboa, e daqui ao Recife, no Nordeste do Brasil” (GALISON, 2005, p.140) foram determinantes para a solução do problema. Viajando por diversas regiões, astrônomos instalavam observatórios e repassavam os sinais elétricos de acordo com o meridiano de Greenwich. No Brasil, o primeiro observatório foi inaugurado em 1808; em 1927 foi inaugurado o observatório do Rio de Janeiro, em 1855, o observatório de Recife e em 1860, o observatório de Olinda²⁰ (Ver figura 3). Em julho de 1878, as horas européias chegaram ao Rio de Janeiro e foi assistida pelo imperador do Brasil, D. Pedro II. Em pouco tempo, toda a América do Sul estava envolvida pelo tempo telegrafado.



FIGURA 3 - Observatório de Recife (Brasil), implantado em 1860.

²⁰Quanto ao Observatório de Olinda, antes “[...] de sua inauguração em 1860, o Observatório era móvel. Foi fundado por um astrônomo francês, Emmanuel Liais, que na época era Diretor do Real Observatório, hoje Observatório Nacional. Liais fazia um trabalho de levantamento topográfico da costa brasileira quando percebeu que Olinda era um bom local para observação dos astros. Graças ao Observatório do Alto da Sé foi possível realizar a descoberta do cometa que ficou conhecido como Olinda, Constelação de Dourados. Do início dos anos 20 até o final da década de 1960, o local se transformou num observatório meteorológico e na década de 70 foi desativado” (ESPAÇOCIÊNCIA, 2007)..

A França estabeleceu uma rede mundial pelos mares do Japão, Nova Zelândia e Índia, “[...] uma máquina de noventa milhões de libras que ligava todos os continentes habitados [...] cidade a cidade, país a país” (GALISON, 2005, p.146). A vinculação do tempo com os mapas foi facilitada pela invenção do rádio, pelo árduo trabalho de físicos, como *Henry Poincaré* e *Albert Einstein* e de astrônomos, possibilitando a atual sincronização do tempo mundial por meio de satélites, ampliando o domínio temporal para além dos mares e dos *caminhos de ferro*, envolvendo, portanto, o espaço. Através desse processo, bastante conflituoso franceses, ingleses, e norte-americanos expandiram seus domínios em torno da sincronização do tempo, pois na competição “[...] por colônias, por notícias frescas, por frotas, por prestígio, as grandes potências tinham, inevitavelmente, de vir a entrar em conflito pelas redes telegráficas”. Como explica Galison (2005, p.147), “[...] pelos circuitos de cobre corria o tempo e do tempo resultava a partilha do mapa-múndi, numa era de impérios”. Essa era de impérios, na qual a exportação de capitais e o processo de colonização da Ásia e da África foram os principais desdobramentos, tinha como principais características, a forte concentração dos capitais e a criação dos monopólios, que passaram a dividir o mundo entre si. Mas, é no capitalismo monopolista que esse processo de sincronização mundial do tempo assume sua face mais devassadora, constituindo-se como estratégia de controle sobre todos os territórios “inimigos” que coloquem limites ao capital em expansão.

A criação do GPS (Global Positioning System)²¹, em 1973, foi o ápice desse processo de dominação sobre o tempo de todo o planeta Terra (ver figura 04). Constitui-se em um sistema de radio navegação que foi desenvolvido pelos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, quando o “[...] U.S.DoD empenhou-se em encontrar uma solução para o problema do posicionamento preciso e absoluto”

²¹ Segundo Portillo (2007), o GPS “[...] não é um relógio, mas um complexo sistema de relógios e satélites com cobertura mundial. É um sistema de rádio que provê continuamente e em tempo real a posição tridimensional, velocidade e informação de tempo apropriada para usuários equipamentos com este dispositivo em terra, mar e aviação. O sistema é baseado numa constelação de 24 satélites, com no mínimo 21 operando pelo menos 98% do tempo, mas existem mais de 24 satélites operacionais em órbita devido ao lançamento de novos para substituir os mais antigos. Cada um carrega dois relógios atômicos a bordo e são continuamente monitorados por estações de controle em terra. Cada satélite propaga um sinal único de broadcast spread-spectrum com códigos pseudo-ramdômicos por um longo período (LATHI, 1998). Os 24 satélites encontram-se numa curta órbita circular em um período de 12 horas. A órbita dos satélites repete quase sempre a mesma volta na terra uma vez por dia. Existem seis planos de órbita com 4 satélites igualmente espaçados por 60° cada e inclinados à 55° respeitando o plano equatorial. Esta constelação permite que se visualize de 5 a 8 satélites de qualquer ponto na Terra e a qualquer tempo (KAPLAN, 1996)”.

(GUERREIRO, 2007). Trata-se de um sistema “[...] baseado em satélites que permite a qualquer usuário saber a sua localização, velocidade e tempo, 24 horas por dia, sob quaisquer condições atmosféricas e em qualquer ponto do globo terrestre” (GUERREIRO, 2007), o que significa a concretização do processo de sincronização do tempo mundial.



za

FIGURA 4: Sistema GPS (GUERREIRO, 2007).

Com os Estados Unidos à frente, o GPS se constitui em um das principais invenções relacionadas ao controle do tempo mundial, o qual revolucionou definitivamente as relações sociais entre o homem e a natureza, em todos os espaços, considerando as possibilidades de comunicação que se abriam a partir de então. Para termos uma idéia sobre o significado do GPS, além de ser um “relógio global”, tendo a capacidade de determinar, inclusive, o tamanho exato de territórios, o mesmo fornece “[...] posições precisas para fins militares, civis e comerciais em todo o mundo, funcionando “[...] como transferidor de tempo, para determinar a hora precisa de tudo, de circuitos de comunicação a transações bancárias — tudo dentro de um bilionésimo de segundo” (CARLSON, 2002). Sua utilização na extração de minerais tem propiciado grande agilidade das operações, nas quais é possível conhecer tanto a qualidade quanto a quantidade do minério lavrado em tempo real. E essa precisão do tempo, hoje, é essencial para a expansão do grande capital que, sob o comando do capital financeiro, pode ser transferido de uma praça à outra em

tempo real. Por isso, a luta pelo controle do tempo mundial é uma luta pelo controle da tecnologia, que visa, sob a atual hegemonia norte-americana, uma

[...] dominação de amplo espectro: assegurar a capacidade das forças dos EUA de suprimir qualquer inimigo em qualquer parte do mundo, de forma unilateral ou assistida, com controle sobre qualquer variável ao longo de toda a cadeia de operações militares (CARLSON, 2002).

O ataque dos EUA ao Iraque foi um exemplo do significado de destruição sob esse tempo sincronizado, quando satélites *Lacrosse*, *USA 144* e *Keyhole* acompanhavam qualquer imagem em movimento “[...] quase em tempo real, controlando todos os deslocamentos no território iraquiano” (GARZON, 2002). Entretanto, o controle sobre os territórios que contém recursos naturais essenciais à economia dos países centrais, não se limitam às ações militares. Há, também, o controle da força de trabalho nas áreas produtivas, cujas condições de trabalho e de exploração da força de trabalho, sob o tempo industrial, são definidas para garantir a máxima extração de mais-valia. Nesse processo, a homogeneização do tempo de trabalho - cujas origens remontam ao início do capitalismo, consolidando-se no início do século XX, quando Taylor (1990) estabelece os seus princípios de administração científica – é essencial para garantir a apropriação e controle do tempo de trabalho.

2.1.2 A homogeneização do tempo de trabalho

Como já evidenciei anteriormente, as relações temporais no capitalismo se configuram no contexto de luta entre trabalho e capital, a qual se expressa entre a afirmação do tempo como dinheiro e do tempo como campo do desenvolvimento humano. Em 1736, Benjamin Franklin (1706-1790) escreveu a máxima sobre o significado que o tempo deveria assumir a partir de então:

Lembra-te de que *tempo* é dinheiro. Aquele que pode ganhar dez xelins por dia por seu trabalho e vai passear, ou fica vadiando metade do dia, embora não despenda mais do que seis pence durante o seu divertimento ou vadiação, não deve computar apenas essa despesa; gastou, na realidade, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais (WEBER, 1992)²².

²² “Esta frase, emblema do capitalismo moderno, e cada vez mais atual, dada a rapidez dos processos econômicos, principalmente pelo avanço da informática, foi atribuída ao jornalista, físico, político e filósofo norte-americano Benjamin Franklin (1706-1790), inventor do pára-raios. Homem de vasta leitura, ele pode ter lido no filósofo grego Teofrastos (372-288 a.C.), autor de mais de 200 obras, espalhadas por quase 500 volumes, que disse coisa semelhante: “o tempo custa muito caro”. Como todo escritor antigo, não recebeu direitos autorais. Para ele, tempo foi livro e não dinheiro, daí

O dinheiro, “[...] como ponto de partida da formação do capital” (MARX, 1985, p.39), moldou o significado do tempo de maneiras importantes e específicas, resumindo toda a economia em economia de tempo, na qual o “possuidor de dinheiro” se relaciona com o “[...] o possuidor dessa mercadoria peculiar, a força de trabalho” (MARX, 1988, p. 140). A vinculação da forma-dinheiro ao tempo de trabalho e a progressiva monetização das relações na vida social transformou, portanto, as qualidades do tempo e do espaço (HARVEY, 2005), confrontando-se com a perspectiva apontada por Marx de que o “[...] tempo é o campo do desenvolvimento humano” e, por isso, constitui-se em um tempo inteiramente voltado para as necessidades humanas, pois o

[...] homem que não dispõe de qualquer passatempo, cuja vida inteira, à parte as meras interrupções puramente físicas do sono, alimentação, etc., se acha totalmente absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. Constitui uma simples máquina de produzir riqueza para outrem, esmagado fisicamente e embrutecido intelectualmente (Marx, 1987, p. 74-75).

A absorção da “vida inteira” pelo trabalho alienado retira do homem a sua condição de ser humano genérico, “[...] universal, e portanto livre” (MARX, 2004, p.115), cuja vida produtiva “[...] é a vida genérica. É a vida criando vida [...] e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem”, possibilitando, através do trabalho, a transformação da natureza e, ao mesmo tempo de si mesmo, como base do desenvolvimento humano. Pressupondo “[...] o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem”, mediado pelos meios de trabalho²³, Marx (1988, p. 142) diz que antes de tudo,

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza.

ter sido tão caro. Escreveu, em média, um volume a cada dois meses sem nada receber. Poderia ser o patrono de certos editores” (SILVA, 2004)

²³ De acordo com Marx (1988, p.143), o “[...] meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. [...] Tão logo o processo de trabalho esteja em alguma em alguma medida desenvolvido de todo, necessita ele de meios de trabalho já trabalhados. Ao lado da pedra, madeira, osso e conchas trabalhados, o animal domesticado e, portanto, já modificado por trabalho, desempenha no início da história humana o papel principal como meio de trabalho. o uso e a criação de meios de trabalho, embora existam em germe em certas espécies de animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano e Franklin define, por isso, o homem como a *toolmaking animal*, um animal que faz ferramentas”.

Como campo do desenvolvimento humano, é no tempo que estão postas as possibilidades concretas de criação humana, portanto, do trabalho como realização, como sua atuação sobre o mundo objetivo, no qual “[...] o homem se manifesta como verdadeiro ser genérico”, cuja “[...] natureza nasce como a sua obra e a sua realidade” (MARX, 2004, p.117). Ao analisar a dialética do trabalho, Antunes (2005, p.67) ressalta que o trabalho [...] mostra-se, então, como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é por isso, ponto de partida para a humanização do ser social. Por outro lado, de acordo com o autor, se

[...] podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida do processo de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado. Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital. Desfigurado em seu sentido primeiro, de criação de coisas úteis, o trabalho se torna meio, e não “primeira necessidade” de realização humana (ANTUNES, 2005, p.69)..

Ao se tornar meio, o trabalho se subsume no capital. Mas é na subsunção real do trabalho no capital se consolida a apropriação e controle de todo o tempo de vida da humanidade, que resulta tão somente em trabalho abstrato que cria valor. Aqui o tempo de trabalho “[...] é o tempo que o homem e a máquina, interpenetrando a ação produtiva do trabalho vivo com a ação produtiva do trabalho objetivado, gastam para produzir a mercadoria” (MARX, 1988, p.5), encurtando parte da jornada que o trabalhador precisa para si, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Nessa perspectiva

[...] o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho, como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro (MARX, 2004, p.114).

Sob o trabalho forçado, o homem passa a “[...] viver num tempo orientado por outros” (BESSIN, 1994), sobretudo a partir da institucionalização e racionalização das relações de trabalho, no final do século XIX e início do século XX, quando a relação trabalho/tempo/lucratividade, como princípio do capitalismo, passou a

determinar a duração diária e semanal do trabalho, a regularidade e os ritmos ótimos, além de impor tempos específicos para o trabalhador se movimentar fora do trabalho.

Como Melo (2004, p.9) afirma, a

[...] burguesia sentia, logo, a necessidade de controlar o tempo do não-trabalho, ainda que inicialmente esse fosse um tempo bastante restrito pela enorme jornada de trabalho e pelas péssimas condições de vida. Aliás, não se pode negligenciar que a industrialização não só aumentou a miséria, como reduziu o tempo e o espaço de diversão.

Ao se controlar o tempo do não trabalho, a burguesia acabava por definir “[...] um tempo e um lugar para tudo”, como diz Harvey (2005, p.208).

Simbolizados pelos negócios e sinos que chamavam os trabalhadores para trabalhar e os mercadores para comerciar, afastados dos ritmos ‘naturais’ da vida agrária e divorciados das significações religiosas, os mercadores e mestres criaram uma nova ‘rede cronológica’ em que a vida cotidiana foi aprisionada. A nova definição do tempo não deixou de ser contestada pela autoridade religiosa nem pelos trabalhadores convocados a aceitar as novas regras de disciplina temporal [...] “Horas iguais” na cidade, comenta Landes (1983, 78), “anunciavam a vitória de uma nova ordem cultural e econômica”.

A imposição dessa nova definição do tempo se baseou, sobretudo, na desestruturação de qualquer sociabilidade operária organizada em torno do controle do tempo (BESSIN, 1994). Entretanto, esse processo não foi efetivado sem intensas lutas sociais por esse controle, as quais se estabeleceram desde os primórdios do capitalismo, pois a

[...] autonomia em relação ao tempo de trabalho que caracterizava a “sublime”, figura da aristocracia operária que trabalha ao seu ritmo, não correspondia mais à racionalidade econômica [...] do fim do século passado. Estas, por conseguinte passaram de uma obediência ao tempo a uma disciplina de tempo, que evoluiu nas suas modalidades. As normas temporais, prescritivas, formais e universais, inicialmente externas, largamente ditadas e supervisionadas de maneira escrupulosa, tenderam seguidamente a interiorizar-se e a incorporar-se sob formas de injunções (BESSIN, 1994, TRAD. NOSSA).

Assunção (2006, p.187) destaca que a “[...] tensão pelo controle do tempo de trabalho esteve presente desde os primórdios do capitalismo. Quando os braços são alugados para o trabalho, a orientação temporal passa a se fazer pelo relógio”. Entretanto, até o final do século XIX, esse controle se encontrava dividido entre a direção e os trabalhadores, uma vez que não havia separação significativa entre planejamento e execução das tarefas.

A direção do trabalho no sistema capitalista passou a ser necessária tão logo se deu “[...] o ponto de partida da produção capitalista”: quando um mesmo capital

individual põs em movimento a “[...] atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista” (MARX, 1988, p.244). O controle do capital sobre a organização do trabalho se tornou, portanto, uma necessidade, pois, como diz Marx (1988, p. 250), todo

[...] trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção.[...] Como função específica do capital, a função de dirigir assume características específicas. [...] com a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e com isso necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência. A direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo de trabalho social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. Do mesmo modo, com o volume dos meios de produção que se colocam em face do assalariado como propriedade alheia cresce a necessidade de controle sobre sua adequada utilização.

Esse controle da direção sobre os trabalhadores tornou-se um dos mais graves problemas relacionados à organização do trabalho. Nesse sentido, os economistas clássicos, de acordo com Braverman (1987, p.82), passaram a se ocupar com as questões teóricas referentes a essa organização, um processo que foi aperfeiçoado por Taylor. Para o autor, estes economistas podem

[...] pois, ser chamados os primeiros peritos em gerência, e seu trabalho foi continuado na última parte da Revolução Industrial por homens como Andrew Ure e Charles Babbage. Entre esses homens e o próximo passo, a formulação completa da teoria da gerência em fins do século XIX e princípios do século XX, há uma lacuna de mais de meio século, durante a qual se verificou um enorme aumento no tamanho das empresas, os inícios da organização monopolística da indústria, e a intencional e sistemática aplicação da ciência à produção. O movimento da gerência científica iniciado por Frederick Winslow Taylor nas últimas décadas do século XIX foi ensejado por essas forças.

Como analisa o autor, um dos principais méritos de Taylor quanto aos problemas da organização do trabalho foi, sobretudo em relação ao “[...] controle do trabalho alienado [...], retirando do trabalhador qualquer decisão sobre o trabalho” (BRAVERMAN, 1987, p. 86). Esse poder de decisão do trabalhador sobre o trabalho era, de acordo com Taylor, um dos maiores entraves ao processo de produção. Utilizando-se de uma série de exemplos que resultavam de experiências práticas, Taylor (1982, p. 41), ao discorrer sobre a divisão de trabalho entre a gerência e os trabalhadores diz:

A fim de que o trabalho possa ser feito de acordo com leis científicas, é necessária melhor divisão de responsabilidades entre a direção e o trabalhador do que a atualmente observada em qualquer dos tipos comuns de administração. [...] quase todos os atos dos trabalhadores devem ser precedidos de atividades preparatórias da direção, que habilitam os operários a fazerem seu trabalho mais rápido e melhor do que em qualquer outro caso. E cada homem será instruído diariamente e receberá auxílio cordial de seus superiores, em situação de ser, de um lado, coagido por seu capataz, ou, em situação oposta, entregue à sua própria inspiração.

Quando o relógio foi vinculado aos movimentos do trabalhador, o “comando supremo” (MARX, 1988) se torna plenamente um atributo do capital, apropriando-se de todo o tempo dos trabalhadores.

Individualização dos trabalhadores através de tratamento particular e por meio de “recompensas”, eliminação da *cera*, seleção cuidadosa de braços para o trabalho, divisão do trabalho entre planejamento e execução, além de extremo controle dos tempos e movimentos dos trabalhadores passaram a determinar condições de trabalho inteiramente novas. Ao introduzir o cronômetro como instrumento de controle do processo de trabalho, Taylor inaugurou o processo de racionalização do trabalho no qual a subsunção do tempo de trabalho no capital se consolidou, sob a premissa de que “[...] a maior prosperidade decorre da maior produção possível dos homens e máquinas do estabelecimento, isto é, quando cada homem e cada máquina oferecerem o melhor rendimento possível”. Como resume o autor, em “[...] uma palavra: o máximo de prosperidade somente pode existir como resultado do máximo de produção” (TAYLOR, 19, p.31). Mas a preocupação com o controle do tempo dos trabalhadores não se restringia ao espaço das fábricas, estendendo-se ao trajeto residência-trabalho-residência. Quanto a esse aspecto, Taylor (19, p.37) relata que

[...] mediu o tempo gasto por trabalhador naturalmente enérgico que para vir ao serviço e voltar a casa andava numa velocidade de 3 milhas por hora e, não raramente, corria para ela ao fim do dia de trabalho. Ao chegar à fábrica, contudo, ele reduzia imediatamente sua velocidade, acerca duma milha por hora. Quando, por exemplo, puxava um carrinho cheio, andava com bom ritmo, mesmo para subir, a fim de suportar o menor peso possível, voltando imediatamente à atividade duma milha, e assim usava de todos os recursos para retardar o serviço, só faltando sentar-se. Para não produzir mais que o companheiro preguiçoso, fatigava-se realmente no esforço de se tornar mais lento.

Esse e outros hábitos dos trabalhadores foram atentamente analisados por Taylor e por seus contemporâneos - Henri Fayol (1841-1925), Frank Bunker Gilbreth (1868-1924) e Lilian Gilbreth (1878-1972), Henry Gantt (1861-1919), Hugo Munsterberg (1863 – 1916) -, os quais contribuíram definitivamente para a

disseminação do relógio nas fábricas, consolidando a sincronização do tempo mundial nos espaços privados. De acordo com Rodrigues (2002, p.33), essa

[...] disseminação do relógio se deve ao fato de que em torno do tempo começam a ter curso severas lutas cotidianas às quais cada vez menos pessoas puderam permanecer indiferentes. Estes embates se materializaram, de um lado, em trabalhadores vagabundeando, fazendo corpo-mole, inventando meios de resistir e de burlar o controle do tempo de trabalho, tentando escapar dos patrões, de seus cronômetros, de seus vigilantes e de seus capatazes, procurando meios de medir e de valorizar por si mesmos o tempo-mercadoria de que são vendedores. De sua parte, os empregadores, mais interessados no valor do tempo reduzido a dinheiro do que na perfeição dos produtos, fraudam relógios e rotinas de trabalho, editam regulamentos, decretam penalidades sempre mais rigorosas, que têm por objetivo o controle do tempo de seus empregados. Por meio de dispositivos arquitetônicos e de artifícios administrativos especiais, de que o taylorismo foi uma clássica ilustração, os patrões procuram fazer com que os trabalhadores não tenham plena consciência do escoamento do tempo (Attali, 1982: 215; Thompson, 1978: 278-9). Na encruzilhada desse embate, resulta o relógio de ponto: ao mesmo tempo instrumento de controle de pontualidade, utilizado pelos patrões, e estratégia defensiva, reivindicada pelos trabalhadores contra os roubos de tempo perpetrados pelos primeiros.

Foi, portanto, no período inaugurado por Taylor, que novas relações sociais foram impostas pelo capital para garantir o controle sobre o tempo e sobre todos os movimentos do corpo físico do trabalhador e de suas lutas coletivas. A partir do momento em que Henri Ford (1863-1947) “ [...] introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem que ele estabelecera no ano anterior em Dearbon, Michigan” (HARVEY, 2005, p.121), a exigência passou a ser a construção de um novo tipo de homem e de trabalhador, o que foi profundamente analisado por Gramsci (2001) quando o fordismo ainda estava nos seus primórdios.

De acordo com Antunes (1999, p. 37), o fordismo

[...] estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda da destreza do labor operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. A mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevacente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada.

As suas principais características se referem à produção e ao consumo em massa de bens homogêneos, uniformidade e padronização da produção, grandes estoques e inventário, testes de qualidade ex-post (detecção tardia de erros e

produtos defeituosos), redução dos custos através do controle dos salários, realização de uma única tarefa pelo trabalhador, alto grau de especialização de tarefas, organização vertical do trabalho (HARVEY, 2005). Como afirma Antunes (1998, p. 17), o fordismo deve ser entendido como “[...] o processo de trabalho, que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo” do século XX. Portanto, pode

[...] ser compreendido, fundamentalmente, como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle do tempo e movimentos pelo cronômetro taylorista e produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.

As transformações que se processavam na produção capitalista não se limitavam, portanto, ao local de trabalho, mas se estendiam ao espaço da vida social. O padrão taylorista/fordista, cujo controle de tempos e movimentos dos trabalhadores associado à produção e consumo em massa, extrapolou o espaço fabril, adentrou as formas de ser e de viver dos trabalhadores, alterando profundamente a sua relação com a natureza, tornando o ser humano cada vez mais desprovido de tempo para seu desenvolvimento humano.

Esse reordenamento na organização da produção a partir dos padrões tayloristas e fordistas foi essencial para que o tempo de produção e o tempo de trabalho se aproximassem cada vez mais, garantindo maior “[...] produtividade e a valorização de dado capital produtivo em dado espaço de tempo” (MARX, 1988, p.86). O tempo do capital, porém, não se resume somente em tempo de produção. Como demonstra Marx (1988, p.84), o

[...] movimento do capital pela esfera da produção e pelas duas fases da esfera da circulação se completa [...] numa seqüência temporal. A duração de sua permanência na esfera da produção constitui seu tempo de produção, a de sua estada na esfera da circulação, seu tempo de circulação ou de giro.

Quanto ao tempo de produção, este é “[...] sempre o tempo excedente durante o qual o capital produz valores de uso e valoriza a si mesmo, funcionando assim como capital produtivo” (1988, p.86), Por sua vez, o tempo de circulação inclui as fases de transformação da “[...] forma-mercadoria em forma-dinheiro e da forma-

dinheiro em forma mercadoria”, as quais são “[...] processos da metamorfose simples de mercadorias”. Ocorre que há uma exclusão mútua entre tempo de circulação e tempo de produção, pois, durante

[...] seu tempo de circulação, o capital não funciona como capital produtivo e, por isso, não produz mercadoria nem mais-valia. Consideremos o ciclo na forma mais simples, de modo que o valor-capital todo passa de cada vez, de um só golpe, de uma fase para outra, então é evidente que o processo de produção está interrompido, portanto também a autovalorização do capital, enquanto persistir seu tempo de circulação e que, conforme sua duração, a renovação do processo de produção será mais rápida ou mais lenta [...]. Quanto mais as metamorfoses de circulação do capital forem apenas ideais, isto é, quanto mais o tempo de circulação for = zero ou se aproximar de zero, tanto mais funciona o capital, tanto maior se torna sua produtividade e autovalorização. [...] O tempo de circulação do capital limita, portanto, em geral seu tempo de produção e, por isso, seu processo de valorização (MARX, 1988, p.86).

Ao analisar esse processo, Harvey (2005, p.209), ressalta o significado do conceito do ‘tempo de giro do capital’ que subtende tudo à lógica de “[...] quanto mais rápida a recuperação do capital posto em circulação, tanto maior o lucro obtido”. Tempos médios de giro mais rápidos se tornam, então, uma necessidade para o processo de valorização do capital, o que vai implicar na alteração das relações local-internacionais, na aceleração dos processos de trabalho, na imposição de condições de trabalho e de exploração da força de trabalho e outras que propiciem condições ideais para o processo de acumulação. Como diz Kurz (2003), o capital impõe uma “ditadura do tempo abstrato”, que

[...] levada a efeito pelo mecanismo da concorrência anônima, criou para si o correspondente espaço abstrato, o espaço funcional do capital, destacado do restante da vida. Surgiu assim um tempo-espaço capitalista, sem alma nem feição cultural, que começou a corroer o corpo da sociedade. O ‘trabalho’, forma de atividade abstrata e encerrada, nesse tempo-espaço específico, teve de ser depurado de todos os elementos disfuncionais da vida, a fim de não perturbar o fluxo temporal linear: trabalho e moradia, trabalho e vida pessoal, trabalho e cultura etc. dissociaram-se sistematicamente. Só assim foi possível nascer a separação moderna entre horário de trabalho e tempo livre. Embora não nos demos mais conta disso, o que se diz implicitamente é que o tempo de trabalho é tempo sem liberdade, um tempo impingido ao indivíduo (na origem até pela violência) em proveito de um fim tautológico que lhe é estranho, determinado pela ditadura das unidades temporais abstratas e uniformes da produção capitalista.

A instituição do controle sobre o tempo de trabalho nas fábricas, baseado no cronômetro, juntamente com a instituição de uma hora oficial nas cidades foi essencial para esse controle social do capital sobre o trabalho. A hora de entrar e sair do trabalho passaria a ser registrada pelo relógio de ponto; os movimentos durante a execução das atividades, controlados pelo cronômetro; o tempo de

recolher-se das atividades de lazer, indicado pelos relógios que se espalhavam pelas torres das igrejas e nos demais locais públicos e privados.

Diferentemente do tempo dos artesãos, os trabalhadores, submetidos à condição de assalariamento estavam obrigados a dispor a maior parte de seu dia para o trabalho e a usar a outra parte que lhes resta para repor a energia necessária para a jornada seguinte. É nesse sentido que “[...] o tempo é tudo, o homem é nada” (MARX, 1985, p.58), pois o movimento do pêndulo do relógio passou a determinar o intenso ritmo do tempo socialmente necessário para garantir taxas cada vez mais altas de lucratividade. Impõe-se, dessa maneira, uma disciplina temporal, que institui a segmentação do tempo para o trabalho e para as outras atividades fora do trabalho. Por isso, esse tempo industrial, ao mesmo tempo em que se constitui fator determinante para o funcionamento da indústria capitalista, é efeito dessa mesma indústria. Exatidão e lucratividade se imbricam nesse processo, alterando profundamente as relações temporais e o próprio modo do homem se relacionar com o tempo (BESSIN, 2006). Na antiguidade e na Idade Média, por exemplo, o tempo econômico não tinha primazia sobre o tempo religioso. Nestes períodos,

[...] o tempo das festas e dos rituais religiosos era mais importante do que o tempo da produção; havia inúmeros dias feriados, que foram em boa parte abolidos na esteira da modernização. Além disso, as sociedades agrárias da velha Europa caracterizavam-se por enormes disparidades sazonais no volume de atividades. As épocas mais quentes do ano concentravam as tarefas, legando para a população camponesa um inverno relativamente calmo, utilizado muitas vezes para a celebração das festividades privadas de que nos dão notícia algumas canções populares (KURZ, 2003).

Também nas cidades, embora as diferenças sazonais fossem menos estruturadas, os dias de trabalho dos artesãos livres ocorriam de acordo com a vontade e a necessidade. De um modo geral, o tempo industrial aloca e realoca trabalho para tarefas, alterando o tempo de produção, o tempo dedicado ao lazer e às práticas religiosas. Segundo vigorosos ritmos de mudança tecnológica, o capitalismo busca, incessantemente, a acumulação do capital, “naturalizando” e homogeneizando o tempo para os interesses exclusivos do capital. Como resultado desse processo, na sociedade moderna

[...] muitos sentidos distintos de tempo se entrecruzam. Os movimentos cíclicos e repetitivos (do café da manhã e da ida ao trabalho a rituais sazonais como festas populares, aniversários, férias, abertura das temporadas esportivas) oferecem uma sensação de segurança num mundo em que o impulso geral do progresso parece ser sempre para frente e para o alto – na direção do firmamento do desconhecido. (HARVEY, 2005, p.188).

Na vida cotidiana, o tempo assume uma ampla dimensão, na qual se impõe a necessidade de se encontrar tempo para as diversas atividades. Tempo para comer, dormir, trabalhar e passear são submissos aos ritmos coletivos, onde se passa a idéia de que sempre há, naturalmente, um tempo e um lugar para tudo. Isso implica no registro do tempo em “[...] segundos, minutos, horas, dias, meses, anos, décadas, séculos e eras, como se tudo tivesse o seu lugar numa única escala temporal objetiva” (HARVEY, 2005, p.187), permitindo que as rotinas diárias organizem o nosso tempo.

O domínio sobre todos os momentos de vida da humanidade, que se verifica através do domínio do tempo de trabalho, passa a determinar o emprego de todos os tempos sociais. Para isso, a ciência tem um papel fundamental, sobretudo no desenvolvimento das forças produtivas, um processo que teve início com os primeiros equipamentos utilizados pela nascente indústria do século XVIII, os quais possibilitaram a superação da fixação a que estava sujeito à produção quando a força motriz ainda se limitava às forças da natureza (a água ou os ventos). Mas, somente depois que as ferramentas se transformaram de ferramentas manuais em ferramentas de um aparelho mecânico, foi que a máquina - motriz adquiriu forma autônoma, totalmente emancipada dos limites da força humana (MARX, 1988, p. 9).

A partir dessa autonomia da maquinaria, propiciada pelo avanço científico-tecnológico, a subsunção do trabalho no capital se intensificou no intenso ritmo que a acumulação capitalista necessita, o que significa, sobretudo, valorização do tempo do capital em detrimento das necessidades humanas.

Como já foi analisei anteriormente, o processo de sincronização do tempo mundial, denominado por Thompson (1998) de “revolução temporal”, impôs um tempo industrial que passou a subordinar todos os tempos sociais às suas necessidades, impondo-se, progressivamente, ao conjunto da sociedade, indicando a transformação dos trabalhadores em trabalhadores assalariados, rompendo a histórica vinculação do trabalho humano com o tempo cíclico da natureza, o qual se dava de acordo com as condições naturais: as estações climáticas, o movimento das marés, a direção do vento, o tempo das festividades e para o descanso. Todo o tempo de não trabalho foi se incorporando ao tempo de trabalho necessário para o processo de valorização do capital, de modo que, durante o tempo de produção, “[...] nenhum tempo seja desperdiçado, sem trabalho” (MARX, 1988, p.154).

O ritmo do corpo e os ritmos econômicos, próprios à produção artesanal, foram brutalmente destruídos nesse processo, quando se acentuou o controle sob o trabalho assalariado, anunciando a vitória de uma nova ordem cultural e econômica, estabelecendo o parcelamento e a cronometragem das tarefas, com profundas alterações no tempo de vida dos trabalhadores. Por isso, como entende Kurz (2002), o

[...] Fordismo, como uma forma de organização típica da sociedade se fundava no domínio absoluto da fábrica sobre a sociedade. [...] A própria cidade fordista, a *company town*, não era mais que uma extensão da fábrica, seguia seus ritmos, seus horários, assumia seus estilos de vida e suas formas de domínio.

A efetivação desse controle sobre o processo de trabalho e a vida do trabalhador não se faz sem um efetivo controle sobre as formas de distribuição e uso do tempo, visto que “[...] consciência, emoções e subjetividade são afetadas pelo modo como cada sociedade estrutura seu tempo” (MARTINS, 2003); o capital se utiliza dessa idéia e institui um tempo marcado pelo relógio e pelo calendário, no qual a previsibilidade do próprio cotidiano, como diz Martins (2003) provém de uma regularidade das medidas temporais, neste tempo em que as “[...] segundas-feiras repetem-se após domingos, dias de trabalho são intercalados por dias de folga, em um modelo seqüencial que permite às pessoas se organizarem e programarem suas atividades em função do tempo”. Daí a necessidade de ataque do capital em expansão às formas tradicionais vivenciadas pelos trabalhadores locais na sua relação com o tempo da natureza impondo, pela força, medidas temporais de controle próprias ao tempo industrial, individualizado e fragmentado, cujas “[...] exigências temporais postulam ritmos acelerados e parece que a possibilidade de se ter uma sociedade que respeite diferentes temporalidades e ritmos continua sendo utópica”, como conclui a autora.

O padrão taylorista/fordista alcançou seu ápice dos anos 1940 aos anos 1960 sob a orientação econômica keynesiana²⁴ - a qual fundamentava a afirmação do

²⁴ “O Keynesianismo é uma das grandes escolas do pensamento econômico contemporâneo da burguesia. Seus fundamentos foram estabelecidos pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), essencialmente em seu livro intitulado “A Teoria Geral do Emprego, do Lucro e da Moeda”, publicado em 1936. Keynes nunca escondeu que sua teoria tinha o objetivo de impedir que a Revolução Russa de 1917 se espalhasse pelo mundo na esteira de crises como a Grande Depressão de 1929” Poe em “[...] questão o princípio de ‘economia de mercado’, considera que o mercado é insuficiente para regular sozinho os problemas de emprego, das crises econômicas e do crescimento. Para ele, o Estado deve jogar um papel regulador com os meios de que dispõe, especialmente seu

Estado como agente indispensável de controle da economia, relacionada sobretudo ao equilíbrio entre demanda e capacidade produtiva da economia, garantindo o “pleno emprego”. Nesse contexto, diversas políticas de proteção foram consolidadas nos países de capitalismo central, mais especificamente da Europa Ocidental, um período que, segundo Antunes (2006, p.42), deu-se uma “[...] clara simbiose entre o welfare state e o padrão taylorista e fordista, em ascensão nos EUA desde os anos 1920”.

A crise de superacumulação produzida pela queda da taxa de lucros, caracterizada por um “[...] incremento da capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadorias e estoque, um excedente de capital-dinheiro e um nível elevado de desemprego, de caráter estrutural” (ALVES, 1998, p.114), provocou o esgotamento do modelo de funcionamento da empresa taylorista e fordista, que de acordo com Antunes (2006, p.42) tinha uma “[...] produção cronometrada, com ritmo controlado, produção homogênea [...] produzida em ritmo seriado e em linhas rígidas” gerando “[...] uma produção em massa, tendendo a um barateamento dos preços e desse modo ampliando o consumo também de massa, cujos salários operários também foram incrementados” (ANTUNES, 2006, p. 42). Além disso, tais políticas priorizavam investimentos públicos, considerados “[...] vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno” (HARVEY, 2005, p. 135).

As transformações que se processaram a partir de 1973, período da primeira crise do petróleo, sobretudo nos países centrais, impuseram restrições às políticas de proteção ao trabalhador consolidadas nesse modelo fordista/keynesiano, e a intervenção estatal foi apontada como um dos principais empecilhos à recuperação das taxas médias de lucro, uma vez que estaria bloqueando o livre desenvolvimento das forças produtivas.

Orçamento, mas também através do Banco Central, o controle de emissão da moeda e sua ação determinante sobre a taxa de juros. [...] no mercado é a demanda que determina a oferta e não o contrário. O nível de produção e de emprego é determinado pela demanda efetiva, que representa a previsão que fazem os empresários sobre a demanda futura dos consumidores de seus produtos. Em consequência, Keynes e seus adeptos preconizam uma ação sobre a demanda, principalmente pelo aumento das despesas do Estado e a estimulação do crédito como fatores de crescimento econômico, mesmo à custa de gerar temporariamente Déficit Orçamentários importantes e um excesso de moeda que acaba provocando uma tendência inflacionária” (RAMIREZ, 2007).

Com o advento do neoliberalismo²⁵, esse livre desenvolvimento das forças produtivas foi impulsionado, sobretudo quando se impôs a desregulamentação do mercado de trabalho, incluindo várias medidas: contrair a emissão monetária, elevação das taxas de juros, baixa radical dos impostos sobre rendimentos altos, abolição do controle sobre fluxos financeiros, criação de níveis de desemprego maciços, repressão de greves, imposição de uma nova legislação anti-sindical, corte nos gastos sociais e um amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando, em seguida, para as indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água (FERREIRA, 2003).

Esse conjunto de medidas - as quais se opunham vigorosamente contra o Estado interventor Keynesiano ou Estado de Bem Estar em vigor desde o Pós-guerra -, liderados pela Inglaterra e Estados Unidos, visava garantir ampla liberdade ao grande capital no seu movimento de expansão rumo às economias periféricas, redefinindo as condições de trabalho assalariado. Foi nesse contexto que as políticas de “pleno emprego” deram lugar à ideologia da empregabilidade, a qual pode ser compreendida como “[...] uma das (re)criações da ideologia neoliberal que visa relacionar índices de desemprego com baixa formação escolar, descaracterizando a forma anterior de se fomentar políticas de crescimento econômico atreladas à geração de emprego²⁶” (FERREIRA, 2003, p.59).

Embora nas regiões periféricas como a América Latina, não se tenha constituído um Estado de Bem Estar, os diversos países da região se tornaram alvos privilegiados da ofensiva neoliberal. A América Latina, por exemplo,

²⁵ “O pensamento neoliberal, organizado aparentemente, a partir dos anos 70 do século passado, nasceu e se estruturou muito antes, nos primórdios do keynesianismo. Nasceu do pensamento da Escola australiana de *Friedrick Von Hayek e Ludwig Von Mises* e do americano *Milton Friedman*. A principal estratégia desses *think tanks*, como *Dixon* denomina essa espécie de vanguarda intelectual do liberalismo econômico militante para reverter a ordem keynesiana, é a criação de institutos, constituídos em centros de formação do pensamento único. A partir da criação da Sociedade do *Monte Pélerin* (1947), surgiram o *Institute of economics Affairs* –(1955), o *Centre for Policy Studies* (1974), o *Adam Smith Institute* (1977), dentre outros, que possibilitaram a construção do novo senso comum: o mercado sem entraves. O trabalho desses *think tanks* neoliberais desabrocha na Grã-Bretanha, em plena crise econômica e social, pós anos 70. Os *think tanks* americanos e britânicos ocuparam um lugar privilegiado na nova estratégia americana de transformação da Europa central e oriental em economias de mercado brutalmente desregulamentadas”. O governo *Thatcher*, na Inglaterra, foi o primeiro regime de capitalismo avançado, publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal, seguidos dos Estados Unidos, Alemanha, Dinamarca e em seguida, quase todos os países do norte da Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, aderiram ao projeto (FERREIRA, 2003, p. 54-55).

²⁶ “A não empregabilidade se caracteriza, portanto, pela incapacidade individual do trabalhador em se qualificar e conseqüentemente em se adequar aos requisitos técnicos do mercado de trabalho, que exige profissionais constantemente preparados para as novas tecnologias” (FERREIRA, 2003, p.59).

[...] foi um dos seus últimos alvos²⁷ e as privatizações dos bens públicos, dentre as principais exigências, se impõe e se consolida nos diversos países, pautadas sob a ideologia do mercado sem entraves, que Hayeck e seus discípulos disseminaram por todo o mundo.

De um modo geral, os anos 70 foram um período de grandes incertezas, de crise de confiança nos paradigmas de gestão que predominavam nos países desenvolvidos desde a II Guerra Mundial, principalmente na Inglaterra.[...] na visão dos neoliberais, diversos fatos confirmavam o declínio, o “Mal Britânico”: desvalorização da libra esterlina em 1967; déficit na balança de pagamento; tensão nas empresas entre direções e sindicatos e dificuldades crescentes de gestão (FERREIRA, 2003, p.56-57).

Guardando as especificidades de cada região, tal ofensiva vem (re)definindo as condições de trabalho e de exploração da força de trabalho nos mais diversos espaços sobre os quais avança em seu movimento de expansão, pois o capitalismo necessita constantemente atualizar as condições de subsunção do trabalho no capital. Mas, se o neoliberalismo pode ser compreendido como a ofensiva do capital sobre a política, a reestruturação produtiva, sob esse ideário, seria a ofensiva do capital em relação à produção (GRACIOLLI, 2007).

Diante das mudanças, como analisa Antunes (2006, p.42), “[...] a empresa taylorista e fordista mostrou que tinha cumprido a sua trajetória. Tratava-se, então, de implementar novos mecanismos e formas de acumulação, capazes de oferecer respostas ao quadro crítico que se desenhava”, garantindo condições para o que Harvey (2005, p. 140) denomina de *acumulação flexível*, a qual

[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Em relação aos novos mercados, a expansão geográfica e a reorganização espacial são as principais saídas encontradas pelo capital diante de sua crise estrutural, pois “[...] se o capital sobreacumulado não se move ou não pode se mover, será diretamente desvalorizado”, diz Harvey (2005, p.13). Assim, de acordo com o autor, a *acumulação flexível* envolve

²⁷ Vale ressaltar que o programa neoliberal começou no Chile de Pinochet, quase dez anos antes da Inglaterra e incluía: desregulação, desemprego maciço, repressão sindical, redistribuição de renda em favor. No entanto, a inspiração teórica era de Pinochet era em Friedman, pretendendo abolição a democracia e instalar uma das mais cruéis ditaduras militares de pós-guerra. Mas a democracia em si mesma — como explicava incansavelmente Hayek — jamais havia sido um valor central do neoliberalismo.

[...] rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. [...] Ela também envolve um movimento que chamarei de compressão do espaço-tempo [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisão privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitariam cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado.

Quanto à flexibilidade dos processos de trabalho, as diversas experiências de *acumulação flexível*, como aponta Antunes (2006), na Suécia, Itália, Alemanha e em outros países, provocaram transformações nos processos de produção de natureza estrutural, resultando na atual reestruturação produtiva. Mas, como analisa este autor, apesar das conseqüências dessas experiências sobre as empresas,

[...] foi, entretanto, o toyotismo ou modelo japonês, que maior impacto tem causado, tanto pela revolução técnica que operou na indústria japonesa, quanto pela potencialidade de propagação que algum dos pontos básicos do toyotismo têm demonstrado, expansão hoje que atinge uma escala mundial (ANTUNES, 1998, p.23)

O toyotismo, como uma nova técnica de gestão da produção e do trabalho, pautada no modelo da “[...] ‘fábrica integrada’, do *just in time*, na fábrica que funciona a *zero stock*, sem almoxarifados residuais, com tempos totalmente sincronizados” (REVELLI, 2005), da produção enxuta e diversificada pode ser, então, considerado a base dessa reestruturação que viria atender as necessidades da *acumulação flexível*. Conduzido diretamente pela demanda, apresenta vários traços constitutivos, os quais são apontados por Antunes (1998): melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just-in-time*; a reposição de peças/produtos após a venda; processo produtivo flexível, no qual um operário opera com várias máquinas; trabalho realizado em equipe diante de máquinas automatizadas; flexibilização da organização do trabalho; horizontalização, transferindo elementos básicos da produção a empresas “terceiras”. Quanto ao processo de horizontalização, segundo o autor, este

[...] acarreta também, no toyotismo, a expansão desses métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, *kanban*, *just-in-time*, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente (ANTUNES, 1998, p.27).

No que se refere à “participação” dos trabalhadores, o toyotismo se propunha à convergência de interesses entre trabalho e capital. O enfrentamento ao combativo sindicato japonês demonstrou, logo nos primórdios do toyotismo, o significado dessa convergência de interesses: as empresas “[...] criaram o que se constituiu no traço distintivo do sindicalismo japonês da era toyotista: o sindicalismo de empresa, o sindicato-casa, atado ao universo e ao ideário liberal” (ANTUNES, 1998, p.25), consolidando, como diz o autor, uma participação dentro da ordem.

Donadone e Grun (2001) ao analisar as experiências de reestruturação produtiva no Brasil nos anos 1990, entendem que essa “participação” visava, sobretudo, “[...] agilizar a solução e a comunicação de problemas relacionados com a produção”.

É importante destacar que embora a constituição do toyotismo tenha ocorrido no Japão ao longo dos anos 1950 e 1960, foi somente nos anos 1980, sob a ideologia neoliberal, que se deu a sua expansão. Isso é evidenciado para os países de capitalismo periférico, no contexto de mundialização do capital, sob a hegemonia financeira. O Brasil, por exemplo, “[...] cuja industrialização se desenvolveu influenciada pelo taylorismo e pelo fordismo desde os anos 1930” (ANTUNES, 2006, p.43), deparou-se durante esse período com as primeiras transformações nesse padrão, quando as empresas introduziram diversas práticas próprias ao toyotismo.

Considerando esse conjunto de transformações na organização da produção e nas práticas de gestão, o toyotismo seria a superação do fordismo? Concordo com os autores que embora reconheçam que haja uma transformação significativa em relação ao fordismo, o toyotismo não se constitui na sua superação, mas no seu aperfeiçoamento, na medida em que otimiza e adequa a força de trabalho, que se submete a altas velocidades e prazos curtos de produção, propiciando tempos médios de giro mais rápidos. Como diz Antunes (1998, p. 33), o toyotismo não deve ser entendido como um novo modo de organização societária, considerando que se encontra nos estreitos limites do “processo de criação e valorização do capital. Também Revelli (2005), ao levantar algumas hipóteses sobre o que denomina “pós-fordismo, diz:

Creio que tem certa razão aqueles que lêem, na transformação tecnológica e organizativa em curso, uma radicalização do modelo fordista-taylorista. Algumas de suas características de tipo “integrista” e mais opressivas são levadas ao extremo. [...] em cada um de seus segmentos, realiza-se, com efeito, o sonho “inacabado” de Henry Ford: a idéia de um fluxo produtivo contínuo e total que abarque todas as fases da produção ao mesmo tempo,

que faça palpar o conjunto do aparato produtivo no mesmo ritmo. Uma idéia que leva às últimas conseqüências o princípio de conversão absoluta dos "tempos vivos" da força de trabalho em tempos produtivos, e que acentua, mais do que reduz, o grau de dependência do trabalhador na relação sistêmica do processo produtivo. Idéia que reenvia a uma lógica "taylorista" - isto é: a submeter - em termos formalizados e pré-definidos, num âmbito de total sincronia entre todas as funções produtivas - setores tradicionalmente "externos" ao "sistema de fábrica" (por exemplo: os empregados em transporte, de unidade produtiva a unidade produtiva, ou o pessoal do sistema logístico). O que dramatiza mais que estimula, enfim, a questão de "domínio" sobre a força de trabalho (o "sistema" é aqui muito mais vulnerável do que o precedente a qualquer "assincronia", por menor que seja). Neste sentido, pode-se falar de uma forma de "intensificação" do velho modelo produtivo e não, certamente, de sua superação.

A organização temporal e espacial resultante da reestruturação produtiva fundamentada no toyotismo aprofunda o controle do capital sobre o trabalho. Como diz Graciolli (2007, p. 36),

[...] a reestruturação produtiva expressa uma intensa ofensiva do capital sobre os trabalhadores, e o faz (e, sob a vigência da racionalidade totalizadora capitalista, não poderia ser diferente) através de múltiplas formas (precarização do trabalho, desregulamentação dos direitos sociais, por exemplo) visando tornar ainda mais consistente a subsunção real e formal do trabalho ao capital.

A intensificação do ritmo de trabalho, no contexto da atual reestruturação produtiva, ocasiona uma total apropriação do tempo de trabalho pelo capital, estabelecendo uma relação direta entre tempo e produtividade, no qual se intensifica o processo de estranhamento do trabalhador em relação ao processo de produção e ao seu produto. Novamente, o pensamento de Antunes (2008, p. 34) reflete a dimensão desse processo:

O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo "envolvimento cooptado", que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho [...] a decisão do *que* e de *como* produzir. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor [...]. *pensamos que se possa dizer que, no universo da empresa da era da produção japonesa, vivencia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalha, que tendencialmente se aproxima do limite.*

O estranhamento do trabalhador se acentua, portanto, nessa "nova" ordem cultural, na qual a busca insaciável pelo lucro tem primazia sobre o tempo "natural" dos elementos culturais. O ritmo diário de trabalho é fixado em função dos lucros, e

[...] as compensações, como férias pagas, salários mais altos, semanas de trabalho menores, aposentadoria antecipada, são [...] recuperadas pelo capital na forma de uma intensificação e aceleração ainda maiores das tarefas (HARVEY, 2005, p. 211).

Guardando as especificidades de cada realidade, as transformações temporais decorrentes desse processo redimensionaram os mais diversos aspectos da vida social, impondo ritmos e intensidades nos diferentes espaços de atuação capitalista. Esse redimensionamento evidencia “[...] o caráter contraditório do espaço mundial atual, feito ao mesmo tempo de homogeneização, através dos fluxos de mercadorias, de capitais, de mão-de-obra, de tecnologias, de informações, etc., e de fragmentação” (BIHR, 1998, p.109). Um espaço que resultou do processo de sincronização do tempo nas diferentes cidades, homogeneizando e controlando os movimentos dos corpos nas fábricas, comportamentos nos lares, nas ruas, nas escolas e nas igrejas, adaptando o ritmo dos corpos e das mentes ao ritmo de desenvolvimento do capitalismo. A cronologização do curso da vida resulta desse mesmo movimento.

2.1.3 A cronologização do curso da vida

A cronologização do curso da vida, como um dos redimensionamentos mais significativos no capitalismo, “[...] decorre desse tempo industrial, quantitativo e linear, dominado pela exatidão e pela pontualidade” (BESSIN, 1994), o qual estabeleceu, inclusive, uma padronização das faixas etárias (infância, adolescência, idade adulta e velhice), profundamente marcada pelo processo de individualização.

É nessa perspectiva que para a apreensão das determinações do tempo dos trabalhadores na sociedade capitalista e, mais particularmente, no movimento de expansão do grande capital nos espaços de exploração mineral, tomo como premissa o fato de que a organização do tempo, o estabelecimento de limites de idade, os avanços científicos tecnológicos relacionados à medição e à sincronização do tempo e a sua organização nos espaços sociais estão, inexoravelmente, subordinados às necessidades de controle do capital sobre o trabalho. Mas, por que essa necessidade de controle do capital sobre o trabalho abstrato? “[...] porque o capital é trabalho acumulado”, diz Marx (2004, p 68), acrescentando que com .

[...] a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens[...] O

produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa fixa, é a objetivação do trabalho” [...] o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como a um objeto estranho [...] quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio” (MARX, 2004, p.111- 112).

E como o “[...] trabalhador se transformou numa mercadoria [...] o seu próprio trabalho a ele se contrapõe” e quanto mais “[...] desejam ganhar mais têm de abrir mão do tempo e realizar um trabalho de escravo, em que sua liberdade se encontra totalmente alienada e a serviço da mesquinhez” (MARX, 2004, p. 66), estabelecendo-se, assim, “[...] a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista” (MARX, 1988, p.197). Para garantir essa dependência,

[...] grandes massas humanas precisam estar disponíveis para serem subitamente lançadas nos pontos decisivos, sem quebra da escala de produção em outras esferas. A superpopulação as provê. O curso de vida característico da indústria moderna, sob a forma de um ciclo decenal, interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa na contínua constituição, na maior ou menos absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação.

Conforme analisa o autor, essa superpopulação tem diferentes formas de existência, “[...] em todos os matizes possíveis”. Com a

[...] acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como, de fato, cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas (MARX, 1988, p. 191),

Todo trabalhador faz parte dessa superpopulação relativa durante o tempo em que está desocupado, diz Marx (1988). Parcial ou inteiramente [...] “ela possui continuamente três formas: líquida, latente e estagnada”. A forma líquida é aquela que se encontra nos “centros da indústria moderna”, onde “[...] trabalhadores ora são atraídos, ora repelidos em maior proporção, de modo que ao todo o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala da produção”. Um dos fatores relacionados a esse movimento de atração e repulsão dos trabalhadores é a idade, uma categoria profundamente vinculada ao capitalismo.

Como trabalhador assalariado, desprovido dos seus meios de produção, para sobreviver, esses trabalhadores necessitam colocar sua força de trabalho à venda, esperando que alguém a compre. Está à venda, portanto, como qualquer mercadoria e como tal está submetida à lei do valor, pois a força de trabalho tem um tempo de

vida útil, o qual tende a se tornar cada vez mais curto, provocando alterações nos limites de idade para o trabalho, relacionada diretamente com a capacidade de exploração a que possa ser submetida. A análise de Marx (1988, p. 198), apresenta o real significado dessa relação entre envelhecimento da força de trabalho e as necessidades de acumulação:

Tanto nas fábricas propriamente ditas como em todas as grandes oficinas, em que a maquinaria entra como fator ou em que ao menos a moderna divisão do trabalho é aplicada, precisa-se maciçamente de trabalhadores masculinos até ultrapassarem a juventude. Uma vez atingido esse termo, só um número muito reduzido continua sendo empregado no mesmo ramo de atividade, enquanto a maioria é regularmente demitida. [...] Ele precisa de massas maiores de trabalhadores em idade jovem, de massas menores em idade adulta. [...] o consumo da força de trabalho pelo capital é, além disso, tão rápido que o trabalhador de mediana idade, na maioria dos casos, já está mais ou menos esgotado. Ele cai nas fileiras dos excedentes ou passa de um escalão mais alto para um mais baixo. Justamente entre os trabalhadores da grande indústria é que deparamos com a duração mais curta da vida (MARX, 1988, p.198).

Na população rural, cujos salários são extremamente rebaixados, encontramos a segunda categoria de população relativa, a latente, que surge sempre que a produção capitalista domina a agricultura e deixa os trabalhadores na “[...] iminência de transferir-se para o proletariado urbano [...] cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo”. Por sua vez, a outra categoria é a estagnada, que

“[...] constitui parte do exército ativo de trabalhadores, nas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível [...] é caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário (MARX, 1988, p. 199)

Dentro do que Marx (1988) denomina de o mais profundo sedimento da superpopulação relativa (na esfera do pauperismo), além de outros, encontramos “[...] aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador [...] um peso morto do exército industrial de reserva”. Essa força de trabalho, plenamente esgotada, envelhecida, desvincula-se do trabalho sem condições de manter sua sobrevivência, restando-lhe apenas os asilos.

O significado que a idade assume na sociedade industrial como forma de classificação e separação dos seres humanos é inerente às novas formas de produção e reprodução da vida social, assumindo preponderância em relação ao status da família que antes determinava, nas diferentes sociedades, o grau de maturidade e controle de recursos de poder (DEBERT, 1997).

Antes desse tempo industrial, não são encontrados registros históricos, nas diferentes sociedades, que indiquem padronizações geracionais ou preocupação com as trajetórias individuais em termos de idades, a não ser quando se queria evidenciar a longevidade, como nos casos dos Patriarcas, destacada na Bíblia Sagrada²⁸. A preocupação em ressaltar as elevadas idades destes vinculava-se, sobretudo, ao destaque às recompensas de Deus.

Sob a influência do cristianismo, na Idade Média, a preocupação com o tempo de vida não assume relevância, considerando que, nesses tempos “medievais”, “[...] o que importa não é quantos anos se vive, mas como se vivem estes anos. Já não existem vidas longas nem vidas curtas, mas vidas com sentido e vidas sem sentido” (VALDÉS, 1994).

Quanto à criança e à adolescência como categorias, estas são construções da modernidade e é somente a partir do século XIII que se constitui “[...] um alargamento entre criança e adulto”, como mostra o estudo de Aquino (2004, p.20). Já a adolescência data do século XVII, nascendo da “[...] aristocracia européia, da leitura de um hiato de tempo em que os herdeiros aguardavam o momento de entrar em cena na vida adulta, para substituir ou assumir os negócios da família” (AQUINO, 2004), quando os jovens eram postos

[...] em ritmos de espera, em atividade de lazer ou hobbies ou viagens. Esses períodos costumavam produzir comportamentos rebeldes, irresponsáveis, de apatia ou agressividade e de certa forma, foram assimilados pela burguesia com o passar do tempo.

Essa assimilação se estabeleceu nos rituais de passagem para os “tempos modernos”, efetivando, definitivamente essas categorias de idade como construções históricas e sociais, a exemplo da

[...] fixação da maioridade civil, o início da vida escolar, a entrada no mercado de trabalho [...] que se colocam como organizadores do sistema social e cultural que impõe uma visão de mundo e mantém ou transformam posições em espaços específicos. Nas sociedades ocidentais, a idade cronológica é mecanismo básico de atribuição de status, papéis ocupacionais, formulação de demandas sociais. Nas não-ocidentais estão ausentes, com a observação voltada ao ciclo da vida individual: desenvolvimento biológico, capacidade de realizar tarefas, casamento, etc. Nessas, estágios de maturidade diferem do número de anos (AQUINO, 2004).

²⁸ Segundo as Sagradas Escrituras, será Jesus Cristo que vai trazer a grande novidade, já insinuada pouco antes de sua vinda, de que o homem continua vivendo depois desta vida terrena. Isto é, o homem tem vida eterna (VALDÉS, 1994).

Na sociedade capitalista, pautada nos princípios do individualismo, acentua-se essa diferença entre estágios de maturidade e número de anos, distanciando, cada vez mais, as diferentes gerações, destruindo tradições, redefinindo a idade para o trabalhador entrar e sair do mercado de trabalho, impondo, sobretudo, as atitudes de discriminação contra os velhos, tão comuns na contemporaneidade. Foi, portanto, nesta sociedade que a cronologização da vida originou, de acordo com AQUINO (2004, p.22) a “[...] padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice como respostas a mudanças na economia doméstica para uma economia com base no mercado de trabalho”, destruindo os vínculos da tradição e da continuidade entre as gerações que predominavam nas sociedades “pré-modernas”. A partir dessa cronologização, segundo a autora, “[...] práticas de uma geração só se repetem se forem reflexivamente justificadas”.

Por meio da dinâmica da produção e da circulação do capital, as definições do tempo de vida, tempo de trabalho, tempo livre e todos os outros tempos dos trabalhadores materializam-se na sociedade moderna sob a hegemonia capitalista, na qual estágios

[...] foram claramente definidos e separados e a fronteira entre eles passou a ser dada pela idade cronológica. É nesse sentido que a expressão "cronologização da vida" é usada por Kohli e Meyer (1986) para caracterizar as transformações na forma como a vida é periodizada, no tempo de transição de uma etapa para outra, na sensibilidade investida em cada um dos estágios, mas também para definir o caráter do curso da vida como instituição social. Essa institucionalização crescente teria envolvido praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho e está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos (DEBERT, 1997).

Essa institucionalização denota a marcha do tempo global do capitalismo que é a própria história do capitalismo, a qual tem se caracterizado pela desestruturação do tempo em função das necessidades de acumulação, próprias ao mundo “moderno”. Inclusive, a própria idéia de “moderno” que os europeus passam a denominar a época entre os séculos XV e XVIII traz como premissa a necessidade de controle social sobre o tempo.

Como afirma Bassit (2000, p. 222),

[...] a modernidade, ao estar associada ao desenvolvimento do capitalismo, da ciência e tecnologia e ao nascimento do Estado Moderno, acarreta um maior interesse em registrar, regular e disciplinar a vida das pessoas, quer por meio do desenvolvimento das ciências humanas ou do corpo. A preocupação central na modernidade é periodizar a vida humana, institucionalizando as transições das pessoas da família para a escola ou o trabalho, instituindo a idade ideal para se casar ou se aposentar, entre outras. (...) a lógica da modernidade está fundamentada na uniformização e 'universalização das transições' em uma grande variedade de contextos institucionais, bem como uma maior segregação de grupos sociais. Esse processo acarretou uma maior diferenciação no curso de vida, com limites claramente definidos por meio de idades cronológicas pré-definidas, que separam as diferentes fases da vida como a infância, a adolescência, a maturidade e as emergentes meia-idade e velhice.

Tais diferenciações no curso da vida, assim como a própria concepção de tempo no capitalismo, são bastante diversas da concepção que dominava na ordem feudal, bem como em outros modos de produção, pois a aceitação do registro do tempo pelo cronômetro deu um sentido linear e progressivo à vida, possibilitando ver a retrovisão e a previsão como proposições simétricas, assim como formular um forte sentido de potencialidade de controle do futuro (HARVEY, 2005).

A universalização dessas transições etárias é vital para o movimento do capital, o qual se dá pela sua incessante expansão, subsumindo o trabalho no pela destituição de quaisquer limites, estendendo a duração da jornada de trabalho ao tempo máximo, restando ao trabalhador apenas o tempo para repor suas energias com a alimentação e o sono. Das resistências naturais às sociais, impostas pela organização dos trabalhadores nos seus diversos movimentos de resistência e pelas legislações que se efetivam nas várias sociedades em prol da redução da jornada de trabalho, o avanço do capital não tem limites, buscando todas as formas de controle espaços/temporais. Se não o pôde realizar pela ampliação da jornada de trabalho, conseguiria de outras formas, como pela intensificação do ritmo de trabalho, através das inovações científicas tecnológicas, da cronologização do curso da vida, alterando o próprio significado do tempo na sociedade, imprimindo a velocidade e a aceleração em todas as atividades humanas.

Particularmente nos espaços de exploração mineral, as empresas transnacionais cumprem aí, um importante papel: articular as transformações locais e garantir, junto ao Estado-Nação, a implementação da infra-estrutura ideal para que

se imprima a velocidade de extração das riquezas minerais requisitadas pelas atuais necessidades de acumulação. Para isso, o capital em expansão ignora as peculiaridades em cada região e tenta, de todas as maneiras, definir padrões homogêneos de cultura e de consumo adequados as suas necessidades, bem como os rumos a serem seguidos pelos países da região para a qual se expande. Essa é a realidade que encontramos na América Latina, onde tempo e minério se entrelaçaram ao longo de sua construção histórica profundamente marcada pela exploração de suas riquezas naturais.

2.2 Tempo e minério na América Latina sob a égide do capital transnacional

A riqueza das potências é a pobreza da América Latina (GALEANO, 1988).

A América Latina é repleta de exemplos de exploração de suas riquezas minerais, no qual as grandes potências, utilizando-se do poder do Estado, apropriaram-se do ouro, da prata e de outras especiarias aqui encontradas a partir da expropriação do trabalho, da opressão e da brutalidade sobre os povos nativos. O sistema colonial que predominou na região desde as primeiras décadas do século XVI, como analisa Marx (1988, p. 278), teve um papel preponderante na supremacia comercial, um sistema que proclamou “[...] a extração da mais-valia como objeto último e único da humanidade”.

Essa supremacia comercial sufocou as tradicionais sociedades da América, permeadas por relações ordenadas de acordo com os ritmos da natureza. Suas riquezas lhes foram arrancadas material e espiritualmente, considerando que as pedras tidas como preciosas pelos povos nativos eram retiradas das montanhas para adorar os deuses, nos limites de cada nação, como acontecia com os Incas em relação à prata do *Monte Potosí*. Com a chegada dos espanhóis, essa relação foi desmoronada e “[...] num abrir e fechar de olhos uma sociedade rica e desordenada brotou, em *Potosí*, junto com a prata” (GALEANO, 1988, p. 33), forçando os nativos que não foram aniquilados a trabalhar exaustivamente nas minas para a glória e a riqueza da coroa. A partir de então, os povos da América Latina conheceram uma nova forma de se relacionar com o tempo, que deixava de ser regido pela natureza,

pelo sagrado e passa a ser determinado pelas necessidades da expansão colonial, que se inicia no mais cedo horário do dia e só termina quando se exaure todas as energias do trabalhador. Os momentos de descanso se limitavam, portanto, aqueles necessários á recuperação dessas energias. Tem-se aqui, as bases do processo de divisão do dia em partes que determinarão a primazia do tempo de trabalho sobre as demais atividades e que, paulatinamente, serão a ele subordinadas. Foi, portanto, no advento da modernidade que Tempo e Minério se entrelaçaram permeados pela exatidão e pela quantificação: ambos se tornaram importantes mercadorias para o processo de valorização do nascente capitalismo industrial. E esse nascente capitalismo só poderia se desenvolver impondo a homogeneidade nos mais diversos aspectos da vida social, como destaquei em relação à sincronização do tempo mundial, ao processo de homogeneização nas fábricas e à cronologização do curso da vida.

A imposição dessa homogeneidade foi fundamental para a expansão do capital na América Latina, uma das regiões privilegiadas no atual movimento de mundialização do capital, a qual se consolidou como economia exportadora [...] “desenvolvida em função do mercado mundial” (MARINI, 2000).



Figura 5 – Mapa da América Latina

A sua construção histórica e social tem como base o saqueamento de suas riquezas minerais e a destruição de suas várias civilizações, os quais tiveram início com a chegada dos primeiros exploradores europeus que aqui desembarcaram, sob a necessidade imperiosa de encontrar e apoderar-se do ouro e da prata que acreditavam existir em abundância, sobretudo pelos relatos de outros navegantes que descreviam com riqueza de detalhes, as grandes minas existentes na região. O livro de Marco Pólo, por exemplo, descrevia a abundância de ouro nas longínquas terras, cujas minas seriam inesgotáveis (GALEANO, 1988). Como analisa Holanda (Apud IGLÉSIAS, 1992, p.8), a “[...] força das lendas sobre riquezas foi uma das molas das viagens e da colonização”; por isso, a riqueza mineral do Novo Mundo, como o

[...] mito do El Dorado sempre fascinou os europeus por toda a sua história, crescendo ainda mais após a descoberta da América e ainda mais após os espanhóis acharem ouro e prata no Peru e no México. O sonho do El Dorado não ficou apenas no lado espanhol, mas também apareceu no lado português[...] (LIMA, 2007).

Do planalto mexicano até os Andes e por toda a faixa litorânea do Oceano Atlântico, espanhóis e portugueses, motivados, tanto pela possibilidade de expandir seus domínios como também para tentar saldar suas dívidas com a coroa Inglesa, imprimiram uma intensa exploração na região com o objetivo de encontrar minas de ouro e prata. A descoberta espanhola das minas de *Potosí*, na atual Bolívia, no ano de 1545, acirrou ainda mais a exploração da região. Quanto às populações nativas, estas não lhes importavam enquanto homens. Como destaca Iglésias (1982, p. 8-9), quando

[...] tomava-se conhecimento de um mundo mais amplo, explorava-se economicamente [...]. E era só. Essas terras pouco mais sugeriam. Seus habitantes, enquanto homens não contavam: eram povos exóticos. O europeu do Renascimento não podia ter interesse por criaturas supostamente bárbaras ou lugares sem arte e sem conforto [...]. Só a busca de riquezas justificava a sua procura.

A ambição sem limites dos saqueadores espanhóis e portugueses, financiados tanto pelo Estado quanto pelos próprios conquistadores ou empresários no contexto de expansão do capitalismo comercial, propiciou importantes reservas de capitais para a Europa. Depois de esgotadas as fontes das Antilhas, a busca pelo ouro e pela prata em grandes quantidades alcança o planalto do México, o altiplano andino, a Guatemala, Cuzco, exterminando populações nativas por onde avançavam. Entretanto,

[...] a força e tormento não foram suficientes: os tesouros arrebatados não preenchiam nunca as exigências da imaginação, e durante muitos anos escavaram os espanhóis o fundo do lago do México em busca do ouro e dos objetos que os índios teriam escondido (GALEANO, 1988, p. 31).

Esse saqueio, no qual os povos indígenas foram brutalmente atingidos, foi determinante para a acumulação primitiva de capitais pela Europa. Como evidencia Marx (1985, p.128), a descoberta da América e a introdução de seus metais preciosos na Europa, facilitou a acumulação de capitais que se constituiu em “[...] uma condição das mais indispensáveis para a formação da indústria manufatureira”, base para a emergência da Revolução Industrial²⁹, a partir do século XVIII. Foram os minerais impulsionaram a metalurgia e a indústria química (CANÊDO, 1994, p.7).

O novo mercado mundial que emergiu a partir das grandes navegações impôs novas necessidades comerciais desvencilhadas das amarras feudais, na qual o capital monetário formado pela usura e pelo comércio, pôde, finalmente, converter-se em capital industrial. Os portos marítimos, abrindo as portas à navegação também garantiam as condições concretas de funcionamento das primeiras manufaturas, pois ali se encontravam em abundância a matéria-prima e a mão-de-obra livre, expulsa dos feudos: escravos e servos (MARX, 1988).

A remessa de ouro e prata da América para a Europa foi, portanto, essencial para o processo de acumulação capitalista: “[...] entre 1503 e 1660, chegaram ao porto de Sán Lúcar de Barrameda 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata [...] excedia três vezes o total das reservas européias” (GALEANO, 1988, p.34). A descoberta do ouro e da prata na América foi, portanto, um dos momentos fundamentais da acumulação primitiva, juntamente com “[...] o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas” (MARX, 1988, V II, p.273), nas quais muitos trabalhadores foram soterrados.

O expansionismo dos séculos XIV e XV, no qual espanhóis e portugueses, seguidos pelos holandeses, franceses e ingleses, aventuraram-se na travessia de grandes extensões de água, em busca de riquezas como o ouro e a prata em áreas até então desconhecidas pelo domínio europeu, pode ser considerado um desses primeiros momentos da acumulação primitiva. Esse movimento foi de tal importância

²⁹ Expressão criada no século XIX pelos socialistas franceses, estabelecida “[...] para nomear os acontecimentos que, a partir do século XVIII, modificaram de forma brusca a vida das sociedades humanas” (CANÊDO, 1994, p.12).

que é configurado como “marco na História”, indicando “o começo dos tempos modernos” (IGLESIAS, 1992), nos quais se estabeleceu o modo de produção capitalista, ocasionando profundas alterações nas relações que os homens estabeleciam com a natureza. Além desse expansionismo propiciado pelas grandes navegações, a Reforma Protestante, a formação dos Estados Nacionais e o desenvolvimento científico e tecnológico também foram determinantes para as profundas alterações nas formas de explicar a natureza, de se relacionar e de atuar sobre ela. Entretanto, é a partir das grandes navegações, com a instalação das colônias na América, na Ásia e na África que se viabiliza a criação de um [...] “mercado muito mais amplo e com características mundiais” (TOMAZI, 1993, p.1), dando início ao “[...] comércio mundial e ao mercado mundial” que “[...] inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital” (MARX, 1988, V I, p. 121), “[...] uma história que é marcada, desde o princípio, pela expropriação do trabalho alheio”, pois o capital “[...] é o poder de domínio sobre o trabalho e sobre os seus produtos [...] é trabalho acumulado” (MARX, 2004, p. 80). Suas condições históricas de existência

[...] só surge onde o possuidor dos meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão uma época do processo de produção social (MARX, 1988, p. 137).

O sistema colonial na América portuguesa e espanhola, assim como os demais sistemas de colonização fazia brotar “[...] grandes fortunas [...] num dia, como cogumelos; a acumulação primitiva realizava-se sem adiantamento de um xelim sequer” (MARX, 1988, p. 276-277). Como um dos principais métodos de expropriação da riqueza do trabalho, esse método propiciou o amadurecimento do comércio e da navegação, alavancando a concentração de capitais, pois o “[...] tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital”. Prado Júnior (1998, p. 14-15) sintetiza o significado desse processo de expansão europeia ultramarina:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de “descobrimento”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo o que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a parti do séc. XV e que lhe alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não tem outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores.

Como economia exportadora, ao longo de sua construção histórica e social, acentuou-se na América Latina, até o limite, as contradições do modo de produção capitalista (MARINI, 2000). Impôs-se a essa região periférica determinadas formas de pensar e agir para atingir as necessidades dos países hegemônicos, intensificando as desigualdades no ritmo de desenvolvimento da região, que, na atualidade são exacerbadas. O Produto Interno Bruto (PIB) dos diversos países que compõem a América Latina (Tabela 1), por exemplo, é um dos indicadores quantitativos que expõem essa realidade na desigualdade do desenvolvimento entre países latino-americanos.

Tabela 1 - Dados de Países Representativos da América Latina

PAÍSES	POP. TOTAL 2000	POP. URBANA 2000	(%) TAXA DE URBANIZACIÓN	% PIB América Latina
BRASIL	170.115.008	138.303.488	81,30	25,93
ARGENTINA	37.032.000	33.291.768	89,90	13,87
CHILE	15.211.300	13.036.084	85,70	3,27
VENEZUELA	24.170.000	21.003.730	86,90	6,44
PERU	25.661.000	18.681.208	72,80	2,78
COLOMBIA	42.299.300	31.259.184	73,90	4,30
GUATEMALA	11.385.300	4.519.964	39,70	1,06
MÉXICO	97.966.000	72.886.704	74,40	31,49
TOTAL	423.839.908	332.982.130	78,56	89,14
AMÉRICA LATINA	516.543.418	388.975.698	75,30	100,00

Fonte: World Bank (2000)

A diferença na participação do PIB do México (31,49%), do Brasil (25,93%) e da Argentina (13,87), totalizando 83,35% em relação a soma do PIB dos demais países é bastante significativa. Por sua vez, a taxa de urbanização entre todos os países é bastante similar (acima dos 70%), com exceção da Guatemala (39,70%). De acordo com vários teóricos do desenvolvimento, a taxa de urbanização seria um dos principais indicadores de desenvolvimento. Mas, como diz Lukács (1979), as condições de desigualdade são quantitativas e qualitativas. Assim, os indicadores quantitativos pouco dizem das especificidades dessa região. O processo de urbanização da América Latina é repleto de contradições, considerando a vinculação do seu processo de industrialização com o desenvolvimento dos países centrais, notadamente os Estados Unidos. Como diz Lopes (2001, p. 35), “[...] o desenvolvimento do capitalismo na América, como é inerente à sua própria

natureza, se de modo desigual, mediante a combinação de atraso e modernidade. E o faz com a mediação do Estado [...]”. Nessa perspectiva, a industrialização foi impulsionada a partir da criação, em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que indicava a industrialização como a melhor alternativa para a superação do “subdesenvolvimento” desses países. Furniel (1993, p.45) relata que

[...] a partir da década de cinquenta, os principais países da América Latina apelaram para a “industrialização a qualquer preço” para superar o subdesenvolvimento. O que esperava-se era a modernização do continente, que significava a urbanização de todas as regiões, a penetração do capitalismo em todos os setores, principalmente o rural e a idéia de atraso que seria substituído pelo de progresso.

Segundo Machado (1999, p.203), em 1954, no Encontro dos Ministros da Fazenda ou da Economia da América Latina – IV Sessão Extraordinária do Conselho Interamericano da OEA –, realizado no Rio de Janeiro, “[...] oficializou-se a tese dos investidores norte-americanos” de atrelamento do crescimento econômico à “[...] presença dos oligopólios internacionais cuja agenda foi preparada pela Cepal”. De acordo com o autor, o Informe Preliminar da Secretaria Executiva da Cepal assim justificava a necessidade do capital estrangeiro:

A América Latina vem experimentando um ritmo de crescimento muito alto durante os últimos anos. A renda média por habitante subiu de 3,3%, anualmente, no período de 1945-52 em comparação com a taxa de 1,9% registrada no crescimento histórico dos Estados Unidos. Se uma taxa como essa fosse mantida com persistência, os países latino-americanos poderiam melhorar em 100% dentro de 21 anos o seu nível de vida atual. Mas, infelizmente, os fatores que impulsionaram esse crescimento foram fatores extraordinários e não parecem se repetir agora.

Sob a ideologia desenvolvimentista³⁰, sustentada em um processo de industrialização associado aos capitais estrangeiros, as orientações da CEPAL³¹ foram determinantes para que tivesse início o processo de industrialização nesses países, considerado a base do desenvolvimento e um dos impulsionadores do processo de urbanização, pois as altas taxas de população rural eram

³⁰ Aceleração do crescimento a partir da industrialização é a base da ideologia desenvolvimentista. No Brasil, “[...] a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, teve como lócus privilegiado de discussão e desenvolvimento o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, que foi criado em 1955, no governo interino de Café Filho. No governo de Juscelino Kubitschek o ISEB passou a ser peça essencial da nova administração, com a atribuição de formar uma mentalidade nacional para o desenvolvimento” (NASCIMENTO, 2007).

³¹ É importante destacar que várias teorias explicativas do desenvolvimento econômico nortearam as ações dos organismos fomentadores das políticas de desenvolvimento, com destaque para Rostow (1961), Albert Hirschman (1961) Lewis (1969), Myrdal (1968), Perroux (1977), dentre outros.

compreendidas como um dos principais indicadores do subdesenvolvimento³². Entretanto, guardada as especificidades dos diversos países que compõem a região, o saldo da industrialização foi o acirramento das desigualdades entre e dentro países. O que explicaria tal resultado?

A particularidade do desenvolvimento somente pode ser compreendida no processo de divisão internacional do trabalho no qual, como afirma Galeano (1988), alguns países “[...] se especializam em ganhar” e outros, “[...] se especializam em perder”. Essa relação resulta, portanto, da necessidade incessante do capital de expandir-se sempre em busca de novos espaços, (re) definindo as relações centro/periferia entre países e regiões, e dentro destes, de acordo com as necessidades de acumulação, acentuando as desigualdades econômicas e sociais. Especificamente para a América Latina, tal processo de expansão se constitui pela especialização “em perder”. Conforme Galeano (1988, p.13),

[...] a nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta.[...] a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os.

Como já tratei anteriormente, essa especialização da região foi impulsionada pelos interesses dos países europeus³³ - que no calor da expansão do capitalismo comercial promovida no século XVI, além da exploração mineral, introduziram a lavoura comercial na região, destinada aos mercados europeus e com exclusiva finalidade do lucro. As principais bases da economia latino-americana apontadas por Belatto (2007) são

[...] a economia agrícola e mineradora dominada pelo mercado internacional, com o objetivo de gerar lucros para a potência dominadora; a pobreza social como resultado de um sistema econômico externo e excludente, que privilegia uma minoria financeiramente capaz de integrar-se aos padrões de consumo; a opressão de governos centralizadores contra as minorias, produzindo genocídios e o caos social; a exploração do trabalho e as péssimas condições de sobrevivência para a grande maioria de sua população (BELATTO, 2007)

³² A partir desse período substitui-se a idéia do “atraso” pelo subdesenvolvimento. O mundo rural era visto como “[...] atrasado, velho, passado, enquanto o mundo urbano seria visto como adiantado, novo, moderno” (OLIVEIRA, 2005, p.116).

³³ Aqui, cabe destacar a expansão marítima de Portugal, acompanhada dos reinos espanhóis de Castela e Aragão, da França, Inglaterra e Holanda., que entre os séculos XV e XVI provocou intensas transformações na América.

Essas condições econômicas e sociais da região foram estabelecidas sob a ideologia do descobrimento que “[...] implica em uma idéia imperialista, de encontro de algo não conhecido; visto por outro que proclama sua existência, incorporando-o ao seu domínio, passa a ser sua dependente” (IGLESIAS, 1992). As novas terras foram incorporadas aos domínios espanhol e português como colônias de exploração, constituindo o que hoje conhecemos como América Latina.

Apesar de estar atrelada ao domínio de espanhóis e portugueses, essa dependência, alicerçada em bases econômicas, determinou um papel central para a região no que concerne ao desenvolvimento das grandes potências européias, sobretudo da Inglaterra, pois embora Espanha e Portugal tenham empreendido grandes esforços para localizar, explorar e colonizar essas terras, as dívidas que mantinham em relação a esse país, os colocavam numa posição de submissão econômica. Mesmo com a submissão dos países latino-americanos à Europa em virtude da exploração mineral, até meados do século XX, a principal atividade econômica dos povos nativos da região era a agricultura de subsistência, seguida pela pecuária, que embora tenha sido introduzida pelos europeus como uma atividade secundária, desenvolveu-se de forma bastante intensa, sobretudo na planície Platina, que dispunha de abundantes pastagens naturais.

A partir da adaptação de animais oriundos da Europa, os povos latinos passaram a atuar na produção de carne, lã e couro. Destacava-se, também, a caça, a pesca e a coleta de frutos e raízes como atividades complementares (BRASIL ESCOLA, 2006). Assim, podemos compreender como a construção histórica da América Latina, nos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, insere-se num processo de opressão e resistências, no qual a extração mineral pelos grandes grupos transnacionais, na contemporaneidade, assume extrema relevância para as transformações que se evidenciam na relação que os povos latinos assumem com a natureza.

Na atualidade, o interesse do grande capital pela América Latina está profundamente relacionado à demanda dos países centrais por minerais e o capital norte-americano tem um papel decisivo nesse processo de internacionalização. A partir dos anos 1940, o grande capital sob a hegemonia dos Estados Unidos implementou uma série de medidas na região, criando os dois principais organismos

multilaterais, Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI)³⁴, inaugurando uma nova era na região. Nessa perspectiva, diversos acordos foram firmados entre os Estados Unidos e as economias latino-americanas, desde os anos 1940, relacionados à exploração mineral, resultando, inclusive, no apoio militar para a queda de governos socialistas na região³⁵. Na verdade, a

[...] política imperial dos Estados Unidos já estava bem definida no século XIX quando incorporou, pela força das armas ou do dinheiro, mais de dois terços de território americano as suas fronteiras. Com relação a nós, latino-americanos, em 1826, no primeiro congresso anfictiônico das Américas, Bolívar advertia as jovens nações recém libertas do colonialismo ibérico sobre o perigo da expansão manifesta da grande nação do norte. A doutrina Monroe, então formulada, pretendendo selar nosso destino, deixava clara a intenção dos Estados Unidos de estender, se não suas fronteiras, sua hegemonia até a Patagônia. De então para hoje, a história das relações dos Estados Unidos com os demais estados americanos é uma sucessão de agressões de todo tipo. (CANNABRAVA FILHO, 2006)

Além do financiamento de golpes, os Estados Unidos intensificaram o despojamento gratuito das várias regiões da América Latina que tinham grandes riquezas minerais. Conforme identifica Galeano (1988, p. 149), um caso emblemático foi a outorga da *Mina Matilde*, na Bolívia, que contém chumbo, prata e grandes jazidas de zinco à firma *Philips Brothers*. “A empresa foi autorizada a levar o zinco em bruto para elaborá-lo em suas refinarias estrangeiras, pagando ao Estado nada menos que 1,5% do valor da venda do mineral”.

No Brasil, ainda nos anos 1940, o

[...] presidente Eurico Gaspar Dutra concedeu à *Bethlehem Steel* as quarenta milhões de toneladas de manganês do Estado do Amapá, uma das maiores jazidas do mundo, em troca de 1,4% para o Estado sobre as rendas de exportação; desde então, a *Bethlehem* vem transferindo as montanhas para os Estados Unidos [...] de cada cem dólares que a *Bethlehem* investe na extração de minerais, oitenta e oito correspondem a uma gentileza do governo brasileiro: as isenções fiscais em nome do ‘desenvolvimento regional (GALEANO, 1988, p. 149).

Atualmente, o minério de ferro se constitui no mineral de maior interesse para os países centrais, por ser matéria-prima básica para a produção do aço. Somente em 1998, foram exportados cerca de 441 milhões do produto, sendo 123,1 milhões toneladas provenientes do Brasil e 10,2 milhões de toneladas da Venezuela,

³⁴ Criados em 22 de julho de 1944, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o FMI apresentam, respectivamente os seguintes objetivos gerais: auxiliar na reconstrução e desenvolvimento dos territórios dos membros através de empréstimos e promover a cooperação monetária internacional e facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional.

³⁵ Temos como exemplo, a queda dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil e do governo socialista Cheddi Jagan, na Guiana (grande produtor mundial de bauxita) (GALEANO, 1988).

dentre outras regiões. Os maiores importadores, nesse mesmo período, foram os países asiáticos (cerca de 224,9 milhões de toneladas), seguidos pela Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos e Itália, os quais importaram cerca de 104,3 milhões de toneladas (FERREIRA, 2001, p. 16). Como podemos observar, trata-se de um intenso comércio internacional que, para se realizar, necessita viabilizar a extração e o escoamento do produto, reorganizando as condições de produção e exploração da força de trabalho de acordo com os interesses do grande capital.

Embora os atuais objetivos de exploração mineral sejam distintos do período de colonização, mais uma vez, a América Latina assume um papel essencial para o desenvolvimento das grandes potências. Como afirma Sawaya (2003, p. 3), o “[...] processo de industrialização da periferia latino-americana seguiu muito próximo ao processo de acumulação mundial de capital” e se o

[...] período primário-exportador tem uma forte correlação com a internacionalização comercial do capital, a partir dos anos 1950/ 1960 [...]. O capital passa já não mais a buscar mercados para dar continuidade ao seu processo de acumulação, mas busca novos lugares para sua expansão, garantindo a continuidade da acumulação mundial em escala ampliada (SAWAYA, 2003, p. 3).

Esse movimento de expansão do capital é acompanhado por um movimento paralelo de atração dos capitais transnacionais para as regiões periféricas, fundamentado, sobretudo nas ações do Estado-nação, que atrai o grande capital como estratégia de desenvolvimento. No caso específico de exploração mineral, a ação do Estado se refere tanto à construção de grandes obras de infra-estruturas (transportes, hidrelétricas, estradas, dentre outras), quanto nas políticas de incentivos fiscais que favorecem plenamente a implementação e o funcionamento de grandes empresas nos espaços de exploração mineral. A Amazônia brasileira e mais particularmente, a sua parte oriental, é um caso exemplar, cuja ação do Estado, ao longo dos últimos trinta anos vem propiciando todas as condições favoráveis à exploração de minérios em tempo acelerado e numa escala gigantesca, subsumindo de forma violenta os tempos locais nos tempos do mercado.

O capital necessita alcançar, sempre e cada vez mais, espaços de exploração, adequando-os ao seu intenso ritmo, o que significa, separar “[...] o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado”, aniquilando “[...] todas as formas orgânicas da existência”, substituindo-as [...] “por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista” (POLANYI,

1980, p.167); e nada melhor do que o aniquilamento dos tempos locais, sujeitando tudo e todos ao tempo acelerado e fragmentado do mercado. É nessa perspectiva que podemos compreender a inserção da Amazônia Oriental e, mais particularmente, do estado do Maranhão no sistema mundializado do capital - a partir da implementação do Programa Grande Carajás da Companhia Vale do Rio Doce - como espaço privilegiado da periferia brasileira para atender aos interesses do capital transnacional.

3 A AMAZÔNIA ORIENTAL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA A EXPLORAÇÃO MINERAL: alterações no tempo dos trabalhadores

3.1 A inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho

A dimensão prática e quantitativa que, desde os anos 1970, passa a determinar as relações espaços-temporais impostas pelas necessidades de expansão do capital, abrange todos os espaços de exploração mineral em escala industrial, que por se encontrarem, em sua maioria, nas regiões periféricas são destruídos em um tempo cada vez mais acelerado. É essa realidade que encontramos na Amazônia brasileira e, mais particularmente na Amazônia Oriental³⁶, onde se localiza a maior mina a céu aberto do mundo, a Mina de Carajás, no estado do Pará, da Companhia Vale do Rio Doce, a qual concretiza a inserção da região no atual processo de divisão internacional do trabalho como fornecedora de matéria-prima e insumos para os países centrais, com destaque para o minério de ferro, a bauxita e a alumina.

A exploração de produtos naturais da Amazônia com o objetivo de atender as necessidades do mercado mundial vem sendo uma prática constante desde as primeiras investidas dos europeus em busca de suas riquezas. Por isso mesmo, a região passou por várias fases de ocupação³⁷ que, de acordo com Ferreira e Salati (2005, p.34), ocasionaram diversas formas “[...] de devassamento do homem e da natureza nesse espaço amazônico”. Um dos primeiros devassamentos

[...] foi o da floresta inundável localizada ao longo dos eixos fluviais navegáveis. Buscavam-se as “drogas do sertão” (canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras, salsaparrilha, etc.), utilizáveis na alimentação, condimentação, construção naval e na farmacopéia da Europa Ocidental dos séculos XVII e XVIII e, por outro lado, a expansão do território português.

³⁶ A Amazônia é uma das maiores bacias hidrográficas do mundo, que se estende por oito países da América do Sul: Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana Francesa, Suriname e Guiana.

³⁷ De acordo com Picoli (2006, p.22), a “[...] ocupação do território amazônico iniciou-se no século 16, sem, no entanto, apossar-se efetivamente da região. Somente no século 17 os portugueses se instalam na foz do rio Amazonas, em 1616, expulsando os ingleses e holandeses, que foram os primeiros ocupantes”.

Como fonte de especiarias, nesse período, a Amazônia substituiu o Oriente, ocasionando a necessidade de a metrópole portuguesa incentivar o cultivo das referidas drogas. Para isso, teria que solucionar o problema da mão-de-obra. Essa “[...] necessidade de mão-de-obra leva a que os colonos, principalmente do Maranhão, iniciem um movimento no sentido de caça ao índio” (FERREIRA e SALATI, 2005, p.34).

Durante o final do século XVII e durante o século XVIII, por ocasião do surto da mineração, com a descoberta de jazidas de ouro em Minas Gerais, Cuiabá e Goiás, abre-se “[...] um novo ciclo migratório europeu para o Brasil”. Entretanto, a exploração mineral na Amazônia, durante esse período não foi expressiva. Os garimpos de ouro se desenvolveram apenas nas áreas do Amapá e Gurupi (SANTOS, 2002).

A projeção da região no mercado mundial teve início através do “Ciclo da Borracha”, entre os anos de 1870 e 1912, que de acordo com Ferreira e Salati (2005), pode ser considerado o “segundo devassamento” da Amazônia.

A demanda pela borracha, proveniente dos Estados Unidos e Europa, impulsionou a entrada de extrativistas e coletores na região, oriundos, sobretudo do Nordeste brasileiro. De acordo com Picoli (2006, p.27), nessa

[...] fase de investida capitalista na Amazônia, e que compreende o decênio 1901-1910, as exportações da borracha atingiram o nível mais alto das exportações brasileiras. [...] na passagem do século 19 para o século 20, a produção de borracha nativa mundial atingiu seu auge. o látex era quase na sua totalidade produzido na Amazônia brasileira, principalmente nos estados do Pará, do Amazonas e do Acre [...] O Brasil tornou-se o maior exportador mundial do produto, contribuindo com 100% de toda a produção do mercado mundial.

Esse foi um período de extrema relevância para compreendermos a inserção da Amazônia no contexto da divisão internacional do trabalho. De acordo com Souza (1978, p. 61-62), a partir desse período

[...] e por um espaço de tempo que, ainda nos atinge, nossa região passou a integrar de maneira particular a grande divisão internacional do trabalho, sendo então agregada ao mercado mundial na definida faixa fornecedora de matéria-prima. As contingências históricas, através da expansão mercantilista do colonialismo português, já nos havia assinalado previamente nossa vocação. Quando o colonialismo português se retirou da área, o campo já estava aberto e posto a serviço do capitalismo em rápida modificação, abrangendo pela primeira vez o mundo como nova forma de relação social, impondo novas maneiras de apropriação do real e de propriedade.

Nascia aí o que o autor considera a forma mais primitiva de fornecimento de produção do território nacional: a “[...] forma social Extrativista perfeitamente compatível com o papel internacional que o país inteiro deveria desempenhar”, cujas bases comandam até hoje a estrutura da região amazônica no Brasil.

Para garantir essa produção extrativista voltada para o mercado mundial, além dos nativos, quase meio milhão de pessoas foram atraídas para a Amazônia, sobretudo do Nordeste que nesse período enfrentava uma das maiores secas de sua história. A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, um projeto que nascera nos anos 1870, concretiza-se a partir de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis entre Brasil e Bolívia. O acordo

[...] incorporou ao Brasil terras bolivianas que estavam ocupadas por seringueiros brasileiros. Em contrapartida, o Brasil assumiu o compromisso de construir uma estrada de ferro que viabilizasse o acesso da Bolívia ao Atlântico. Em 1905, foi publicado o edital de concorrência para a construção, vencida pela construtora americana May, Jekyll & Randolph. Para a grande empreitada, realizada entre 1907 e 1912, a empresa contratou cerca de 30 mil trabalhadores em diferentes países. Além de brasileiros, o exército de operários foi integrado por italianos, gregos, dinamarqueses, poloneses, húngaros, indianos, jamaicanos, colombianos e panamenhos (FLECHA, 1999).

Os negócios da borracha, comandado pelo mercado mundial, exigiam a constituição desse exército ativo de trabalhadores, que além de satisfazer as necessidades de mão-de-obra na coleta do látex e no seu cultivo, era também absorvida na construção da infra-estrutura para viabilizar o transporte dos produtos. De acordo com Flecha (1999), esses trabalhadores, além de serem submetidos

[...] a intensas jornadas de trabalho [...] ainda enfrentaram as condições adversas da vida no mato. O que inclui doenças tropicais, calor intenso, falta de medicamentos e alimentação inadequada, além das péssimas condições sanitárias. Cerca de 6 mil homens morreram ao longo da empreitada, fato que originou a lenda de que existiria um trabalhador morto para cada dormente da ferrovia.

Nessa produção extrativista, bastante diversa da produção industrial que se agigantava no Centro-Sul do país em torno do café, deparávamos-nos “[...] com a duração mais curta de vida” (MARX, 1988, p. 198). O tempo de vida se subsumia plenamente no tempo de trabalho, o que é próprio das relações capitalistas.

Como diz Souza (1978, p. 66), o

[...] Extrativismo formou historicamente uma classe específica de produtores diretos, ou seja, os trabalhadores das frentes extrativas. A forma de produção extrativa, cujas características são claramente capitalistas no relacionamento com a mão-de-obra, lembra, no entanto, o antigo relacionamento com o sistema capitalista da revolução industrial. Este fato é claramente explicado pela coincidência histórica entre o momento em que o Extrativismo se estabeleceu na região e a explosão capitalista nos países europeus e nos Estados Unidos. Como o proletário clássico, o seringueiro, o trabalhador extrativista está totalmente despido de seus meios de trabalho. ele somente possui sua força de trabalho. Ele somente possui sua força de trabalho e, embora seja obrigado muitas vezes a trabalhar isolado na selva, durante longos períodos, não pode dedicar parte de seu tempo em outras atividades produtivas, nem mesmo na agricultura de sustentação. O processo de extração do sobretrabalho é realizado de maneira mais violenta do que no modelo capitalista da revolução industrial.

O grande capital, notadamente o norte-americano, garantiu sua presença na região desde “[...] as últimas décadas do século XIX” (FERREIRA e SALATI, 2005, p.34), cuja demanda pela borracha impunha a coleta em larga escala. A forma social Extrativista que emerge na região consolidada pela “[...] avidez com que o mercado mundial exigia a borracha da região”, diz Souza (1978), significava o fato de que “[...] emergíamos pela forma mais primitiva de fornecermos a nossa produção, dependentes completos da natureza e impossibilitados de dominar, transformar e domesticar em nosso proveito esta mesma natureza”. Quanto aos trabalhadores, submetidos a condições de trabalho e de exploração de acordo com as decisões do patrão, trabalhavam até 20 horas por jornada, sob constante terror, afirma Souza (1978, p. 67), complementando que.

[...] a mão-de-obra, em sua maioria, foi trazida do nordeste, e já chegava endividada no primeiro dia de trabalho. Isolado na selva, numa paisagem totalmente hostil, o trabalhador tinha que produzir. O patrão extrativista não precisava se preocupar com os expedientes de seus congêneres ingleses que, para ampliar a jornada de trabalho, praticava o roubo de míseros minutos de seu operário. A mais-valia era retirada de uma maneira mais extorsiva porque o trabalhador extrativista encontrava-se a mercê do patrão, com um contrato de trabalho quase sempre por tempo indeterminado, além de enredado pelo endividamento crescente no comércio da empresa. Assim, enquanto o proletário clássico recebia o pagamento em dinheiro, fazendo circular mais livremente o fruto da venda de sua força de trabalho, o trabalhador extrativista acabava suportando um bisonho regime de troca, em que o fruto de seu trabalho era uma forma de pagar o endividamento de seu próprio consumo. É certo que este cerrado regime de exploração teve sua ação bastante restringida com a decadência do sistema extrativista, mas, historicamente, este tipo de trabalhador constituiu-se na classe explorada fundamental na Amazônia³⁸.

³⁸ Mesmos considerando as especificidades em cada situação, essa é uma realidade que ainda hoje encontramos na região amazônica, onde trabalhadores são aliciados para fazendas e se endividam desde o primeiro dia de trabalho, submetendo-se a condições de trabalho degradantes impostas sob

Esta situação extrema de exploração só foi amenizada pela redução significativa da demanda da borracha diante da concorrência dos países que passaram a cultivar a seringueira (através da biopirataria) e da emergência dos produtos derivados de petróleo, substituindo a borracha *in natura*. Diante desse declínio das exportações, “[...] a região partiu para outras atividades como o extrativismo florestal e mineral” (PICOLI, 2006, p.31), mas sem grande expressão.

Ao longo da Amazônia, milhares de trabalhadores se encontravam “[...] continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano [...] e à espreita de circunstância favorável” (MARX, 1988, p.199) para serem incorporados nos grandes centros que se expandiam: Belém e Manaus. Nestas cidades, juntamente com um população fluente, crescia a outra parte da superpopulação relativa, a estagnada, “[...] com ocupação completamente irregular”, proporcionando ao capital “[...] um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível”, em um território bastante disputado pelo capital internacional. Furniel (1993, p. 44), ao se referir a esse processo de internacionalização da Amazônia diz que para

[...] se tratar da ocupação da Amazônia nas últimas décadas, é fundamental que se lembre que esta se deu coerente com o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, que por sua vez corresponde ao processo mais amplo de internacionalização do capital. A consequência inevitável deste processo é o surgimento de uma nova forma de investimento, não mais baseado apenas nas exportações e importações – as empresas multinacionais, que visam a maximização da taxa de lucros da companhia e são detentoras de um poder de decisão que não está sujeito ao país hospedeiro. Desta forma, a idéia de desenvolvimento, progresso e principalmente financiamentos, passa a ser associada à penetração das Empresas Multinacionais na economia nacional. O Estado passa então, a utilizar de todos os meios para atrair as multinacionais, investindo em infra-estrutura, numa política de incentivos fiscais e subsídios. Nasce, assim, a forma de capitalismo associado, com a aliança entre o Estado, a burguesia nacional e as empresas multinacionais. Neste sentido, percebe-se que a atuação do Estado deixa de ter um caráter genuinamente nacionalista, e passa a corresponder ao processo de internacionalização do capital.

Foi no contexto dessa intervenção estatal que se deu a ampliação da Amazônia brasileira, ocorrida em 1953, através da Lei N^o. 1.806. Por meio dessa lei, o Maranhão (a oeste do meridiano 44^o), Goiás (norte do paralelo 13^o de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16^o latitude sul) foram incorporados à região, constituindo a Amazônia Legal (ver figura 08). A partir

dessa ampliação, a Amazônia foi dividida em três grandes áreas: Oriental, Central, Meridional e Ocidental.

Atualmente, a Amazônia engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás, ocupando 59% do território brasileiro (775 municípios).

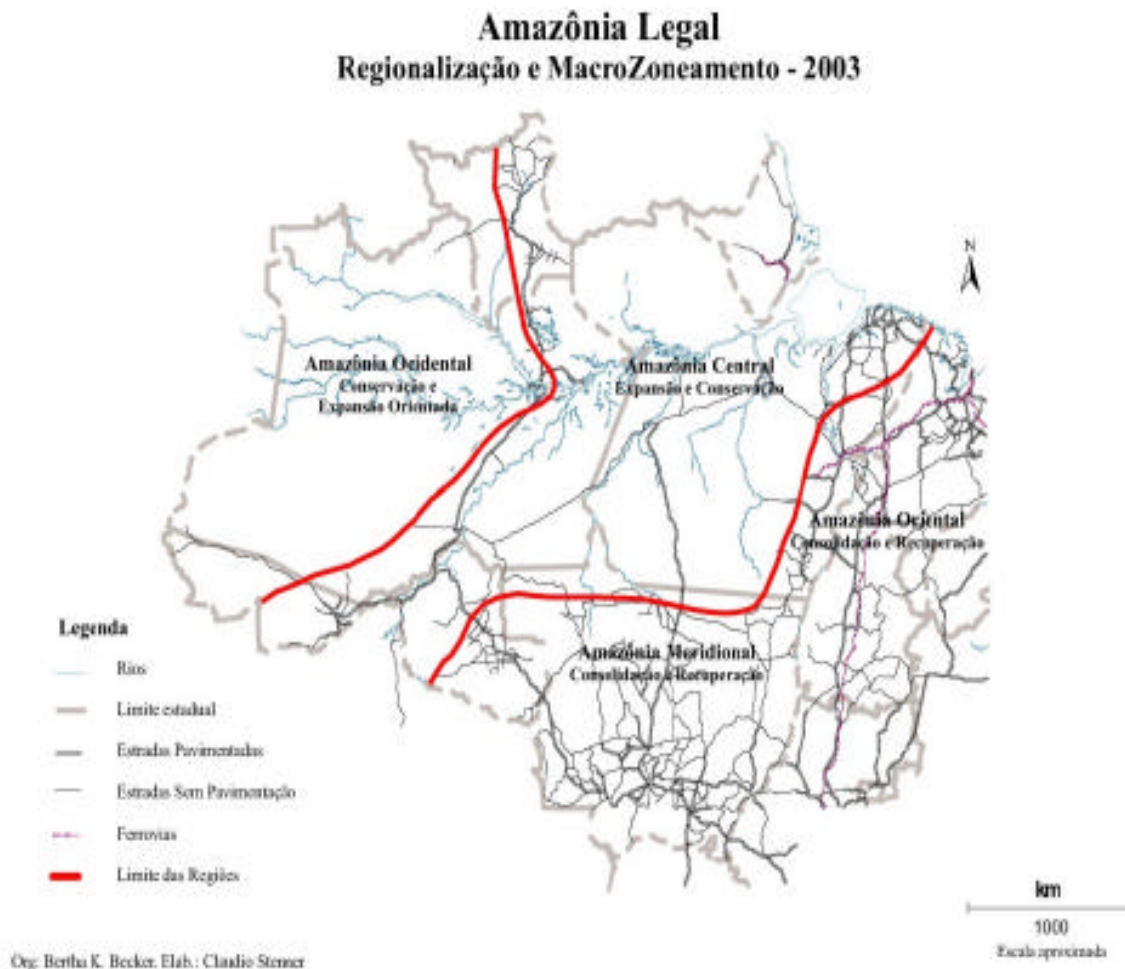


FIGURA 6 – Mapa da Amazônia Legal

De acordo com o Censo Demográfico, em 2000, 20,3 milhões de pessoas (12,32% da população nacional) habitavam essa região, sendo que 68,9% desse contingente se encontrava na zona urbana (IBGE, 2007). Como podemos observar, esse crescimento populacional na região foi bastante intenso, sobretudo a partir dos anos 1960, conforme mostra o gráfico a seguir, elaborado por Ferreira e Salatti (2005).

GRÁFICO I – Crescimento populacional na Amazônia brasileira

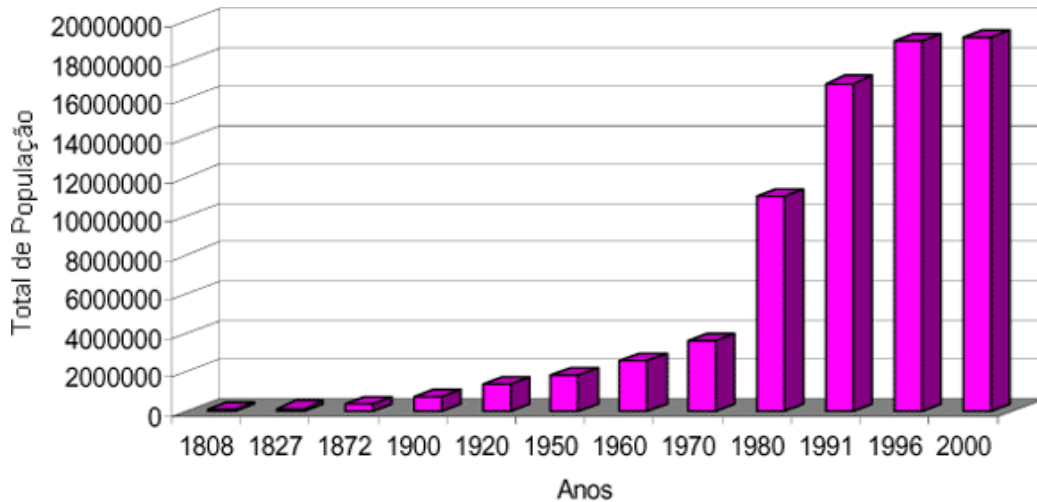


Figura 2 – Crescimento populacional da Amazônia Legal (1808 a 1996).

A parte Ocidental da Amazônia se tornou alvo de diversas ações do grande capital através de grandes projetos investidos neste território, “[...] com base em tecnologia de ponta”, os quais deram “[...] o caráter virtual ao território amazônico; ao mesmo tempo em que produz um novo espaço-tempo, mais imediato e global, em contrapartida ao biorritmo da natureza amazônica”, pois

“[...] a rede hidrográfica e a cobertura vegetal constroem um meio ambiente que impõe um ritmo próprio à dinâmica de circulação de fluxos na região, tem-se certo "choque" frente aos avanços da tecnologia, em especial dos sistemas de informação e controle sobre o espaço”. (MENEZES, 1999).

Quanto à Amazônia Oriental, composta pelos estados do Pará, Maranhão (a oeste do meridiano 44º), Amapá, Tocantins e Mato Grosso, tem sua origem vinculada ao processo de divisão territorial do mundo e dos mercados entre as nações capitalistas (COELHO; MONTEIRO, 2003, p.30) e se constitui em uma das últimas fronteiras para a expansão da exploração mineral no mundo.

3.2 A ofensiva do capital transnacional sobre a Amazônia Oriental

Embora a delimitação da Amazônia Oriental tenha ocorrido ainda na década de 1950, foi somente a partir da segunda metade dos anos 1970 que se estabeleceu uma forte ofensiva sobre a região, como uma das estratégias para superar a crise do petróleo que se abateu sobre o mundo, no início dessa década. Como destacam Coelho e Monteiro (2003, p.32), o

[...] risco de enfrentar restrições ao acesso de matérias-primas foi sempre uma preocupação constante nos países industrializados que buscam incorporar, por diversas formas, a seus espaços produtivos as periferias ricas em matérias-primas situadas a grandes distâncias geográficas.

Esse foi um período de intensa penetração de trabalhadores na Amazônia, provenientes de áreas rurais de diversas regiões do país. Milhares de migrantes, dispendo tão somente de sua força de trabalho, adentraram a Amazônia no intuito de encontrar terra e trabalho. Quanto à entrada dos detentores do capital que antecedeu a entrada dos trabalhadores, em sua maioria se constituía de grandes grupos originados do Centro-Sul e de outros países, notadamente norte-americanos, que buscavam apropriar-se de grandes áreas da Amazônia. Eram grupos vinculados ao capital financeiro, à indústria e à agropecuária.

Foi a partir desse período que se deu a intervenção do Estado na região, atendendo aos objetivos do governo militar que se instalara em 1964 e do grande capital, sobretudo o norte-americano, consolidando a Amazônia e, mais particularmente, a Amazônia Oriental como área prioritária para a expansão capitalista.

3.2.1 A ação do Estado brasileiro no movimento de expansão / atração do capital transnacional para a exploração de minérios

A ação do Estado brasileiro foi decisiva para esse processo de internacionalização da Amazônia Oriental, a partir do movimento de expansão do grande capital e do movimento de atração de capital estrangeiro sob o modelo do

desenvolvimento associado dependente do governo militar brasileiro. Nesse período, de acordo com Furniel (1993, p.47), a

[...] entrada de capital estrangeiro passa a se dar através de: investimento direto; empréstimos de empresas e instituições financeiras estrangeiras a entidades e empresas funcionando no país; capitais levantados no exterior pelo governo brasileiro e instituições financeiras governamentais. Verificamos um incrível salto no ingresso líquido de capitais no país que, em 1967, era da ordem de 27 milhões de dólares, e ao mesmo tempo, um crescimento da dívida externa que apresentava no período entre 1964-1978, um aumento de 1500% . A abertura ao capital estrangeiro foi uma das marcas da política econômica do regime militar, apenas como exemplo da influência do capital estrangeiro na economia brasileira, em 1974, cerca de 30% do patrimônio líquido total da indústria de transformação das 5000 maiores empresas do país estavam nas mãos de empresas estrangeiras.

O grande interesse do grande capital em relação à Amazônia e, mais particularmente pela Amazônia Oriental, emergiu no contexto da crise do petróleo, durante os anos 1970. A partir daí, a intervenção estatal se intensificou na região, com ênfase nos projetos de colonização e investimentos em infra-estrutura. Como afirma Kampel (2001, p.5), o

[...] estímulo para mobilizar capital e migrantes para as novas frentes de povoamento também decorreu de investimentos públicos em 12.000 km de estradas em 5 anos, 5.110 km de redes de comunicação, redes de distribuição de energia elétrica, construção de hidrelétricas e levantamento dos recursos naturais de 5 milhões de km² (aerofotogrametria e RADAM). Foram investidos 10 bilhões de dólares (1970) pelo governo federal e empréstimos de bancos internacionais. Genericamente, a partir de 1960, intensificou-se a ocupação urbana. A política de desenvolvimento da região expressa pelos projetos de colonização regional e investimentos em infra-estrutura desencadeou um processo intenso de ocupação com a chegada de imigrantes do nordeste e sul do Brasil.

Não podemos esquecer que a Amazônia, mesmo que com intensidades diferentes, sempre foi alvo da intervenção estatal, sobretudo nos momentos em que o grande capital apresentou interesse por alguma matéria-prima da região, como ocorreu no “ciclo da borracha” e, atualmente, em relação aos minerais. A sua própria construção política se deu antes do Estado brasileiro, no contexto de “[...] criação da Companhia de Comércio do Maranhão e do Grão-Pará, subordinado ao Conselho Ultramarino de Portugal” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2007, p.1).

A ação do Estado brasileiro diante da expansão do capital transnacional denota a natureza capitalista do Estado, pois nessa transnacionalização, impulsionada sobretudo pelo neoliberalismo, o capital em expansão não só reorienta como reduz a capacidade decisória do governo nacional, expressando,

como entende Farias (2000, p.24), “[...] a relação orgânica entre o Estado e o capital”, ultrapassando a sua mera ação sobre “[...] o quadro nacional e local”.

A década de 1960 se constitui no marco da intervenção estatal sobre a Amazônia, cuja dinamização econômica e a ampla transformação social, centradas na industrialização é ininteligível [...] “sem a consideração do Estado” (ROLLAND,1996). Como destaca Oliveira (1993), no Brasil temos a “[...] criação, pelo Estado, de todas as formas de centralização do capital que o próprio capital não é capaz de operar, sem a regulação do Estado” e na Amazônia Oriental, esse processo é emblemático. Foi no final dos anos 1950, no contexto de uma nova divisão regional do trabalho, que se dá a “[...] sua inserção explícita num esquema de circulação inter-regional [...]”, simbolizado pela “[...] abertura da rodovia Belém-Brasília” (AJARA,1995). Segundo esse autor, durante a década de 1960,

[...] com a clara definição do planejamento como instrumento de política econômica, o Estado passou a conduzir o processo de desenvolvimento nacional, quer investindo em infra-estrutura, quer atuando na área de produção, em atividades básicas ligadas ao crescimento econômico. Dando suporte às ações governamentais os componentes ideológicos da segurança e da integração nacional apoiaram-se na concepção do "vazio amazônico" para definir estratégias visando a incorporar a grande extensão da fronteira de recursos ao movimento de internacionalização da economia nacional e de redefinição, cada vez mais clara, dos papéis dos diferentes segmentos espaciais na divisão interregional do trabalho, com profundos impactos na reconfiguração territorial do País.

E foi como fronteira que a Amazônia e, mais particularmente, a Amazônia Oriental foi concebida nas políticas territoriais estabelecidas na região pelo governo militar pós-1964: como fronteira política, como fronteira demográfica e como fronteira do capital.

Como fronteira política, “[...] tinha a finalidade de construir as bases para o exercício do poder nacional nas faixas de fronteiras”; como fronteira demográfica, visava “orientar os fluxos migratórios para a ‘terra de ninguém’”, o que foi facilitado pela construção das “rodovias de integração” Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Santarém; como fronteira do capital, “[...] deveria atrair volumosos investimentos transnacionais voltados para a agropecuária, mineração e indústria”, transformando-se, sob a coordenação da SUDAM, “[...] em um cenário de investimentos de recursos públicos e privados” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2007).

Segundo Ajara (1995), foi

[...] no contexto de um planejamento centralizado, que a Amazônia passou por mudanças aceleradas a partir da década de 1960, quando o Estado, tomando como referência um recorte territorial definido na década anterior - a Amazônia Legal -, tornou-se, efetivamente, produtor desse novo espaço, no âmbito do qual o controle territorial foi efetivado a partir da decisão político-administrativa de integrar, nacionalmente, o espaço periférico amazônico.

Destaco que essa decisão interna de “integração” não ocorreu desvinculada do movimento de expansão do grande capital sob a hegemonia norte-americana, para quem a Amazônia se constitui em espaço prioritário de ocupação para exploração. É por isso que essa “integração” se deu via instalação de empresas transnacionais, sobretudo nos negócios da mineração.

A presença de diversas empresas transnacionais para exploração mineral na Amazônia Oriental se intensifica a partir dos anos 1980. Porém, bem antes desse período, a região tornou-se alvo da entrada de capitais destinados a sua ocupação para exploração, com conseqüente atração dos fluxos migratórios, destacando-se as grandes corporações industriais multinacionais, que ali fizeram os primeiros investimento, que segundo Santos (2002, p.125) tinham

[...] como objetivo principal a verificação das potencialidades minerais dessa vasta região ainda desconhecida, considerando apenas o seu uso futuro. Estava presente a visão estratégica dos recursos minerais, pois buscava-se alternativas de suprimento para atender ao futuro crescimento do mercado ou prevenir a escassez decorrente de eventual crise nos países produtores, como decurso das políticas nacionalistas em vigor na época. Dessa forma é que os primeiros investimentos foram destinados à busca de minério de alumínio (cujo mercado estava em expansão) e de manganês (essencial para a indústria do aço), ambos dependentes da produção de poucos países.

A ação do Estado brasileiro foi fundamental para o sucesso destes investimentos, cuja gestão política propiciou a infra-estrutura adequada, visando atender as necessidades das empresas transnacionais que demonstravam interesse em se instalar na região. Os interesses do grande capital e do Estado brasileiro em relação à Amazônia Oriental guardavam, neste momento específico, uma perfeita sintonia para garantir todas as condições de funcionamento das minas de exploração mineral³⁹, atraindo grupos empresariais sulistas e estrangeiros para

³⁹ A criação dessas condições infra-estruturais representa o processo de desenvolvimento sem obstáculos, que atualmente, tem no projeto neoliberal o seu aparato ideológico, visando a restauração da supremacia do mercado, na perspectiva de destruir o conjunto das instituições e das relações sociais que engessaram o capital a partir do primeiro mandato de Roosevelt, nos Estados Unidos, e da vitória sobre o nazismo, na Europa (HOUTART, 2003).

ocupação de vastas glebas na Amazônia. Essa fase de ocupação teve início em 1965, em pleno regime militar, ficando conhecida como Operação Amazônia. A partir de então, seguiu-se a estruturação de agências e projetos governamentais com objetivos de dar sustentabilidade a esse processo, através de diversas ações: regularização e discriminação do mercado de terras, incentivo à colonização pública e privada, além do financiamento e subsídios aos grandes projetos de mineração, agropecuários e madeireiros (FEITOSA, 1994; AJARA, 1995; COELHO e MONTEIRO, 2003). Para além dos objetivos nacionais, todo esse movimento sustentado pelo Estado brasileiro, tinha como objetivo principal a valorização do capital, disfarçado sob o discurso de “modernização”⁴⁰ da Amazônia.

A “modernização” de regiões periféricas era defendida sobretudo pelos norte-americanos sob a ideologia de que o estado de desenvolvimento das sociedades mais “adiantadas” poderia ser atingido pela sociedades mais “atrasadas”.

A implementação de grandes projetos foi um dos caminhos privilegiados para esse processo de “modernização” nos países periféricos. A partir dos anos 1950, uma grande variedade de projetos econômicos foi implantada “[...] em áreas planejadas, especialmente a nível nacional, mas econômica e politicamente interligadas no plano internacional ao processo global de reprodução do capital” (FEITOSA, 1994, p.300).

Como consequência desse processo de “modernização”, aumentou a luta pela terra como mercadoria paralelamente ao processo de industrialização e urbanização que, mesmo mantendo uma alta concentração em São Paulo, alastrava-se pelas demais regiões brasileiras. Os grandes empreendimentos transnacionais adentraram espaços até então limitados ao ritmo da natureza, destruindo as históricas relações de produção aí vigentes ou, em muitos casos, intensificando-as para fins de exploração, determinando um desenvolvimento desigual e combinado no país. Os processos de automatização, tecnologias de ponta da informática e robótica, aumento da competitividade ocorria conjuntamente

⁴⁰ De acordo com Faoro (1992), na [...] modernização não se segue o trilha da "lei natural", mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. Traduz um esquema político para uma ação, fundamentalmente política, mas economicamente orientada, para usar a língua de Weber. A ação social, que dela decorre, não parte da economia, como expressão da sociedade civil. [...] A *modernização*, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro ela é uma só, com um vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas.”

com a redução das ofertas no mercado de trabalho, a proletarização dos pequenos proprietários rurais, crescimento das formas de assalariamento do trabalho temporário, aumento da concentração de terras e intensificação da produção agrícola através da mecanização e uso de insumos, fertilizantes, adubos. De um modo geral, a “modernidade” exigia que toda a economia brasileira passasse a atender com mais intensidade às necessidades comerciais de exportação.

A valorização do que é moderno em relação ao antigo se tornou primordial entre “os homens das luzes” (PIOZZI, 2003); a riqueza e a concentração de renda se constituem, no Brasil pós 1964, os alicerces dessa ‘modernização’, com amplo beneficiamento das classes dominantes e da tecnoburocracia estatal e privada, denominada por isso mesmo, de Modernização Conservadora, que

[...] no tempo da Ditadura, definiu-se pela plena integração ao mercado capitalista internacional e passou a oferecer vantagens e atrativos para os grandes grupos econômicos, sob a forma de redução de impostos, energia elétrica subsidiada, grandes obras de infra-estrutura, mão-de-obra barata e nenhum rigor em relação à poluição. Consolidaram-se, assim, os segmentos das grandes construtoras (rodovias, pontes e barragens); da mineração e metalurgia; da agropecuária e da energia hidroelétrica. Na retaguarda, os grandes bancos nacionais e internacionais (ROCHA, 1992).

As transformações, entretanto, não ficaram restritas ao econômico, estendendo-se à cultura das populações locais. É fato que, como afirma Costa (2003, p.31), a “[...] a cada novo ciclo de valorização do capital, segue-se uma nova rodada de modernização nas sociedades periféricas, refletidas na aculturação e em novos padrões de consumo, ditado pela grande burguesia dos países centrais” e no Brasil, essa modernização assumiu um caráter bastante conservador, sobretudo a partir de 1964, com a implementação do regime militar.

A discussão da modernização no Brasil data dos anos 1920, considerado como anos de grandes mudanças, com a explicitação da crise da República oligárquica, inaugurando, como afirma Lahuerta (1997, p. 93), a “[...] gênese do Brasil Moderno, com a introdução de procedimentos, hábitos, ângulos de visão, diagnósticos que orientaram e mobilizaram várias gerações”.

Em termos das relações internacionais, este período, que teve início após a Primeira Guerra Mundial, trouxe profundas mudanças nas relações que as economias centrais estabeleciam com as periféricas, exatamente no momento em que os Estados Unidos despontavam como potência mundial e como economia hegemônica. Assim, esse momento do “surto de modernização” no Brasil,

especificamente no campo econômico e político, refere-se, sobretudo à “[...] incorporação direta da economia brasileira ao mercado mundial” (FLORESTAN FERNANDES, 2006). Esse foi um período de grandes avanços científicos e tecnológicos, no campo da indústria, das comunicações e dos transportes. A industrialização, iniciada ainda no século XIX, ganha um grande impulso, particularmente em São Paulo, a partir do final da segunda década dos século XX, quando recebe os afluxos de capitais excedentes originados na economia cafeeira. Aí, deu-se um grande impulso a vida urbana. E isso significava, antes de tudo, ser moderno, no qual o progresso do país dependeria de profundas transformações, nas artes, na música, mas, sobretudo na arquitetura das cidades. Na cidade de São Paulo, por exemplo, dentre as transformações, se incluem, segundo Pereira (2007),

[...] a fundação, a persistência da taipa e sua negação, a demolição da cidade colonial e sua reconstrução com tijolos, a modernização da cidade e a difusão de materiais industrializados, a estruturação metropolitana e a mercantilização imobiliária, a verticalização habitacional e a arquitetura moderna, a crise urbana e a proposta modernista, a desconcentração metropolitana e as novas concepções de espaço, os novos produtos imobiliários e a informatização da arquitetura.

Como diz Viana (2004), se o moderno no Brasil nasceu na sociedade, ele se deixa capturar pelo estado, especialmente a partir do Estado Novo, em 1937. Para o autor, “[...] o moderno não nos trouxe a liberdade, manteve a igualdade a conta gota e ao mesmo tempo preservou o que havia de atrasado na sociedade brasileira”, pois celebrou-se o “[...] acordo entre as elites modernas e as elites oligárquicas na passagem para a modernidade industrial de massas no país”. Para o autor,

[...] já se pode falar de massas porque o rádio já está operando, e através dele se institui uma sociedade de massas em termos de comunicação, gostos, estilos e também em publicidade. As mercadorias de consumo popular encontram no rádio seu veículo ideal.

Já o sentido que a modernização assumiu após o término da Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir dos anos 1950, relacionava-se com o desenvolvimento econômico⁴¹, que trazia uma nova concepção das condições de “atraso” de alguns países em relação a outros. Esse período é, portanto, marcado por profundas mudanças nas relações centro-periferia. Como diz Florestan Fernandes (2006, p.296), o “[...] fim da Segunda Guerra Mundial delimita o início de uma nova era, na

⁴¹ Até a década de 1920, o termo utilizado para designar as transformações era Progresso. A partir dos anos 1930, o termo desenvolvimento surgiu, pela primeira vez, na Inglaterra, recebendo, a partir daí, diferentes qualificações: desenvolvimento associado dependente, desenvolvimentismo, desenvolvimento sustentável.

qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenvolve-se em todos os continentes”. Para isso, as relações entre os países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” foram estreitadas, devendo estes últimos ser “orientados” política e economicamente pelos primeiros. Na verdade essa “orientação” se expressa no controle dos países centrais e hegemônicos, como os Estados Unidos sobre a periferia. De acordo com Florestan Fernandes (2006, p.297) esse

[...] controle da periferia passa a ser vital para o mundo capitalista, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão capitalista.

No Brasil, as relações estabelecidas com a economia norte-americana foi exemplar, implementando-se o modelo de substituição de importações como o ideal para impulsionar a economia brasileira. O sentido da modernização se atrelava, ainda mais, ao urbano e industrializado. Mas, como diz Oliveira (2003), o urbano/industrializado/moderno articula-se dialeticamente com o rural/agrícola/atrasado. Esse processo de industrialização teve início sob a ideologia do desenvolvimentismo nacional, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, no qual se priorizaria um desenvolvimento para atender, em tese, aos interesses do país. Entretanto, o que prevaleceu foi a grande presença do capital estrangeiro na condução do processo de industrialização. A ação do Estado requisitou a tomada de vultosos empréstimos ao Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, reafirmando a nossa histórica posição periférica no mundo capitalista.

Neste período, foram gerados os planejamentos regionais, denotando a ação do Estado brasileiro na perspectiva de superação do “atraso” do Nordeste frente ao Sudeste e da “integração” da Amazônia ao território brasileiro, indicando, a partir desse período, uma ação permanente de planejamento regional no Brasil, com a criação de instituições voltadas para o “desenvolvimento” das várias regiões do Brasil. Cabe destacar que em relação ao Nordeste, foi

[...] com o processo de integração nacional, realizado a partir da industrialização do país e sua concentração em São Paulo, que o Nordeste passou a ser encarado como uma grande região com traços em comum e individualizada no conjunto do Brasil. Essa industrialização coincidiu com a decadência econômica das áreas nordestinas e o refluxo demográfico dessa região [...] O Nordeste, no século XX, passou a ser reconhecido como uma “região problema”, área decadente que necessitava de um planejamento governamental para se desenvolver (VESENTINI, 1991, p. 228).

Mas lembremos que antes de se tornar uma “região problema”, o Nordeste foi a primeira região do país a desenvolver certa atividade econômica, fornecendo os primeiros produtos vegetais extraídos da colônia e que eram vendidos na Europa. Além desse aspecto, a exploração da cana-de-açúcar colocou a região como a mais explorada nos primeiros dois séculos da colonização. Entretanto, a dinâmica comandada pelo café, articulada a partir de São Paulo, foi o marco da construção de uma divisão territorial do trabalho e a construção das regiões no Brasil, aproximadamente em 1870. De maneira geral, esses “[...] complexos regionais eram pouco integrados, tendo cada região sua própria economia” (CANO, 1977). Embora a lógica de acumulação não se diferenciasse no imenso território brasileiro, a indústria se concentrava em São Paulo, exprimindo um processo de integração do mercado nacional, comandado a partir daí.

Marcada pelos grandes ciclos econômicos do açúcar e do ouro no período colonial, a partir da independência até 1930, a vida brasileira sofreu a influência decisiva do café, de tal maneira que os capitais gerados direta ou indiretamente pela cafeicultura propiciaram as condições necessárias para o desenvolvimento industrial no Brasil, germinando as condições que levaram o país à industrialização, ao modo capitalista de produção no país. E é no Sudeste que a atividade industrial encontrou as condições necessárias para esse desenvolvimento, principalmente na cidade de São Paulo.

O processo de concentração, em São Paulo, teve início entre 1907 e 1909. Entre 1907 e 1919, a indústria paulista deu um salto qualitativo de 8,5 vezes, alterando sua participação na indústria brasileira de 15,9% para 31,5% (CANO, 1977). Para Cardoso de Mello (1994), esta

[...] industrialização, entendida como afirmação de forças produtivas e de relações sociais de produção capitalista, arrancou da economia exportadora capitalista nacional (1870 – 1930), transitou pela industrialização restringida (1933 – 56) e posicionou-se definitivamente com a industrialização propriamente dita (1956 – 74).

Essa tendência à concentração efetivamente lançou as bases de uma divisão internacional do trabalho no Brasil, marcada pelo predomínio da economia paulista (CANO, 1977). Enquanto algumas áreas perderam bastante sua posição industrial no conjunto do país, como o Norte e o Nordeste, localizados na periferia nacional, São Paulo se destacou, aumentando sua participação no Produto Industrial do País de 16,5 %, em 1907 para 31,5 %, em 1920. Durante todo esse período, a periferia

nacional perdeu posição relativa, com exceção de alguns estados próximos a São Paulo (Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina). Assim, até 1930, as

[...] demais regiões do país, exclusive Guanabara, ou se apresentavam praticamente desprovidas de indústrias, como por exemplo, o centro-oeste e o estado do Espírito Santo, ou então haviam implantado uma indústria vinculada a uma base agrícola tradicional e relativamente especializada (CANO, 1977, p. 251).

Nessa escalada depressiva, o Nordeste parece ter sofrido o maior impacto, considerando o duplo condicionamento exterior do algodão e do açúcar na sua base produtiva, apontado por Cano (1977), o que resultou em: condições adversas do mercado internacional; base produtiva condicionada à economia paulista – seu principal mercado; débeis relações capitalistas de produção na base de sua economia; estrutura de propriedade e de renda concentradas; vulnerabilidade de sua inserção internacional, através do açúcar e do algodão.

Cano (1977) ressalta que esse duplo condicionamento atingiu as demais regiões – exceção para Minas Gerais -, possibilitando um maior crescimento apenas para os segmentos industriais que atendessem as demandas da economia paulista.

O autor ressalta que a “perda” das demais regiões não foi decorrente somente da produção industrial paulista – cujas plantas das principais indústrias foram implantadas para operar em escala nacional -, mas também pelo desempenho satisfatório de sua agricultura, suprindo as necessidades alimentícias de sua força de trabalho e de abastecimento da indústria nascente. E conclui afirmando que se há uma intensa restrição dos mercados exteriores para as demais economias regionais, não se pode considerar que foi pela apropriação de recursos oriundos da periferia nacional, que São Paulo alcança o seu dinamismo.

Sem sombra de dúvida, houve um grande dinamismo interno em São Paulo, entretanto, as razões desse crescimento diferenciado em relação às demais regiões do Brasil, nos primeiros anos do século XX, são inerentes ao processo de concentração do capital, cuja busca de oportunidades produtivas em algumas áreas atrelou o crescimento das demais a uma dinâmica central. Por isso mesmo, o pensamento de Brandão (2000) é bastante coerente ao ressaltar que tal processo resultou da “[...] capacidade de expansão da economia hegemônica, buscando espaços de valorização renovados para seu imenso potencial de acumulação do capital”, recondicionando as diversas economias de acordo com a sua dinâmica. É o que Oliveira (1993, p.59) vai destacar em relação à transferência do motor da

divisão social do trabalho da agricultura para a indústria nos primeiros anos do século XX e que traz São Paulo no topo. O autor entende que se fomentou uma “[...] aliança de interesses entre a burguesia industrial e oligarquias agrárias retrógradas [...] que deixou intacta a questão agrária, irresoluta a questão do mercado de trabalho no campo”. Como resultado dessa aliança, o autor evidencia “[...] o aborto da industrialização em várias regiões do país, em vários Estados, então províncias”.

Analisando a questão à luz da desigualdade do ritmo de desenvolvimento como lei mais geral do processo histórico nas diferentes realidades, posso afirmar que essa diferenciação de ritmo de crescimento industrial entre São Paulo e os demais complexos regionais brasileiros, foi mais ou menos acentuada em diferentes momentos históricos de acordo com as necessidades de acumulação capitalista. Entretanto, não se pode ignorar o dinamismo interno da região de São Paulo, favorecendo a sua inserção no mercado mundial do café e, posteriormente, no processo de industrialização. Ou seja, cada complexo regional possui um dinamismo interno, que pode estar relacionados a questões geográficas e/ou históricas, que lhes favoreçam um ritmo de desenvolvimento mais ou menos acelerado.

Essa especificidade no processo de desenvolvimento regional se fez mais presente a partir dos anos 1930, quando a dinâmica de estruturação sócio territorial do país, segundo Ajara (1995), manifestou-se “[...] diferenciadamente, nos subespaços nacionais em razão da igualmente diferenciada evolução precedente dos distintos segmentos regionais”. E, como diz o autor, foi essa estruturação que resumiu, “[...] os fundamentos, ainda que não formalizados, de um projeto nacional”, no qual a articulação local-internacional se torna uma premissa para o modelo de desenvolvimento nacional e autônomo (BRUM, 1984).

O papel do Estado nessa articulação regional foi fundamental, contribuindo decisivamente para o dinamismo de uma determinada região e para a criação de uma série de obstáculos ao desenvolvimento das demais. Como analisa Farias (2000, p.44),

As ações para a articulação dos espaços englobados e dos espaços locais não levam à superação do desenvolvimento desigual e combinado, mas à globalização, que aumenta a submissão dos processos de trabalho periféricos aos processos de valorização centrais.

A ação do Estado brasileiro em relação ao crescimento dos negócios do café em São Paulo, por exemplo, foi decisiva: via subsídios e organização da

concorrência, o Estado criou obstáculos para a acumulação de capital em outros setores, além de impedir a expansão de outros segmentos (CANO, 1977; BRUM, 1985). Sem exceção, todas essas ações estiveram intimamente relacionadas aos interesses de expansão do capital. A ação do Estado, em relação à Amazônia, no governo militar é emblemática nesse sentido.

No início dos anos 1970, foram implementados vários projetos de colonização sob a responsabilidade do INCRA, visando atrair um grande contingente populacional do Nordeste para a Amazônia, constituído por pequenos agricultores. Um outro expressivo movimento se refere à colonização em Rondônia, no final da década de 1970, gestada pelo Estado brasileiro para assentar colonos da Região Sul que foram impactados pela modernização da agricultura sulista. Os recursos investidos pelo Estado na Amazônia alcançaram vultosas cifras, que como diz Ajara (1995), foram mais acentuados na década de 1970, abrangendo a

[...] a formação de redes de estradas, portos, cidades, telecomunicações criou uma infra-estrutura de sustentação dos investimentos privados - os grandes projetos agropecuários patrocinados pela SUDAM - especialmente concentrados na parte oriental do Pará, no leste do Mato Grosso e na porção ocidental do Tocantins, como desdobramento de empreendimentos das áreas de ocupação consolidada e responsáveis por um processo de apropriação de terras sem precedentes, pela escala, pelo ritmo acelerado e pelo caráter especulativo de que se revestiu.

Historicamente, a situação da periferia nacional brasileira é marcada por grandes disparidades regionais, por uma estrutura de propriedade e de renda altamente concentradas, imprimindo um caráter bastante particular pelo controle do tempo da força de trabalho no processo de internacionalização do capital e essas condições se reproduzem entre as próprias regiões, pois o

[...] capitalismo desde sua gênese tem se garantido enquanto formação econômica e social pela capacidade que tem tido de modificar e ampliar a divisão social do trabalho, assim globalizando, desde cedo, seus processos de produção e comercialização, incorporando, anexando e submetendo espaços, sejam eles nacionais, regionais ou mundiais, aos mesmos métodos e processos de trabalho e valorização do capital (FEITOSA, 1994, p. 396).

Por isso, as dimensões internacionais, regionais, nacionais e locais se emaranham na contemporaneidade por uma série de novas relações que visam dar sustentabilidade a esse movimento de internacionalização do capital. Na Amazônia Oriental a ação do Estado foi determinante para esse movimento, o qual se verificou em três direções profundamente articuladas: através da disponibilidade de mão de obra, através das condições de infra-estrutura e através de incentivos financeiros.

Em relação à questão da mão-de-obra, é importante destacar que o

[...] primeiro eixo principal da intervenção econômica do Estado, seja ela política econômica ou não, é a gestão da força de trabalho como mercadoria particular. Essa gestão responde a uma necessidade do capital, que não pode ser diretamente satisfeita pelo próprio capital (BRUNHOFF, 1985, p.7).

Essa gestão da força de trabalho se faz necessária para a manutenção de um exército industrial de reserva, que “[...] aumenta ou diminui de acordo com as necessidades de acumulação capitalista, mas nunca é inteiramente reabsorvido” (BRUNHOFF, 1985, p.8), pois

[...] o salário direto permite “a reconstituição” do trabalhador durante o período de emprego, mas não “o sustento” do desempregado e do doente, nem a cobertura dos gastos familiares (ou reprodução). É então indispensável a existência de instituições não-capitalistas, para assegurar a gestão do “estoque” de força de trabalho de que o capitalista necessita, mas que não pode por si só assegurar diretamente.

Os processos de colonização induzida, a partir de 1970 deram um maior impulso à entrada de trabalhadores na Amazônia Oriental e se afirmam dentro dessa forma de gestão da força de trabalho, visto que assegurou “[...] ‘estoque’ de força de trabalho” para atender às necessidades do grande capital na região. Nessa perspectiva, foi criado o Instituto de Colonização Rural e Agrícola – INCRA, com o objetivo de “[...] coordenar, controlar e executar a colonização” (FERREIRA e SALATI, 2005). Como já destaquei anteriormente, a população da Amazônia, que em 1960 era constituída de 2,6 milhões de habitantes, atinge, em 1980, 11 milhões de habitantes, em 1996, 18,7 milhões e em 2005, 23 milhões (PICOLI, 2005).

Um importante aspecto a se considerar é a transformação na composição desses habitantes. Segundo Ferreira e Salati (2005), antes a população da Amazônia era composta por indígenas, ribeirinhos e por remanescentes nordestinos “[...] mais acabocladados, trazidos pelos sucessivos picos da economia extrativista”. Com a colonização dirigida, há o deslocamento de 400 mil colonos entre 1970 e 1974 (IBASE, 1985, Apud FERREIRA e SALATI, 2005). Apesar desses impulsos migratórios, a política de “modernização” desse território só vai ter início a partir dos anos 1980, uma modernização, que segundo esses autores, expressa-se “[...] como um processo de atualização de práticas coloniais das regiões tomadas como atrasadas, subdesenvolvidas ou como vazios demográficos”, como muitas vezes a Amazônia foi descrita. Por isso, como acrescenta o autor, as estratégias de “modernização” concebidas pelo Estado nacional foram decisivas. Em relação à

Amazônia Oriental, esses eixos de "modernização" foram: industrialização e a exploração dos seus recursos minerais em bases modernizadas, o que foi impulsionado a partir da implementação do Programa Grande Carajás. Daí, o significado da mobilidade populacional nessa região, atraindo fluxos populacionais para além daquelas objetivadas pelo INCRA.

Desde o governo de Juscelino Kubistchek de Oliveira (1956-1960), teve início essa mobilidade incentivada pelo Estado. O Plano de Desenvolvimento Nacional (PIN) deste governo construiu estradas, fomentou a entrada de trabalhadores livres e de grandes latifundiários na região, consolidando as bases para o processo de produção capitalista. Esse trabalhador livre que chegou à Amazônia, desprovido dos meios de produção, dispunha apenas de sua força de trabalho, que como qualquer outra mercadoria, era levada a qualquer lugar em que houvesse mercado para ela. Esse movimento histórico de entrada de trabalhadores livres na Amazônia impulsionou o processo de assalariamento nos vários estados que a compõe, interferindo profundamente nas tradicionais relações de produção pré-existentes na região.

Além de impulsionar a entrada na região de trabalhadores provenientes de outros estados brasileiros - assim como os capitalistas industriais da Europa deslocaram os mestres-artesãos corporativos, impulsionando a constituição dos trabalhadores livres -, os grandes empresários, vindo do Sul e Sudeste brasileiro e os empresários estrangeiros, deslocaram grande parte das populações indígenas e povos nativos da Amazônia, que viviam da agricultura, do extrativismo, da caça e da pesca, roubando-lhes "[...] todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência" (MARX, 1988, p. 252), gestadas pela abundância de recursos naturais da região. Embora a realidade da Amazônia dos anos 1960 e 1970 fosse bem diversa daquela encontrada na Europa nos primórdios do desenvolvimento capitalista, o processo de expropriação da terra e dos meios de produção é muito similar em ambas as regiões, uma vez que somente através da usurpação desses meios de produção é que se consegue estabelecer a relação capital/trabalho. Como diz Marx (1988, p.253), a

[...] expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em frequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica.

Se na Inglaterra, as terras de lavoura foram transformadas em terras de pastagem para atender as necessidades postas pelo “[...] florescimento da manufatura flamenga de lã” (MARX, 1988, p.254), as terras da Amazônia, particularmente a sua parte oriental foram transformadas em províncias minerais para atender as necessidades da indústria de extração mineral. Para a produção de lã ou minério, mesmo em condições históricas diversas, as transformações são efetivadas tão somente para atender as necessidades de acumulação do capital em detrimento das necessidades humanas.

A outra forma de ação do Estado para atração do grande capital se refere às condições de infra-estrutura, que abrange investimentos em rodovias, ferrovias, portos e geração de energia hidroelétrica. A construção da rodovia Belém-Brasília foi essencial para a consolidação da exploração mineral. Destaca-se, ainda, a construção do primeiro trecho da rodovia Transamazônica, em 1970; a inauguração da rodovia Cuiabá-Santarém, em 1973. A construção da Usina de Tucuruí, com capacidade de geração de 8 milhões de quilowatts, foi outro grande investimento estatal, orçada, na época em US\$ 2,1 bilhões, cujos custos finais “[...] alcançaram 7,5 bilhões” (MONTEIRO, 2005, p.4). O Estado patrocinou, ainda, “[...] a infra-estrutura urbana e portuária necessária ao funcionamento das indústrias de transformação mineral, a Albrás e a Alunorte, em Barcarena (PA) e a Alumar em São Luís, (MA)” (MONTEIRO, 2005, p.108).

Quanto aos incentivos financeiros, destacam-se os incentivos fiscais e creditícios, via SUDAM, desde meados de 1960 (REIS, 1995). Para termos uma idéia da dimensão desses subsídios, mais de 900 projetos foram beneficiados, embora somente 20% destes tenham sido instalados. A instalação da Albrás, por exemplo, contou com altos subsídios no preço da energia elétrica, que de 1985, data de sua instalação a 2004, foram superiores a US\$ 1 bilhão. Também a Camargo Corrêa Metais (CCM) contou com importantes subsídios. De acordo Monteiro (2005, p.5), a origem do capital da CCM está vinculada justamente a esses benefícios.

A implementação de grandes projetos na região efetivou-se de forma articulada com as empresas transnacionais, as quais contaram com toda a infra-estrutura necessária, incentivos financeiros e vasta oferta de mão de obra. Nessa perspectiva, o impulso à colonização da região se vinculava plenamente aos interesses do grande capital em expansão e não com a busca de soluções para as

contradições sociais geradas em outras regiões do país, relacionadas às condições de vida e de trabalho, como constava no discurso governamental e empresarial. Isso fica evidente quando constatamos o abandono dessas políticas de colonização durante o governo Geisel, voltando-se para o fortalecimento de “[...] projetos mobilizadores de grandes quantidades de capitais” (MONTEIRO, 1995, p.108), convocando os empresários “[...] para essa nova cruzada – ocupar economicamente a Amazônia e corrigir as deficiências da colonização dirigida”. Durante o governo militar, foram várias as iniciativas do Estado para esse processo de atração do grande capital para a região, expressos na Operação Amazônia⁴² (1966-1970), no I PND e no II PND.

Estado, capitais nacionais e internacionais se articularam nesse processo de internacionalização da Amazônia Oriental, e ao Estado coube o papel essencial de suporte para a iniciativa privada.

A entrada de empresas transnacionais no Brasil, entre os anos 1964 e 1985, foi tão alta que a economia brasileira atingiu, nesse último ano, um índice de desnacionalização de 44%⁴³, o que significa a presença dos grandes grupos transnacionais na região. A atividade da exploração mineral foi uma das principais receptoras desses empreendimentos, os quais, apoiados pelo Estado, passaram a retirar nossas riquezas minerais nas minas, levando-as por rodovias e trilhos até os portos, para de lá, embarcá-las rumo aos Estados Unidos, à Europa e à Ásia.

Ao analisar todas essas formas de ação do Estado brasileiro em relação à Amazônia Oriental, podemos perceber aí o grande paradoxo, colocado por Feitosa, (1994, p.73) entre os interesses apontados pelos militares - Defesa da Integração e Soberania Nacional- e as ações efetivadas, pois estas aprofundaram a relação de dependência do país aos interesses do grande capital, atendendo, sobretudo, às necessidades de acumulação. O Programa Grande Carajás da CVRD foi criado, portanto, sob essa lógica.

⁴² A Operação Amazônia se constituiu como uma importante “[...] estratégia que visava introduzir um modelo de desenvolvimento econômico na região amazônica, com base em obras de infra-estrutura – como a abertura de rodovias - e em incentivos fiscais e créditos à iniciativa privada” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2007).

⁴³ A presença de empresas estrangeiras na economia brasileira data do início do século XIX. Na década de 1830, por exemplo, a mineração subterrânea de ouro em Minas Gerais recebe investimentos de companhias britânicas e a partir da década de 1860 há um grande influxo de capital estrangeiro nos setores de infra-estrutura, principalmente, ferrovias (BIRCHAL, 2004, p.3).

3.2.2 As transformações espaços-temporais face ao Projeto Ferro Carajás

As grandes jazidas minerais localizadas na Amazônia Oriental e, mais especificamente, na Serra de Carajás, tornaram-se imprescindíveis para a atual fase de expansão do grande capital, o que fomentou a disputa entre grandes grupos transnacionais nessa área. Como evidencia Lima (2005, p. 2), a

[...] desigualdade na localização de minérios pelo mundo tem provocado, ao longo do tempo, disputas por territórios onde existem estas ocorrências minerais. Foram constituídos monopólios e oligopólios em várias partes do mundo em relação aos tipos de minério, tanto na exploração, quanto na distribuição e determinação de preços no mercado mundial.

Essa desigualdade em relação à localização de minérios, que se constitui numa consequência natural do desenvolvimento geológico da Terra, torna as regiões “ricas” em minerais vulneráveis às ofensivas do grande capital, o qual impõe severas restrições a qualquer perspectiva de desenvolvimento regional nos quais os meios de produção estejam unidos ao trabalho, uma vez que isto colocaria em risco as bases da acumulação capitalista. Como já enfatizamos anteriormente sobre o “[...] caminho desigual com relação ao desenvolvimento da economia”, como enfatiza Lukács (1979, p.134), este é uma “[...] consequência necessária das bases estruturais do próprio desenvolvimento social”, ao mesmo tempo submetidos a uma legalidade. Como diz o autor, o “[...] desenvolvimento desigual, apesar de sua complexa síntese de componentes ontologicamente heterogêneos, é um desenvolvimento submetido a leis” e “[...] a lei do desenvolvimento do modo de produção capitalista é separar cada vez mais do trabalho os meios de produção”, transformando “[...] o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital” (MARX, 1988, p. 297).

Esse processo de incorporação das periferias aos espaços produtivos dos países capitalistas centrais, incluindo a instalação de grandes plantas industriais nas regiões onde se localizam os tão cobiçados minerais, como o minério de ferro e a bauxita, impôs a essas periferias a construção de infra-estrutura de transporte, fornecimento de energia e água, além da alteração de “[...] suas legislações de forma a propiciar que empresas nacionais compartilhassem, com as grandes empresas originárias de economias industrializadas, os riscos e perdas relativa ou absoluta dos investimentos realizados em seus territórios” (COELHO E MONTEIRO,

2003). Foi o que aconteceu em relação ao Programa Grande Carajás, em 1980, para extração do minério de ferro.

Na verdade, o Grande Carajás consolidava o ambicioso projeto de Modernização Conservadora das forças militares pós-1964 em consonância com o movimento de expansão do grande capital. Ocupando uma área de cerca de 900.000 km², incluindo terras dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, as quais contém recursos minerais estratégicos para os países centrais, tais como a bauxita, o ouro, o ferro, o caulim, o manganês, o cobre, dentre outros - impulsionou a instalação de diversas empresas na área minero-metalúrgica, totalizando, em 2004, 15 siderúrgicas dedicadas à produção de ferro-gusa (MONTEIRO, 2005).

Vinculados ao Programa Grande Carajás, a partir do final dos anos 1970, diversos projetos foram criados com a participação do capital internacional, como podemos ver no quadro a seguir.

Quadro I – Principais projetos implementados na Amazônia Oriental

Grandes projetos produtivos na Amazônia						
Projetos	Data de inauguração	Acionistas (%)	Produto	Principais mercados	Número de empregos criados	Investimentos (milhões de dólares)
Carajás	1985	CVRD 100	Ferro e manganês	Japão RFA Domésticos	7.000	3.616
Trombetas	1979	CVRD 46 Votorantin 10 Alcan 24 Billington 10	Bauxita	Canadá EUA Venezuela	1.600	500.000
Albrás	1985	CVRD 51 NAAC (Nippon Amazônia Alumínio) 49	Alumínio	Valesul	3.032	2.500.000
Alunorte	1995	CVRD 60.8 NAAC 39.2	Alumina	Albrás Valesul	854	571
Alumar	1984	Alcoa 60 Billington 40	Alumina e Alumínio	Valesul Alcan EUA Doméstico	2.000	1.500.000

FONTE: GRANDE CARAJÁS, 2004

A “espinha dorsal” do PGC é o projeto Ferro Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce –CVRD, implementado em 1985, o qual

[...] compreende um sistema integrado: a mineração em Carajás, o transporte pela ferrovia do Carajás a São Luís numa distância de 890 km e as instalações portuárias, administrativas, operacionais e de manutenção em São Luís (GISTELINCK, 1988, p. 75).

Além da implantação da CVRD, a partir da implantação do Grande Carajás, vários empreendimentos surgiram na área de influência da Estrada de Ferro

Carajás, cuja presença de grandes grupos nacionais e internacionais redimensionou as condições de trabalho e de exploração da força de trabalho da Mina de Carajás (PA) ao Porto do Itaqui, em São Luís.

Em nenhum outro lugar, a palavra aceleração tem um significado tão materializado quanto nesses espaços de exploração mineral em escala industrial, nos quais tempo e minério são expropriados do homem e da natureza, unicamente pelas necessidades de acumulação. O ouro, a prata, o cobre, a bauxita e o ferro, dentre tantos outros minerais, são sugados ininterruptamente nos mais diferentes pontos da terra, numa escala jamais imaginada pelos colonizadores espanhóis e portugueses na época das Grandes Navegações. Os exemplos históricos nos têm demonstrado que para o grande capital não importa onde esses minerais estejam localizados, se na Rússia, ou no México ou no meio da Floresta Amazônica; desde que existam minerais em quantidades suficientes para atender a demanda dos países centrais, as minas, geralmente a céu aberto⁴⁴, serão instaladas. As condições de exploração e transporte são garantidas no âmbito do Estado Nacional, inclusive nesses tempos neoliberais, tanto por meio de subsídios quanto pela construção de infra-estrutura necessária. Quando estas minas tiverem sido exauridas, os exemplos históricos⁴⁵ também nos mostram que, em seu lugar, restarão apenas montes de entulhos e as imensas crateras que cresceram ao longo da exploração, além dos graves problemas ambientais, culturais e socioeconômicos que são inerentes a essa forma de exploração capitalista.

Como podemos observar nas figuras a seguir, o estado de degradação causado pelas minas a céu aberto é espantoso, pois desde a sua implementação, crateras vão sendo abertas e aprofundadas intensivamente, através de equipamentos pesados e uma força de trabalho cujo tempo é apropriado pelo capital nos seus limites máximos, sobretudo naqueles espaços situados nas regiões periféricas.

⁴⁴ Mineração a céu aberto é usada quando depósitos de mineral ou rocha comercialmente úteis são encontradas perto da superfície, como ocorre com o ferro, o cobre, o manganês, dentre outros minerais.

⁴⁵ Na exploração e beneficiamento do manganês na Serra do Navio, no Amapá, a mina instalada em 1954, foi exaurida em 1997: restou uma grande pilha de rejeitos de manganês de baixo teor.



FIGURA 7- Mina de cobre El Chino localizada próximo de Silver City, Novo México



FIGURA 8: Mineração de diamante a céu aberto em Sakha, Rússia



FIGURA 9: Mineração de ferro na Serra de Carajás (PA)

O tempo geológico⁴⁶ das reservas minerais (em torno de milhões de anos) e sua rigidez locacional⁴⁷ se chocam com o tempo do capital e a lógica do imediatismo, que transforma todo o tempo em tempo de trabalho, reorganizando as relações temporais nesses espaços de exploração e por toda a sua área de abrangência. Aí, o intercâmbio do homem com a natureza se encontra na sua forma mais perversa, porque destrói a tudo e a todos que se apresentam como limites. Mas, como diz Waldman (1992, p.1), “[...] cada uma das organizações têmporo-espaciais estabelecidas ao longo da história, expressaram formas específicas de

⁴⁶ Período dado em milhões ou bilhões de anos, pela datação das rochas, com o objetivo de estudar a origem, a formação e a transformação do planeta Terra ao longo dos tempos.

⁴⁷ “Essa localização exclusiva e privilegiada dos bens minerais em alguns locais da crosta terrestre é chamada rigidez locacional” (SCLIAR, 1996 Apud LIMA, 2005, p. 1).

apropriação da natureza” e na organização capitalista, essa organização se expressa pelo descolamento entre tempo e espaço, uma ruptura que, segundo esse estudioso, “[...] representou a possibilidade de o tempo substantivar-se em uma cronologia temporal alheia a qualquer outra determinação” (1992, p. 13), subordinando o cotidiano de homens e mulheres “[...] em meio a um espaço crescentemente indiferenciado”. A transformação de todo o tempo de vida em tempo de trabalho, institui um novo padrão civilizatório marcado, sobretudo, pela “[...] avidez por mais trabalho” (MARX, 1988), que se constitui na verdadeira fonte da mais-valia. Por isso, a necessidade de romper com o modelo cíclico, homogeneizando todas as formas dos povos de todos os espaços lidarem com o tempo que, preconizando

[...] uma ênfase evolutiva estranha a qualquer outro padrão civilizatório do passado, [...] entra necessariamente em contradição com modos de vida regrados pela estabilidade, pela repetição, pelo convívio com as energias sutis do corpo, do território e do cosmos (WALDMAN, 1992, p. 13).

A Estrada de Ferro Carajás, enquanto investimento estatal, viabilizou o movimento do capital transnacional na Amazônia Oriental reproduzindo as condições globais de acumulação na região, expressando um processo de subsunção real do trabalho no capital, redefinindo as condições de trabalho e de exploração da força de trabalho ao longo da ferrovia. Não podemos esquecer, como evidencia Feitosa (1995), que as técnicas e os capitais podem vir do centro, mas a mão-de-obra é, sobretudo da periferia.

Esse movimento de expansão/atração do capital transnacional para a Amazônia Oriental, impulsionado pelo Estado foi bastante intenso, contando com o amplo apoio dos governantes, empresários e políticos locais. Dessa forma, as relações sociais na área de influência do Projeto Ferro Carajás foram impactadas, estabelecendo-se, a partir de então, mesmo que em graus diferenciados, relações de trabalho pautadas na lógica mais geral da acumulação. E a ação do Estado se encontrava fortemente atrelada aos interesses do grande capital, mesmo após a extinção do Grande Carajás, ao final da década de 1980. Como destaca Monteiro (2005, p.6), a “[...] alocação direta de fundos públicos para a constituição de capitais de empresas, por intermédio do Finam e do Finor, e a concessão de IR foram mantidos”, oferecendo todas as condições de exploração da força de trabalho fortemente atraída por esses empreendimentos.

A exploração de minerais na Amazônia Oriental, mais particularmente na Serra de Carajás, no estado do Pará, gestada pela ação política do Estado, alterou profundamente as relações temporais das populações com a natureza no perímetro que se estende das minas, no sul do Pará ao Porto do Itaqui, em São Luís, no estado do Maranhão, subsumindo os tempos locais no tempo do capital, pois, na mineração, o que conta é sobretudo, o tempo de exposição do capital, já que este é “[...] um negócio de risco para o capital”. Portanto, “[...] quanto menos dilatado for o tempo de exposição do seu capital” melhor será, como destaca Monteiro (1995, p.174). Por isso, a imperiosa necessidade de subsumir os tempos locais no tempo do capital.

A visão de curto prazo que caracteriza a ação do capital transnacional na Amazônia Oriental impõe um ritmo extremamente acelerado de extração mineral, trazendo conseqüências para as comunidades locais, tanto no que se refere às condições geográficas, quanto às questões econômicas, sociais e culturais, dentre as quais se encontram as relações do homem com o tempo.

Sob a imposição do trabalho assalariado, que se constitui como trabalho abstrato e, portanto, como trabalho forçado (MARX, 2004), as relações que homens e mulheres estabelecem com o tempo nesses espaços são profundamente alteradas pelos interesses da acumulação capitalista, reduzindo o tempo de vida ao tempo do capital, mesmo diante dos significativos avanços tecnológicos em relação às forças produtivas que aí se incorporam. O trabalho assalariado subordina o ser humano à lógica produtiva e “[...] é da própria natureza dessa subordinação que a totalidade do tempo vital do ser humano esteja a serviço do capital” (SANTOS, 2006).

Quanto aos avanços tecnológicos, estes não se constituem em ganhos para os trabalhadores, pois na medida em que é possível reduzir o tempo de trabalho aos limites mínimos, o capital se apropria sempre de mais tempo de trabalho, reduzindo o número de trabalhadores, com a mesma perspectiva que o faziam os primeiros capitalistas: gerar lucros E a pequena quantidade de trabalhadores que usufrui um pouco mais desses avanços, com salários bem acima daqueles obtidos pelos demais trabalhadores de outros tipos de empreendimentos, é submetida a altas taxas de exploração em ritmos intensos de trabalho.

Como diz Meszáros (2006, p.35), nessa lógica,

[...] a real selvageria do sistema continua inabalada, não só porque expulsa mais e mais pessoas do processo de trabalho, uma contradição típica, como também prolonga o tempo de trabalho, aonde quer que o capital possa ir.

A prolongação do tempo de trabalho nas regiões de exploração mineral como Carajás, em turnos ininterruptos de trabalho, anda lado a lado com a redução do tempo total de extração do mineral, cujas metas estabelecidas demarcam uma contínua aceleração temporal, própria à natureza capitalista. Assim, se em uma mina há uma previsão inicial de quantidade de minério a ser extraído por tempo total de extração mineral, o capitalista utilizará de todos os recursos possíveis para reduzir continuamente esse tempo, contando com a menor quantidade de trabalhadores, impondo, portanto, um ritmo intenso por todo o trajeto percorrido pelo minério, até alcançar o seu destino final, em sua maioria, em outros países. As transformações espaço/temporais que aí se instalam são determinadas, sobretudo, pela necessidade imperiosa de utilização de nossas riquezas minerais pelo grande capital em expansão.

Especificamente em relação às transformações espaciais, o complexo das relações capitalistas reproduz nas diversas regiões, como a Amazônia Oriental, a arrumação geográfica dos espaços mundiais, colocando as forças produtivas a serviço dos interesses de acumulação, intensificando o estranhamento do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho e no processo de produção.

O estranhamento do trabalhador, especificamente em relação ao produto do seu trabalho, foi analisado por Marx, nos Manuscritos Econômicos –Filosóficos, que para isso parte “[...] de um fato econômico contemporâneo”, afirmando que o “[...] trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (MARX, 2004, p.111) e como esse fato é contemporâneo ao modo de produção capitalista, a análise de Marx, feita em 1844, permanece atual. A análise do filme Blade Runner – O caçador de Andróides, realizada por Alves (2004), expressa o quanto esse processo de estranhamento assola o desenvolvimento dessa sociedade, pois, como afirma, o

[...] desenvolvimento da *sociedade do capital* é o desenvolvimento ampliado de suas contradições sociais, seja no campo da *técnica* e da *tecnologia*, seja no da sociabilidade e subjetividades humanas e também do ecossistema urbano-social. O *estranhamento* atinge o trabalho e a reprodução social, o que significa que desefetiva a memória e a identidade do homem, dilacerando seus referentes de espaço-tempo, comprimindo-os e imprimindo neles sua marca indelével. A manipulação de homens e coisas assumem dimensões cruciais. A sociedade burguesa hipertardia tende a se tornar uma imensa coleção de múltiplos objetos-mercadorias complexas criadas pelas novas tecnologias de engenharia genética. No limite, a produção de *mercadorias* atinge a produção de supostas inteligências artificiais e de objetos-andróides no limiar da humanidade. Na verdade, na medida em que não se abole o *sistema do capital*, ele tende a instituir formas sociais estranhadas mais desenvolvidas, abrindo um campo de hominização desumanizada (o que é a própria *barbárie social*).

O que o autor nos demonstra é o quanto esse estranhamento é inversamente proporcional ao desenvolvimento das forças produtivas. Em Carajás, tal estranhamento atinge a sua plenitude, considerando que aí, esse desenvolvimento se supera diariamente, pois os recordes precisam ser quebrados visando atingir as demandas do mercado, que em relação aos minérios, é sempre crescente. Além disso, esse estranhamento é fundamental para que o trabalhador aceite os ritmos impostos pela empresa, transformando todo o seu tempo de vida em tempo de trabalho.

Diante da constante aceleração que envolve esse tipo de atividade, a relação do trabalhador com o seu produto é mascarada pelas cifras gigantescas, principalmente nas corporações transnacionais, como a Companhia Vale do Rio Doce, as quais justificam que os grandes carregamentos e os grandes embarques (em toneladas úteis) e os grandes lucros (em bilhões de dólares) provém dos altos investimentos que essas corporações se dispõem a realizar nesses espaços.

A extração e exportação de minério de ferro aumenta a cada ano. Somente no mês de novembro de 2006, foram extraídos cerca de 10 milhões de toneladas de minério de ferro da Serra de Carajás, com uma perspectiva de se manter essa média em 2007 (DIÁRIO DA MANHÃ, 2006). A CVRD divulgou esses resultados recentemente, informando que no ano de 2006 “[...] Carajás produziu 59, 5 milhões de toneladas de minério de ferro no acumulado dos nove primeiros meses do ano”, o que indica um crescimento de 14,1% em relação ao mesmo período de 2005, pois a “[...] expansão da economia mundial aumenta a demanda pela produção da região” (CVRD, 2006). Visando atender essas necessidades de expansão, o aumento da

capacidade de produção é um dos objetivos prioritários da mineradora. De acordo com o Diário da Manhã (2006) , no

[...] terceiro trimestre, a Vale concluiu a expansão da capacidade de produção de minério de ferro de Carajás para 85 milhões de toneladas anuais, com custo de US\$ 291 milhões. Esse aumento de capacidade de Carajás foi o décimo sétimo projeto de grande porte concluído pela CVRD desde o primeiro semestre de 2002, quando foi finalizada a construção da planta de pelotização de São Luís (MA).

Essas informações só reafirmam os objetivos que levaram à construção da Estrada de Ferro Carajás, que junto à Hidrelétrica de Tucuruí “[...] compunham os projetos de infra-estrutura mais caros dessa nova fase de ação do Estado na Amazônia” (DIEGUES, 1999, p.).

Para garantir esses resultados, a CVRD se utiliza de diversas estratégias que vão desde “investimentos” na formação do trabalhador até a sua remuneração, que é superior aos demais trabalhadores de outros empreendimentos nacionais. O que “[...] eles exigem é apenas que você tem que ser pró-ativo. Eles exigem isso, mas investem em você”, diz um trabalhador da CVRD/MA⁴⁸. Aqui se expressa a plena alienação do trabalhador, pois o trabalho que realiza e o seu resultado não pertencem a si, “[...] não é o seu trabalho, mas o de outro” (MARX, 2004, p. 114). Por isso, ele tem que apresentar os resultados que lhes são exigidos, entregando-se, portanto, também a si. Se a empresa investe, o investimento vem da empresa, como uma benesse da empresa e “[...] você só tem que retribuir com os resultados”, complementa esse trabalhador.

Nessa perspectiva, o trabalhador passa a ser reconhecido através dos resultados do seu trabalho, afastando-se completamente do produto deste, não reconhecendo-se nele, preocupando-se, sobretudo, com o seu desempenho individual para manter-se no emprego. Diante disso, quais vínculos esse trabalhador pode estabelecer, por exemplo, com o minério de ferro, produto do seu trabalho, que é retirado diariamente das minas de Carajás, atravessa a EFC e sai pelo Porto do Itaqui, se ele não se reconhece na produção daquela riqueza, se, como diz Marx (1988), “[...] ele se relaciona com esse produto do seu trabalho como a um objeto estranho”? Como poderia um trabalhador perceber sua relação com o que produziu, se esta resulta em bilhões de dólares para uma empresa transnacional? É mais fácil compreender que são os negócios com a China que são fabulosos, que é a

⁴⁸ Entrevista concedida em fevereiro de 2007.

demanda do mercado quem impulsiona a intensificação da extração mineral, gerando daí, os lucros fabulosos (também, em bilhões de dólares). Esse trabalhador, na relação com o trabalho alienado, reconhece-se segundo a lógica dos resultados, mostrando ser sempre moderno em relação às mudanças, antecipando-se a elas, o que significa ser pró-ativo.

Essa é a visão que marca a atual reestruturação do capital, iniciada no Brasil no final dos anos 1980, e que faz com que cada trabalhador olhe os demais trabalhadores, nessa relação com o trabalho alienado, “[...] segundo o padrão e a relação em que ele próprio, como trabalhador, se depara” (MARX, 2004, p.118), e deles também cobre os resultados. Dessa maneira, o trabalhador se submete aos intensos ritmos impostos nos espaços de exploração mineral, no qual a relação de homens e mulheres com o tempo foi profundamente alterada, num processo que teve início com a intensa mobilização demográfica na Amazônia, fomentada pela busca de terras e de trabalho.

A partir desse movimento migratório e sob as condições de trabalho imposta pela implementação do Projeto Ferro Carajás, os tradicionais padrões de relação que os povos nativos e os trabalhadores aí residentes por conta dos surtos extrativistas (como o ciclo da borracha), estabeleciam com a natureza, foram brutalmente transformados. Com o Programa Grande Carajás, inaugura-se o tempo do mercado na Amazônia Oriental, que é um tempo que cria o mundo

[...] à sua própria imagem, no qual o início e o final do dia deixam de ser governados pelo movimento do Sol, da Lua ou das estrelas, mas sim, confundem-se com o transcorrer da jornada de trabalho, independentemente do período do ano ou das condições meteorológicas (WALDMAN, 1992, p. 13).

Nessa perspectiva colocada por Waldman (1992), podemos analisar o quanto foi brutal o processo de subsunção dos tempos locais no tempo da mineração nas áreas de influência do Grande Carajás, pois estes eram tempos relativamente livres, divididos entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho de acordo com os ritmos da natureza, considerando, sobretudo a abundância de terras e de recursos naturais que aí se encontravam (FEITOSA, 1994). Mas, como diz Mészáros (2006, p.44), o “[...] capital é totalmente incompatível com o tempo livre utilizado autonomamente e de forma significativa por indivíduos sociais livremente associados”.

A estruturação do trabalho a partir do tempo sincronizado do mercado, da mina de Carajás (PA) ao Porto do Itaqui (MA) foi impulsionada pelo movimento diário do trem que atravessa a Estrada de Ferro Carajás, dando visibilidade ao intenso processo de sincronização do tempo mundial o qual colocou os tempos locais nos trilhos do capital.

As alterações no significado do tempo que se iniciaram com as grandes navegações, na busca da hora exata e sincronizada, consolidaram-se na Amazônia Oriental através do Projeto Ferro Carajás, iniciado na década de 1980, quando, pela ação do governo federal, de políticos locais, de grandes latifundiários e de grupos empresariais locais, nacionais e estrangeiros, as população locais tiveram suas valiosas terras expropriadas. Este foi um processo marcado pela violência, desde assassinatos até a cooptação de lideranças locais. Como demonstra Diégues (1999, p.37), de 1985 a 1987, ocorreram 20 incidentes de violência rural na área do Programa Grande Carajás, totalizando 58 trabalhadores mortos, além de lideranças vinculadas ao movimento de defesa dos povos nativos e de vários pistoleiros e policiais.

A entrada de várias frentes migratórias na região, sobretudo no início da construção do Projeto Ferro Carajás, “[...] que se dirigiram principalmente para os municípios de Marabá e São João do Araguaia, no sul do Pará” (DIÉGUES, 1999, p.42) foi um importante movimento para alteração do significado dos tempos locais. O resultando desse movimento foi a formação de um exército de reserva na sua forma estagnada nas áreas ao pé da Serra de Carajás, como a cidade de Parauapebas, que embora tenha resultado de uma ação do planejamento estatal, deliberado pela Companhia Vale do Rio Doce “[...] com a função de servir como centro de triagem de mão de obra para as empreiteiras à serviço da CVRD” (DIÉGUES, 1999, p.43), com a perspectiva de limitar a população a 5.000 famílias, torna-se um forte atrativo para os camponeses expropriados de suas terras. Como diz esse autor,

[...] a fronteira tem sua própria lógica e não se submete a decisões reguladas por decreto. Portanto, os processos anteriores de expropriação camponesa da terra, provocadas pelas políticas concentracionistas, empurram esses trabalhadores em direção às novas frentes de trabalho, ocasionando um processo de crescimento das tensões em busca de trabalho na fronteira.

Esse mundo urbano criado ao pé da Serra de Carajás composto por homens e mulheres, oriundos principalmente do Maranhão (36,2%) que necessitavam vender sua força de trabalho para sobreviver, acirrou o processo de exploração dessa força de trabalho, que lutava de todas as formas pela ocupação de espaços nesse mercado de trabalho que foi aberto no meio da Floresta Amazônica. Entretanto, o compromisso dos grandes empreendimentos para “[...] atender a cronogramas, cujo tempo e eficiência são medidos pelos padrões do mercado mundial” (DIÉGUES, 1999, p. 39), os levava a selecionar - seguindo os princípios de Taylor (1990) - ,cuidadosamente a mão de obra de acordo com as necessidades da produção, e muitos desses trabalhadores que sonhavam em trabalhar na Companhia Vale do Rio Doce, o máximo que conseguiram foi ser admitido por alguma das empreiteiras que aí se localizavam. Para Diégues (1999), Parauapebas, na verdade, constituiu-se em um “bolsão de mão-de-obra”. O lugar dos trabalhadores da CVRD e de suas famílias seria o núcleo de Carajás, o oposto em relação às condições de vida em Parauapebas. Aqui, a superpopulação relativa se encontra nas suas três formas clássicas: líquida, latente e estagnada.

Os impactos dessas transformações sobre as populações que residiam na região, dentre povos indígenas e pequenos agricultores é imensurável, considerando a perda ou redução de suas terras, forçando muitos deles a compor o imenso exército industrial de reserva para o mercado minero-metalúrgico que aí se instalava. A partir de então, a terra deixou de ser o provedor para a maioria desses povos e todo o seu tempo de vida se transformou em tempo de trabalho. sem as terras, não haveria mais o tempo da plantação, o tempo da colheita e o tempo das festas para comemorar essa colheita, pois embora o minério tenha dependido do tempo geológico para ser gerado na terra, o tempo de ser arrancado se vincula, unicamente, às demandas do mercado.

A partir da implementação da Companhia Vale do Rio Doce na Amazônia Oriental, consolidava-se o tempo minero-metalúrgico, que na particularidade maranhense, exacerba a destruição das relações entre homem e natureza.

4 A CONSOLIDAÇÃO DO TEMPO MÍNERO - METALÚRGICO NO MARANHÃO NO CONTEXTO DA RELAÇÃO ESTADO/CAPITAL

4.1 A implementação da CVRD nos caminhos da Modernização Conservadora no Maranhão

O Maranhão é um caso particular do processo de subsunção dos tempos locais no tempo da mineração na Amazônia Oriental sob o jugo do capital transnacional, pois se insere no Projeto Ferro Carajás, sem ter nenhuma mina de produção desse mineral. Afirma-se, portanto, como “corredor” de exportação, abrigando uma parte significativa da força de trabalho que se constitui em torno das atividades da Companhia Vale do Rio Doce, uma empresa originada dos “Acordos de Washington”, em 1942 voltada para a extração de minério de ferro. As negociações entre o governo brasileiro e a empresa americana *Itabira Iron Ore* viria atender, primordialmente, os interesses bélicos dos Estados Unidos e da Inglaterra (TAVARES, 2000, p.1). Com o

[...] início da Segunda Guerra Mundial, o suprimento de alguns bens minerais tornou-se estratégico e as grandes potências tentaram estabelecer laços com os países possuidores de grandes reservas, a fim de assegurar o seu abastecimento. Nessa perspectiva, em 1942 o Brasil assinou uma série de acordos com os Estados Unidos e Grã-Bretanha, denominados, Acordos de Washington, nos quais se incluíam, além de outros itens, a exploração, transporte e exportação do minério de ferro das jazidas de Itabira (CVRD, 1985, p. 20).

Entretanto, bem antes da assinatura desse acordo, encontram-se as origens da Companhia Vale do Rio Doce, quando foi Fundada a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, em 1903, com o objetivo de interligar a região de Diamantina, em Minas Gerais, ao porto de Vitória. Quando o Serviço Geológico e Tecnológico do Brasil identificou reservas de alto teor na região, grandes faixas de terra foram compradas pelo *City Improvements*, “[...] pela quantia de 200 contos de réis”, que “[...] adquiriu o direito de posse daquela imensa riqueza, em 1908”. A partir daí, consolidaram-se na região, os interesses de industriais e banqueiros ingleses (CVRD, 1985, p.19), que em 1942, se articularam aos norte-americanos. Um acordo financeiro assinado em 1943, entre o governo brasileiro e o *Exibank*, no qual este deveria liberar “[...] um empréstimo no valor de U\$ 14 milhões para compra de

equipamentos a serem utilizados na mecanização das minas e reconstrução da Estrada de Ferro Vitória a Minas, além do seu reaparelhamento” (CVRD, 1985, p.22), consolidava a aliança do capital nacional e internacional no Brasil, com base no endividamento do país⁴⁹.

Esse foi o contexto de implantação da CVRD no Brasil, bem diverso daquele apresentado nos anos 1970, quando se outorgou à mesma, através do Decreto N^o. 77.608, de 1976 “[...] a concessão para construção, uso e exploração da estrada de ferro entre Carajás (PA) e São Luís (MA)” (GSERMS, 2006). Neste período já estava posta uma nova divisão internacional do trabalho, sob a hegemonia do grande capital transnacional norte-americano, o qual buscava novos mercados para se expandir.

Um dos principais fatores que contribuiu para que o Maranhão se inserisse nessa divisão internacional do trabalho, como escoadouro da produção mineral do vizinho estado do Pará decorreu, sobretudo, pela instalação da Estrada de Ferro Carajás, possibilitando a integração da mina de Carajás ao Porto do Itaqui. Como já analisei anteriormente, os *caminhos de ferro* foram extremamente relevantes para o processo de desenvolvimento do capitalismo e, na contemporaneidade não é diferente. Como diz Juruá (2006, p.7)

[...] o controle de uma estrada de ferro é acompanhado pelo controle sobre as terras lindeiras e, frequentemente, sobre os recursos naturais que aí se encontram, nesses casos, a gestão da ferrovia desdobra-se em gestão de território, permitindo acesso a madeiras, minerais e metais preciosos, água e petróleo, por exemplo.
Mas a ferrovia pode ainda permitir o acesso privilegiado a portos de exportação. O controle total do binômio ferrovia-porto é uma vantagem considerável na competição entre conglomerados transnacionais.

A logística que se implementa a partir desse binômio ferrovia-porto, principalmente após a privatização da CVRD, em 1997, resultou em ganhos significativos para o movimento do capital internacional, pois, como diz um trabalhador da CVRD/MA, “[...] é pela logística que se dá o monopólio das ferrovias e dos portos no Brasil”⁵⁰. Os impactos desse processo de internacionalização na economia maranhense foi bastante significativo, particularmente a parte que se relaciona diretamente com a mínero-metalurgia, sobre as condições de trabalho e de

⁴⁹ Somente em 1950, a CVRD passaria “[...] a ser controlada totalmente por brasileiros”, chegando “[...] ao final da década de 60 como uma empresa efetivamente consolidada e com uma posição assegurada no mercado internacional de minério de ferro” (CVRD, 1985, p. 25).

⁵⁰ Entrevista concedida em março de 2007.

exploração da força de trabalho. A partir da instalação da Estrada de Ferro Carajás, ao longo dos 485 km de São Luís até São Pedro da água Branca, uma nova sociabilidade passou a ser construídas nos povoados aí existentes, dentre os municípios, povoados indígenas e de pequenos agricultores.

As terras ao longo da ferrovia, assim como as cidades atravessadas pela mesma – Vitória do Mearim, Arari, Santa Inês, Alto Alegre do Pindaré, Mineirinho, Auzilândia, Altamira, Presa de Porco, Nova Vida, Açailândia, São Pedro da Água Branca e a capital São Luís⁵¹ - tornaram-se importantes atrativos para os trabalhadores de várias regiões do Brasil, que viam nesse empreendimento perspectivas concretas de se inserir na dinâmica industrial que se iniciava no Estado. Ser um trabalhador da indústria e, sobretudo da Companhia Vale do Rio Doce, representava, para esses trabalhadores, a possibilidade de, finalmente, melhorar suas condições de vida e de trabalho. Quanto aos trabalhadores que já residiam nessas localidades, estes foram brutalmente violentados: muitos foram expulsos de suas terras ou as viram cada vez mais reduzidas, tendo que passar a competir nesse concorrido mercado de trabalho que se constituía em grande velocidade.

Apesar das “promessas” da CVRD, apenas alguns desses trabalhadores foram selecionados para trabalhar na Companhia Vale do Rio Doce, nas empreiteiras que realizavam as obras ou nas prestadoras de serviço. A maioria se encontrava nas diversas ocupações irregulares que emergiam, engrossando as fileiras do grande exército de reserva necessário a tal empreendimento mineral.

Na fase de implantação foram 28 mil as pessoas empregadas. Durante a fase de montagem elétrica e mecânica e de obras civis, o número diminuiu para 25 mil . A Vale chegou a aproveitar muita gente que foi dispensada pelas empreiteiras uma vez concluído o trabalho. no entanto, muitos trabalhadores ficaram por lá e a cidade de Rio Verde (próxima a Carajás) teve um aumento grande de população. Muitos são agricultores que estão recebendo terras pelo Getat. Essa cidade é ponto de preocupação da Vale, já que lá poderão ser aproveitados muitos trabalhadores. Por isso, recentemente a empresa mandou fazer um cadastramento de pessoal, para saber, ao mesmo tempo, que tipo de produção eles têm e que tipo de serviços eles podem prestar. Esse será, futuramente, sem dúvida, um ponto de recrutamento de pessoal para a empresa (CVRD, 1985, p.88-89).

No início dos anos 1980, cortando o Maranhão na área centro-norte, a ferrovia foi construída para atender aos interesses e necessidades da acumulação

⁵¹No estado do Pará, temos os municípios de Marabá, Itainópolis e Parauapebas.

capitalista, subsidiados pelos interesses estratégicos e militares do governo brasileiro. Desde então, a demanda por nossas riquezas naturais é sempre crescente, o que requer uma infra-estrutura ferroviária de grande porte: são

[...] 892 km de extensão, 150 km de pátios de cruzamento, 62 pontes e viadutos ao longo da via, 30 trens diários, 110 locomotivas na frota, 5.600 vagões para minério, 100 toneladas de minério/vagão, 18 carros de passageiros, 38 km/h – velocidade média/trens, 80 km/h – velocidade máxima/trens, 7 milhões de toneladas de cargas gerais, 68 milhões de toneladas de minério, 1.500 passageiros /dia (CVRD/2004).

O primeiro trem da Companhia Vale do Rio Doce chegou à Ponta da Madeira, em São Luís (MA), carregado de minérios (FIGURA 10), no dia 28 de fevereiro de 1985, consolidando mais um projeto do grande capital em expansão na periferia latino-americana, demarcando o intenso processo de subsunção da economia exportadora maranhense ao capital transnacional.



Figura 10 - Primeiro trem com minério de Carajás (CVRD/2006)

No dia 23 de julho de 1973, o Ministério das Minas e Energia e da Indústria e Comércio já havia anunciado essa importante decisão, que foi destacada pelos jornais locais em tom de euforia:

“Minério dos Carajás sai mesmo pelo Itaqui” - A escolha do porto do Itaqui no Maranhão, para servir de escoadouro ao minério de Carajás e da cidade de São Luís para a sede da Siderúrgica que vai transformar esse minério em aço são decisões irreversíveis, informaram ontem fontes dos Ministérios das Minas e Energia e da Indústria e do Comércio (O ESTADO DO MARANHÃO, 2006).

Entretanto, somente a primeira parte da decisão ministerial foi efetivada, transformando a parte oeste do Maranhão em escoadouro do minério de Carajás e

muito mais, transformando o Maranhão em “corredor de exportação”, pois os objetivos do Projeto Ferro Carajás não incluía industrializar o Maranhão com o objetivo de elevá-lo ao nível do Centro-Sul do Brasil, como diziam o governo estadual, empresários locais e órgãos da indústria. O Maranhão passou a ocupar, a partir da construção da Estrada de Ferro Carajás, a posição que lhe foi determinada como economia periférica nessa nova divisão internacional do trabalho: corredor de exportação. Por isso, a importância que a ferrovia adquiriu para o estado, juntamente com o Porto de Itaqui.



Figura 11 – Trecho da Estrada de Ferro Carajás

Este era o segundo momento da modernização conservadora no Maranhão⁵² marcado, sobretudo, pela abertura para os Grandes Projetos, sedimentando uma forte aliança do capital transnacional com o Estado no contexto da questão amazônica (GSERMS, 2006), na qual a ação do Estado se deu de forma bastante intensiva, como já foi tratado anteriormente.

A Estrada de Ferro Carajás representava, portanto, parte fundamental de uma rede geográfica que possibilitava o uso seletivo do espaço das cidades e do campo no território brasileiro, em benefício do grande capital nacional e internacional,

⁵² O primeiro momento de modernização conservadora no Maranhão, preconizada a partir da segunda metade dos anos 1960, no bojo do modelo autocrático burguês de transformação capitalista para o Brasil e, em particular, para a Amazônia (GSERMS, 2006).

consolidando o processo de industrialização na região amazônica, através do capital transnacional, cujo transporte ferroviário viabiliza os chamados “corredores de exportação”. Como diz Abreu (2000, p.173), “[...] a transnacionalização do capital, uma expressão do processo de intensificação da internacionalização econômica, apresenta-se como amplo movimento que atravessa os Estados nacionais”

Como já analisei anteriormente, a construção de *caminhos de ferro* (GALISON, 2005) tem um papel decisivo no movimento de expansão do capitalismo, que a partir do século XIX necessitou se expandir por via terrestre para as diversas localidades no interior dos próprios países. Foi, portanto, “[...] o aumento do volume da produção de mercadorias e a necessidade de transportá-las, com rapidez, para os mercados consumidores” que fomentaram a criação da primeira locomotiva na Inglaterra, de *Stephenson*, em 1814 (GALISON, 2005). Mas, pelos *caminhos de ferro* não passavam somente mercadorias a serem consumidas. Também passavam pessoas e interesses em relação, por exemplo a sincronização dos diversos tempos locais, tomando o tempo industrial como base.

A mínero-metalurgia, assim como os complexos agroindustriais, constitui-se em um dos elementos dessa modernização conservadora do mercado exportador no Maranhão que, sob o sistema mina-ferrovia-porto, passou a reorganizar todo o processo produtivo do Maranhão a partir da implantação da CVRD na Amazônia Oriental, atraindo os grandes capitais transnacionais e grupos empresariais vindos de outras regiões do Brasil.

A incorporação do Maranhão a essa nova dinâmica de movimentação do grande capital nas regiões periféricas ocorreu parcialmente na parte oeste do estado, portanto, como área de interesse para o escoamento da produção de minérios na Serra de Carajás. Por isso, a partir dos anos 1980, toda uma rede de infra-estrutura ao longo da EFC e NO Porto do Itaqui, com alto investimento estatal, foram realizados nessa área.

Sob o discurso da modernização conservadora do governo militar, transmutado pela perspectiva de desenvolvimento de sua “vocação” para a industrialização, o Maranhão assume a perspectiva de se destacar no mercado mundial como economia exportadora.

Essa posição de economia exportadora é uma marca no desenvolvimento do Maranhão, que apresenta particularidades em relação ao desenvolvimento de outros

estados do Brasil. Entrou “no circuito das trocas simples de mercadoria muito tardiamente, inserindo-se [...] no âmbito do mercantilismo europeu quase um século e meio após a conformação das principais colônias portuguesas. Outro aspecto a ser considerado é que [...] além das conveniências estruturais da formação da colônia contará com a lentidão dos processos implementados com mais rapidez em outras regiões [...]” (FEITOSA, 1995, 180). No

[...] século XVII, a base da economia do estado encontrava-se na produção do açúcar, cravo, canela e pimenta; no século XVIII, surgiram o arroz e o algodão, que vieram a se somar ao açúcar, constituindo-se estes três produtos a base da economia escravocrata do século XIX. Com a abolição da escravatura, a 13 de maio de 1888, o estado enfrentou um período de decadência econômica, do qual viria a se recuperar no final da primeira década do século XX, quando teve início o processo de industrialização, a partir da produção têxtil.

O Maranhão, desde o período colonial, vem buscando, via iniciativas governamentais, garantir a produção de produtos de interesse para os grandes centros, como fez para Portugal. A criação da Companhia do Comércio do Maranhão, em 1682, por exemplo, possibilitou a limitação de sua economia às monoculturas do açúcar e do algodão de base escravista. Entretanto, esta

[...] iniciativa provoca protestos dos lavradores locais, pois o governo português chega a confiscar as lavouras de quem não planta cravo e algodão, produtos que interessam comercialmente à Metrópole. Em 1864, sob a liderança dos irmãos Manuel e Tomás Beckman, os maranhenses se rebelam, mas são duramente reprimidos pelos colonialistas (HISTÓRIA DO MARANHÃO, 2004).

A instalação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, foi outra iniciativa da Metrópole para fomentar as exportações de algodão, que teve forte crescimento no mesmo instante em que despontava a Revolução Industrial na Inglaterra.

Esse progresso econômico, porém, não se mantém. Após as lutas da independência, o Maranhão entra no século XIX com a economia em declínio. A estagnação perdura durante o Império, provocando revoltas sociais, como a Balaiada de 1838, ou, mais tarde, a migração para os seringais da Amazônia. No início da República, a manufatura algodoeira e o beneficiamento de arroz, açúcar e óleo de babaçu sustentam a economia do estado, mas não impedem o empobrecimento de grande parte da população (HISTÓRIA DO MARANHÃO, 2004).

No século XVII, a base da economia do estado encontrava-se na produção do açúcar, cravo, canela e pimenta; no século XVIII, surgiram o arroz e o algodão, que vieram a se somar ao açúcar, constituindo-se estes três produtos na base da economia escravocrata do século XIX. Com a abolição da escravatura, a 13 de maio

de 1888, o Estado enfrentou um período de decadência econômica, do qual só viria a se recuperar no final da primeira década do século XX, quando teve início o processo de industrialização, a partir da produção têxtil. Mas somente nas décadas de 1960 e 1970 é que se impulsiona a “modernização” do Maranhão, no

[...] processo contemporâneo de ocupação da Amazônia concebido pelo Regime Militar de 1964, atrelado aos objetivos de integração do território nacional, controle geopolítico das fronteiras norte e noroeste, adiamento de uma possível reforma agrária e inserção do Brasil no mercado internacional através da exportação de recursos minerais (OLIVEIRA, 2006).

Entretanto, a consolidação do Maranhão como economia industrializada somente ocorreu a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, na rota do capital transnacional, com a implantação de grandes empreendimentos, gestados sob os auspícios do Grande Carajás, como a Alumina, a MARGUSA e a CVRD. Entretanto, tais empreendimentos resultam tão somente da necessidade do capital para se estabelecer em toda parte, criando mercados cada vez mais extensos (MARX; ENGELS, 1993), sobretudo no atual contexto de liberalização e desregulamentação. Não podemos esquecer que os movimentos de valorização dos capitais com objetivos de lucro se beneficiam das medidas de liberalização e de desregulamentação, contando com o suporte da informática e das telecomunicações (CHESNAIS, 1996). Com ampla liberdade de movimentação, o capital industrial se desloca de uma praça para outra, mas sempre de acordo com as relações constitutivas do oligopólio mundial e com as oportunidades de deslocamento (transferências das unidades de produção para países com salários muito baixos). Entretanto, como afirma esse autor, essas regiões e países do mundo só interessam ao capital “[...] sob a forma contraditória de sua marginalização. As operações feitas com objetivo de lucro para frutificar um capital são, por definição, seletivas”.

Considerando o significado de tais empreendimentos para os interesses do grande capital, entendo que a incorporação da parte Oeste do Maranhão à Amazônia Oriental tem um significado estratégico, considerando todas as potencialidades dessa parte da Amazônia Oriental que se afirma como “corredor” de exportação, dentre as quais se destacam: a capacidade portuária de São Luís, capital do Estado, a abundância de terras e mão de obra barata. Todos esses elementos foram colocados à disposição do grande capital no Maranhão, nos caminhos de sua modernização conservadora. Mas, se esse estado se consolidou como corredor de exportação, o aclamado desenvolvimento industrial não se

efetivou. Além da Alumar (1980), da Usina de pelotização da CVRD (2002), ambas em São Luís, as demais indústrias de grande porte ligadas à transformação do ferro-gusa, não chegam nem a uma dúzia, permanecendo nessa parte oeste do estado, um desenvolvimento desigual e combinado, favorável aos interesses do grande capital em expansão, pondo em xeque a “modernização” do estado, uma vez que esta se atrela, nos anseios de políticos e empresários locais, à industrialização. A chegada da CVRD no Maranhão criou essa expectativa de desenvolvimento = industrialização, inclusive entre os trabalhadores locais e aqueles que chegavam. Como disse um trabalhador da empresa⁵³,

[...] quando a Vale veio para o Maranhão, se vislumbrava um grande desenvolvimento, pois lá na região que nós estávamos se conhece e se sabe que onde a Vale do Rio Doce chega, ela transforma o local. Então, se esperava disso aqui e muito mesmo... E eu trabalhei esse tempo todo lá e não houve essa transformação. Até hoje, o Maranhão está na mesma. o crescimento da Vale foi do porto do Itaqui pra fora: o minério é colocado no chão, passa pela ferrovia, entra no navio e vai embora.

E acrescenta:

[...] até que ponto a Vale desenvolveu o Maranhão? É um desenvolvimento interno. O porto da Vale é para a Vale. Desenvolvimento econômico regional? Aqui não tem. Aí eu penso, puxa ela cresceu, mas o que ela influenciou? O que é a industrialização do Maranhão?

Os grandes empreendimentos transnacionais só se interessam pelos espaços periféricos para fins de exploração e a conseqüente valorização de capitais. Nesse sentido, o desenvolvimento regional que se “vislumbrava” para o Maranhão, com a implantação de grandes siderúrgicas não passou de mais um engodo das elites políticas e empresariais, expressando porque a modernização do Maranhão é conservadora.

Já em 1965, por ocasião de sua candidatura a governador do Estado, José Sarney utilizando “[...] com habilidade e competência os veículos de comunicação, especialmente nos centros urbanos” dá “[...] a sua mensagem de renovação, modernização, mudanças e desenvolvimento” ao que denominam de “Novo Tempo” no Maranhão (BARBOSA, 2002,).

Foi nesse discurso do “novo” que se justificou a implantação do Projeto Grande Carajás, do Centro de Lançamento de Alcântara e do Agronegócio, renovando-se na recente luta pela implementação de um Pólo Siderúrgico, que era enaltecido pelo ex-governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, como

⁵³ Entrevista concedida em agosto de 2006.

[...] o momento de consolidar definitivamente o Maranhão como um Estado industrializado que deve se inserir entre os principais pólos de desenvolvimento do país, principalmente pela posição geográfica e condições portuárias privilegiadas (O PROGRESSO, 2004).

Esse discurso de que “é chegado o tempo do Maranhão ser um estado industrializado”, leia-se moderno, é contínuo nos diversos governos, reforçados pelos órgão ligados à indústria. No discurso de posse da Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, em 1968, o então presidente eleito afirmava que o Maranhão:

[...] deve se agigantar dentro de suas próprias fronteiras, pelo seu próprio valor econômico, pelo aproveitamento de suas terras, pelo desenvolvimento de seus homens; mas deve realizar com ardor e entusiasmo a melhoria e ampliação de seu parque industrial, porque um Estado somente se impõe no conceito nacional pelo valor de suas indústrias (FIEMA, 1988, p.8).

Nesse período, surgiram os parques industriais para o beneficiamento do arroz e do babaçu. Em 1970, a indústria ocupava 49.184 trabalhadores (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO, 1988), o que representava menos de 5% do total da força de trabalho ocupada no Estado. A implementação do Programa Grande Carajás viria alterar esse quadro, uma vez que, após a sua implementação,

[...] estão sendo instalados pólos de desenvolvimento em São Luís – Alumar (Associação da Alcoa com a Billigton), com investimentos privados para a produção anual de 3 bilhões de toneladas de alumina e 300 milhões de toneladas de alumínio e geração de 2.500 empregos diretos (FIEMA, 1988, p. 12).

A criação do Distrito Industrial de São Luís - DISAL, com a finalidade de [...] “oferecer terrenos adequados para instalações industriais, localizadas em áreas espacialmente planejadas” [...], decorreu da implantação de um [...] “complexo industrial para o beneficiamento dos minérios extraídos na Serra do Carajás / PA” (FIEMA, 1991 Apud PASSOS, 1999). O DISAL (Figura 12), com uma superfície de 504 km², foi criado através do Decreto Federal 66.227, de 18/02/1970⁵⁴, reservados 190 km² para a industrialização.

⁵⁴ Através do Decreto Estadual 7.646 de 06/06/1980, teve o início de sua operacionalização, “[...] objetivando atrair e ordenar a implantação de indústrias em São Luís, regulamentando o uso do solo da área do Distrito Industrial, reformulado pelo Decreto Estadual nº. 18.842 de 17/07/2002, parte integrante da Lei Municipal nº. 3.253 de 29/12/1992 que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo” (MARANHÃO, 2007).

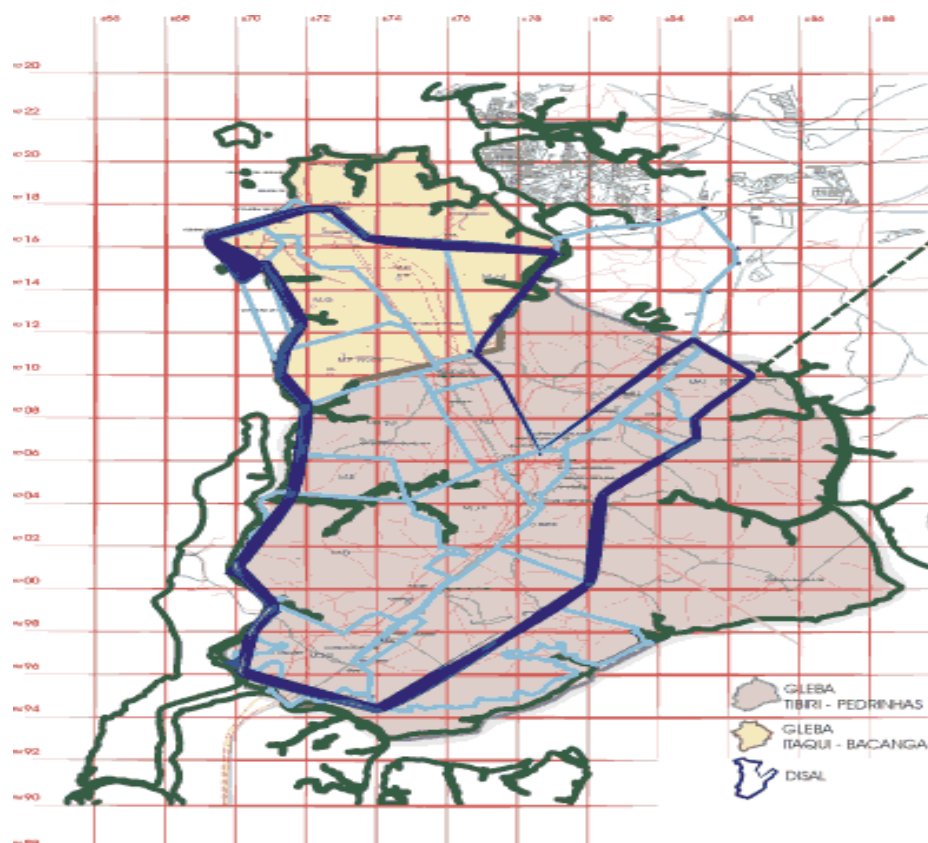


FIGURA 12 – Mapa do Distrito Industrial de São Luís (MARANHÃO, 2007).

A implantação do DISAL atingiu inúmeras famílias de lavradores que habitavam na região. De acordo com Mendes e outros (2002, p.228), a

[...] implantação do Distrito Industrial no setor Sul do município, ocupando 21,1% da superfície territorial da Ilha de São Luís, provocou a retirada de mais de 10.000 moradores de 17 povoados, que viviam da agricultura de subsistência e da pesca artesanal [...] Entre 1980 e 1985, como consequência da adoção por parte do Governo do Estado do Maranhão de uma política de incentivos fiscais foi implantado no distrito industrial o Consórcio Alumínio do Maranhão (ALUMAR) e o Programa Grande Carajás controlado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) determinando grande incremento no deslocamento de famílias de lavradores que viviam na área do distrito. Estes migrantes ocuparam as áreas próximas ao porto do Itaqui, especialmente as Vilas Mauro Fecury I e II e o bairro do Anjo da Guarda em cujas imediações surgiram diversos outros bairros. Segundo dados do IBGE sobre a evolução censitária de São Luís a população da cidade cresceu 162% entre 1970 e 1991.

Se a criação desse distrito ocorreu para atender aos interesses desse capital transnacionalizado, a sua “modernização” no atual contexto, também o é, uma vez que visava garantir a infra-estrutura necessária à instalação de um Pólo Siderúrgico na ilha de São Luís (o qual não foi concretizado), no qual a CVRD tinha amplos interesses, considerando as relações que a empresa mantém, na atualidade, com a China, um dos países interessados em instalar-se nessa região. As exportações de

minério de ferro para esse país totalizaram 14,26% em 2005, ficando atrás somente dos Estados Unidos, que ocupa a primeira posição (18,31%) (BRASIL, 2006). Nesse sentido, justifica-se esse conjunto de ações priorizadas durante o governo José Reinaldo Tavares (2000 - 2006), sobretudo entre os anos de 2003 e 2005, quando a CVRD e o *Shanghai Baosteel Group Corporation (Baosteel)*, articulavam a instalação do Pólo Siderúrgico em São Luís. O suporte a esse tipo de investimento viria do Estado e visava [...] a melhoria da infra-estrutura em várias áreas essenciais economicamente como a recuperação de estradas, a ampliação do Porto do Itaqui e a garantia de uma área estratégica no Distrito Industrial para a instalação do pólo (O PROGRESSO, 2004).

No período de janeiro a junho de 2003 foram realizados investimentos para adequação do Distrito Industrial de São Luís, que tinham como objetivo a “[...] recuperação e ampliação da malha viária dos mesmos, legalização de áreas necessárias à reformulação dos Distritos Industriais (O PROGRESSO, 2004)”⁵⁵. Esse processo de investimentos do Estado em infra-estrutura, teve a mesma intensidade daquele ocorrido anteriormente, no início dos anos 1980, por ocasião da construção da Estrada de Ferro Carajás e da implantação da Alumar. Como analisou Feitosa (1994, p.56), em relação a esse período, a

[...] capacidade maciça de investimentos do Estado em infra-estrutura e nas indústrias de base teve como resultado concreto o estímulo dado aos investimentos privados. [...] Abriam-se, portanto, imensas possibilidades de inversão para o capital privado, em especial para o capital privado estrangeiro oligopolizado (FEITOSA, 1994, p. 156).

Antes da inserção do Maranhão na rota do capital transnacional - consolidando-se como “corredor de exportação”, principalmente pelas atividades minero-metalúrgicas e do agronegócio -, diversas atividades produtivas acalentaram o sonho do empresariado local para transformar a economia do Maranhão nesse “estado Industrializado”. Assim, ocorreu, por exemplo, em relação às atividades produtivas açucareira e algodoeira (FEITOSA, 1994, p. 381). Mas somente nos

⁵⁵ Outras ações governamentais incluem: atualização cadastral das indústrias instaladas nos Distritos; Reformulação dos DISAL em conformidade com o Plano Diretor; Recuperação do acesso ao terminal pesqueiro de Porto Grande; Estudo técnico visando solucionar problemas de distribuição eficiente de energia elétrica nos Distritos; Análises e aprovação de cartas-consultas para aquisição de lotes nos DIs, a exemplo da CALMAR – Mineração Indústria e Comércio, CEPEL – Celulose e Papéis Ltda., BIC – Bebidas Indústria e Comércio, entre outras; Aprovação de cartas-consultas a serem beneficiadas pelo Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior – SINCOEX (O PROGRESSO, 2004).

últimos trinta anos, quando se estabeleceu “[...] um novo processo de ‘desorganização e reorganização’ das atividades produtivas do Maranhão” (FEITOSA, 1994, 385), é que foram criadas as condições concretas para a consolidação do capital industrial, ocasionado uma elevação do PIB do estado. O crescimento do PIB per capita superou a média de crescimento do Nordeste (2,36%) e do país (0,4%) no período entre 1994 e 1998 (GRANDES PROJETOS, 2004), passando de “ [...] 1.832, em 94, para 2.451,9, em 98, apresentando um índice de crescimento de 5,26”. Entretanto, esse PIB continua sendo um dos mais baixos do país, negando os alardeados discursos políticos em relação a esse crescimento, como possibilidade concreta de superar, definitivamente, as históricas crises de decadência que assolaram o estado em diferentes momentos.

Esses dados positivos contrastam com a situação socioeconômica do Maranhão, marcada pela pobreza e pelo atraso econômico e político (GSERMS, 2006). Embora, após a implementação desses Grandes Projetos na região, tenham sido registrado aumento do número de empreendimentos, do número de empregos com carteira de trabalho assinada, dos ditos empregos “indiretos”, dentre outros indicadores relativos à industrialização, os dados sociais apontam outras conclusões. Por que o Maranhão não se desenvolveu como outras regiões onde a CVRD também se instalou, se hoje apresenta as mesmas condições industriais? Porque o Maranhão só interessa ao capital, tomando novamente o pensamento de Chesnais (1997), “[...] sob a forma contraditória de sua marginalização”. Em relação a essa questão, um trabalhador da CVRD questiona porque “[...] “o Maranhão não se desenvolveu como ocorreu no Sul e no Sudeste, onde empresas, como a Companhia Vale do Rio Doce, se instalaram”:

[...] a Vale começou timidamente com uma produção de 15 milhões de toneladas de minério/ano; depois, já passou para 35 milhões e hoje ela está em um patamar de 100 milhões de toneladas/ano para exportação, mas é um crescimento para favorecer só do cais para fora. Do cais para trás, no Anjo da Guarda (referindo-se ao bairro onde uma parte da empresa se situa), é aquela miséria danada. Já lá em Vitória, no Espírito Santo, ela cresceu (referindo-se à empresa), mas em torno da Vale você tem as siderúrgicas, você tem as empresas de ferro-gusa: CSN, USIMINAS, Gerdau... E aqui? Não tem nada! Ficou nisso aí: tira daqui, bota pra lá⁵⁶.

Ao tomarmos alguns indicadores de desenvolvimento, como o Produto Interno Bruto (PIB), constatamos que o estado do Maranhão, com uma área de 331.983,293

⁵⁶ Entrevista concedida por trabalhador da empresa em agosto de 2006

km², 217 municípios e uma população estimada em 2005 de 6.103.327 habitantes, em 2003 (IBGE, 2006) tem um dos menores índices de participação no PIB nacional (R\$ 13.984,00), ocupando a 17^a posição no ranking nacional (ver quadro a seguir).

Quadro II- Participação dos Estados no PIB

UF	Valor (R\$ milhões)	Participação 2002	Participação 2003	Ranking volume
SP	494.814	32,6	31,8	1°
RJ	190.384	12,6	12,2	2°
MG	144.545	9,3	9,3	3°
RS	128.040	7,8	8,2	4°
PR	99.000	6,1	6,4	5°
BA	73.166	4,6	4,7	6°
SC	62.214	3,9	4,0	7°
PE	42.261	2,7	2,7	8°
DF	37.753	2,7	2,4	9°
GO	36.835	2,3	2,4	10°
PA	29.215	1,9	1,9	11°
ES	28.980	1,8	1,9	12°
CE	28.425	1,8	1,8	13°
AM	28.063	1,9	1,8	14°
MT	22.615	1,3	1,5	15°
MS	18.970	1,1	1,2	16°
MA	13.984	0,8	0,9	17°
PB	13.711	0,9	0,9	18°
RN	13.696	0,9	0,9	19°
SE	11.704	0,7	0,8	20°
AL	10.326	0,7	0,7	21°
RO	8.492	0,5	0,5	22°
PI	7.325	0,5	0,5	23°
TO	4.190	0,3	0,3	24°
AP	3.083	0,2	0,2	25°
AC	2.716	0,2	0,2	26°
RR	1.677	0,1	0,1	27°

FONTE: IBGE/ 2005

Como expressa Marini (2000), as contradições do modo de produção capitalista se sobressaem com mais força nessas economias exportadoras. Entretanto, a questão do desenvolvimento no Maranhão aparece desvinculada dessas contradições, como se o fato de existirem empresas transnacionais na região, incluindo ainda as siderúrgicas nacionais, o agronegócio e o Centro de Lançamento de Alcântara, fosse, por si só, determinante para propiciar o desenvolvimento do estado nos mesmos parâmetros da região Centro-Sul, onde a CVRD também se encontra. Quando analisamos o PIB per capita (Quadro III), fica ainda mais claro a situação socioeconômica do estado.

Quadro III – Renda per capita dos estados brasileiros

Renda per capita 2002			Renda per capita 2003		
Em R\$			em R\$		
Distrito Federal	16.360	1º	Distrito Federal	16.920	1º
Rio de Janeiro	11.459	2º	Rio de Janeiro	12.671	2º
São Paulo	11.352	3º	São Paulo	12.619	3º
Rio Grande do Sul	9.958	4º	Rio Grande do Sul	12.071	4º
Santa Catarina	9.271	5º	Santa Catarina	10.949	5º
Amazonas	8.331	6º	Paraná	9.891	6º
Paraná	8.241	7º	Amazonas	9.100	7º
BRASIL	7.631	8º	Espírito Santo	8.792	8º
Espírito Santo	7.631	9º	BRASIL	8.694	9º
Mato Grosso do Sul	7.092	10º	Mato Grosso do Sul	8.634	10º
Minas Gerais	6.775	11º	Mato Grosso	8.391	11º
Mato Grosso	6.772	12º	Minas Gerais	7.709	12º
Goiás	5.921	13º	Goiás	6.825	13º
Sergipe	5.082	14º	Sergipe	6.155	14º
Rondônia	5.021	15º	Amapá	5.584	15º
Amapá	4.996	16º	Rondônia	5.743	16º
Bahia	4.631	17º	Bahia	5.402	17º
Pernambuco	4.482	18º	Pernambuco	5.132	18º
Roraima	4.191	19º	Rio Grande do Norte	4.688	19º
Rio Grande do Norte	4.039	20º	Roraima	4.569	20º
Pará	3.898	21º	Pará	4.367	21º
Acre	3.707	22º	Acre	4.338	22º
Paraíba	3.311	23º	Paraíba	3.872	23º
Ceará	3.129	24º	Ceará	3.618	24º
Alagoas	3.012	25º	Alagoas	3.505	25º
Tocantins	2.894	26º	Tocantins	3.346	26º
Piauí	2.113	27º	Piauí	2.485	27º
<u>Maranhão</u>	1.949	28º	Maranhão	2.354	28º

FONTE: BRASIL, 2005.

Como podemos observar, o Maranhão foi o estado que teve a menor renda per capita do país, tanto em 2002 quanto em 2003, como podemos observar no quadro a seguir. Em 2003, o PIB per capita⁵⁷ do estado o mais baixo do Brasil, R\$ 2.354,00". Além disso, a renda dos 20% mais ricos supera em 18,8 vezes a renda dos 20% mais pobres, apresentando ainda, o mais alto percentual de pobres, em 1997, 61,20%; 56,96% em 1998 e 57,39% em 1999 (IBGE, 2006). Por sua vez, o estado se destaca quanto a produção de grãos, ocupando o 5º lugar no ranking nacional (Quadro IV).

⁵⁷ PIB per capita é o Produto Interno Bruto dividido pela população do ano de referência.

Quadro IV - Participação dos estados na produção de grãos

UF	Volume em 2003	Valor do PIB (R\$ milhões)	Participação em 2002	Participação em 2003	Ranking volume
MS	7,8	18.970	1,1	1,2	1º
AM	6,4	28.063	1,9	1,8	2º
PI	6,0	7.325	0,5	0,5	3º
AC	5,8	2.716	0,2	0,2	4º
MA	5,3	13.984	0,8	0,9	5º
PA	5,3	29.215	1,9	1,9	6º
PR	5,2	99.000	6,1	6,4	7º
GO	5,1	36.835	2,3	2,4	8º
MT	5,0	22.615	1,3	1,5	9º
RS	4,8	128.040	7,8	8,2	10º
TO	4,6	4.190	0,3	0,3	11º
RO	4,1	8.492	0,5	0,5	12º
AP	3,9	3.083	0,2	0,2	13º
PB	3,4	13.711	0,9	0,9	14º
RR	3,1	1.677	0,1	0,1	15º
AL	2,8	10.326	0,7	0,7	16º
RN	2,8	13.696	0,9	0,9	17º
SE	2,6	11.704	0,7	0,8	18º
BA	2,3	73.166	4,6	4,7	19º
SC	2,1	62.214	3,9	4,0	20º
DF	1,5	37.753	2,7	2,4	21º
PE	1,2	42.261	2,7	2,7	22º
CE	0,7	28.425	1,8	1,8	23º
MG	0,4	144.545	9,3	9,3	24º
ES	(0,0)	28.980	1,8	1,9	26º
SP	(0,0)	494.814	32,6	31,8	25º
RJ	(0,2)	190.384	12,6	12,2	27º

Fonte: BRASIL, 2005

De acordo o IBGE(2006), “[...] no Maranhão os efeitos da soja, que já tinham sido verificados em 2002, mantiveram o bom desempenho em 2003. A soja é o produto mais importante da agricultura do Maranhão, o estado teve o segundo melhor resultado desde 1993 e o quarto de toda a série”.

Economicamente, o Maranhão vem apresentando um crescimento significativo em relação à economia nacional, contribuindo, decisivamente para a elevação do PIB do Brasil, alcançando um dos maiores crescimentos do Nordeste, 82%, no acumulado entre 1985 e 2003 (Quadro V).

Quadro V- Evolução do PIB no Brasil

Contas Regionais do Brasil Evolução do Volume do Valor Adicionado a Preço Básico das Grandes Regiões e Estados, Acumulado por Período 1985 – 2003				
ESTADOS E REGIÕES	Períodos			
	1985- 1989	1990- 1993	1994- 2003	1985- 2003
NORTE	28%	11%	60%	152%
Rondônia	16%	14%	43%	105%
Acre	6%	12%	43%	78%
Amazonas	27%	11%	113%	271%
Roraima	40%	15%	42%	146%
Pará	35%	8%	34%	102%
Amapá	15%	26%	45%	123%
Tocantins	..	10%	34%	-100%
NORDESTE	14%	4%	24%	55%
Maranhão	36%	8%	23%	82%
Piauí	20%	8%	26%	77%
Ceará	19%	11%	21%	72%
Rio Grande do Norte	23%	2%	34%	87%
Paraíba	14%	-3%	31%	68%
Pernambuco	9%	3%	24%	39%
Alagoas	10%	1%	15%	48%
Sergipe	17%	5%	27%	62%
Bahia	9%	3%	25%	45%
SUDESTE	12%	3%	21%	40%
Minas Gerais	13%	5%	25%	53%
Espírito Santo	8%	13%	30%	65%
Rio de Janeiro	13%	0%	20%	33%
São Paulo	12%	3%	19%	37%
SUL	18%	14%	28%	74%
Paraná	26%	10%	39%	102%
Santa Catarina	19%	12%	36%	83%
Rio Grande do Sul	11%	17%	18%	51%
CENTRO-OESTE	21%	11%	42%	103%
Mato Grosso do Sul	23%	16%	45%	116%
Mato Grosso	50%	28%	72%	275%
Goiás	16%	11%	41%	87%
Distrito Federal	16%	7%	30%	72%
BRASIL	14%	6%	26%	55%

Fonte: DECNA/DPE/IBGE

A elevação do PIB do estado, diretamente relacionada aos projetos mineros-metalúrgicos e à expansão do agronegócio, parece contrastar, profundamente, com o contexto macroeconômico mundial que se evidencia a partir dos anos 1970, caracterizado, dentre outros aspectos, por taxas de crescimento do PIB muito baixas (CHESNAIS, 1996).

Chesnais (1996) indica, dentre esses aspectos: ritmos de crescimento muito baixos nas diversas regiões; crescimento do desemprego em massa – alinhamento

dos níveis salariais e da flexibilidade das condições de contratação e de trabalho com aquelas em que a mão-de-obra é explorada mais duramente.

Para uma melhor análise do crescimento do PIB do Brasil e do Maranhão, em particular, durante esse período de recessão, lembremos que esse é o momento em que o grande capital, na perspectiva de superar a crise do petróleo, busca expandir-se para outras regiões em busca de alternativas para a questão energética. Ao Maranhão, coube a sua parte oeste como escoadouro da produção de minérios – e de todos os outros produtos que possam atender aos interesses da acumulação, tais como a soja – para os países centrais. Como destaca Ferreira (2001, p.10), o “[...] minério de ferro é a principal substância mineral produzida no país, tendo uma participação na Produção Mineral Brasileira da ordem de 25%”⁵⁸. E é na Serra de Carajás onde se encontra uma das maiores reservas mundiais desse produto, cuja exploração é realizada pela Companhia Vale do Rio Doce.

Diariamente, são levados, “navio após ferrovia”, em torno de 333 mil toneladas do produto (Diário da Manhã, 2006), para atender as necessidades desse grande capital ligando a Amazônia ao mundo; e o leste do Maranhão é esse elo, ocupando uma área privilegiada da Amazônia Oriental. Assim, da Serra de Carajás à Ponta da Madeira, em São Luís, passa, diariamente a maior parte de minério de ferro extraído de Carajás no seu percurso para o mercado internacional. Como diz um ex-trabalhador da empresa “[...] o minério é arrancado da terra, transportado por 892km de trilhos e vai embora no navio”⁵⁹. O Relatório de Produção de 2004 (CVRD, 2005) demonstra a voracidade do capital:

A produção anual de Carajás cresceu mais de 10 milhões de toneladas em relação a 2003, e atingiu 69,376 milhões de toneladas no ano de 2004. Desse modo, Carajás alcançou praticamente o novo nível de capacidade nominal de 70 milhões de toneladas anuais, projeto concluído em meados do ano passado, com cerca de doze meses de antecedência. Atualmente, está em desenvolvimento novo projeto de expansão, desta vez para 85 milhões de toneladas anuais.

⁵⁸ O ferro é encontrado em toda a crosta terrestre, fortemente associado ao oxigênio e à sílica. O minério de ferro de Carajás é um óxido de ferro (Fe_2O_3), misturado com areia fina, com teor médio de 66% de minério de ferro, sendo possivelmente o melhor teor de ferro existente no mundo para as minas atualmente em produção. O ferro se constitui na principal substância mineral exportada pelo Brasil, representando 64% dentre os minerais ferrosos. Os principais países para onde o ferro é exportado são os Estados Unidos (22%) e a China (11%) (BRASIL, 2006)

⁵⁹ Entrevista concedida em julho de 2006.

Após comemorar o recorde de 100 milhões de toneladas/ano no final de 2006, em outubro deste ano, terá sido retirado 1 bilhão de minério de ferro da Serra de Carajás.

A Companhia Vale do Rio Doce começou a comemorar, no mês passado, uma façanha que só se completará em outubro: a produção de um bilhão de toneladas de minério de ferro na mina de Carajás, no Pará. A marca foi alcançada com menos de 23 anos de operação, graças a uma extração média de 45 milhões de toneladas por ano (começou com menos da metade desse valor). Se a mina tivesse funcionado durante esse período com a capacidade máxima de projeto, de 25 milhões de toneladas, o primeiro bilhão só seria alcançado em 40 anos, ou 2025.

Há, portanto, motivo para tanta comemoração. Haverá ainda mais razões quando o segundo bilhão for atingido. Se a escala atual de produção, em vigor a partir deste ano, que passará de 85 milhões para 100 milhões de toneladas, fosse mantida, Carajás chegaria a 2 bilhões em 10 anos - em menos da metade do tempo do 1º bilhão. Acontece que a partir de 2010 a mina já estará funcionando na bitola de 130 milhões de toneladas, respondendo por metade de toda produção de minério de ferro da CVRD, a maior vendedora desse produto no mundo (PINTO, 2007).

Carajás é uma das maiores reservas mundiais de minério de ferro, cuja riqueza mineral ainda não é plenamente conhecida. Por esse motivo, a voracidade do capital nesta região é intensa, acelerando, cada vez mais o ritmo de produção em todo o complexo mina-ferrovia-porto.

Essa aceleração temporal tem impactos imediatos sobre a força de trabalho, ao longo de todo o complexo mina-ferrovia-porto. O ritmo de produção, o transporte e o embarque são intensificados incessantemente.



FIGURA 13 – Vagões com minério de ferro (FIEMA,2005)

Diante dessa aceleração no ritmo de exploração mineral, em Carajás resta uma imensa cratera (Figura 14) que cresce na medida em que se esvaem as nossas riquezas.



Figura 14 – Extração de minério na serra de Carajás (GPS, 2006).

A implementação da CVRD nos estados do Pará e Maranhão se deu por uma única razão: a mina de Carajás não pode ser deslocada. Entretanto, ao se instalar nesses estados, como no caso do Maranhão, o movimento do capital se depara com situações singulares que irão interferir na forma como se conectará com o seu movimento mais global. Assim, existem diferentes mediações que dão um caráter particular a esse movimento, tais como as relações entre o homem e a natureza, as relações sociais de produção aí existentes, a política local, a legislação ambiental, o poder oligárquico, as migrações descontroladas, a luta dos trabalhadores, dentre outras.

Como já destaquei, o capital em expansão ignora essas especificidades, impondo um modo de pensar, sentir e agir de acordo com o ritmo exigido pelo mercado e as concessões que realiza diante das resistências locais somente são feitas quando põem em xeque a própria acumulação do capital. Diante da legislação

ambiental, por exemplo, que se torna mais rígida a partir de 1998, as empresas foram pressionadas a ter “responsabilidade” com o ambiente, o que não significa que o façam pela preocupação ambiental, como tentam demonstrar insistentemente na mídia local e nacional e mesmo internacional, como no caso das empresas transnacionais. As ações voltadas para a questão ambiental ou em relação à questão social (no caso da responsabilidade social ou do trabalho voluntário) têm como objetivo tão somente o lucro. Em relação à questão ambiental, desde 1992, as pressões nacionais e internacionais vêm impondo severas restrições à livre exploração mineral. Entretanto, quando essas empresas não conseguem obter vantagens diante dessas legislações, a solução consiste em fechar o empreendimento. Foi isso que aconteceu na Serra do Navio, no estado do Amapá, quando a empresa ICOMI encerrou suas atividades de forma bastante duvidosa. Como relata Monteiro (2005, p.195), as mudanças

[...] na legislação ambiental, iniciadas no fim do regime militar, incorporadas à Constituição de 1988 e a afirmação crescente de uma legislação mais rigorosa também tiveram repercussões sobre os parâmetros que envolvem a valorização dos recursos minerais, uma vez que ganharam obrigatoriedade a realização de estudo de impacto e o licenciamento ambiental prévios e a recomposição do meio ambiente degradado pela mineração. Nesse escopo de ampliação da legislação ambiental, em 1998, foi promulgada a Lei de Crimes Ambientais, que determinou a passagem da questão de danos ambientais da esfera administrativa para a esfera criminal. Foi no âmbito dessa mudança que a Icomi se apressou em encerrar suas atividades e, em 1997, antes, portanto, de entrar em vigência a Lei de Crimes Ambientais e do final do prazo estabelecido no contrato de arrendamento das minas na Serra do Navio, ela declarou exauridas as reservas, após ter extraído 34 milhões de toneladas de minério de manganês. Entrementes, durante a tentativa de transferência da área industrial e portuária no município de Santana (AP) para a empresa Champion Papel e Celulose, constatou-se a contaminação das águas superficiais e de lençóis freáticos por arsênio e manganês. Dano ambiental este atribuído à deposição inadequada de resíduos originados nos processos tanto de pelotização quanto de sinterização da fração fina do minério de manganês.

Essa estratégia de fechar a empresa sem prestar contas dos danos causados ao ambiente foi um caso extremo, pois, geralmente, o capital tenta reverter as situações a seu favor. A partir do momento em que entrou em vigor da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº. 9.605/1998), o discurso da “responsabilidade ambiental”, juntamente com a “responsabilidade social”, passaram a dar a tônica principal nas relações das e ações dessas empresas na sociedade local, sem por em risco o processo de acumulação; ser mais ou menos “responsável” faz a diferença no atual

mercado mundializado, pois essa “boa imagem” da empresa é exigida no fechamento de acordos internacionais em países cuja legislação é rigorosa em relação à questão ambiental. Sem dúvida, as pressões da sociedade e as legislações punitivas impõem limites à ação devastadora do capital sobre a natureza, mas daí a torná-lo responsável é impossível, pois é da natureza do capital degradar, quer seja a natureza, quer seja a força de trabalho, pois por

[...] serem um empreendimento do capital esses projetos já possuem na essência uma perspectiva mercadológica, pois visam a obtenção de maiores ganhos de escala, diferenciação e competitividade no mercado, mas os benefícios acabam sendo maiores quando estes são “valorizados” através do marketing ambiental (OLIVEIRA E THOMAZ JUNIOR, 2005, p.8).

A Certificação pela ISO⁶⁰ 9014⁶¹ é um bom exemplo dessa valorização, principalmente em termos de relações internacionais, pois como dizem os autores, uma certificação é muito importante para as empresas, que ao buscar “[...] a credibilidade e a diferenciação qualitativa e econômica de seu produto no mercado”, constrói, assim, a sua “boa imagem” (OLIVEIRA e THOMAZ JÚNIOR, 2005, p.8). A questão ambiental não pode ser tratada isoladamente em nível local, pois se refere, sobretudo, a devastação que o sistema capitalista, em suas várias etapas, vem impondo à humanidade. A luta pela proteção ambiental constitui-se, portanto, numa luta do trabalho contra o capital.

Particularmente no Maranhão, a questão ambiental relaciona-se com as condições de vida e de trabalho de vários trabalhadores nas áreas sob influência do Projeto Ferro Carajás.

Quando as obras de construção da Estrada de Ferro Carajás foram iniciadas, milhares de pequenos agricultores e povos indígenas, ao longo dos 590 km que ficavam no Maranhão, tiveram suas condições de vida profundamente alteradas; o

⁶⁰ ISO significa *International Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização), seu objetivo é promover o desenvolvimento de normas, testes e certificação, com o intuito de encorajar o comércio de bens e serviços. Esta organização é formada por representantes de 91 países, cada um representado por um organismo de normas, testes e certificação.

⁶¹ Em 1991 a ISO criou um Grupo Assessor Estratégico sobre Meio Ambiente (*Strategic Advisory Group on Environment – SAGE*), para analisar a necessidade de desenvolvimento de normas internacionais na área do meio ambiente. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, presidido pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny, apoiou a criação de um comitê específico, na ISO, para tratar das questões de gestão ambiental. Os certificados de gestão ambiental da série ISO 14000 atestam a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades de uma organização. Para a obtenção e manutenção do certificado ISO 14000, a organização tem que se submeter a auditorias periódicas, realizadas por uma empresa certificadora, credenciada e reconhecida pelo Inmetro e outros organismos internacionais. (Instituto do Brasil PNUMA, Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2007).

mesmo aconteceu em toda a área do Itaqui-Bacanga em São Luís, destinada à implantação das instalações da Administração, Oficina e Porto da Companhia Vale do Rio Doce.

Nos caminhos da modernização conservadora, no Maranhão várias famílias foram retiradas das áreas ao longo da Estrada de Ferro Carajás, além da expulsão de trabalhadores rurais pelos grandes latifundiários que se apropriavam de suas terras. Como destaquei anteriormente, desde o declínio da indústria têxtil, pós-anos 1950, em nome da dinâmica desenvolvimentista, o Estado fomenta a instalação de grandes grupos empresariais na região, proporcionando aos grandes proprietários favores políticos, subsídios fiscais e financeiros e condições estruturais de investimento. Foi no âmbito dessa relação Estado/capital que se deu a instalação da CVRD e de outros empreendimentos em São Luís e ao longo da Estrada de Ferro Carajás, concretizando o processo de internacionalização da economia maranhense na perspectiva de um “novo” tempo para o Maranhão.

No Maranhão, o “novo” tem sido uma marca no discurso oficial dos mais diversos governos que, desde os anos 1960, apresentam a integração da economia local ao mercado nacional e mundial como um caminho inevitável para a modernização do estado. Entretanto, se essa modernização se referia à industrialização e urbanização como indicadores de desenvolvimento, buscava a todo custo manter os privilégios das classes dominantes no estado, sendo por isso mesmo, conservadora.

Nesse movimento, o capital impôs ritmos próprios ao tempo da mineração, alterando, significativamente, a forma de homens e mulheres lidar com o tempo, como destaque a seguir.

4.2 O tempo dos trabalhadores sob a influência da Estrada de Ferro Carajás

A CVRD se instalou no Maranhão quando ainda era uma empresa estatal de capital misto, oferecendo as melhores condições de trabalho que o mercado maranhense (em termos de empresas) poderia oferecer aos seus trabalhadores, tanto em relação aos salários diretos e indiretos, quanto em relação às condições de

trabalho relativamente estáveis, visto que “[...] só se saia da Vale se fizesse uma grande bobagem, como roubo e outras coisas graves”⁶².

De acordo com um trabalhador da CVRD, “[...] os salários da Vale eram baseados no patamar das empresas de grande porte”⁶³. Ao mesmo tempo em que mantinha em seu núcleo central esse seletivo grupo de trabalhadores, a empresa articulou no seu entorno um exército industrial de reserva na sua forma fluente e estagnada. Parte dos trabalhadores ora eram atraídos, ora repelidos nas atividades de construção da ferrovia, nas empreiteiras e prestadoras de serviços; outros, faziam “bicos”, vendiam lanches nas estações, dentre outras atividades. Estes são os alardeados empregos indiretos anunciados a cada implementação de grandes empreendimentos nessa região⁶⁴ que, antes, constituem-se em formas de trabalho precarizadas de trabalho que irão se combinar com as modernas atividades desempenhadas pelos trabalhadores nas empresas que comandam os negócios da mineração.

Embora os trabalhadores das empreiteiras mantivessem uma relação empregatícia com as mesmas, normalmente os contratos estabelecidos eram temporários, variando de 6 meses a 1 ano⁶⁵, de acordo com o contrato que a empresa mantivesse com a CVRD. O certo é que esses trabalhadores mantinham vínculos empregatícios bastante frágeis, sobretudo considerando o acúmulo do tempo de serviço que pudesse contribuir para uma futura aposentadoria. Esses trabalhadores, entretanto, constituíam uma minoria, considerando o fluxo migratório para as áreas de influência do Projeto Ferro Carajás, não somente no Maranhão, mas principalmente, nas proximidades da Serra de Carajás, no Estado do Pará.

Os impactos sobre as condições de vida local foram inúmeros, considerando que além da EFC, outras grandes infra-estruturas, foram montadas em função do Projeto Grande Carajás, a exemplo da Usina de Tucuruí, que “[...] inundou mais de 2.430 km² de terras” (MONTEIRO, 1996, p. 52), expulsando várias famílias de seu habitat. Destaca-se ainda, a implantação da Alumar e da CVRD, em São Luís,

⁶² Entrevista realizada em agosto de 2006.

⁶³ Entrevista realizada em julho de 2006.

⁶⁴ No movimento de implantação do Pólo Siderúrgico, na Ilha de São Luís, o governo do estado do Maranhão e a Companhia Vale do Rio Doce chegaram a falar em cerca de 100 mil empregos indiretos gerados com o empreendimento.

⁶⁵ Segundo Diegues (1999, p. 47), a maioria dos trabalhadores dessas empreiteira tinha em torno de 1 ano de serviço (59,8%).

ocasionando a retirada de várias famílias de suas terras, com impactos na produção pesqueira e nas condições habitacionais da população.

Antes mesmo da implantação da Estrada de Ferro Carajás, já se podiam observar as transformações na vida das populações atingidas pelo Projeto Grande Carajás. Coelho (1991, p. 21) cita os conflitos rurais e a violência no campo, em decorrência da expropriação das terras camponesas. A autora destaca a divisão de propriedade pela Estrada de Ferro Carajás, os descontentamentos de empresários locais com os contratos exclusivos de firmas do centro-sul; acrescenta ainda, que após a instalação da ferrovia, nos cinco primeiros anos, ocorreu a invasão de terras indígenas, a fragmentação de municípios, o aumento da mobilidade de pessoal, a permanente chegada de migrantes, dentre outros impactos.

Com a construção da ferrovia, houve um dinamismo econômico nas regiões sob sua área de influência, com conseqüências na reorganização espacial e temporal.

A atração de fluxos migratórios no Sul do Pará, por exemplo, ocasionando uma forte “[...] pressão pelo emprego na obra principal localizada no alto da Serra dos Carajás, pôde ser percebida com a formação de aglomerados proporcionais espontâneos ao pé-da-serra como Rio Verde e Parauapebas” (DIÉGUES, 1999, p.42). É importante destacar que esta cidade foi originada a partir de

[...]uma ação de planejamento, de deliberações políticas por parte da CVRD, que pensava ordenar esse afluxo populacional e poder limitar a população do município à 5000 pessoas, adequando-a às suas proximidades dos canteiros de obra. Também era programado mantê-la distante do coração do projeto, onde seriam instalados o núcleo urbano de Carajás e a planta industrial. Parauapebas, portanto, foi criada com a função de servir como centro de triagem de mão-de-obra para as empreiteiras à serviço da CVRD. Ainda encontra-se ao lado do portão que controla rigidamente o acesso das pessoas à cidadela de Carajás, o antigo galpão de arregimentamento onde eram classificados os trabalhadores que seriam ou não admitidos pelas empreiteiras (DIÉGUES, 1999, p. 42-43).

Em relação às transformações espaciais, o movimento da população de um município para outro e a implantação de plantas industriais, como guseiras (?), siderurgias e indústrias metalúrgicas de alumínio, redimensionaram as relações campo /cidade no Maranhão. Tal qual no período da revolução industrial analisado por Marx (1988, V II, p.199), o trabalhador rural, como fonte de superpopulação relativa “[...] é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo”. No período entre 1980 e 1990, há um crescimento populacional de 23, 34% (IBGE, 2006) no estado, período em que se consolida a

ocupação espontânea da área noroeste do estado e também na sua porção norte, onde se localiza a cidade de São Luís.

Intensas alterações sociais, econômicas e culturais vêm sendo registradas nas áreas atingidas pela construção da Estrada de Ferro Carajás. A concessão de 4.290 quilômetros quadrados de terra e o controle de cerca de 200 m de cada lado da ferrovia explica a expulsão de povos indígenas e de agricultores de suas terras. De acordo com Diégues (1999, p.73), se

[...] o impacto dos chamados “grandes projetos” no sul do Pará vêm sendo intenso para as populações regionais, estes processos de transformação social e econômica acelerada adquirem aspectos ainda mais desastrosos em se tratando dos povos indígenas que têm os seus habitats tradicionais. É deste contexto que se acentuam os problemas relativos a deterioração das suas condições de existência, onde o desafio permanente é conviver com as adversidades, mantendo-se como sociedades distintas, ou seja, que têm história e identidade próprias.

O acelerado processo de urbanização nas áreas de influência é outro elemento a ser destacado, assim como a criação de diversos espaços periféricos no entorno dos grandes empreendimentos transnacionais, como a cidade de Parauapebas, no Pará, os municípios de Rosário, Santa Inês, Açailândia e São Luís, no estado do Maranhão.

Em São Luís, a população, que em 1970 era de 265.486 habitantes (COELHO, 1991, p.12), em 1985, alcança a quantia de 596.691 habitantes. Cabe esclarecer que a “[...] indústria não cria a cidade e tampouco a vida urbana, mas é responsável por sua ampliação em escala mundial e sua transformação qualitativa” (SEABRA, 2001, p. 73).

A fronteira foi bastante “[...] alterada com a chegada de empresas que têm um compromisso de atender a cronogramas, cujo tempo e eficiência são medidos pelos padrões do mercado mundial” diz Diegues (1999, p.39). A entrada de trabalhadores na região amazônica, quer através da colonização induzida ou espontânea (ARCHANGELLI, 1980), expressa essa situação, uma vez que a região se tornou um mercado promissor para essa força de trabalho que veio tanto das regiões secas do Nordeste, quanto do Centro/Sul do Brasil.

O que se teve no Maranhão foi, como fala Marx (1989, p.253), a máxima liberdade para a força de trabalho disponível na região, demonstrando a expropriação da base fundiária do trabalhador rural, usurpando sua terra comunal. O campo e a vida no campo não resistem ao avanço da urbanização propiciada

pelos avanços do capital e se verifica a “[...] alteração de todos os vínculos, na sujeição do tempo, do espaço, do corpo, aos ritmos e sentidos prescritos pela lógica do mercado. Tudo se compra, tudo se vende” (SEABRA, 2001). E nesse amplo mercado de trabalho, desigual e combinado, muitos trabalhadores chegavam de várias partes do país para compor o exército de trabalhadores requisitados pelas necessidades do grande capital na periferia do Maranhão. Um trabalhador que veio para a CVRD em 1985, relata essa situação:

Como eu, como muitos, vieram. Naquela época o Sudeste estava saturado, as frentes de trabalho estavam na Região Norte. Apesar da gente está estudando lá, todo mundo sabia da expansão da Vale aqui, de Carajás, do Projeto de Alumínio, do desenvolvimento do Pará e, como consequência, do desenvolvimento do Maranhão. Então, muita gente que terminou o curso técnico migrou para cá⁶⁶.

O tempo do mercado na realidade maranhense, ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990, sob a égide do grande capital nacional e transnacional, foi duramente estabelecido pelas empresas privadas e, de forma mascarada, por aquelas de economia mista, como a Companhia Vale do Rio Doce, contando com amplo apoio estatal nos processos de qualificação da força de trabalho, além dos trabalhos intensivos de órgãos ligados à indústria, como o Sesi e o Senai. No interior das empresas estavam os profissionais de Recursos Humanos, como psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e administradores, em um espaço contraditório no contexto da relação capital / trabalho, intervindo junto às indisciplinas dos trabalhadores em relação aos ritmos e movimentos impostos pela grande indústria. A Fiação Nordeste do Brasil S/A – Finobrasa do Maranhão, instalada no Distrito Industrial de São Luís, em 1988, com incentivos de isenção da SUDAM e SUDENE, por exemplo, além do aconselhamento por faltas, dispunha de várias medidas punitivas aos trabalhadores faltosos ou que chegavam atrasados. Além do desconto das horas perdidas, da perda do repouso semanal remunerado e da redução dos dias de férias, conforme está prescrito na Consolidação das Leis do Trabalho, após sete ausências no período de um ano, o trabalhador era dispensado por justa causa, o que gerou muitas causas trabalhistas (FINOBRASA DO MARANHÃO, 1988). Outras empresas que aqui se instalaram nesse período⁶⁷, também utilizavam

⁶⁶ Entrevista concedida em julho de 2006.

⁶⁷ As empresas instaladas no Distrito Industrial de São Luís - cuja produção era destinada, em sua maioria, para outros estados e países – contaram, durante esse período, com os incentivos financeiros do Estado brasileiro (via SUDAM) e com as isenções fiscais concedidas pelos governos

práticas semelhantes, influenciando a adoção das mesmas naquelas que já atuavam no estado antes do Grande Carajás, como a OLEAMA, o Moinho de Trigo do Maranhão, dentre outras.

A presença dessas novas empresas em São Luís foi determinante para as alterações no modo de organizar a produção, os horários de trabalho, o controle de faltas e os atrasos. Muitas vezes mediados pelos órgãos da indústria, como o SESI, o SENAI, a FIEMA, além do SEBRAE, as empresas que já se encontravam em São Luís antes do Grande Carajás, passaram a trocar experiências com esses grandes empreendimentos, redefinindo as relações e condições de trabalho no seu interior. É importante destacar que a maioria dos cargos de comando (gerentes, administradores, supervisores, chefes de setores, médicos, nutricionistas, dentre outros profissionais) dessas novas empresas, não era ocupada por maranhenses. Recrutados e selecionados no estado de origem dessas empresas, impunham as mesmas formas de controle sobre as condições e tempo de trabalho das sedes de onde se originavam.

Através de reuniões entre os dirigentes e dos profissionais de Recursos Humanos ligados à indústria, impôs-se uma nova cultura do trabalho *vis a vis* aos grandes centros que mantinham relações com estas empresas. A adoção do trabalho em turnos ininterruptos e de revezamento⁶⁸, por exemplo, ocorreu com bastante força a partir desse período e também os problemas decorrentes do mesmo. Faltas, acidentes de trabalho, problemas de saúde e problemas familiares eram comuns a esses trabalhadores. Outra imposição que alterou significativamente as condições de trabalho foi a adoção do trabalho noturno, que apesar do adicional estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e por acordos coletivos de trabalho, impunha uma outra forma do trabalhador lidar com o tempo que dispunha. Trabalhava a noite e, durante o dia, dormia para estar em condições de trabalhar novamente. O trabalho noturno se constitui na forma mais explícita de transformação de todo o tempo de vida em tempo de trabalho, no qual o trabalhador trabalha para sobreviver e descansa para trabalhar. O mesmo se dá com o trabalho em turnos ininterruptos, com o agravante de que neste há uma alteração constante nos

estaduais. Muitas delas, após o término dos incentivos, levaram seus equipamentos, deixando os prédios abandonados.

⁶⁸ O trabalho em turnos de revezamento consiste no trabalho que é realizado nos turnos matutino, vespertino e noturno, alternadamente.

períodos de descanso e de trabalho, impedindo qualquer estabilidade biológica, bem como a possibilidade de manter uma vida social regular, como os estudos, por exemplo. Muitos trabalhadores que assumiam o trabalho em turnos ininterruptos de trabalho interrompiam seus estudos.

As novas condições de trabalho que se impunham para os trabalhadores podem ser apreendidas como o germe da reestruturação produtiva no estado, a qual se intensificou ao longo dos anos 1990. Essa é uma especificidade da reestruturação produtiva no Maranhão. Aqui, os primeiros sinais já se mostravam no final dos anos 1980, quando as pequenas e médias empresas iniciavam os ditos Círculos de Controle de Qualidade, estimuladas pelas recentes empresas instaladas no Distrito Industrial de São Luís. Todas as grandes empresas instaladas no Maranhão no contexto do Grande Carajás já chegaram com o setor de qualidade estruturado, embora este ainda fosse restrito ao controle dos tempos e movimentos dos trabalhadores.

Em relação ao controle do tempo, as lições de Taylor eram seguidas à risca. Os manuais internos, com rígidas normas de controle do absenteísmo, orientavam práticas comuns nessas grandes empresas, que sempre se utilizavam do recurso da demissão para não por em risco a disciplina fabril. No interior das fábricas, a figura do Supervisor Direto assegurava que todo o tempo de permanência do trabalhador na empresa fosse utilizado para a produção, controlando, inclusive, o tempo de permanência nos banheiros, além da quantidade de vezes que os trabalhadores poderiam utilizá-los. A chave dos banheiros ficava com esses supervisores ou com os monitores de equipe (escolhidos dentre os trabalhadores que se mostravam “adaptados” ao regime da fábrica).

A hora de entrar no trabalho, a hora do almoço, o término da jornada (que podia estender-se de acordo com as necessidades de produção), a hora de dormir, a hora de acordar, o tempo de lazer, tudo, sem exceção, estava sob o controle do capital. Na Estrada de Ferro Carajás, por exemplo, a figura do “feitor” era essencial para garantir essa disciplina dos tempos e movimentos. De acordo com o depoimento de um trabalhador, o feitor de linha impunha o controle sobre o trabalho com

[...] práticas de repressão e coerção [...] ele não tinha o chicote, mas tinha sempre um objeto na mão e ficava usando palavras de ordem com o trabalhador: rápido, olha a moleza, vamos! Assim, colocava todo mundo na linha, colocava, portanto, os próprios trabalhadores para andar nos trilhos e não somente o trem⁶⁹.

O trabalhador resistiu a essas imposições, participando dos sindicatos, fazendo movimentos grevistas, faltando ao trabalho, chegando atrasado. A exigência de hora extra de trabalho, além da jornada normal de trabalho, que somente após a Constituição Federal de 1988, passou a ser de, no máximo, 44 horas semanais, também foi motivo de grandes lutas no espaço das empresas. Os acordos coletivos, sempre traziam essa questão em pauta, redefinindo os valores a serem pagos pelas horas extras nos diferentes horários de trabalho, visto que sempre se intensificavam de acordo com as necessidades da produção.

Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital (MARX, 1988, p.202).

Outra grande dificuldade foi a imposição do horário noturno como horário normal de trabalho, além dos turnos ininterruptos de revezamento, pois como analisa Marx (1988, p.85),

[...] interrupções normais de todo processo de produção, portanto os intervalos em que o capital produtivo não funciona, não produzem valor nem mais-valia. Daí o anseio de fazer também trabalhar à noite.

Greves, faltas, desligamentos eram situações comuns nessas empresas, onde a força de trabalho, sobretudo a maranhense, resistia em adotar esses ritmos que se sobrepujam aos dias santos, aos feriados, aos finais de semana e ao horário biológico do sono. Mas, o supervisor de produção ou o feitor de linha, que geralmente não era maranhense, estava lá, atento ao trabalhador, especialmente o maranhense, considerado “preguiçoso”, reconduzindo-o aos trilhos do capital ou desligando-o da empresa, que muitas vezes significava ser lançado na camada estagnada do exército de reserva, considerando as estreitas ligações entre os setores de recrutamento e seleção das empresas, passando entre si “a ficha” desse trabalhador. Em relação às empresas que se instalaram ao longo dos municípios maranhenses sob influência da Estrada de Ferro Carajás⁷⁰, a força de trabalho mais

⁶⁹ Entrevista concedida em outubro de 2006.

⁷⁰ Foram previstas 15 empreendimentos para se implantarem no Maranhão, mas somente seis siderúrgicas haviam sido instaladas durante a vigência do projeto Grande Carajás. Dentre estas, a

qualificada também vinha de outros estados, especialmente Minas Gerais e São Paulo, incluindo aí muitos aposentados que, de acordo com Feitosa (1994, p.355) vinham passar apenas uma temporada. Altos salários, vantagens e condições de trabalho diferenciadas eram atrativos para esses trabalhadores. Não que profissionais locais não fossem selecionados para assumir funções técnicas ou gerenciais, mas, na prática, isso não era comum. Como destaca Feitosa (1994), esse processo de recrutamento e seleção de mão de obra de outros estados foi tão intenso que proporcionou, inclusive, a construção de conjuntos habitacionais exclusivos para esses trabalhadores ou mesmo núcleos urbanos, como ocorreu na cidade de Carajás (Figura 15), que em 1985 contava com “[...] 10.542 habitantes, vindos de inúmeras partes do País” (BRASIL MINERAL, 1985, p.84).

Os demais trabalhadores, com salários irrisórios e submetidos a uma intensa exploração, mesmo vindo de outros lugares, tinham como única opção engrossar as chamadas “invasões” em volta das empresas, formando, posteriormente, cidades ou grandes bairros com sérios problemas estruturais, como a área Itaqui-Bacanga, em São Luís, no entorno da CVRD (Figura 16).



FIGURA 15 – Núcleo Urbano de Carajás (Google Earth, 2007)

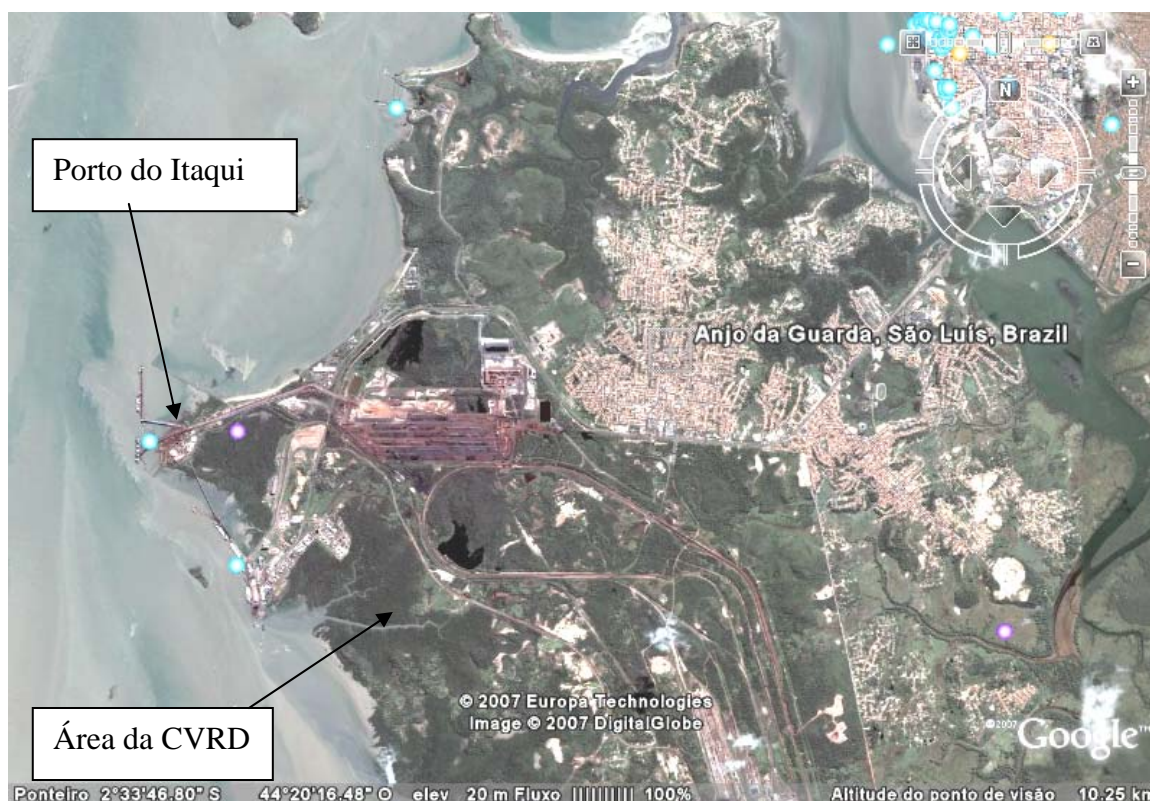


Figura 16- Área Itaqui-Bacanga, em São Luís

Os trabalhadores que se aglomeravam ao redor das instalações do complexo mina-ferrovia-porto tinham como principal característica uma grande dificuldade de estabelecer vínculos com as empresas que trabalhavam. Quando não eram demitidos por faltas ou atrasos, a cada dois anos “davam um jeito” de serem demitidos da empresa para receber o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS e o Seguro Desemprego. Afinal, esse operariado da recente indústria maranhense já estava habituado ao trabalho precarizado e temporário, próprio da construção civil, na qual se iniciou como operário e das colheitas no campo, do qual fora expulso. Entretanto, jamais tinha vivido em condições tão precárias.

Diégues (1999, 9.73) chegou a conclusões semelhantes ao investigar as condições de trabalho nas siderúrgicas instaladas no Maranhão e no Pará com o grande Carajás. De acordo com o autor, o que ocorre

[...] é uma relação de exterioridade entre empresas e trabalhadores, entre emprego e identidade metalúrgica. [...] Para um indivíduo que tem origem no trabalho rural, que regula sua vida nos tempos da natureza (inverno/verão, período de cheia e de vazante, etc.), com outros padrões na contabilidade do tempo, o trabalho em usinas representa um lugar de repressão, de cativoiro.

Diante dessas frágeis relações de trabalho, a rotatividade de trabalhadores é bastante intensa. Em Açailândia, segundo Diégues (1999, p.71), as pesquisas

[...] revelam que a maioria dos moradores do distrito industrial de Açailândia-Piquiá, já trabalhou em pelo menos uma das duas usinas ali instaladas e passaram, na quase totalidade, por empregos anteriores nas serrarias. Experiências que, no cotidiano, vão se incorporando às referências culturais dessa população de origem migrante.

Cabe construir, na análise sobre os impactos de grandes projetos sobre os modos de vida das populações, o campo e o papel dessas subjetividades transformadas, violentadas, vividas no confronto com o passado, com as experiências formadas no trabalho extrativista e do roçado, quando ainda podiam sentir a relativa autonomia do trabalho no campo que impunham uma outra relação com a natureza, outra territorialidade.

Nas indústrias que se instalavam em São Luís e ao longo da ferrovia, imprimiam-se novas relações temporais para os trabalhadores. Os relatórios de rotatividade e de absenteísmo dessas indústrias apresentavam o crescimento deste índice, ao mesmo tempo em que o setor de recrutamento e seleção das empresas recrutava novos trabalhadores.

Tudo era novo para esse trabalhador, pois o

[...] desgaste do corpo, o cansaço da jornada de trabalho e o rodízio de turnos impõem outros hábitos ao indivíduo e influenciam as representações sobre o lugar que ocupa o trabalho metalúrgico na vida desses trabalhadores e de suas famílias.

A rotatividade é a outra face e portanto, expressão visível da instabilidade desse mercado de trabalho e da precariedade do emprego.[...] Um ajudante de torneiro traduziu essa dinâmica de forma muito singela [...] ir e vir é mais provável que permanecer (DIÉGUES, 1999, p.71).

É importante destacar que esses comportamentos eram mais típicos nessas empresas privadas que se instalaram na empresa sob a influência do Projeto Grande Carajás ou com incentivos da SUDAM, pois nas empresas constituídas anteriormente, como o Moinho de Trigo, Oleama, White Martins, Merck Maranhão, dentre outras, os vínculos eram diferentes, pois tratava-se de uma força de trabalho que estabelecera outras relações de trabalho e se orgulhava por ter muitos anos no emprego, sendo inclusive premiada por isso. Porém, diante das novas exigências impostas pelos programas de qualidade, instituídos no início dos anos 1990, muitos desses trabalhadores foram desligados por não acompanharem os novos ritmos ou porque se tornaram muito caros para a empresa nesses tempos “flexíveis”.

Diante de todas essas reflexões, posso afirmar que em relação às transformações espaços-temporais, a Estrada de Ferro Carajás da Companhia Vale do Rio Doce, colocou, efetivamente, a vida de milhares de trabalhadores nos trilhos do grande capital. Diariamente, várias vezes por dia, o “trem da Vale” passa sobre

os trilhos, vazio ou carregado de minérios; também tem o trem de passageiros, levando milhares de transeuntes que vão e voltam em busca de melhores condições de vida. Durante a pesquisa, deparei-me com algumas inquietações em relação a esse movimento do trem, questionando: para quê e para quem esse trem se movimenta? Que força misteriosa é essa que move e para o trem em diversas plataformas fazendo com que as pessoas parem ou se movam em função de sua passagem?

O movimento do trem, que tem tempo para passar e tempo para parar, indica o próprio movimento do capital que é “[...] o movimento constante para criar mais da mesma coisa” (MARX, 1989). Assim, nessa rotina de um tempo exato e preciso ao longo da EFC, exige-se que os espaços sejam redefinidos e que os ritmos dos corpos se restabeleçam em função da hora do trem, que é sempre tão exata. A força de trabalho que irá trabalhar na própria ferrovia, nas minas, na produção do carvão vegetal, os trabalhadores e as trabalhadoras que realizam “biscates”, os desempregados que buscam uma colocação na CVRD ou nas empreiteiras, os aventureiros, inclusive crianças, que viajam ao longo da ferrovia, reestruturam sua relação com o tempo. Já não podem mais dormir e acordar pela hora do sol ou do tempo da colheita, a passagem do trem passa a ser a medida de todos os tempos. A Estrada de Ferro Carajás representa o condicionamento tecnológico da percepção do tempo nas comunidades locais, tornando “[...] a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra”, como diz Thompson (1998, p. 289). Assim, o movimento da força de trabalho em torno da ferrovia é uma decorrência histórica do processo de subsunção do trabalho no capital, no qual o trabalhador deixa de empregar os meios de produção na produção de mercadorias necessárias a sua subsistência para ser empregado por eles (MARX, 1988).

É importante esclarecer que esse processo de imposição desse tempo definido pelo trem não foi feito sem resistências e dificuldades, tanto nas áreas de influência da ferrovia quanto no âmbito interno dos cerca de 1000 empreendimentos instalados nos 19 municípios na área de influência do Grande Carajás: no Maranhão, particularmente, além da luta de muitas famílias para se manterem nas terras, muitos homens e mulheres livres na região, tinham dificuldades para “[...] estabelecer relações de trabalho na condição de força de trabalho assalariada” (FEITOSA, 1994), considerando, sobretudo sua histórica relação com a abundância

de terras férteis. Por outro lado, a força de trabalho oriunda de outros estados, que chegou à região durante os anos 1960 e 1970 em busca de terras para trabalhar, não dispunha de qualificação suficiente para ser absorvida nas novas indústrias que surgiam. Mas não há dúvidas que, como afirma Feitosa (1994, p.323), essa força de trabalho oriunda de outras regiões (em 1980, somava um total de 1 milhão e 250 mil pessoas) e a população “severamente expulsa do campo foram consumidas [...] produtivamente nas atividades temporárias de implantação dos trabalhos infra-estruturais de Carajás de modo geral sob uma elevada taxa de exploração”.

As transformações temporais também se evidenciaram para além dos muros das indústrias, estendendo-se às Universidades, às Escolas Técnicas, ao Comércio, às manifestações culturais. Surgiram diversos cursos profissionalizantes; foram criadas consultorias, empresas de prestação de serviços ofereciam os mais diversos serviços: lavanderia, locação de veículos, transporte escolar, dentre outros. Esse mercado de trabalho que se ampliou no Maranhão e, com mais intensidade em São Luís alterou as tradicionais relações temporais que marcavam a vida pacata da capital, que ainda guardava as marcas do tempo do bonde elétrico, onde muitas lojas fechavam ao meio dia e onde se guardavam os dias santos e feriados. Um dos trabalhadores da CVRD lembra que

[...] naquela época aconteceu as expansões dos hospitais [...] em época de pagamento, o comércio da Rua Grande esperava os trabalhadores, principalmente os das Vale do Rio Doce, com ansiedade [...] os supermercados foram ampliados. Houve grandes investimentos na área de construção civil⁷¹.

A partir desse período, teve início a construção do lado “moderno” da cidade de São Luís, concentrado nos bairros do São Francisco, Renascença e Calhau, assim como a construção dos conjuntos habitacionais para diferentes segmentos de trabalhadores. Àqueles sem vínculo empregatício, restaram as “ocupações” ou o inchamento dos bairros tradicionais. As transformações nas relações de vida e de trabalho puderam ser sentidas em São Luís e ao longo de toda a ferrovia que, guardando as suas especificidades, foram submetidas ao tempo mínero-metalúrgico.

O Maranhão, que historicamente sofreu retrocessos em seu desenvolvimento industrial, viu-se, a partir do Projeto Ferro Carajás, como um dos principais alvos de atenção do grande capital no seu movimento de expansão. Esse avanço do capitalismo que aqui foi impulsionado a partir dos anos 1980 provocou grandes

⁷¹ Entrevista concedida em outubro de 2006.

transformações nas relações campo/cidade, alterou profundamente o modo de vida das populações locais, transformando todo o tempo de vida dos trabalhadores em tempo de trabalho. A CVRD foi a empresa que fomentou esse movimento com a construção da Estrada de Ferro Carajás, alimentando o sonho de muitos trabalhadores do Maranhão e de outros estados brasileiros de serem um “trabalhador da Vale”. Mas, diante das exigências dessa empresa mineradora que “[...] sempre esteve concatenada ao mercado mundial”, segundo o depoimento de um trabalhador⁷², apenas um número reduzido desses trabalhadores conseguiu ser selecionado.

No contexto de implementação da CVRD/MA, o estado do Maranhão se expressava, naquele momento histórico, pelo seu dinamismo econômico, como uma região de atração de mão de obra de outros estados do Nordeste e sobretudo do Sudeste, considerando ser esta uma região na qual se encontrava uma parte significativa de mão de obra qualificada disponível.

Muitas empresas de construção civil, oriundas do sul e do sudeste do país trouxeram um contingente dessa força de trabalho para obras de infra-estrutura, da qual uma parte foi efetivada na Companhia Vale do Rio Doce e outra nas empresas prestadoras de serviço. Vários foram os motivos que levaram esses trabalhadores a vir para o Maranhão:

Cheguei no Porto no ano de 1982, no tempo da construção da Estrada de Ferro Carajás. Logo a seguir, também participei da construção do Porto do Itaqui. O que me motivou a vir foi a questão familiar, uma oportunidade de melhorar de vida⁷³.

A partir das informações com familiares, soube que havia novas oportunidades de emprego aqui no Maranhão e vim através de uma construtora⁷⁴.

Diégues (1999, p.46) analisa essa questão do recrutamento e seleção de trabalhadores para a CVRD para a mina de Carajás, demonstrando o escasso aproveitamento dos trabalhadores locais, como aqueles que se aglomeravam na cidade de Parauapebas, constatando que os

⁷² Entrevista concedida em março de 2006.

⁷³ Entrevista concedida em março de 2006.

⁷⁴ Entrevista concedida em janeiro de 2006.

[...] cargos altos – engenheiro de minas, técnicos de nível superior, funções técnicas intermediárias de alta qualificação –, bem como as funções de direção são recrutadas fora da Região Amazônica, principalmente de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Muitos vêm transferidos de outros estados onde trabalhavam em unidades da Vale como as de Tubarão, Vitória, Itabira e Rio de Janeiro.

A empresa recrutou internamente todos os funcionários que deveriam atuar nos postos-chaves na mina de Carajás e capazes de reproduzir a filosofia da “grande família”, geralmente funcionários com 15 a 20 anos de trabalho dedicado à empresa [...]. quase 30% do seu pessoal vem de Minas Gerais. Exceto o Pará (13%) e o Amapá (3%), os demais trabalhadores provêm dos estados fora da Região Norte.

A constituição da força de trabalho na CVRD foi originada a partir de vários movimentos, priorizando, porém, o recrutamento interno para os cargos de “confiança”, o que era comum a todas as empresas que se instalaram no contexto do Grande Carajás. Aos maranhenses e paraenses, somente alguns tiveram acesso a esse seletivo grupo.

Como diz um trabalhador maranhense⁷⁵, selecionado em 1984,

[...] fui recrutado para operacionalizar o Projeto Carajás através de um programa de Capacitação Profissional para o Sistema Norte. Foram recrutados pessoas do Maranhão, Pará e Minas Gerais. Um grupo de cerca de 50 pessoas para o porto, para a ferrovia e para a Serra de Carajás. Treinamos durante 12 meses nas várias instalações da Vale em vários locais do Brasil. Passei 8 meses em Vitória, de lá fomos conhecer as instalações da Vale, em Minas Gerais. Passamos pelo Rio de Janeiro [...] fui efetivado após esse período.

Esse rigor para a contratação de trabalhadores locais e daqueles oriundos das Escolas Técnicas Federais era justificado pela empresa, segundo um trabalhador⁷⁶, apenas em relação ao aspecto técnico:

[...] eles diziam que o Maranhão não tinha acúmulo, nem conhecimento nem tecnologia, nem a prática para ser inserida nesse tipo de trabalho. Do staff feitor até o supervisor, todos vinham do eixo Vitória/ Minas/Rio de Janeiro.

Entretanto, segundo esse mesmo trabalhador, havia muito preconceito contra o trabalhador maranhense: “[...] para aqueles que vieram do Sul, a Vale trouxe o progresso para o Maranhão, pois o perfil do maranhense era do atraso, da não adoção de tecnologia”.

O depoimento de um outro trabalhador⁷⁷ confirma essa percepção acerca do trabalhador maranhense e do próprio Maranhão:

⁷⁵ Entrevista concedida em março de 2007.

⁷⁶ Entrevista concedida em outubro de 2006.

⁷⁷ Entrevista concedida em agosto de 2006.

[...] enfrentei muitas dificuldades com a cultura local e a Vale foi fundamental para essa mudança, isso que proporcionou o crescimento do Maranhão. A maioria dos técnicos que tem hoje no estado foi preparada pela Vale.

As relações que se estabeleciam, entre os maranhenses e outros trabalhadores oriundos de outras regiões, eram marcadas pelo preconceito inter-regionais. Um trabalhador que veio do Sudeste relata que enfrentou

[...] muitos preconceitos. Os maranhenses e paraenses nos olhavam como se tivéssemos tirado a oportunidade deles. O mesmo acontecia em relação ao pessoal do Ceará, Piauí. Não foi fácil⁷⁸.

Um outro trabalhador também do Sudeste diz que “[...] o preconceito contra os maranhenses era muito grande... era o povo que dormia na hora do almoço. Eles contratavam o povo até do Piauí, mas não contratavam daqui”⁷⁹. Para aqueles que comandavam, não existia qualquer relação de preconceito contra o trabalhador maranhense ou paraense, mas sim com o fato da “[...] Vale ser uma empresa competitiva e necessitar de um quadro a sua altura”⁸⁰.

As justificativas apresentadas pela empresa indicam as particularidades na formação de mão-obra no Maranhão naquele momento histórico, quando a prática das empresas era formar o seu “quadro” de pessoal estabelecendo uma rigorosa hierarquia, de acordo com a origem dos trabalhadores. Assim, a vida do trabalhador

[...] era organizada pelo grau de especialidade, pelo know-how, pela tecnologia. A área de telecomunicações veio da Paraíba, do Rio Grande do Norte. Todos os garotos, recém-saídos das escolas técnicas, com 19, 20 e 21 anos de idade. Já a área de comando, de Gerência, era composta por trabalhadores de Vitória/Minas para construir o know-how.

Essa prática de recrutar internamente os cargos de comando das empresas de outras regiões indica não somente a necessidade de experiência no ramo de atividade, mas antes explicitam a adoção de uma política de subordinação da mão de obra local aos interesses do grande capital. A hierarquia que se construía na empresa a partir dessas diferentes origens dos trabalhadores, justificada pelo know-how, na verdade afirmava as históricas relações capitalistas de subordinação entre os que comandam e os que são comandados, entre o explorador e o explorado, nas quais o trabalhador é alienado em relação ao produto do seu trabalho e ao próprio processo de produção. Essa origem dos trabalhadores vinculada aos cargos é bastante significativa, reforçando a questão hierárquica dentro da empresa, que

⁷⁸ Entrevista concedida em julho de 2006.

⁷⁹ Entrevista concedida em dezembro de 2006.

⁸⁰ Entrevista concedida em outubro de 2006.

deste a sua implementação especificou o lugar que cada trabalhador ocupava. O depoimento de um outro trabalhador confirma essa heterogeneidade na composição dos trabalhadores da CVRD:

[...] veio muito gente, veio o pessoal da Paraíba, o melhor local de formação de técnicos, veio muito paraibano de eletroeletrônica. O Piauí também mandou. Lá (referindo-se a Carajás), a Escola Técnica do Pará forneceu muitos técnicos e veio o pessoal do Sudeste⁸¹.

Como diz Diégues (1997, p. 47), Parauapebas, construída em função do Projeto Ferro Carajás, também foi “[...] um centro de recrutamento importante” para a CVRD, entretanto as oportunidades de emprego se restringiam ao trabalho nas empreiteiras. A “[...] partir de 1988, a política da CVRD consistia em desaconselhar as empreiteiras a recrutar trabalhadores que não tivessem domicílio fixado em Parauapebas ou com possibilidade de fazê-lo”. Ou seja, a empresa tentava “[...] inibir a residência no alto da serra, para pessoas que não fossem funcionários da Vale ou aparentados”. Esse era o momento “[...] de desativação da Vila Temporária e procuravam consolidar a tranqüila vida urbana planejada para a serra” (DIÉGUES, 1999, p.47).

Em São Luís, a CVRD também procurou oferecer essa “tranqüila vida urbana” aos seus trabalhadores, construindo, por exemplo, o Recanto dos Ipês, com várias casas e prédios com apartamentos, no bairro Recanto dos Vinhais para os trabalhadores que vinham de outros estados, como “[...] supervisores, engenheiros, prédio no São Francisco para os gerentes e casas na Vila Maranhão para operador de ferrovia, mecânico, ajudante”.

Segundo um trabalhador⁸², essa heterogeneidade na composição da força de trabalho da CVRD, assim como a hierarquia, gerou relações de trabalho bastante diferenciadas no Porto e na Ferrovia, afirmando que

[...] eram dois projetos bem claros, antagônicos [...]. A área do Porto era mais flexível e mais aberta às reivindicações dos trabalhadores. Era menos má. Já a área da ferrovia era conhecida pela rigidez... Havia o feitor de linha. O pessoal do Porto utilizava práticas menos repressivas e coercitivas. Na Ferrovia, práticas claramente de repressão e coerção.

Um outro trabalhador se refere a essas práticas diferenciadas em relação ao Porto e à Mina, afirmando que “[...] na Mina de Carajás, o pessoal era coeso, no Porto, não”.

⁸¹ Entrevista concedida em agosto de 2006.

⁸² Entrevista concedida em outubro de 2006.

Esse momento de constituição da força de trabalho da CVRD no Maranhão ainda está marcado pelas práticas repressoras gestadas no contexto da ditadura militar, que reforçam os métodos taylorista/fordista. As relações sociais eram fortemente marcadas pelo autoritarismo e os trabalhadores das empresas eram submetidos a uma rígida hierarquia. Os trabalhadores, embora atraídos pelo que a empresa representava no Brasil naquele momento, tiveram dificuldades para se adaptar a disciplina fabril. Um trabalhador relata que a maior dificuldade que sentiu “[...] foi bater o ponto, seguir o horário rígido, da hora de entrar e da hora de sair”. Um outro trabalhador reforça essa rigidez dizendo que “[...] a gente não tinha tempo para pensar, porque a jornada de trabalho era muito pesada. Você saía muito cedo de casa e se envolvia”⁸³.

As relações temporais que eram construídas na CVRD/MA naquele momento eram marcadas, sobretudo, pelo intenso ritmo de trabalho. Como diz um trabalhador, esse ritmo, desde os primeiros vagões de minério que chegaram ao porto, era determinado pela demanda, que

[...] começou com 15 milhões de toneladas/ano, depois foi para 25 milhões. O ritmo de trabalho na Vale era intenso, você saía de casa pela manhã, só voltava à noite. Era um ritmo alucinante, não tinha tempo para a família.

Um outro trabalhador, referindo-se aquele momento, diz que o

[...] empregado da Vale era muito exigido... tempo para a família, ele não tinha. Quanto maior o cargo que ele exercia, maior ficava a distância da família. Se ele ta num nível hierárquico pequeno, ele ainda consegue ter uma aproximação maior com a família e se ele crescia de nível, essa distância aumentava.

A imposição desse intenso ritmo do tempo minero-metalúrgico impunha restrições à liberdade do trabalhador afetando, inclusive, às suas relações familiares. Entretanto, foi nesse tempo acelerado que a CVRD constituiu a sua força de trabalho no Maranhão, “orgulhosa com a farda que vestia”, dizem todos os trabalhadores entrevistados, como podemos ver nos depoimentos a seguir:

Os trabalhadores da Vale usavam a farda com orgulho. Quando chegavam no comércio da Rua Grande, eram atendidos com diferença⁸⁴.

A Vale era uma mãe. Todo mundo tinha orgulho de trabalhar lá. Principalmente pelos benefícios. Os filhos dos trabalhadores podiam estudar nos melhores colégios⁸⁵.

⁸³ Entrevista concedida em julho de 2006.

⁸⁴ Entrevista concedida em junho de 2006.

⁸⁵ Entrevista concedida em julho de 2006.

A gente trabalhava, tinha orgulho de ser Vale do Rio Doce. Agregava alguma coisa à nossa pessoa⁸⁶.

Essa “[...] vaidade de ser um trabalhador da Vale”, segundo um trabalhador,

“[...] foi construída nesse momento histórico, a partir de um forte esquema ideológico. Para ele (referindo-se ao trabalhador), era muito difuso a contradição capital/trabalho, ou mesmo imperceptível, porque ele era funcionário da Companhia Vale do Rio Doce. Ele usava aquele uniforme marrom com orgulho; onde chegava, era respeitado; o crédito era concedido imediatamente; tinha acesso aos melhores hospitais em função do plano de saúde; em relação ao crédito, nem se fala. Então, eles se sentiam privilegiados, orgulhosos de trabalhar na Vale. E realmente ele era diferenciado externamente, por ter o melhor salário da região e ainda ter estabilidade⁸⁷.

O diferencial dos trabalhadores da CVRD em relação aos demais trabalhadores das empresas privadas e de economia mista era visível no mercado de trabalho maranhense, a tal ponto que a “[...] Vale não entrava nas pesquisas salariais das outras empresas”⁸⁸. Diégues (1999, p. 46) confirma essa situação diferenciada dos trabalhadores da CVRD. Segundo esse autor, os

[...] empregos ofertados pela CVRD formam um quadro, considerado pela Sociologia do Trabalho, característico de mercado protegido, quer pelas vantagens salariais, em comparação ao mercado, quer pelo perfil de estabilidade que ela oferece.

Se essa diferença era grande em relação às grandes e médias empresas, comparando com os empregos nas empreiteiras que trabalhavam para a CVRD, era ainda maior. Diegues (1999) mostra que essa diferença ia além dos salários e benefícios, diferenciando-se o “[...] tempo de trabalho de empregados da CVRD dos trabalhadores das empreiteiras” Segundo o autor, uma pesquisa realizada pelo NAEA/UFPA, em 1988, mostrava que 58,6% dos trabalhadores da CVRD “[...] tinham mais de dois anos no emprego”, enquanto que nas empreiteiras esse tempo para a maioria, era menos de 1 ano de serviço (59,8%). Nesse período, a empresa possuía 4.442 empregados (Quadro VII), sendo que 1.839 trabalhavam em Carajás. Neste mesmo período, havia 4.299 trabalhadores em 88 empreiteiras que atuavam na Serra de Carajás (DIÉGUES, 1999).

⁸⁶ Entrevista concedida em março de 2007.

⁸⁷ Entrevista concedida em outubro de 2006.

⁸⁸ Entrevista concedida em junho de 2006.

QUADRO VI – Quantidade de trabalhadores na CVRD/MA em 1988

Local de trabalho	Quantidade
Mina	1.839
Ferrovia	2.054
Porto	549
Total	4.442

Fonte: Gistelink (1988)

Foi nesse contexto contraditório que se constituiu a força de trabalho na CVRD, no Maranhão, distinta em relação ao restante dos empreendimentos que aqui se instalaram. Alienados de seu produto e do processo de trabalho, como os demais trabalhadores do sistema capitalista, na ferrovia e no porto estavam os trabalhadores oriundos de várias regiões do país, “[...] num trabalho alienante”⁸⁹, mas que construíram, nesse tempo mínero-metalúrgico, a identidade do trabalhador da CVRD no Maranhão, que, segundo os trabalhadores era uma “[...] empresa que prezava o trabalhador”⁹⁰ e que, “embora não tivesse a estabilidade de funcionário público, a empresa tinha respeito ao funcionário”⁹¹.

A partir dessa identidade, o trabalhador da CVRD/MA estabeleceu vínculos significativos com a empresa e com os demais trabalhadores, considerando, sobretudo, a condição de trabalhador “estável” e o fato de ser bem remunerado em um mercado de trabalho, no qual a maioria da população, a partir da implementação desses grandes empreendimentos, passou a viver em condições de extrema pobreza. A vinda de trabalhadores do quadro interno da empresa e também de outros trabalhadores das regiões, na qual a CVRD já atuava há vários anos, foi fundamental para que se construísse essa identidade do trabalhador da CVRD no Maranhão, assentada nos valores da estabilidade. Entretanto, ainda no final dos anos 1980, a empresa iniciou seu processo de reestruturação produtiva, transformando abruptamente as relações temporais construídas nesse tempo da “estabilidade”. São essas transformações que analiso no capítulo a seguir.

⁸⁹ Entrevista concedida em junho de 2006.

⁹⁰ Entrevista concedida em agosto de 2006.

⁹¹ Entrevista concedida em março de 2007.

5 AS TRANSFORMAÇÕES TEMPORAIS PARA OS TRABALHADORES DA CVRD/MA

A luz que brilha o dobro, arde a metade do tempo (BLANER RUNNER, 1982).

5.1 O movimento de institucionalização do tempo “flexível”

A subordinação dos tempos locais ao tempo industrial na particularidade do Maranhão se consolidou no contexto da relação Estado/mercado, quando se pôs em funcionamento, ao longo dos anos 1980, o complexo mina-ferrovia-porto da CVRD. Embora esse tempo do mercado impusesse as precárias condições de trabalho e de exploração da força de trabalho ao longo da área de influência da Estrada de Ferro Carajás, como vimos no capítulo anterior, na CVRD tais relações eram permeadas pela natureza estatal dessa empresa “concatenada ao mercado mundial”⁹², cujos valores construídos no contexto do desenvolvimento baseado na substituição de importações, com intervenção do Estado, ainda possibilitava a construção de relações duradouras entre os trabalhadores e destes com a empresa. Como diz um trabalhador da CVRD, admitido no início dos anos 1980, apesar das distinções nos diferentes postos hierárquicos, própria à lógica administrativa, na qual o ritmo exigido pelas atividades da mineração eram intensos, “[...] a empresa prezava o trabalhador”. Por isso mesmo, esse trabalhador não concorda com aqueles que se referem à CVRD como uma empresa que

[...] sempre utilizou a mentalidade de empresa privada, pois antes da reestruturação, os jovens e os trabalhadores com mais tempo de serviço eram respeitados. Os jovens entravam na empresa e ficavam sob a supervisão de um trabalhador que já tinha muitos anos na empresa, geralmente com mais de idade. Por um tempo em torno de 5 anos, esse jovem era acompanhado, orientado; aprendia tudo sempre buscando o apoio do supervisor. Após esse período, ele estava pronto⁹³.

A “face pública” da CVRD no Maranhão estava posta, como também era explícita a sua “face privada”, sobretudo no que se refere à gestão e à organização do trabalho. As históricas relações que a empresa mantinha com o capital privado

⁹²Entrevista concedida em março de 2007.

⁹³Entrevista concedida em julho de 2006.

nacional e internacional, impunham determinadas relações sociais de produção e de reprodução de sua força de trabalho sob a lógica da acumulação capitalista. Entretanto, o fato de ser uma empresa estatal, vinculava-a, de alguma forma, às necessidades de desenvolvimento nacional nos limites do modelo de desenvolvimento associado dependente que prevalecia até então, ou seja, a CVRD “era nossa”. Por estar pautada nos valores de uma relação “estável”, admitiam-se, por exemplo, as relações entre o aprendiz e o supervisor na particularidade da empresa, as quais não foram plenamente eliminadas no padrão de gestão fordista/taylorista que se consolidou no mundo do trabalho a partir dos primeiros anos do século XX. Essas relações, pautadas no padrão de organização taylorista/fordista, ainda mantinham os resquícios do período da produção artesanal e manufatureira, no qual mestre e aprendiz estabeleciam uma relação duradoura de ensino/aprendizagem.

Embora o fordismo/taylorismo como padrão de gestão e organização do trabalho hegemônico no Brasil até o final dos anos 1980 tenha imposto duras restrições no contexto das empresas produtivas às relações entre trabalhadores experientes e inexperientes, não teve o objetivo de eliminá-las, considerando que tais relações não punham em risco o controle sobre o tempo dos trabalhadores, sendo, inclusive, favoráveis aos interesses do capital por reduzir os custos de reprodução com o processo de formação do trabalhador. Mesmo nas empresas privadas onde a estabilidade não estava presente, as demissões com mais idade e maior tempo de “casa” era inexpressiva. Entretanto, é importante destacar que várias foram as ofensivas dos “[...] educadores tayloristas no sentido de uma capacitação profissional científica” dos trabalhadores, como analisa Weinstein (2000, p. 49), que representava “[...] uma tentativa de reduzir a autoridade do trabalhador na fábrica e concentrar o conhecimento industrial não nos operários especializados, mas nos técnicos de classe média e engenheiros [...]”. Tal situação era uma realidade na CVRD durante esse período, considerando que o saber construído na mineração exigia um tempo de apropriação. Entretanto, como conclui Weinstein (2000, p.49), esses administradores “[...] concebiam uma hierarquia industrial em que o operário especializado tinha um papel limitado e subordinado”.

Nas empresas estatais, mesmo as de capital misto, como a CVRD, a permanência do trabalhador experiente na empresa, que tinha mais tempo de

serviço e mais idade era uma situação “normal” no interior das atividades, considerando que o conhecimento específico nessa área da mineração requisitava tempo de aprendizagem e as demissões não se constituíam em uma prática da empresa, seguindo a filosofia que se adotava: “[...] quem entra na Vale, só sai se cometer algo grave”⁹⁴. Entretanto, a partir do final dos anos 1980, foram estabelecidas mudanças significativas nas condições de trabalho e de reprodução da força de trabalho que incidiram diretamente nessa “estabilidade” dos trabalhadores.

A instalação da CVRD na Amazônia Oriental e, mais particularmente, a criação do complexo mina-ferrovia-porto, ocorreu no momento em que os países centrais passavam por uma intensa reestruturação produtiva e buscavam alternativas para superar a crise em que se encontrava o capital. Considerando a sua estreita relação com esses países, há de se considerar que seria difícil para a empresa manter seus padrões de administração estatal, no qual havia limites consideráveis ao grande capital. Na verdade, retomando o depoimento de um trabalhador, “[...] a Vale sempre esteve concatenada ao mercado mundial”⁹⁵ e, por isso mesmo, acompanhava atentamente todas as mudanças que ocorriam nesses países, ao mesmo tempo em que se tornou foco para a expansão do grande capital.

O tempo do mercado não se deixa prender em espaços que lhes imponham quaisquer limites. Nessa perspectiva, as exigências para aceleração do tempo mineiro-metalúrgico, que se expressava diante da crescente demanda, sobretudo dos Estados Unidos, pelos nossos minerais, subsumiria todos os tempos que tivessem qualquer relação com as necessidades humanas, como o tempo da “estabilidade”, caracterizado, fundamentalmente pela permanência do trabalhador no seu emprego até a aposentadoria, fortalecendo os vínculos entre os trabalhadores. Esse tempo foi destruído ao longo da década de 1990 para que se instaurasse o tempo “flexível”, redefinindo o perfil etário e o tempo de permanência dos trabalhadores na empresa em nome da “flexibilidade”, alterando as históricas relações ali construídas.

⁹⁴ Entrevista concedida em março de 2007.

⁹⁵ Entrevista concedida em março de 2007.

Segundo um trabalhador, essas mudanças,

[...] se a gente for contar de 1985 para cá, foram muito bruscas para nós. Ela foi muito brusca... Brusca pela mudança na relação que ela própria impôs a gente.

O movimento da reestruturação produtiva no setor industrial e de prestação de serviços no Maranhão, mais particularmente em São Luís, onde se concentra a maioria dos empreendimentos industriais do estado, foi muito intenso. Como a cidade estava convivendo com grandes transformações em sua estrutura urbana e industrial, desde o início dos anos 1980, as mutações decorrentes da reestruturação produtiva, como os programas de qualidade total, as terceirizações e os métodos “participativos” que emergiam nesse contexto, pareciam fazer parte de um mesmo processo. A velocidade e a aceleração temporal no interior das indústrias, intensificadas a partir dos anos 1990, no contexto de ascensão do neoliberalismo no Brasil, foram de tal grandeza que rapidamente transbordaram os muros das empresas e redimensionaram o modo de ser e de viver de uma população que crescia assustadoramente, impulsionando o comércio para além da Rua Grande⁹⁶, para os *shopping centers*, intensificando a construção imobiliária, a ocupação de áreas por trabalhadores sem teto, a proliferação de cursos profissionalizantes e superiores, dentre outras situações.

A reestruturação produtiva na CVRD foi iniciada no contexto da ascensão do neoliberalismo nos países centrais e de sua disseminação para a América Latina, no qual se punha em xeque a legitimidade do Estado para administrar empresas de produção. Coincidia, portanto, com a intensificação do movimento de expansão do capital transnacional rumo à periferia latino-americana, particularmente para a Amazônia Oriental, determinando uma exploração cada vez mais intensa de nossas riquezas minerais, exigindo, ano após ano, números sempre mais elevados de produção mineral.

Quando foi iniciada a exploração de minério de ferro na reserva de Carajás, no início da década de 1980 (em torno de 18 bilhões de toneladas), previam-se 500 anos para que a mina fosse exaurida, considerando uma produção anual de cerca de 13 milhões de toneladas de minério de ferro. Ao longo dos anos, esse número

⁹⁶ Até o final dos anos 1980, o centro comercial de São Luís era concentrado no centro da cidade, principalmente na Rua Grande, além da Rua da Paz, Rua de Santana e Avenida Magalhães de Almeida. A partir dos anos 1990, há um crescimento acelerado na área do São Francisco, Renascença e Calhau, onde proliferam os *shopping centers* e se dá a verticalização da cidade.

crescia em proporção geométrica, o que impunha alterações no ritmo e na intensidade do trabalho, não somente na mina de Carajás, mas em todo o complexo envolvido nessa atividade exportadora.

Para 2007, por exemplo, a previsão da CVRD é de retirar 100 milhões de toneladas de minério de ferro, o que significa que a atual expectativa é de que a produção na Serra de Carajás não alcance nem mais 80 anos, isso se fossem mantidas os atuais índices de exploração e se ainda tivéssemos a mesma quantidade de minério do início dos anos 1980, o que não é provável, pois o mercado necessita do minério de ferro de Carajás até a sua última produção lucrativa - ou seja, o minério será extraído até o momento em que essa produção compense os investimentos do capital. Uma produção prevista para cerca de cinco gerações reduz-se para menos de cem anos, pois o tempo de produção é inversamente proporcional ao tempo de funcionamento da mina.

Essa aceleração do tempo de exploração da mina de Carajás é própria da natureza do capitalismo que, como diz Antunes (2007),

[...] tem uma lógica destrutiva, ele cresce destruindo, destrói o ambiente, destrói a natureza, destrói a força humana de trabalho e destrói pela guerra, o sistema precisa destruir para poder se alavancar.

A destruição do tempo de não trabalho é, talvez, uma das piores destruições que o capital já tenha implementado sobre a humanidade, pois ao tornar homens e mulheres em seres sem tempo, rouba-lhes o seu “[...] campo do desenvolvimento humano” (MARX, 1988), que é o próprio tempo.

A lógica destrutiva do capital, a sua “[...] avidez por mais trabalho” (MARX, 1988), aniquilou o tempo cíclico das comunidades locais da Amazônia Oriental e impôs que todo o tempo de vida dos trabalhadores ao longo da área de influência da Estrada de Ferro Carajás se tornasse em tempo de trabalho.

A transformação de todo o tempo de não trabalho em tempo de trabalho foi realizada a partir da homogeneidade imposta pela intensidade no ritmo da exploração capitalista ao longo da Estrada de Ferro Carajás. O trabalho nas minas e a passagem permanente do trem sempre em horas exatas possibilitaram que a sincronização do tempo preciso mundial fosse apreendida por todos os trabalhadores dessa região.

A partir do movimento de institucionalização do tempo “flexível”, caracterizado sobretudo pela aceleração e pelo curto prazo, as articulações entre o local e o

global, o estreitamento das relações, entre essa região periférica e os países centrais, favoreceram plenamente a acumulação capitalista e o tempo industrial passou a imperar, alterando, definitivamente, as históricas relações das populações locais com o tempo, pois o tempo do capitalismo não admite formas coletivas isoladas, com ritmos próprios . Não podemos esquecer que o

[...] tempo veloz do capitalismo mundializado é um tempo que abrange os demais tempos sociais. Não necessariamente os dissolve, mas os incorpora periféricamente, os utiliza segundo seus próprios interesses, e lhes impõe ritmos, permanências e mudanças (SEVALHO, 1996, p.223).

A promoção da “flexibilidade” do trabalho impôs profundas mudanças no tempo de trabalho pautado na organização e gestão taylorista/fordista. A uniformidade e padronização da produção, os grandes estoques e inventários, a realização de uma única tarefa pelo trabalhador, o alto grau de especialização de tarefas e a organização vertical do trabalho (HARVEY, 2005) já não atendiam as necessidades de acumulação de capital e tampouco garantiam o controle satisfatório do capital.

No Brasil, os primeiros movimentos que denotam o processo de reestruturação produtiva nas empresas podem ser encontrados em meados dos anos 1980, como analisa Antunes (2006, p. 6).

Foi, então, durante a década de 1980 que ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotarem, inicialmente de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. Observou-se a utilização inicial da informatização produtiva, principiaram-se os usos do sistema *just-in-time*, germinava a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica (ANTUNES, 2006, p.6).

A partir das imposições das empresas transnacionais, da necessidade de as empresas brasileiras prepararem-se para enfrentar a “competitividade internacional”, além “[...] da necessidade de as empresas nacionais responderem ao avanço do novo sindicalismo e das formas de confronto e de rebeldia dos trabalhadores que procuravam estruturar-se mais fortemente nos locais de trabalho” são apontados por Antunes causas dos principais determinantes para o processo de reengenharia industrial e organizacional que se evidenciava nesse período.

A retração de custos por meio da redução da força de trabalho caracterizou esse início da reestruturação produtiva no Brasil. Nesse sentido, a demissão de “velhos” trabalhadores foi uma das conseqüências mais imediatas desse processo.

Na CVRD, em 1988, quando se iniciou a Reengenharia - método gerencial que impunha a reinvenção, pela destruição do “velho”-, até o momento da privatização, em 1997, foram várias as ofensivas na perspectiva de transformação do perfil etário dos trabalhadores. Tornar a empresa “enxuta” (leia-se: com o mínimo de trabalhadores) e “flexível”, (leia-se: com trabalho instável e uma força de trabalho renovável) se constituía em um dos principais objetivos da reestruturação produtiva. Tais mudanças ocorreram *vis-à-vis* o aumento da demanda dos países que necessitavam do minério de ferro para a produção do aço, como os Estados Unidos e a China. De acordo com um trabalhador,

[...] a Vale começou a mudar no final dos anos 1980, quando se iniciaram palestras gerenciais para falar da Reengenharia, associando a capacidade produtiva à expansão da empresa e à necessidade de modernização. Eles trouxeram esse discurso da modernização como a necessidade de destruição do existente, para tornar a empresa mais ágil, mais competitiva. Nesse momento, a justificativa para as mudanças era no âmbito interno, não havia uma explicação vinculada a mudanças internacionais, à dinâmica mundial. Também não se falava em privatização⁹⁷.

Todos os depoimentos dos trabalhadores entrevistados que entraram na empresa no início de sua operacionalização fazem referência a esse longo processo de reestruturação produtiva na CVRD, enfatizando o impacto que a contratação de uma consultoria externa, a APC SKILL, causou sobre os trabalhadores. O objetivo da APC KILL era “[...] verificar as ações com o quantitativo de pessoal”, diz um trabalhador. Outros depoimentos apontam esse processo:

[...] a Vale mudou não só depois da privatização. Receberam uma auditoria externa, contratada em 1991, chamada APC KSILL. [...] Se você era mecânico, era só mecânico, se era electricista, era só electricista, se era operador, era só operador. Então, os caras vieram e fizeram todo um trabalho de reengenharia. Aí a Vale começa a se preparar, por volta de 1990. Para esse grupo de fora, disse: o cara que é mecânico, ele pode operar máquina; o cara que electricista, ele pode operar máquina; o cara que tá na contabilidade fazendo só uma tarefa, ele pode fazer mais [...] Aí, a mais-valia passou a valer mesmo, aí começou! Quando chega depois da privatização, foi pior ainda.⁹⁸

Na Vale, até certo período, o electricista era electricista, o operador era operador. Na parte de baixo, houve uma fusão de funções. Houveram demissões, alguns perderam cargos e outros foram embora. Então, fundiu-se a operação e a manutenção e surgiu a figura do operador-mantenedor⁹⁹.

⁹⁷ Entrevista concedida em outubro de 2007.

⁹⁸ Entrevista concedida em julho de 2006.

⁹⁹ Entrevista concedida em março de 2007.

Essa fusão da operação com a manutenção foi uma estratégia decisiva para a redução do quadro de pessoal na CVRD, “[...] intensificando o ritmo de trabalho para quem ficou, além do acúmulo de serviço, gerando um sentimento de insegurança”¹⁰⁰. Um trabalhador analisa esse momento como “[...] de preparação para a privatização”¹⁰¹, embora, não se mencionasse qualquer intenção nesse sentido. Entretanto, ressalta, em seu depoimento, que durante esse período, o discurso que passou a predominar nas relações entre chefes e subordinados era bastante diferenciado:

[...] começa com esses discursos da Reengenharia; esse é o primeiro discurso: vamos mudar, vamos agilizar, vamos dinamizar a empresa. Logo em seguida, avisaram: a Vale vai ser vendida. Nós, os trabalhadores começamos a entender. Aí, nesse momento, tem um pânico, porque fica explícito que aquele processo que estava em curso era um processo de treinamento maciço: “todo mundo deve aprender o novo, todo mundo deve aprender a trabalhar de uma forma sinérgica”. Aí aparece essa onda da sinergia, da potencialização do trabalho grupal. Áreas, como a do Serviço Social, por exemplo, que só fazia atividades referentes ao Assistente Social, começou a ser instigada a desenvolver ações na área de Recursos Humanos. Diziam que isso era uma evolução, porque era uma forma de estar potencializando o conhecimento, a experiência e a capacidade elaborativa daquele trabalhador. Isso era apresentado como uma grande vantagem. Aí que começam a aparecer as perspectiva da multifuncionalidade. O trabalhador multifuncional visto como uma perspectiva muito positiva¹⁰².

A omissão acerca dos objetivos que norteavam as mudanças na CVRD é própria da lógica do capital, evitando possíveis resistências dos trabalhadores. Por isso, esse envolvimento através do discurso da participação, o qual aparenta estar valorizando o trabalhador, sobretudo esse trabalhador da CVRD, que achava que a empresa o prezava.

Os métodos “participativos” foram adotados nos primeiros momentos da reestruturação produtiva, os quais, segundo Antunes (2006, p.6), são mecanismos que procuram o “[...]“envolvimento” (em verdade adesão e sujeição) dos trabalhadores e das trabalhadoras aos planos das empresas.” (ANTUNES, 2006, p.6).

A institucionalização do tempo “flexível” foi composta, portanto, por vários movimentos, desde a Reengenharia, os Programas de Qualidade Total até o

¹⁰⁰ Entrevista em março de 2007.

¹⁰¹ Entrevista concedida em outubro de 2006.

¹⁰² Entrevista concedida em outubro de 2006.

Programa de Demissão Voluntária. Na CVRD, como diz um trabalhador, esse processo

A CVRD, assim como a Allumar foram pioneiras no Estado na adoção de Programas de Qualidade Total no Maranhão, atendendo as exigências do mercado internacional. Esse movimento pela “Qualidade Total” não ficou restrito aos seus espaços internos, refletindo, imediatamente, sobre as diversas indústrias de São Luís, como também no setor de serviços, os quais passaram a implantar Programas de Qualidade Total, reestruturando suas estruturas físicas e redimensionando o quadro de pessoal. Nessa perspectiva, empresas de consultorias locais e externas foram contratadas para ministrar cursos e formar “multiplicadores da qualidade”, a exemplo do SEBRAE - MA e da Fundação Cristiano Ottoni - MG. Com o início da reestruturação produtiva nas empresas, as condições de trabalho assalariado foram profundamente alteradas, principalmente para aqueles trabalhadores acima de 40 anos de idade. Nesse período, algumas empresas chegaram a colocar anúncios definindo a idade máxima para admissão de trabalhadores (até 25 anos de idade) e, embora não divulguem mais esse critério, por conta das pressões e da atual legislação em relação à discriminação por idade, os processos seletivos utilizam os mais diversos artifícios para admitir considerando esse critério, ao mesmo tempo em que as listas de demitidos alcançam os trabalhadores com mais idade e mais tempo de serviço.

As mudanças pautadas, sobretudo nos métodos da Qualidade Total, afetaram os trabalhadores assalariados do setor industrial sob vários aspectos, intensificando o ritmo de trabalho, alterando o tempo de permanência no mercado de trabalho e se estendendo ao longo da Estrada de Ferro Carajás, até o sul do Pará, onde se localiza a Mina de Carajás.

A instalação do complexo mina-ferrovia-porto da CVRD na Amazônia Oriental ocorreu em um período de grande efervescência das lutas sociais no Brasil, com um significativo crescimento da organização dos trabalhadores, culminando, inclusive, com a construção de “[...] importantes instrumentos de luta como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), que foram decisivos para a experiência recente da classe trabalhadora brasileira” (DURANS, 2006, p.21). Embora, as lutas dos trabalhadores tenham ocorrido com mais força no Sudeste do país, onde há uma alta concentração industrial, os demais trabalhadores do Brasil, a

exemplo do Maranhão, em maior ou menor grau, a partir da experiência do ABC Paulista, articularam importantes lutas locais, principalmente através das organizações sindicais. De acordo com Durans (2006), na CVRD, em 1987, os trabalhadores realizaram um importante movimento grevista, que se estendeu de Carajás, no estado do Pará ao Porto do Itaqui, em São Luís. Durante os anos 1980, outros importantes movimentos ocorreram na empresa, segundo levantamento feito por como “[...] mobilizações pelo pagamento de horas extras, jornada de trabalho de 6 horas” (DURANS, 2006, p.247).

O momento de instalação da CVRD no Maranhão, portanto, foi muito peculiar, considerando o avanço das lutas sociais no Brasil, culminando com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual incorporava uma série de reivindicações dos trabalhadores. Por outro lado, esse também era o período em que havia uma forte recessão interna, levando as empresas a buscarem “[...] a melhoria dos índices de produtividade para sobreviver nos mercados internos em retração e possibilitar a introdução dos produtos brasileiros nos mercados externos, considerados mais competitivos” (DONADONE e GRÜN, 2001). Nessa perspectiva, o ritmo de introdução das mudanças organizacionais nas empresas brasileiras foi intensificado. Assim, se a CVRD, no Maranhão, nascera no movimento de expansão do grande capital, no momento em que se gestavam os programas de qualidade de inspiração japonesa no Brasil, sua força de trabalho se fortalecia sob a influência das lutas sociais nacionais, as quais levantavam importantes questões relativas à participação dos trabalhadores na gestão da empresa, nos lucros e resultados e ao controle do tempo de trabalho. Em relação a este último aspecto, uma importante luta foi travada em torno da redução da jornada de trabalho, a qual culminou com a redução da carga horária máxima de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais a partir da Constituição Federal de 1988.

Quanto à questão da participação dos trabalhadores, as transformações nas formas de gestão e organização do trabalho adotadas a partir do final da década de 1980 no interior das empresas, sob inspiração japonesa, acentuaram o controle do capital sobre o trabalho, instituindo a participação dentro da ordem, como evidencia Antunes (1998).

As primeiras investidas da CVRD em relação à “qualidade”, através dos CCQs, da Reengenharia e do Controle de Qualidade Total – TQC, sob o discurso de

garantir a “participação” dos trabalhadores, na verdade, envolviam uma maior apropriação do tempo da força de trabalho, priorizada, nesse momento, a partir da fusão das funções. Na área operacional e de manutenção, como já evidenciei, surgiu o operador-mantenedor, na administração, emergiu o trabalhador multifuncional. Foi também nesse contexto que diversos cargos desapareceram das empresas, como o office-boy e várias atividades foram terceirizadas. Um trabalhador conta que

[...] os serviços que não eram rotineiros já eram feitos por outras empresas. Depois, veio uma fase de terceirizar atividades que não estavam diretamente relacionadas com a produção em si, como os Serviços Gerais (pessoal da limpeza, o office-boy). Depois foi a vez das atividades relativas à manutenção¹⁰³.

A fusão de funções e o processo de terceirização que se intensificou a partir desse período, caracterizaram o processo de reestruturação produtiva no Brasil, sobretudo em empresas estatais, nas quais foram adotadas “[...] práticas e procedimentos característicos de empresas privadas nas suas formas de gestão” (SILVA, 2006, 207), o que culminou com numa maior identificação das empresas estatais rentáveis, como a CVRD, “[...] com a lógica privada ou pela redução de sua face pública”, como se refere Martins (2004, p.7). A terceirização, por exemplo, era vista de forma bastante positiva pela CVRD, diz um trabalhador,

[...] pois reduzia custos para a empresa, a produção aumentava, você tinha mais agilidade, mais pessoas. A maioria das atividades foi terceirizada. No porto, só sobrou o pessoal da operação das máquinas¹⁰⁴.

Com a intensificação do processo de terceirização nas suas instalações, a CVRD reduzia ainda mais a sua “face pública”, impondo um ritmo de trabalho sempre mais intenso para atender as demandas do mercado. A terceirização foi a maior expressão dessa mudança, na qual a precarização e a super exploração do trabalho foi intensificada no interior da CVRD. Como diz esse trabalhador,

[...] a Vale explora os terceirizados. Contrata pelo menor preço. Essa é a principal característica da terceirização. A Vale não se importa com os terceirizados.

O resultado do processo de terceirização foi um grande número de demissões para os trabalhadores da CVRD, principalmente para aqueles que se encontravam na base da hierarquia. Entre os anos de 1992 e 1997, o número de trabalhadores na mineração em Carajás foi reduzido em 49, 28% (FERREIRA, 2001)

¹⁰³ Entrevista concedida em março de 2007.

¹⁰⁴ Entrevista concedida em março de 2007.

Ao mesmo tempo, crescia no interior da empresa, uma outra estrutura formada pelos trabalhadores terceirizados, dos quais muitos eram ex-trabalhadores da CVRD. A intensificação do processo de terceirização era “[...] defendida pela empresa como uma prática complementar e, portanto, necessária”, diz um trabalhador¹⁰⁵.

Como analisa Druck¹⁰⁶ (1999, p. 123), por trás dessa “[...] relação de complementaridade, existe uma variedade e uma diferenciação muito grande nas práticas de subcontratação”, incluindo-se aí a empresa filial, a empresa cooperadora, a empresa coligada e a empresa contratada. Em relação as terceiras, a autora destaca “[...] as relações de subordinação hierárquica”, incluindo aí prazos extremamente curtos de entrega dos serviços e a realização intensa de horas extras. Outro aspecto da terceirização foi a “[...] transformação de empregados com carteira assinada em trabalhadores por conta própria, fornecendo à antiga empresa que os empregava, praticamente o mesmo serviço”, (FERREIRA, 2003, p. 17), situação que cresceria ao longo da década de 1990, segundo previsão de Ribeiro e Santos (1994).

A terceirização representou, portanto, uma importante estratégia na CVRD para se desvencilhar dos empecilhos da “estabilidade”, reduzindo o número de trabalhadores da empresa, sem prejuízo do quantitativo da força de trabalho para a realização das atividades exigidas pela mineração, pois as terceiras passariam a fornecer mão-de-obra em quantidade suficiente, sempre saudável, pontual e disposta a trabalhar intensamente. Tal prática vem sendo ampliada e contribui significativamente para uma “[...] nova morfologia do trabalho”, como diz Antunes (2005, p.17):

[...] além dos assalariados urbanos e rurais que compreendem o operariado industrial, rural, de serviços, a sociedade capitalista moderna vem ampliando enormemente o contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, part-time, que exercem trabalhos temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho, que proliferam em todas as partes do mundo.

Embora os trabalhadores das empresas terceirizadas pela CVRD sejam contratados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os mesmos encontram condições de trabalho bastante adversas, que envolvem desde o contrato

¹⁰⁵ Entrevista concedida em outubro de 2006.

¹⁰⁶ Para esta classificação das formas de subcontratação nas empresas, Druck (1999) se baseia em Hirata (1994).

por tempo determinado até a realização exaustiva de horas extras, com um salário bastante inferior aquele que a empresa paga para seus trabalhadores. Para quem foi um trabalhador da CVRD e hoje trabalha em uma das terceirizadas, a situação de trabalho foi drasticamente transformada. Como diz um trabalhador que saiu da CVRD em 1995 e, posteriormente, foi trabalhar em uma dessas empresas:

[...] as condições de salário e benefícios eram muito diferentes. Eu ganhava 5 salários mínimos como ajudante. A Vale ajudava muito, quando chegava o final do ano, dava o material escolar, o desconto com medicamentos era de 60%. Eu trabalhei 10 anos e em 1995 me ofereceram para entrar na demissão incentivada, mas eu não quis, eu não queria sair da Vale. Mas aí, dois meses depois que terminou o incentivo para a demissão, meu setor foi fechado e eu saí sem nada. Eu saí sem o incentivo, perdi mais de 10 salários. Depois de 1 ano, comecei a trabalhar em uma terceirizada dentro da área da Vale, onde estou até hoje. A situação é muito diferente. São mais de 100 empresas trabalhando para a Vale, só na empresa que estou são uns trezentos empregados. E todas têm que seguir o padrão dela, senão nem entra na próxima licitação¹⁰⁷.

Na CVRD, no Maranhão, a partir do início de sua reestruturação produtiva, a “estabilidade”, o emprego até a aposentadoria, já não era para todos. Para aqueles trabalhadores que se encontravam na base hierárquica, semi-analfabetos, sem possibilidade de acompanhar as inovações tecnológicas, o final de ano e o Natal eram sempre indicativos de demissão. A CVRD, não poderia mais manter esse trabalhador no seu núcleo estável, “[...] pois ela se tornou uma empresa do primeiro mundo e só ficou na Vale quem tinha curso técnico, quem fez faculdade”, justifica esse trabalhador, lamentado porque não continuou na empresa. De 1990 a 1995, o processo foi ainda mais intenso, pois “[...] terceirizaram os serviços gerais, a vigilância, os motoristas” e para isso, a “[...] demissão era massiva, com os chamados corte de pessoal”¹⁰⁸, relata um outro trabalhador, expressando o crescimento da “face privada” da CVRD no Maranhão. O depoimento abaixo reforça a intensidade dessas demissões durante a primeira metade da década de 1990:

[...] quando é que se davam os cortes? No Natal. Então, nós vivenciávamos o Natal com muita apreensão, pois o “jacaré estava solto”. Assim, o Natal era sinal de demissão e muita gente estaria desempregada. A área operacional da empresa era a parte mais sacrificada desse processo, pois era composta por trabalhadores sem qualificação. Até foi feito um esforço de qualificação para esses trabalhadores, como o curso de alfabetização, na perspectiva de inseri-los em outras áreas. Mas foi um processo muito cruel e muitos foram desligados¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Entrevista concedida em abril de 2007.

¹⁰⁸ Entrevista concedida em outubro de 2006.

¹⁰⁹ Entrevista concedida em outubro de 2007.

Um dos trabalhadores atingidos por esse processo de demissão nesses períodos confirma essa prática da CVRD: “[...] todo final de ano sempre tinha mudanças na Vale, quando as férias coletivas eram dadas e o cara saía, ele sabia que na volta era rua. Hoje, quem está lá, diz que o negócio está pior ainda”¹¹⁰. A cada final de ano, “[...] as pessoas já sabiam que iria diminuir o quantitativo, pois a empresa buscava agilidade”¹¹¹, diz um outro trabalhador ao se referir a essas práticas, complementando que “[...] isto gerava o sentimento de insegurança”. Essa angústia e essa insegurança são detalhadas neste depoimento:

[...] esses momentos foram de muita angústia. Era visível o que estava acontecendo. A primeira coisa que compreendemos foi que a grande vítima desse processo seriam os mantenedores de linha, porque eram um grupo de trabalhadores super-desqualificados. Quando eles foram recrutados para trabalhar na Vale, o critério era: quanto mais analfabeto, melhor, porque ele vai obedecer melhor e as atividades dele são de pião. Aí, essa atividade de manutenção de linha evoluiu, robotizou, chegou a tecnologia... Então, aquele mantenedor de linha ficou disfuncional, era aquele sujeito que não podia ser deslocado para nenhuma área da empresa.

A inovação científica e tecnológica nos marcos da atual reestruturação do capital é acompanhada pela demissão em escala ampliada de trabalhadores e consolidou a plena identificação das empresas estatais e de economia mista com a lógica privada, antes mesmo da privatização. No Maranhão, esse movimento foi similar nas Telecomunicações do Maranhão (TELEMAR), nas Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR) e no Banco do Estado do Maranhão (BEM), privatizados posteriormente.

A reestruturação produtiva, iniciada nos anos 1980 e ganhou fôlego ao longo dos anos 1990, diante do avanço do neoliberalismo nos países periféricos, via Consenso de Washington, que incluía, dentre outras exigências, a desestatização de empresas..

O Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído através da Lei N.º 8.031/90, de 12 de abril de 1990, impulsionou essas transformações na CVRD. Implementado durante o governo Collor, o PND foi consolidado no governo FHC, no contexto da reforma do Estado brasileiro. Composto por

[...] dois principais agentes: o Conselho Nacional de Desestatização - CND, órgão decisório, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de gestor do Fundo Nacional de Desestatização - FND.

¹¹⁰ Entrevista concedida em abril de 2007.

¹¹¹ Entrevista concedida em março de 2007.

A desestatização do setor ferroviário foi iniciada em 10 de março de 1992, quando a REFESA foi incluída no PND, através do Decreto Nº. 473/92 e embora a Estrada de Ferro Carajás e a estrada Vitória-Minas não tenham sido incluídas nesse processo, tal desestatização demonstrava, na prática, o avanço do neoliberalismo: a privatização era somente uma questão de tempo. Na CVRD, no Maranhão, as bases da privatização já estavam postas. Outras ferrovias foram desestatizadas ao longo dos anos 1990. Assim, com o

[...] leilão da Malha Oeste para a Ferrovia Novoeste, em 05/03/96, iniciou-se o processo de concessão das malhas da RFFSA. Com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, em 06/05/97, o Governo Federal outorgou à mesma a Estrada de Ferro Vitória a Minas e Estrada de Ferro Carajás, para exploração, uso e gozo do serviço público de transporte ferroviário (BRASIL, 2004, p.21).

Mas, como relatam os trabalhadores, até a CVRD ser privatizada, foi realizado todo um trabalho de “sensibilização” dos trabalhadores para as mudanças:

[...] ao longo das reuniões de preparação para a privatização, que eram treinamentos maciços, cargas horárias extensas, isoladas em um hotel durante quarenta horas semanais [...], hospedados no hotel interagindo com aquele grupo o tempo todo para poder absorver os conhecimentos necessários para vivenciar aqueles momentos [...] Nas reuniões, quando eu questionava, foi sinalizado que eu não tinha perfil para vivenciar aquele novo momento da Vale do Rio Doce, porque eles diziam que era uma proposta de inovação tecnológica, então, quem não conseguiu acompanhar era como se tivesse, assim, uma deficiência: é você quem não consegue acompanhar¹¹².

A CVRD se utilizou de todo o arcabouço ideológico do ideário neoliberal, que incluía dentre os seus objetivos, a quebra da resistência dos trabalhadores¹¹³, pois nada melhor do que atingir o coração da classe, mexendo com a auto-estima do trabalhador.

Uma das principais estratégias para quebrar essa resistência se deu com o enfraquecimento do movimento sindical brasileiro e sua integração à ordem do capital, como evidencia Graciolli (2007). Nessa perspectiva, o autor entende que a reestruturação produtiva deve ser compreendida, portanto, “[...] como uma ofensiva do capital e como o pano de fundo a partir do qual se pode entender a crise do sindicalismo e a razão de ser das privatizações”. A criação de um “novo tipo de trabalhador” passa a ser uma exigência ao longo desse processo de reestruturação

¹¹² Entrevista concedida em outubro de 2006.

¹¹³

produtiva, em todas as empresas privatizadas. Em seu estudo sobre a privatização da CSN, Graciolli (2007, p.337) observa que

[...] novo tipo de trabalhador precisava ser construído, na CSN, sob pena da privatização e das exigências da reestruturação produtiva no ramo siderúrgico sofrerem oposição pelos operários e sua organização sindical. Este novo tipo precisava aprender a se dobrar diante dos novos tempos. Para uma consciência reificada (no sentido acima indicado) a expressão “novos tempos” (ou nova fase, era), designativa da reestruturação produtiva, obsta a percepção da sua real essência: movimento do capital em sua necessidade permanente de incessante “revolução” (GRACIOLLI, 2007, p. 337) .

Entendo que as tentativas para destruir a resistência dos trabalhadores se situam no âmbito de um movimento mais amplo de controle do capital sobre o trabalho, que remonta ao período em que a força de trabalho passou a ser vendida e comprada universalmente, pois, nesse período, o “[...] mecanismo do mercado defendia seus direitos e reivindicava seu acabamento: o trabalho humano teve que transformar-se em mercadoria” (POLANYI, 1980, p. 111).

As concepções gerenciais que embasam o atual processo de reestruturação produtiva buscam, sobretudo, recompor a hegemonia capitalista, como uma forma de por fim ao confronto direto que surgiu das lutas sociais e sindicais entre os anos 1970 e 1980. Foi nesse contexto que a idéia de participação, que nascera das bases do movimento dos trabalhadores, foi apropriado pelo capital. Donadone e Grüm (2001), analisando a apropriação do termo participação entre o movimento sindical brasileiro e a administração gerencial, concluem que

[...] o conceito de "participação" percorreu um caminho peculiar na sociedade industrial brasileira dos últimos vinte anos. Ele começou sua "carreira" como ponto fundamental das estratégias mais radicais do movimento operário, que se confrontava com o peleguismo sindical e o autoritarismo governamental, para chegar ao limiar do século XXI como uma ferramenta gerencial quase perfeitamente pasteurizada. No final da década de 70, o campo estruturado em torno da "participação" ainda não apresentava um pólo dominante claramente desenvolvido. Naquele momento, membros do movimento sindical disputavam espaço (principalmente o espaço simbólico) com os gerentes que começavam a se apropriar do conceito. No decorrer dos anos 80, a balança do poder pendia cada vez mais para o lado gerencial. No final da década, mal podia ser percebido o papel dos sindicatos no tratamento do tema, indicando que no período ocorreu um fenômeno praticamente completo de apropriação dessa temática pelo universo gerencial.

A questão da participação foi uma das molas propulsoras para o crescimento do movimento sindical. Entretanto, tornar-se-ia a condição de seu enfraquecimento, visto que foi apropriada pelo capital de acordo com os interesses de acumulação e nessa perspectiva, só poderia estar atrelada a uma maior apropriação do tempo da

força de trabalho. além disso, as reduções de pessoal que resultaram das investidas dos programas de qualidade, acompanhadas das crescentes terceirizações, foram suficientes para reduzir o quantitativo de trabalhadores nas empresas e, conseqüentemente, nos sindicatos¹¹⁴, enfraquecendo a luta dos trabalhadores pelo controle do tempo de trabalho.

Sob o jugo do capital transnacional se impõem constantes inovações técnico-científicas e alterações na organização do trabalho no interior das empresas. O acompanhamento a essas inovações significa ter uma força de trabalho cada vez mais disponível, por isso, sempre renovável. Um trabalhador da CVRD indica os fundamentos teóricos dessas exigências, relacionado-as ao toyotismo que no final dos anos 1980 não era expresso com clareza para os trabalhadores:

[...] hoje, quando você pega os livros que analisam toda a questão do toyotismo, aquelas pessoas não tinham as características colocadas pelo toyotismo. Não eram criativas, pro ativas, não conseguiam ser o trabalhador de vidro.

Essa referência ao trabalhador de vidro se relaciona às mudanças espaços-temporais que aconteceram no interior das empresas, tanto nos espaços de trabalho como no controle do tempo dos trabalhadores. A conclusão do depoimento anterior expõe essa transformação espaço temporal na CVRD:

[...] nossos postos de trabalho eram protegidos por paredes, não muito protetoras porque eram de compensados, mas nos davam privacidade. A partir daí, mudam: as paredes passam a ser de compensado até 1 metro e para cima, vidro. Então, ninguém tinha mais privacidade nenhuma. Essa foi uma modificação violenta. Todo mundo via todo mundo. A não adaptação era associada a uma... como se fosse uma subcultura, quem tinha cultura muito frágil, não se adaptava; quem tinha uma cultura com perspectiva de crescimento se adaptava e crescia junto com a Vale.

Aqui se expõem as estratégias utilizadas pela CVRD, próprias ao toyotismo, as quais buscavam a apropriação de todo o tempo dos trabalhadores. Ao expor os trabalhadores em salas de vidro, incitava a vigilância entre os mesmo, levando-os a competirem entre si, pois não haveria mais lugar para todos. Além disso, a empresa tentava atingir a subjetividade dos trabalhadores a partir da idéia de cultura, pois quem não se adaptasse “era sem cultura”, estaria parado no tempo.

Ao reduzir o número de trabalhadores, deixando todos à vista de todos, lhes roubava o tempo de um desabafo, de compartilhamento, de uma conversa informal, tão comum nos locais de trabalho onde a vigilância do chefe não estivesse presente;

¹¹⁴ Para um maior aprofundamento sobre os limites do sindicalismo e a reorganização da luta social no Maranhão, ver Durans (2006).

tolhia-lhes, enfim, o mínimo de liberdade que lhes restava no local de trabalho, transformando todo o tempo de vida em tempo de trabalho.

É certo que essas mudanças atingiram de maneira e em escala diferente os vários trabalhadores da CVRD no complexo mina-ferrovia-porto. Na área operacional, o trabalho sempre foi tão intenso, que já não havia tempo a roubar, exceto o tempo que ainda lhes restava para alcançar a aposentadoria. Mas isso também lhes seria roubado através da extinção das suas funções, dos setores em que trabalhavam ou através do Programa de Demissão Voluntária - PDV.

O Programa de Demissão Voluntária da CVRD no Maranhão teve objetivos bastante claros para os trabalhadores que aderiram, representando o caminho “[...] para aqueles que não aceitavam as mudanças”, pois

[...] quem não tivesse o perfil, tinha que sair. [...] Quem fugia desse perfil, começou a ficar disfuncional e foi aderindo ao PDV, lentamente... Para os trabalhadores maranhenses, era um negócio muito cruel, porque eles associavam a esse perfil aquela imagem do maranhense preguiçoso, indolente, aquele maranhense que não era arrojado, não era proativo, não era criativo.

As velhas rivalidades - que aparentemente deixaram de existir - entre os trabalhadores maranhenses e aqueles que vieram de outras regiões, novamente afloravam. “O trabalhador da Vale” - que era maranhense, piauiense, capixaba, mineiro, paraibano, cearense, carioca, potiguar e paraense - era atingido na sua identidade, expondo as antigas rixas entre trabalhadores que nasceram sob o manto da “estabilidade”: o tempo “flexível” nascia na CVRD, o qual foi consolidado, definitivamente, pela privatização da empresa, ocorrida em maio de 1997, como destaque no item a seguir.

5.2 A consolidação do tempo “flexível”: incidências sobre os “novos” e “velhos” trabalhadores

Todo mundo que fazia parte do quadro da Vale do Rio Doce, quem entrou nesse período, sabia que só perderia o emprego se fizesse uma grande bobagem. Sabia que trabalhando certo estaria construindo sua carreira, igual ao funcionário da Petrobrás, do Banco do Brasil [...] Se ela não tivesse sido privatizada, com certeza, eu ainda estaria lá¹¹⁵.

¹¹⁵ Entrevista concedida em agosto de 2006.

A CVRD foi privatizada no dia 06 de maio de 1997, doze anos após a chegada do primeiro trem no Porto do Itaqui, em São Luís, carregado de minério da Serra de Carajás. Os trabalhadores aqui no Maranhão, entre opositores e aqueles que acharam que saíam ganhando como pequenos acionistas da CVRD, assistiram ao Leilão no qual a empresa foi adquirida.

A privatização da histórica mineradora ocorreu em maio de 1997. Até lá, a composição acionária da Vale do Rio Doce era de 51%, capital estatal, e 49%, mercado acionário. Em 05/05/97, após forte campanha pública contrária, a empresa foi privatizada, sendo vendida pelo irrisório valor de R\$ 3.199.974.496,00. O preço é considerado muito abaixo do valor real e, na prática, isto significa que o processo de privatização da empresa foi subsidiado pelo Estado, considerando o vasto patrimônio e o bom desempenho da mineradora (CRIVELLARI, 2000).

Outro dado importante é que pouco antes da venda da CVRD, confirmou-se a descoberta de imensas jazidas em Carajás, inclusive de ouro, ainda não suficientemente estudadas pela empresa, e que ficaram fora do preço fixado. Outras questões relacionadas à sua privatização puseram em cheque a legalidade do processo. Como a CVRD, uma empresa que dentro dos preceitos neoliberais era eficiente e gerava lucros pôde, então, ser incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND)? De acordo com Crivellari (1993, p.27), o

[...] Programa Nacional de Desestatização (PND) foi criado pela MP 155 de 15 de março de 1990, no início do governo Collor. O fato de ter sido adotado em conjunto com as demais Medidas Provisórias que sustentavam o lançamento de um radical programa de reforma monetária conferia ao PND um inequívoco *status de prioridade*. A Lei 8.031 de 12 de abril de 1994, que instituiu o PND, resultante da conversão da MP 155, delegava amplos poderes ao Executivo para incluir empresas estatais, por meio de decretos, em conformidade com os objetivos do PND. A abrangência dos objetivos do PND não deixava margem de dúvida: qualquer empresa estatal, a critério do Executivo, excluindo-se impedimentos constitucionais, era passível de inclusão no Programa, o que abrangia a CVRD, considerada lucrativa e geradora de investimentos econômicos e sociais. Tal inclusão, entretanto, somente veio a ocorrer em 1º de junho de 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto 1.510.

A decisão de incluir a CVRD no PND deixava em aberto várias questões em relação aos objetivos colocados pelo governo para justificar as privatizações. Evidenciou-se, claramente, que a sua privatização seguia a mesma lógica das demais estatais privatizadas a partir da emergência do neoliberalismo no Brasil:

[...] as privatizações foram impostas ao Brasil e demais países. Seduzidos pelo endividamento “fácil” nos anos 70, enfrentaram crises da dívida nos anos 80 e ao se verem sem recursos para o pagamento da dívida, são “socorridos” pelo FMI e levados a aceitar as condições impostas pelos credores, entregando parte significativa do patrimônio nacional para pagar pequena parcela dos valores reclamados pelos emprestadores. No Brasil, a partir do governo Collor, mas especialmente no governo de FHC, empresas estatais estratégicas e lucrativas passam para mãos privadas – nacionais e estrangeiras - a preços irrisórios (CARNEIRO E ÁVILA, 2007).

Sob o cabresto da dívida pública, como dizem as autoras, a privatização no Brasil e na maioria dos países periféricos foi implementada “[...] por meio de projeto executado pelas Instituições Financeiras Multilaterais, a serviço dos governos dos países ricos, serviçais, em última análise, das grandes empresas e bancos transnacionais”. Entretanto, a justificativa apresentada pelos neoliberais encobre tais objetivos, demonstrando a necessidade de se redimensionar o papel do Estado. De acordo com o BNDES (2002), os

[...] programas de privatização constituem uma das mais significativas reformas em curso no Brasil. Englobam a outorga de concessões ao setor privado, a venda de indústrias e de empresas de serviço público pertencentes aos governos federal, estadual e municipal. Fazem parte de uma profunda transformação institucional que visa a redução do déficit público, a criação de novas oportunidades de investimento, o incentivo à competição e o fortalecimento do mercado acionário. Nessa nova dimensão o papel do Estado não é mais o de produtor de bens e serviços e sim o de regulador das concessões de serviços públicos, através das novas agências reguladoras (BNDES, 2002)

As privatizações, uma das principais exigências do pacote neoliberal que se instaura no Brasil a partir do governo Collor, concretizam-se sob a direção do BNDES, reafirmando a lógica do modelo de desenvolvimento periférico a ser adotado no Brasil. Durante a década de 1990, a privatização no Brasil alcançou vários setores, totalizando 68 empresas privatizadas no ano de 2002 (Anexos A, B e C). Até o ano de 2005, segundo Relatório Anual do BNDES, o PND “[...] obteve uma receita equivalente a US\$ 30,8 bilhões com a venda de empresas, com a alienação de participações minoritárias e com licitações de concessões”, acrescentando que o “[...] resultado geral das privatizações realizadas no Brasil no período 1990/2005 atinge US\$ 105,8 bilhões distribuídos no âmbito federal e estadual [...]” (BNDES, 2007). Na tabela a seguir, apresenta-se o resultado das privatizações nesse período, por setor.

Quadro VII - Resultados da Privatização – 1990/2005

SETORES	Nº DE DESESTATIZAÇÕES	RECEITA DE VENDAS US\$ Milhões
Siderurgia	8	5.561,00
Petroquímica	27	2.698,50
Fertilizantes	5	418,20
Energia elétrica	3	3.908,20
Ferrovário	7	1.696,90
Mineração	2	5.201,80
Portuário	7	420,80
Financeiro	6	4.515,10
Petróleo e Gás	1	4.840,30
Outros	5	393,50
TOTAL	71	30.823,60

Fonte: PND: Relatório de Atividades 2005 (BNDES)

Em termos de participação setorial, a mineração apresenta o terceiro maior percentual em relação à receita de vendas (17%), denotando o significado da privatização da CVRD nesse processo, mesmo diante da desvalorização a que foi submetida durante o leilão de sua venda.

Os vários movimentos nacionais de oposição à privatização da CVRD não obtiveram êxito diante da voracidade do capital por nossos minérios, mesmo deixando claro os objetivos do governo Fernando Henrique Cardoso em relação a essa privatização. De acordo a denúncia de Gomes (2007) ¹¹⁶, feita antes da privatização, a

[...] venda da Vale não está relacionada a este ou aquele valor a entrar no caixa do tesouro, nem é uma questão de cotação de títulos, se o governo ganhará tal ou qual soma no mercado de capitais. A questão de fundo é a alienação dos vastos recursos minerais do Brasil aos interesses imperialistas .

¹¹⁶ Deputada federal pelo PcdB-PA e membro da Frente Parlamentar em Defesa da Vale e Coordenadora do Movimento Paraense em Defesa da Cia. Vale do Rio Doce..

Diante desses interesses, a CVRD foi amplamente disputada por dois grandes consórcios que se formaram “às vésperas da privatização”: um consórcio sob a liderança de Antonio Ermírio de Moraes e outro sob a liderança de Benjamin Steinbruch ¹¹⁷.

O segundo consórcio, o vencedor, foi capitaneado pela CSN – Companhia Siderúrgica Nacional. Aliás, mais precisamente, por Benjamin Steinbruch, líder do grupo Vicunha (28º grupo do país, segundo a revista Exame) que detém o controle da CSN, a partir de sua privatização. [...] o consórcio foi quase totalmente constituído pelo capital financeiro e, principalmente, pelos discutidos fundos de pensão. Mesmo tendo à frente uma grande empresa siderúrgica, vale observar que, após a sua privatização, a CSN ¹¹⁸ é quase totalmente capital financeiro, à exceção da própria CVRD (9,9% das ações) e das fábricas têxteis da Vicunha (CRIVELLARI, 1993).

Se havia essa acirrada disputa pela compra da CVRD, por outro lado, os trabalhadores, políticos e sindicalistas lutavam pela não realização do leilão. No dia do leilão para a privatização, houve um grande

[...] confronto entre 600 policiais militares e cerca de cinco mil manifestantes transformou as proximidades da praça XV, onde fica a sede da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) e local da privatização, num autêntico campo de guerra. O confronto terminou com 33 pessoas feridas e a privatização da Vale (UNISINOS, 2007).

À revelia de todas as denúncias, a CVRD foi privatizada, com resultados imediatos para os seus trabalhadores: demissões. No Brasil, mais de três mil demitidos. Somente na Estrada de Ferro Carajás foram demitidos 316 trabalhadores, dentre os quais estavam os trabalhadores com mais idade que outrora vivenciaram a experiência do emprego para toda a vida.

A demissão de trabalhadores acima dos 40 anos de idade nas empresas privatizadas vem sendo a regra. Como demonstram os dados da CVRD, ao final de

¹¹⁷ O primeiro consórcio, de acordo com Crivellari (1993) era composto do “Grupo Votorantim (líder), grupo nacional que atua nas áreas de cimento e alumínio; Anglo American, empresa de mineração sul-africana que, no Brasil, explora a Mineração Morro Velho (outra mina, de ouro, simbólica em Minas Gerais); Centrus, fundo de pensão dos empregados do Banco Central brasileiro, Sistel, fundo de pensão dos empregados da Telebrás; Caemi-Mitsui, associação de mineradoras brasileiras e japonesas; Japão-Brasil Participações, união de 11 corporações japonesas” Quanto ao outro grupo, era composto pelo “Banco Safra (brasileiro); CSN (líder); Previ, fundo de pensão dos empregados do Banco do Brasil; Petros, fundo de pensão dos empregados da Petrobrás; Funcef, fundo de pensão dos empregados da Caixa Econômica Federal; Fundação Cesp, fundo de pensão dos empregados da Cesp; Opportunity, fundo de investimento brasileiro; Nations Bank, banco de investimentos americano; Suzano, empresa brasileira de papel e celulose”.

¹¹⁸ Constituição acionária da CSN: 14% grupo Vicunha (fibras, têxteis, bancos e financeiras); 1,1% Emesa; 1,8% B. Itaú; 6,4% ADRs- pequenos investidores americanos; 9,6% Clube investimento empregados CSN; 10,1% fundo de pensão CSN; 10,9% Bradesco; 9,9% CVRD; 13,8% fundo de pensão Banco do Brasil e 22,4% ações negociadas nas bolsas. (CRIVELLARI, 1993)

2000, a maioria dos seus trabalhadores tinha “idade inferior a 40 anos” e “tempo de casa” de até 15 anos.

A Companhia Vale do Rio Doce, aos 58 anos de existência, chegou ao final de 2000 com um quadro de pessoal que totalizou 11.442 empregados, 6,5% a mais que no ano anterior. Seu corpo funcional é formado, na sua maioria, por **empregados com idade inferior a 40 anos**, do sexo masculino, com **tempo de casa de até 15 anos** e com escolaridade bem acima da média brasileira: 72,1% possuem além do 1º Grau (CVRD, 2007).

De acordo com os dados apresentados pela CVRD (Quadro VIII), esse crescimento do número de empregados se verificou em todas as faixas etárias.

Quadro VIII - Faixa etária dos trabalhadores nos anos 1999/2000

FAIXA ETÁRIA/ANO	1999	2000	% crescimento
Até 25 anos	1.026	1.247	22,13
De 25 40 anos	6.136	6.306	2,8
Acima de 40 anos	3.581	3.889	8,6
TOTAL	10.743	11.442	6,5

Fonte: CVRD (2007)

Como podemos observar, o percentual de trabalhadores com menos de 25 anos de idade apresentou o maior crescimento entre as faixas etárias, 22,13%. Considerando, pois, que o crescimento no quadro de pessoal foi de 6,5%, temos aí um claro indicativo de substituição de trabalhadores e não de aumento expressivo no quadro de pessoal.

Ao analisar o crescimento na faixa etária acima de 40 anos (8,5%), posso supor que este crescimento possa ter sido uma decorrência de uma possível mudança de idade de trabalhadores passando de uma faixa etária para outra, o que justificaria a baixa expressão daqueles entre 25 e 40 anos de idade. Entretanto, tais dados, por si só, não permitem conclusões em relação às tendências do perfil etário dos trabalhadores. Por isso, tomo algumas questões que possam dar indicações acerca dessa alteração no perfil etário do trabalhador da CVRD: se, em 2000, a CVRD completara 58 anos, a maioria dos seus trabalhadores não deveria ter acima de 40 anos de idade? Porque se comparou apenas os anos de 1999 e 2000, desconsiderando o período imediatamente após a privatização? Se fosse considerado esse período, o que os dados revelariam? Sem nenhuma dúvida,

revelariam a realidade que atinge a todos os trabalhadores nas empresas privatizadas: há uma constante renovação da força de trabalho, com tendências de absorção de força de trabalho cada vez mais jovem.

De acordo com dados do Departamento de Transportes Ferroviários (BRASIL, 2001), de 1997 a 2000, foram demitidos 532 trabalhadores na Estrada de Ferro Carajás, sendo admitidos 207 nesse mesmo período.

Quadro IX- Pessoal empregado na Estrada de Ferro Carajás

Pessoal Empregado				
Especificação	Quantidade			
	1997	1998	1999	2000
Efetivo Existente	1.241	1.301	1.155	1.234
Movimentação	Quantidade			
	1997	1998	1999	2000
Admitidos	5	87	13	102
Desligados	323	27	159	23
Aposentados	4	1	2	—
Dispensados	316	25	124	22
Falecidos	3	1	1	1
Outros	—	—	32	—

FONTE: Departamento de Transportes Ferroviários - Anuário Estatístico 2001

Os dados apresentados em relação ao tempo de “casa” do trabalhador, nos anos de 1999 e 2000 (CVRD, 2001), permite-me tirar conclusões mais precisas. Entre os dois anos apresentado, evidencia-se um aumento significativo de trabalhadores com até 5 anos de empresa, 25,09%, acompanhada de uma redução daqueles com mais de 15 anos “de casa” que, como se demonstra na tabela a seguir.

Quadro X - tempo de serviço dos trabalhadores nos anos 1999/2000

Tempo de serviço/Ano	1999	2000	% crescimento
Até 5 anos	2.575	3.219	25,09
De 5 a 15 anos	4.408	4.467	1,34
Acima de 15 anos	3.760	3.756	-0,11
TOTAL	10743	11.442	6,5

Fonte: CVRD (2005)

Aqui se explicita uma tendência de renovação da força de trabalho na CVRD, o que, de acordo com os trabalhadores entrevistados se acentuou a partir desse período.

Aliada ao desemprego estrutural, essa tendência de renovação da força de trabalho tem levado empresários e governo a utilizarem uma forte ofensiva ideológica na perspectiva de formar uma nova cultura, indicando “novos” tempos do capital, o qual requisita “novos” trabalhadores. Quais os resultados dessas ofensivas para os trabalhadores que permaneceram nas empresas privatizadas? O que se esconde nessa aparência de “novo”?

Em relação à primeira questão, entendo que tais ofensivas acentuam, sobretudo, a insegurança econômica e financeira dos trabalhadores que permaneceram nas empresas privatizadas, pois embora os mesmos não gozassem, desde a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS¹¹⁹), do direito à estabilidade, esse processo de insegurança se intensifica com a privatização. Se antes, constituía-se motivo de homenagens, o tempo de serviço, inclusive com premiações por dez, vinte ou trinta anos de serviço, nesse novo contexto, ter muitos anos na empresa passa a ser visto como algo negativo.

É importante destacar que se esse processo gerou insegurança para a maioria dos trabalhadores, mesmo para aqueles que acreditavam nas “promessas” da privatização (mais eficiência e possibilidades de crescimento profissional). Para um desses trabalhadores, permanecer na empresa por muito tempo, “[...] leva a certa acomodação das pessoas”¹²⁰. Um outro é ainda mais claro na sua defesa à privatização:

[...] antes da privatização, não havia investimento, as pessoas que entravam sabiam que não iam sair. Não havia ambição, não tinha perspectiva, pois era beneficiado. Estatal não tem dono, é do povo e o povo não cuida. Hoje, o trabalhador da Vale vive do que ganha. Antes, eles alcançavam um padrão de vida muito alto, hoje eles vivem dentro da sua realidade de trabalhador¹²¹.

Esses trabalhadores se orgulham em trabalhar em uma empresa transnacional. Entretanto, não negam que as condições de renda e segurança no emprego foram profundamente alteradas na empresa, cuja lógica de produção foi transformada pelo acirramento da busca por resultados. As reduções no quadro de

¹¹⁹ O Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço –FGTS foi instituído em 1967.

¹²⁰ Entrevista concedida em julho de 2006.

¹²¹ Entrevista concedida em março de 2007.

pessoal, por exemplo, atrelaram-se cada vez mais aos custos de produção e as perspectivas de aposentadoria para o trabalhador assalariado foram minimizadas, ocasionando a demissão dos trabalhadores com mais idade e mais tempo de serviço na empresa.

Como diz Nasser (1999),

[...] o mercado de trabalho hoje justifica o desemprego de “velhos” trabalhadores pela necessidade de empregar não mais trabalhadores especializados, mas polivalentes, que não recebem, contudo, adicional de remuneração, já que deve-lhes bastar a promessa de garantia de emprego. [...] verifica-se que mesmo empresas com forte presença sindical vêm intensificando a substituição de “velhos” por jovens trabalhadores, alegando a dificuldade de realocação dos primeiros dentro do atual quadro de reestruturação produtiva.

A partir da privatização da CVRD, houve uma redução significativa da força de trabalho empregada no complexo mina-ferrovia-porto, no qual a marca da “estabilidade” desapareceu das relações de trabalho e outros critérios passaram a determinar os valores de inserção e permanência dos trabalhadores na empresa, tal qual analisam os consultores empresariais:

[...] relações de emprego estáveis deixam de existir. Para ter trabalho, não basta dedicar-se à carreira dentro de uma empresa. É preciso pensar em uma carreira em um mercado de trabalho. Para ter facilidade de conseguir trabalho em um mercado de trabalho competitivo, é preciso investir em educação e habilidades polivalentes (MINARELLI, 1995)

No lugar do emprego na mesma empresa até a aposentadoria, entra a “empregabilidade”¹²², A privatização trazia essas concepções para o interior da empresa, as quais foram se acentuando ao longo dos anos, considerando o desaparecimento quase total de sua “face pública”, se não fossem os trabalhadores acima de 40 anos de idade que ainda permaneceram por mais alguns anos ou ainda na CVRD. Os vínculos que estabeleceram com a empresa ainda perpassam as relações de trabalho:

[...] é muito comum a gente ver hoje, pelos administradores, pela teoria da administração, que eles falam muito na questão que o melhor funcionário é aquele que veste a camisa da empresa. Infelizmente, isso ela (referindo-se à CVRD) tem estragado. Nós, as pessoas que tiveram essa relação pessoal, eu tenho certeza que essas pessoas antigas têm uma relação amorosa com a empresa, e ela desprezou isso¹²³.

¹²² A ideologia, conforme o pensamento de Lênin tem o sentido de concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. Assim, a ideologia da empregabilidade está diretamente vinculada aos interesses do capital, que dissemina a idéia de que ter empregabilidade significa ter as qualidades para estar empregado, isto é, para exercer uma ocupação remunerada (FERREIRA, 2003).

¹²³ Entrevista concedida em março de 2007.

As demissões continuaram a ocorrer nos demais anos após a privatização e se constitui em uma prática normal nos dias de hoje, como qualquer empresa privada nesses tempos “flexíveis”, evidenciando-se uma redução do quadro de trabalhadores entre 1988 e 2007 em torno de 40%. Embora não tenhamos os dados exatos, depois de várias tentativas frustradas junto à empresa e ao sindicato dos ferroviários (STEFEM), colhemos informações junto a este último de que

[...] no período de 1995 a 2006, já ocorreram em torno de 2.000 demissões, contando, hoje com um efetivo em torno de 3.000 trabalhadores. Com certeza, cerca de 70% da força de trabalho foi renovada¹²⁴.

Através dos depoimentos dos trabalhadores, constatamos esse processo de redução e renovação de trabalhadores em grande quantidade, sem contar com aqueles que saíram antes da privatização nas reduções de pessoal ou por terem o seu setor de trabalho extinto. Atualmente, a empresa conta com cerca de 3.100 trabalhadores (informação verbal da diretoria do sindicato).

Diante da privatização, as perspectivas de aposentadoria para o trabalhador da CVRD foram minimizadas em função da ideologia da empregabilidade que impôs um novo perfil para todos os trabalhadores, no qual não há tempo nem espaço para o envelhecimento da força de trabalho.

Nessa perspectiva, os anos 1990 têm um significado bastante peculiar para os trabalhadores da CVRD e, mais particularmente, para aqueles “[...] com mais anos de serviço”, destruindo a “filosofia corrente: quem entra na Vale, só sai se cometer algo grave”¹²⁵, pois o “algo grave”, a partir desse período, era justamente ter mais idade e mais tempo de serviço na empresa. “As pessoas com mais tempo de serviço eram demitidas sem qualquer motivo aparente¹²⁶”, diz um trabalhador. Um outro confirma essa tendência de renovação da força de trabalho na CVRD, problematizando uma “decisão de diretoria”:

[...] existe uma orientação deliberada da empresa para fazer a dita substituição de mão de obra, para diminuir o máximo possível as pessoas com mais de 20 anos dentro da empresa. Por quê? Porque essa é uma diretriz da Diretoria da Vale. E o que incomoda nos mais velhos? É porque eles são mais conscientes, eles têm um histórico na empresa [...] tem muitos de nós que, apesar das mudanças que a Companhia fez, ainda está trabalhando porque ele é ainda essencial para a empresa pela qualificação técnica dele¹²⁷.

¹²⁴ Entrevista concedida em outubro de 2006.

¹²⁵ Entrevista concedida em março de 2006.

¹²⁶ Entrevista concedida em outubro de 2006.

¹²⁷ Entrevista concedida em março de 2006.

Embora esse trabalhador tenha clareza sobre o significado da demissão de trabalhadores com mais idade, acredita que essa situação pode ser revertida, pois entende que

[...] é preciso ter o experiente para ensinar o inexperiente... Acho que essa é uma relação natural. A partir do momento em que a Companhia percebe isso, de repente ela vai deixar de perseguir a pessoa que tem mais de 20 anos de empresa. Hoje existem muitos profissionais acima de 20 anos na empresa que é um profissional que o mercado ainda o quer. A Vale pode não querer, mas o mercado sim.

O investimento da CVRD nos trabalhadores e a relação entre trabalhadores experientes (com mais idade e mais tempo de serviço) e os inexperientes (jovens com menos de 5 anos na empresa) é uma das principais referências nos depoimentos dos trabalhadores que entraram na empresa desde a sua estruturação.

Um deles, diz:

[...] o que mais me marcou na Vale foi o quanto foi investido em mim. Como eu cheguei na Vale, muito generalista e como eu saí de lá, preparada para o mundo. Saí da empresa em meu melhor momento, antes da privatização, após 10 anos de serviço¹²⁸.

Essa convicção, do trabalhador, de ter uma capacidade produtiva, o confunde. Por isso, alguns trabalhadores atribuem essas mudanças a pessoas específicas, acreditando que poderia ser diferente se outros sujeitos estivessem naquelas posições que decidiam quem ficava e quem permanecia na empresa. Questionam, portanto, a forma como as mudanças foram efetuadas e não as mudanças em si¹²⁹. Vejamos o depoimento abaixo:

[...] impor mudanças técnicas ou administrativas, ou gerenciais, isso não incomoda a gente, porque a gente admira ela também (referindo-se à CVRD). A gente quer que ela evolua, que ela cresça. Por isso, ela não deveria desprezar ou, em determinado momento, agredir a gente. A Vale não é uma pessoa, o problema é que as pessoas que estão gerenciando estão confundindo as funções, tendo em vista a diferença entre ser moderno, atirado. Ser arrojado é diferente de algumas posições de gerentes da Vale. Em vez dele ser arrojado, ele é arrogante. A gente sabe que o problema não é da empresa, infelizmente é o seu corpo gerencial que não está preparado e hoje ela impõe um ritmo muito grande para eles e para nós também, funcionários¹³⁰.

O processo de consolidação do tempo “flexível” na CVRD, assim como em outras empresas foi determinado, sobretudo, pela crise estrutural que assolou o

¹²⁸ Entrevista concedida em outubro de 2006.

¹²⁹ Silva (2006, p.228) chega a essas mesmas conclusões em seu estudo sobre a reestruturação no Banco do Brasil.

¹³⁰ Entrevista concedida em março de 2007.

capital a partir do início dos anos 1970. Entretanto, não se pode desconsiderar o papel dos sujeitos na tomada de decisões e na forma como tal flexibilização foi efetivada no interior da empresa. Aqueles que ocupavam cargos de comando tinham que tomar decisões e a lógica do capital não tolera resistências, não importando a posição hierárquica que o trabalhador ocupe na empresa. Quem se identificava com as novas determinações, implementavam-nas com rapidez e, muitas vezes, para além do que havia sido determinado, ignorando relações pessoais e os sentimentos dos trabalhadores afetados. Os que questionavam as mudanças e tentavam adiá-las ou minimizá-las, agiam com clareza, confrontando-se com a força do capital. Por isso mesmo, alguns trabalhadores que ocupavam cargos gerenciais ou de comando foram induzidos a aderir ao PDV, pois “[...] existia um caminho direcionado pela empresa. Quem era contra, colocava resistência à implementação das mudanças, não havia outra saída. O PDV era para os antigos e resistentes”¹³¹, diz um dos trabalhadores que saiu por essa via. O saldo de todas essas transformações foram inúmeras demissões e a consolidação de um outro perfil para a força de trabalho da CVRD no Maranhão.

Nesse processo de reestruturação produtiva sobre o sistema de relações de trabalho, trabalhadores, “[...] muito antes da idade cronológica, são considerados ‘velhos’ para satisfazer as novas exigências do mercado de trabalho” no qual “[...] a experiência (de vida e de trabalho) é substituída pela inovação [...] E o “velho” perde o sentido e o lugar para o jovem - o novo que se pretende absorver, **sem** contudo realmente integrar” (NASSER, 1999). Um “velho” trabalhador da CVRD demonstra exatamente essa relação distanciada desse “novo”, afirmando que o

[...] próprio jovem que hoje entra na empresa, ele não entra com essa visão. Ele entra porque é uma empresa mundial. Ele entra para aprender e muitas vezes fazer trampolim para outra empresa. Ele não tem essa relação de entrar na Companhia e morrer na Companhia¹³².

O depoimento de um dos aprendizes de operador ferroviário - após passar por um treinamento intensivo - sobre o significado de ser um trabalhador da CVRD confirma essa relação que a empresa tenta construir com os novos trabalhadores:

[...] trabalhar na Vale é ter a garantia de que as portas do mercado estão se abrindo para que eu me torne um profissional competente e, acima de tudo, qualificado. É ter a oportunidade me desenvolver pessoalmente e profissionalmente, levando-me a investir em mim mesmo através da própria empresa¹³³.

¹³¹ Entrevista concedida em março de 2007.

¹³² Entrevista concedida em março de 2006.

¹³³ Entrevista concedida em abril de 2006.

Para esse “novo” trabalhador se constrói um novo perfil constituído em função da ideologia da empregabilidade, que irá se alastrar por todas as empresas e marcar as políticas públicas de emprego e renda no Brasil, a partir dos anos 1990, impondo mudanças nas formas de gestão que prevaleciam nos anos anteriores, repercutindo em toda vida social.

Nesse processo, a constituição da ideologia da “empregabilidade” tomou forma no mercado de trabalho e no campo da educação formal e profissional, penetrando as práticas de recrutamento e seleção das empresas e determinando a desses trabalhadores inimpregáveis (considerados no discurso neoliberal como desatualizados, acomodados, “dinossauros”, incapacitados e “velhos”). Ao mesmo tempo, essas empresas empurram uma parcela significativa de trabalhadores para as terceirizadas ou para o trabalho irregular, o que expressa o movimento da superpopulação relativa na atual fase de expansão capital.

No campo específico da educação, essas práticas se intensificaram sob a influência das grandes instituições internacionais, a exemplo do Banco Mundial e FMI, que interferem tanto na formulação das políticas educacionais, quanto na própria legislação trabalhista dos diversos países periféricos. Como um dos pilares de sustentação dessas novas relações entre capital e trabalho, tal ideologia busca a otimização e adequação da força de trabalho às novas demandas do capital, numa tentativa explícita de se apropriar da subjetividade da classe trabalhadora, destituindo a força das lutas coletivas. Exige do trabalhador, individualmente, desenvolver criatividade, polivalência e a capacidade de inovação. Assim, o trabalhador adquire a condição de ser empregável, o que não implica, porém, na garantia do emprego¹³⁴. Um ex-trabalhador da CVRD que trabalha atualmente em uma empreiteira descreve essa situação imposta aos trabalhadores:

[...] a Vale hoje é como uma empresa qualquer, quem faz a estabilidade é o funcionário. Se ele tem estudo, se atualiza, chega no horário, faz o trabalho certo, ele não tem como ser demitido¹³⁵.

¹³⁴ A empregabilidade como política de trabalho e renda não é uma condição suficiente para combater o desemprego e a vulnerabilidade social, “[...] visto que as oportunidades de emprego [...] emergem ou através do crescimento econômico e/ou através de um redirecionamento de prioridades de investimentos públicos e/ou através de inovações específicas direcionadas aos trabalhadores” (PEREIRA, 2000: p.28).

¹³⁵ Entrevista concedida em abril de 2007.

Essa não é a realidade para os trabalhadores acima de 40 anos, que são os primeiros nas listas de demissões e os últimos nas listas de admissões. Como analisa um trabalhador,

[...] a realidade nossa é de preconceito e a Vale optou por substituir essa mão-de-obra que estava com essa idade, com esse tempo de trabalho na empresa pelos mais jovens, mas não porque ele é mais jovem, mas porque ele é muito mais barato. Barato por quê? Ele não tem filhos, ele não tem problema de família... A saúde dele tá perfeita, ele é menos suscetível a certas doenças. O jovem, na carteira social da empresa, não gasta nada: nem médico, nem dentista... A energia, o gás dele está a 100%¹³⁶.

A natureza destrutiva do capital, a sua voracidade por mais tempo de trabalho se apresenta no cotidiano da empresa, sacrificando, para isso, uma grande parte da força de trabalho que deve ser desempregada dos meios de produção (MARX, 1988), principalmente aquela com mais idade e mais tempo de serviço, que se tornara bastante cara aos interesses da acumulação: mais experiente, mais consciente, mais crítica, não podendo dispor de todo o seu tempo para o trabalho. A partir da privatização da CVRD se consolidava o tempo o tempo “flexível”, cuja marca são as “novas” competências, caracterizadas, de acordo com seus ideólogos, pela

[...] integração e coordenação de um conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes que na sua manifestação produzem uma atuação diferenciada. Elas não se restringem a uma área específica; estão difundidas de forma ampla em toda a organização (GUIMARÃES, 2007).

Seguindo essa mesma linha, Soares e Siqueira (2003) afirmam que as capacidades dos indivíduos, na atualidade, voltam-se para a programação e o controle “[...] e isto traz como exigência se pensar a formação dos indivíduos para o trabalho com base em pressupostos pós-fordistas, sob os quais novas habilidades estão sendo demandadas”. Sob essa perspectiva referem-se à questão das competências, afirmando que temos

[...] hoje um aumento das exigências de aptidões para o trabalho, considerando-se uma base de conhecimentos mais amplos, exigência de capacidade para resolução de problemas, exigência para tomada de decisões autônomas, capacidade de abstração e comunicação escrita e verbal. Somando-se a isto, o trabalhador deve ser polivalente, e com maior nível de escolaridade. Polivalente no sentido de multiquificado, isto é, aquele que é capaz de desenvolver e incorporar diferentes competências e repertórios profissionais.

¹³⁶ Entrevista concedida em março de 2007.

A adoção desse modelo de competências¹³⁷, no contexto da reestruturação produtiva amplia as possibilidades de apropriação dos diversos saberes do trabalhador. Por isso, a relevância acerca da discussão do modelo das competências profissionais ainda nos anos 1980, nos marcos da reestruturação produtiva, como uma das respostas do capital a sua crise estrutural, conforme é evidenciado por Deluiz (2007). Como destaca a autora, juntamente com “[...] as formas de produção flexíveis e da inovação científico-tecnológica aplicada aos processos produtivos” emergem novos “[...] modos de gerenciamento da organização do trabalho e do saber dos trabalhadores”, que extrapolam as transformações no espaço produtivo. A autora conclui que este

[...] amplo processo de reestruturação teve como objetivos não só reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo tendo em vista a retomada de seu patamar de acumulação, mas gerar um projeto de recuperação da hegemonia do capital não só na esfera da produção, mas nas diversas esferas da sociabilidade que se confrontasse ao contrapoder que emergira das lutas sociais e sindicais dos anos sessenta e setenta.

No interior das empresas, o tempo “flexível” introduz novos elementos para a avaliação constante do trabalhador a partir de metas pré-estabelecidas, que na CVRD se expressam no Profissional Nota 10 – PN10. Um trabalhador explica em detalhes o significado do PN10:

[...] as metas são estabelecidas de acordo com a produtividade e a proatividade, aí vem a pressão por resultados. Você é cobrado pelo cumprimento dessas metas. Tem uma nota de acordo com o meu desempenho, a nota individual; tem a nota da gerência e a nota do Corredor Norte.

A aceleração no tempo de trabalho é uma das principais consequências dessa política de resultados que as empresas passam a adotar no contexto da reestruturação produtiva. Particularmente na CVRD, esse processo foi intensificado com a privatização. Como diz um trabalhador, “[...] o PN10 começou com a privatização, mas a cobrança por resultados sempre houve”, acelerando ainda mais o processo de desqualificação da força de trabalho, que se torna cada vez mais descartável. Essas transformações na CVRD, impulsionadas no atual contexto de “flexibilização” do modo de produção capitalista são inerentes a sua lógica de acumulação, como uma necessidade permanente do capital para garantir a

¹³⁷ De acordo com Deluiz (2007, p. 5), se “[...] conceitualmente a noção de competência está ancorada em uma concepção construtivista, pela qual se atribui grande ênfase aos esquemas operatórios mentais e domínios cognitivos superiores na mobilização dos saberes, operacionalmente ela se funda em uma perspectiva funcionalista ao traduzir as competências nos perfis de competências que descrevem as atividades requeridas pela natureza do trabalho”.

acumulação capitalista, agora através da redução dos custos, em prazos cada vez mais curtos.

Os objetivos de racionalização, otimização e adequação da força de trabalho (DELUÍZ, 2007) que estão contidos nessas novas exigências postas na CVRD demonstram o quanto a luta pelo tempo assume perspectivas diferentes para o capital e para o trabalho. O capital busca transformar todo o tempo de não-trabalho em tempo de trabalho, renovando a força de trabalho sempre que os limites postos pela idade, pelo tempo de serviço ou pela experiência ponham algum risco a sua reprodução. A luta dos trabalhadores pelo controle do seu tempo no capitalismo se reveste de uma outra conotação, relacionada ao direito ao trabalho e ao tempo livre de acordo com as necessidades humanas. No plano mais imediato, refere-se ao emprego até a aposentadoria, ao tempo para a família, ao tempo para suas realizações pessoais, que se expressam na luta pelo tempo livre (ANTUNES, 1999). Como diz um trabalhador, refere-se ao direito de

[...] ter um emprego, uma profissão. É uma dívida o pai de família, uma mãe de família poder exercer na plenitude o seu direito de ser humano; de crescer, estudar e trabalhar.

Mesmo antes da privatização, o trabalhador já não dispunha desse tempo livre, uma vez que, independentemente da CVRD ser privatizada ou não (sem desconsiderar o agravamento das condições de exploração nesta última situação), sob a lógica do capital, o tempo de não trabalho é roubado do trabalhador e de sua família. O depoimento desse trabalhador, admitido na empresa no início de sua operacionalização aqui no Maranhão, é bastante ilustrativo:

[...] ela (referindo-se a CVRD) diminuiu o convívio com os filhos, o acompanhamento do próprio crescimento deles ou então a oportunidade de tirar uma dúvida, ou simplesmente passear, ou simplesmente acompanhar. A gente perdeu essa oportunidade¹³⁸.

Um trabalhador que saiu da empresa expressa essa plena apropriação do tempo de vida, afirmando que

[...] no ritmo alucinante da Vale, eu não tinha tempo para a família. Quando eu saí da Vale, isso foi muito positivo, passei a ter mais tempo para a minha família como um todo¹³⁹.

De acordo com os trabalhadores que permaneceram na CVRD após a privatização, no tempo “flexível”, “[...] esse ritmo ficou ainda mais intenso”.

¹³⁸ Entrevista em fevereiro de 2007.

¹³⁹ Entrevista realizada em março de 2007.

O impacto da privatização sobre os trabalhadores da CVRD, assim como em outras empresas que são alvo de privatizações no Brasil, tem alcançado dimensões catastróficas, tanto em relação às condições que se estabelecem para aqueles que permanecem na empresa, quanto para aqueles que passam a compor as estatísticas dos desempregados, reconfigurando as condições e formas de produção e exploração da força de trabalho no Brasil. O número de trabalhadores sob condições de trabalhadores com carteira de trabalho registrada, no Brasil, sofreu uma redução significativa no período entre 1992 a 2004, quando

[...] a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), do IBGE, constatou que o percentual de trabalhadores do setor informal cresceu de 38,3% para 44,1%, enquanto, na área rural, caiu de 58,5% para 54,6%. "A combinação desses movimentos assegurou uma estabilidade da informalidade do mercado como um todo e, mais recentemente, acarretou uma ligeira tendência de redução - em 1992 o percentual de informalidade era de 51,9%; cresceu para 53,9% em 1998; caiu para 51,7% em 2003 e continuou caindo, para 51,2%, em 2004", diz o estudo. Entre 1992 e 2004, a população ocupada sofreu um incremento de 17,5 milhões de pessoas, o contingente de desempregados cresceu 78,4%. (ROMERO, 2006).

Esses dados são indicativos da "flexibilidade" do tempo de trabalho que vigora na atualidade, no qual se instituem profundas alterações no tempo e nas formas de viver dos trabalhadores e, mais particularmente dos trabalhadores com mais idade e com mais tempo de serviço.

As justificativas para a demissão desses não deixam dúvidas quanto à assertiva de Marx (1985) em relação ao tempo no capitalismo: "O tempo é tudo, o homem é nada! Quando muito, a carcaça do tempo".

Hoje todas as empresas precisam vencer os desafios da competitividade e da globalização do mercado comercial. Assim algumas empresas, vêm como saída para esse problema o sangue novo, dispensando os mais velhos de casa e de idade e contratando pessoas mais jovem, mais dinâmicas que consigam alavancar a empresa. [...] há momentos que não tem outro jeito. É preciso cortar pessoas, os escolhidos serão os mais velhos, não por preconceito mas por necessidade (FRANÇA, 2004).

Acrescente-se que essas necessidades são do capitalismo, as quais determinam uma forte alteração do controle do sistema do capital em relação ao tempo de permanência do trabalhador na mesma empresa. Este deve ser o tempo do capital, que ao longo do desenvolvimento do capitalismo, tem sido redimensionado para atender as novas e crescentes necessidades de acumulação. E o tempo do capital é o tempo do curto prazo, no qual está encerrado, "[...] embora seus ideólogos procurem apresentar esse defeito como virtude insuperável" (MÉSZÁROS, 2002, p. 176). Nesse curto prazo, que na atualidade se expressa na

jornada flexível (podendo ser ainda mais extensiva), a força de trabalho requisitada não pode permanecer no mercado de trabalho além do tempo em que suas potencialidades físicas e intelectuais possam ser plenamente exauridas. E esse tempo, no contexto das indústrias, gira, atualmente em torno dos 40 anos.

[...] os segmentos sociais que, mesmo tendo percorrido uma longa trajetória de trabalho, hoje são virtual e efetivamente ameaçados de exclusão do mercado de trabalho, por serem considerados inaptos para nele permanecer - como é o caso dos “velhos” trabalhadores, que, a partir de 39 ou 40 anos, são definidos como inadequados ao/pelo mercado de trabalho (NASSER, 1999).

Apesar de todas as leis que se estabelecem na Era do Envelhecimento¹⁴⁰, o processo de demissão nas empresas privatizadas e privadas, atinge uma parcela significativa da mão-de-obra, que é o “[...] trabalhador masculino, com idade em torno de 40 anos, que, até recentemente, era tido como o trabalhador tradicional, como o representante por excelência da população economicamente ativa” (NASSER, 1999). É fato que o envelhecimento reflete o tempo vivido e

[...] está registrado indelevelmente nos corpos: os cabelos brancos podem se disfarçar com um cosmético, rugas se atenuam com uma química, mas nada ainda foi encontrado para desaparecer o envelhecimento das mãos e pescoço. Muita ginástica pode ser feita, mas a lentidão de reflexos persiste, as articulações respondem mais lentamente ao comando de movimento, a curvatura vertebral vai se acentuando e a altura diminui a despeito de todo o alongamento, e a necessidade de lentes corretoras, delatam o tempo vivido. Sem contar com a diminuição da função renal, a perda dos neurônios, a transformação da massa muscular em massa gordurosa.

A lógica do capital não pode tolerar esse processo de envelhecimento, que se refere ao declínio das condições de uso dessa força de trabalho, que atrelado às atuais inovações técnico-científicas, tornam-se ainda mais acentuadas, resultando em demissões. As justificativas apresentadas por alguns estudiosos para a demissão de trabalhadores mais “velhos” revelam essa lógica destrutiva do capital, conforme se observa a seguir:

[...] o trabalhador mais velho, de um lado é visto como um trabalhador experiente e confiável, destacando-se as seguintes características: experiência, consciência das suas capacidades e limitações, agüentar trabalhar sob pressão, poucas faltas no trabalho, resistência, tomar decisões realistas. Por outro lado, ele é visto como pouco aberto para inovações, destacando-se a falta de interesse por atualização profissional, a falta de idéias inovadoras e de criatividade e a falta da saúde (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2007).

¹⁴⁰ Período que se inicia em 1975 e vai até 2025, no qual a população de pessoas idosas (60 ou 65 anos de idade, de acordo com a Organização Mundial da Saúde –OMS), em todos os países, cresce aceleradamente. No caso do Brasil, em 2025, teremos 30 milhões de pessoas acima dessa faixa etária.

Todas essas justificativas se atrelam a constante imposição de “novas competências” no interior das empresas, como acontece na CVRD. A admissão de trabalhadores com menos de quarenta 40 anos de idade, a terceirização e a utilização de aprendizes e trainees são estratégias da empresa “[...] para substituir essa força de trabalho que ainda permanece” na empresa, “remanescentes do período em que as demissões eram raras – mesmo em uma empresa de economia mista (FERREIRA, 2003)”. De acordo com as informações de Durasn (2006, p.252), colhidas junto ao STEFEM, em 2006 a empresa tinha “[...] 3.197 trabalhadores que estão dispostos de São Luís (MA) a Carajás (PA), além dos 244 aprendizes, 15 menores aprendizes, 180 do SENAI, 238 estagiários”.

Os trabalhadores com mais idade ou mais tempo de empresa tentam, com muitas dificuldades, estar “em dia” com as exigências que lhes são impostas. Assim, essas novas situações compõem as novas estratégias da CVRD para garantir uma força de trabalho eternamente atualizada com as necessidades de acumulação, levando muitos trabalhadores a um intenso estresse, como podemos observar no depoimento a seguir:

[...] o mais triste é que a partir do ano de 2000, esse ritmo atingiu o ápice em termos de cobrança, com muitas práticas indevidas e em determinado momento a gente ponderou se não era melhor pedir para sair, para fugir do olho do furacão, porque realmente estava à beira do insuportável. A gente pensou em pedir demissão para viver, de repente, com uma remuneração menor, mas com certeza sem ter a cobrança que tinha, um tipo de cobrança que incomodava; as injustiças que a gente via, que em determinadas situações a gente ainda vê hoje com algum colega. Isso é o que é mais triste. A gente foi questionado se valeria mesmo a pena. [...] Passei meses praticamente dormindo muito pouco durante à noite. Não conseguia dormir. [...] Não conseguia parar de pensar nos problemas que estavam acontecendo. Ao mesmo tempo eu me questionava: será que não sou mais capaz, será que eu realmente tenho que sair? Fiquei para manter a boa condição dos filhos, da família [...] e também porque a gente estaria abrindo mão de uma coisa que a gente sabe que hoje é muito difícil ter: um emprego. Quanto mais, um bom emprego¹⁴¹.

Além da angústia decorrente das pressões impostas pela “gestão das competências”, esses “velhos” trabalhadores põem em questão a sua capacidade como pessoa: “[...] será que eu sou realmente capaz”? Esta é uma pergunta que martela na cabeça de todos os trabalhadores que vivenciaram a passagem do tempo da “estabilidade” ao tempo “flexível”. A aceleração imposta por esse tempo

¹⁴¹ Entrevista concedida em março de 2007.

“flexível” marca a condição dos trabalhadores mais “velhos” na empresa, em maior ou menor intensidade, o que é agravado pela crescente presença de “novos” trabalhadores. Os depoimentos a seguir (o primeiro de um trabalhador que passou 12 anos na empresa) comprovam essa renovação do quadro de pessoal na CVRD;

[...] daquelas pessoas que trabalhavam naquela época, sobreviveram poucos. Hoje, você vai na Vale e não conhece mais ninguém e são todos muitos jovens¹⁴².

O ritmo de trabalho mudou. Todo mundo tinha tempo. Os parentes eram os vizinhos, os serviços do conjunto (referência ao conjunto construído para trabalhadores que vieram de outro estado) eram feitos pelos próprios moradores, as festas nas ruas... Hoje, ninguém tem tempo nem para se relacionar [...] na Vale, cada dia é uma cara nova¹⁴³.

Quanto aos novos trabalhadores, pressionados pela cobrança por resultados, esforçam-se para ser o Profissional Nota 10, orgulhando-se por pertencer a uma empresa “[...] que investe em seu funcionário como profissional e ser social, valorizando o ser humano que de forma direta ou indireta contribui com a sua produção”¹⁴⁴, diz um recém-admitido. Para esses jovens trabalhadores, após passar por meses de treinamento,

[...] ser um trabalhador da Vale significa uma conquista profissional, ter uma qualidade de vida melhor, pois sou de família humilde. E conquistar um emprego nesta empresa significa também que sou capaz¹⁴⁵.

A questão da competência assume preponderância nos processos de recrutamento e seleção e isso é repassado aos candidatos, fazendo aqueles que não conseguem ser aprovados nos seus testes seletivos se sentirem incapazes. Quanto ao ambiente de trabalho, não há dúvida que nesse tempo “flexível”, a força de trabalho é bastante jovem, sobretudo no sentido de renovável. O depoimento a seguir expressa essa característica:

[...] a Vale hoje não está preocupada com a questão da idade, todos os meus colegas são jovens. Eles admitem pessoas com experiência. Toda equipe da minha área está nessa faixa entre 30 e 35 anos, todos admitidos recentemente. O clima é excelente. Você tem que ser pro ativo. Eles exigem isso. Nós somos avaliados pelos coordenadores [...] Me sinto bem na Vale, a pressão por resultados tem, mas ela investe¹⁴⁶.

Os trabalhadores que, hoje, encontram-se nessas empresas privatizadas, são constantemente substituídos por outros trabalhadores, caracterizando uma força de

¹⁴² Entrevista concedida em março de 2007.

¹⁴³ Entrevista concedida em julho de 2006.

¹⁴⁴ Entrevista concedida em abril de 2006.

¹⁴⁵ Entrevista concedida em abril de 2006.

¹⁴⁶ Entrevista concedida em fevereiro de 2007.

trabalho que não envelhece. Não envelhece porque a aceleração que se impõe nos processo de trabalho altera as condições de trabalho e de exploração da força de trabalho, não tolerando, portanto, o envelhecimento do trabalhador no exército ativo até a aposentadoria, uma vez que há redução de sua capacidade produtiva. Além desse aspecto, o trabalhador que envelhece na empresa adquire a experiência e a consciência de classe que somente o tempo, aqui significando o passar dos anos, pode lhe dar.

O envelhecimento, na lógica do capital, não se expressa somente no avanço da idade, cujas marcas no corpo, redução da capacidade dos movimentos ou constantes ausências para tratar de problemas de saúde são atentamente observados pela “gestão da competência”. O envelhecimento que se expressa no amadurecimento dos trabalhadores, permeado pela experiência profissional, pelos questionamentos aos padrões disciplinares também não pode ser tolerado. Assim, ao capitalismo não importa se essa força de trabalho “[...] é velha ou jovem”, mas sempre interessa dispensá-la quando vai de encontro aos interesses da expansão capitalista.

A força de trabalho que permanece na empresa, portanto, ou permanece em decorrência de estabilidade garantida por lei (CIPA, Direção de sindicatos) ou porque se mantém dentro dos limites da nova disciplina temporal imposta a partir do final dos anos 1980, expressa em termos de estabelecimento de metas.

As tendências de reconfiguração do perfil etário da força de trabalho na CVRD/MA apontam para uma força de trabalho cada vez mais vulnerável, com grandes dificuldades para criar vínculos com o produto e o processo de trabalho. Os jovens trabalhadores admitidos não constituem qualquer vínculo com o produto dessa empresa, cuja extração e transporte se dão em um tempo cada vez mais acelerado. Ao ser transportado pelos trilhos do capital, de Carajás, no Pará, até o Porto do Itaqui, em São Luís, este produto também se desvincula plenamente do atendimento dos interesses e necessidades locais. Resta apenas uma admiração por uma “responsabilidade social”¹⁴⁷, que a CVRD faz questão de alardear na mídia local e nacional, aliada às necessidades desse capital transnacional, como demonstram os depoimentos a seguir:

¹⁴⁷ A CVRD, assim como outras empresa no Maranhão, financia inúmeros projetos “sociais” na sua área de abrangência.

[...] a Vale hoje é uma empresa muito grande. É uma das maiores mineradoras do mundo. Eu acho que ela se implantou aqui, ajudou muito a gente. Dão emprego, pagam um salário bom, geram muito emprego, trabalham mais de cem empresas para a Vale. Já pensou se aqui não tivesse a Vale e a Alumar? Ela visa muito o social, ajuda a comunidade do Anjo da Guarda, do Itaqui-Bacanga, para que ninguém fale mal dela¹⁴⁸.

[...] a empresa tem que ser moderna, buscar nova tecnologia, fazer tudo. Mas também tem que reconhecer isso não só na retórica, porque ela é muito boa de divulgar o que ela faz e ela faz muita coisa muito bem, para nós trabalhadores. A assistência médica é fabulosa, a questão do transporte, um ótimo benefício, o uniforme, a alimentação... E o estudo que a gente tem direito. Isso tudo são coisas boas e importantes¹⁴⁹.

Assim como em outras empresas maranhenses, abocanhadas pelo capital transnacional, a exemplo da CEMAR, as condições de trabalho assalariado na CVRD no Maranhão passaram por grandes transformações para todos os trabalhadores, “[...] sobretudo para aqueles que envelhecem no novo contexto de instabilidade e incertezas, face à insegurança no emprego e a não garantia de aposentadoria” (FERREIRA, 2003, p. 108) nessa economia cada vez mais competitiva (FIEMA, 2006), como bem ilustra a figura a seguir.



FIGURA 17 – Cartaz FIEMA (2006)

¹⁴⁸ Entrevista concedida em abril de 2007.

¹⁴⁹ Entrevista concedida em março de 2007.

No Maranhão, o tempo mínero-metalúrgico aniquilou o tempo cíclico da natureza nas comunidades tradicionais. Na CVRD, o tempo “flexível”, marcado sobretudo pela aceleração, subsumiu o tempo da “estabilidade”, colocando o tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital, afirmando a lógica do capital de que “o tempo não pára”, mais uma tautologia que, como diz Mészáros (2007), o próprio capital tem necessidade de criar para poder operar.

Este é o tempo do capital, que avança por todos os espaços, na perspectiva de destruir todo o tempo de não trabalho. Aos trabalhadores, não resta outra opção senão a luta pelo resgate de todo o tempo alienado pela humanidade ao longo dos últimos cinco séculos, desde o início da busca incessante de portugueses e espanhóis pelas riquezas minerais na América Latina.

6 CONCLUSÃO

Ao iniciar o estudo sobre o tempo dos trabalhadores, tinha como pressuposto o fato de que esse tempo, nos espaços de exploração mineral, sempre esteve atrelado aos interesses do grande capital, mesmos nas empresas controladas pelo Estado, como a CVRD. Naquele momento específico, próprio ao processo cognoscitivo, não tinha a dimensão dos caminhos que teria necessariamente que trilhar, por exigência do objeto, até chegar ao mesmo ponto de partida. As múltiplas determinações desse objeto, como partes de uma totalidade, estão agora explicitadas, o que me permite avançar para um esforço de conclusão.

A análise acerca das transformações temporais na América Latina, decorrentes da expansão do capital em busca de seus minérios – uma das primeiras aproximações com a realidade – trouxe à tona as especificidades do processo de apropriação e controle do tempo no capitalismo gestados com as grandes navegações espanholas e portuguesas - iniciadas no final do século XV - a partir da quais se criou um novo mercado mundial. Como observei, a pilhagem do ouro e da prata da América foi um dos fatores que propiciou a acumulação de capitais, base indispensável, como diz Marx (1988), para a formação da indústria manufatureira. Observei, ainda, que no mesmo momento em que, na Europa, os portos marítimos abriam as portas à navegação, propiciando o estabelecimento das primeiras manufaturas (contando com matéria-prima abundante e mão-de-obra livre), a América Latina, uma das principais fornecedoras dessas matérias-primas, se expunha a uma intensa extração de suas riquezas naturais, sobretudo pedras preciosas, impulsionando um processo de colonização tão somente voltado para a exploração. Nessa perspectiva, uma das primeiras conclusões apontadas é que na América Latina, tempo e minério se converteram em importantes mercadorias ainda nos primórdios da exploração portuguesa e espanhola sobre a região, pois todo o tempo de vida das civilizações atingidas pela exploração mineral se convertia em tempo de trabalho diante da aceleração das atividades nas minas para atender a ânsia do mercado mundial.

Tão logo esse movimento de expansão foi iniciado, o tempo do capital se mostrou antagônico ao ritmo da natureza. Nesse processo, a homogeneização do

tempo emergiu como uma necessidade para o próprio desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, a determinação dos limites das terras conquistadas, os negócios da Inglaterra com as colônias da América, exigiam processos de medição mais precisos, o que foi impulsionado no século XVIII, quando as grandes potências, sob a hegemonia inglesa, que dividiam o mercado mundial, incentivaram o aperfeiçoamento dos relógios para determinação de uma hora precisa. Igualmente, a determinação da longitude se constituía em importante estratégia das grandes potências mundiais para garantir o desenvolvimento capitalista.

A grande indústria, os telégrafos e as ferrovias requisitavam, portanto, novas formas de coordenação até então desconhecidas, as exigiam que o tempo fosse totalmente subordinado às necessidades do capital. Na Europa e nos Estados Unidos, o tempo telegrafado avançou pelos mares e pelas terras, aniquilando as horas locais, nas quais a predominância do tempo da natureza cedeu lugar ao tempo do mercado.

A cronologização do curso da vida, - impondo limites de idade para a permanência do trabalhador no exército ativo industrial - e o controle sobre o tempo de trabalho resultaram desse mesmo processo, no qual a grande indústria, diferentemente da manufatura, já não tolerava mais o controle do tempo de execução das tarefas pelo trabalhador. A extração da mais-valia relativa se concretizou diante da transformação da ferramenta em máquina ferramenta, quando “[...] a máquina-motriz adquiriu forma autônoma totalmente emancipada dos limites da força humana” (MARX, V II, p. 11-12). Aqui se teve a subsunção real do trabalho no capital e, também, a subsunção do tempo de trabalho nas necessidades de acumulação, uma vez que esse tempo se converteu no próprio tempo do capital, eliminando as condições temporais de realização humana através do trabalho.

O controle e apropriação do tempo de trabalho se efetivaram sob o padrão taylorista/fordista, quando Taylor e, posteriormente Ford, implementaram mudanças gerenciais no processo de produção que resultaram sobretudo, em controle sobre os tempos e os movimentos do trabalhador, separando os processos de execução e planejamento. Esse controle foi intensificado no contexto da atual crise estrutural do capital - sob a ofensiva neoliberal - quando o toyotismo se evidencia como uma nova técnica de gestão da produção e do trabalho - baseado na produção enxuta e diversificada. Esse padrão foi a base da reestruturação produtiva que atingiu o

mundo do trabalho a partir de então e que se volta para atender as necessidades dessa *acumulação flexível* (HARVEY, 2005).

Reitero que a organização temporal e espacial resultante dessa reestruturação produtiva intensificou o controle do capital sobre o trabalho. Dessa forma, a intensificação do ritmo de trabalho ocasionou uma total apropriação do tempo de trabalho pelo capital. Ao otimizar e adequar a força de trabalho às necessidades desse tempo “flexível”, submete-a a altas velocidades e prazos curtos de produção, apropriando todo o tempo de vida do trabalhador, pois como destaquei no trabalho, os tempos médios de giro mais rápidos são exigências para o processo de valorização do capital, sobretudo nos espaços de exploração mineral, incidindo sobre as relações local-internacionais, sobre processos de trabalho, condições de trabalho e de exploração da força de trabalho, dentre outros aspectos.

Ao buscar esses fundamentos para analisar o tempo dos trabalhadores nos espaços latino-americanos ricos em recursos minerais, entendo que o capital, ao alcançar os espaços de exploração mineral, imprime intensos ritmos de trabalho que aniquilam os tempos locais, confirmando a premissa inicial desta investigação de que o tempo dos trabalhadores nesses espaços sempre esteve vinculado aos interesses do grande capital. Por isso, não só subordinam o tempo de vida dos trabalhadores ao tempo do capital, mas subsumem-no neste, um processo que assume especificidades na Amazônia Oriental.

A inserção da Amazônia Oriental no processo de divisão internacional do trabalho atendeu tão somente aos interesses de expansão do grande capital, o que é recorrente na Amazônia nos diferentes momentos históricos, como no caso das “drogas do sertão”, no ciclo da “borracha” e, na atualidade, na exploração mineral. Em todos esses momentos históricos, milhares de trabalhadores foram atraídos para a Amazônia, constituindo um exército industrial de reserva que atendeu satisfatoriamente as necessidades de exploração das riquezas naturais da região, um processo intensificado a partir da implementação do complexo mina-ferrovia-porto da CVRD na Amazônia Oriental, no qual a ação estatal foi essencial. A partir daí, o tempo mineiro-metalúrgico, marcado pela velocidade e aceleração, passou a determinar as relações de homens e mulheres com a natureza.

Após analisar as especificidades desse processo no Maranhão, evidencio que a apropriação de todo o tempo dos trabalhadores pelo tempo mineiro-

metalúrgico destruiu os tempos relativamente livres que existiam no estado, considerando a abundância de terras férteis e os recursos naturais do estado. Povos indígenas e pequenos agricultores da região, quando não perderam suas terras, tiveram-nas bastante reduzidas. A partir de então, não havia mais possibilidade de prover o seu sustento a partir da relação com a natureza mediada pelo trabalho de transformação para atender as necessidades de subsistência. No processo de expansão/atração do grande capital para a Amazônia Oriental, a terra e o tempo se transformaram em importantes mercadorias na economia exportadora maranhense, requisitadas pelos interesses da acumulação capitalista. Foi, portanto, nas fronteiras da relação Estado/mercado que os tempos locais foram sufocados pelo tempo do mercado, consolidado através do complexo mina-ferrovia-porto.

Nesse sentido, posso inferir que a implementação da CVRD na Amazônia Oriental e, mais particularmente no Maranhão - um espaço privilegiado para o escoamento da produção - não somente alterou as relações espaços-temporais no campo e na cidade, um dos pressupostos da pesquisa, mas subsumiu o tempo dos trabalhadores, ao longo das áreas de influência da Estrada de Ferro Carajás no tempo do capital, onde tempo e minério são mercadorias altamente valorizadas. Aqui, cabe destacar algumas evidências e fundamentos históricos-sociais desse processo de subsunção que foram levantados ao longo do trabalho:

- ✓ A Estrada de Ferro Carajás, como investimento estatal, viabilizou o movimento do capital transnacional na região da Amazônia Oriental, reproduzindo as condições globais de acumulação na região, expressando intensos processos de subsunção espacial e temporal da força de trabalho na região;
- ✓ A estruturação do trabalho a partir do tempo sincronizado do mercado, da mina de Carajás (PA) ao Porto do Itaqui (MA), foi impulsionada pelo movimento diário do trem que atravessa a Estrada de Ferro Carajás, dando visibilidade ao processo de sincronização do tempo mundial;
- ✓ O movimento do trem, que tem tempo para passar e tempo para parar, indica o próprio movimento do capital que é “[...] o movimento constante para criar mais da mesma coisa” (MARX, 1988);
- ✓ A força de trabalho que foi trabalhar no porto, na ferrovia, nas minas, nas empreiteiras, nas atividades diversas que surgiram ao longo da Estrada de Ferro

Carajás, homens e mulheres, no campo e na cidade reestruturaram sua relação com o tempo.

Ao analisar a implementação da CVRD no Maranhão, no contexto de expansão do grande capital para a periferia latino-americana, pude constatar o quanto a sua presença na região foi decisiva para impulsionar essas transformações espaços-temporais ao longo da Estrada de Ferro Carajás e, mais particularmente, em São Luís, impulsionando o processo de urbanização da cidade e interferindo nas práticas de gestão e organização do trabalho das demais empresas que se instalaram no contexto do Grande Carajás e naquelas que já se encontravam na região. Apesar de sua natureza de empresa estatal, a CVRD se instalou na Amazônia Oriental articulada aos interesses do grande capital, o que confirma, nessa realidade específica, a premissa apontada no início deste trabalho de que o tempo dos trabalhadores nos espaços de exploração mineral na América Latina sempre esteve vinculado às necessidades da acumulação capitalista. Ao aprofundar a investigação sobre as transformações espaços-temporais no interior da CVRD, também pude constatar que apesar dessa articulação, no período que antecede a reestruturação produtiva na empresa (ao final dos anos 1980), o trabalhador da CVRD – mesmo que em graus diferenciados – possuía um maior controle sobre o seu tempo, além dos ganhos materiais em termos de salário e “benefícios”.

Nesta perspectiva, o processo de reestruturação produtiva que se iniciou na empresa no final dos anos 1980, o qual desencadeou um conjunto de transformações espaços-temporais no complexo mina-ferrovia-porto, deve ser entendido como uma estratégia do grande capital para atualizar o controle sobre o tempo dos trabalhadores. Sob a ideologia da empregabilidade, ocorreu a demissão de trabalhadores mais velhos e com mais tempo de empresa, acrescida da repressão e persuasão sobre os trabalhadores que permaneciam trabalhando, reconfigurando o exército industrial de reserva no estado. Destruiu-se, paulatinamente, o tempo da “estabilidade” que fora construído quando os vínculos com o grande capital ainda não eram tão exacerbado. Por isso, concluo também que, apesar do trabalho na CVRD, como todo trabalho assalariado, ter sempre se caracterizado como trabalho alienado, quando a empresa estava sob o controle estatal, o trabalhador ainda detinha um relativo controle sobre o seu tempo de trabalho, dispondo, inclusive de mais tempo livre.

A partir do início da reestruturação produtiva até o período de privatização da empresa, várias ofensivas foram impulsionadas pela empresa com o objetivo de desconstruir o tempo da “estabilidade”. Através dos CCQs, da reengenharia, do programa de qualidade total, da terceirização e do PDV, o tempo “flexível” foi se instituindo, provocando diversas alterações no tempo dos trabalhadores. Trabalhadores com mais idade e com mais tempo de serviço foram profundamente atingidos nesse processo, pois oriundos do tempo em que a experiência (adquirida somente com o passar do tempo) lhes proporcionava homenagens, além de ganhos salariais, deparam-se, nessa nova realidade, com a insegurança gestada nesse tempo “flexível”, cuja consolidação definitiva ocorre com a privatização da empresa, em 1997. Nessa perspectiva, o perfil etário da CVRD no Maranhão foi profundamente alterado, apontando para a constante renovação da sua força de trabalho e, por isso mesmo, totalmente desprovida de vínculos com o produto e o processo de trabalho.

Nesse contexto de instabilidade e incertezas, o tempo dos “velhos” e dos “novos” trabalhadores na CVRD foi definitivamente colocado nos trilhos do capital, evidenciando uma exigência para todos aqueles que vivem do trabalho (ANTUNES, 1999): resgatar as condições temporais de realização humana através do trabalho, recuperando, portanto, o tempo como campo do desenvolvimento humano, na perspectiva marxiana, considerando que as

[...] tentativas para destruir a resistência operária se situam no âmbito de um movimento mais amplo de controle do capital sobre o trabalho que, portanto, não se limita às fábricas. Assim, a recriação de estratégias do trabalho em busca do controle do tempo – quer seja pela redução da jornada de trabalho, por mais tempo livre – passa necessariamente por uma dimensão mais ampla das lutas sociais contra o controle do capital, colocando-se para além dos muros de cada empresa ou país (FERREIRA, 2003, p.111).

Neste sentido, a luta pelo controle e o desfrute do tempo de vida, em todos os espaços da vida, como um dos valores mais essenciais da humanidade, pelos próprios trabalhadores se faz cada vez mais necessária. Para isso, como diz Antunes (1999, p. 249), é “[...] necessário redesenhar um projeto alternativo socialista, que resgate os valores mais essenciais da humanidade. Um bom ponto de partida para tal ação é desenvolver uma crítica contemporânea e profunda à (des)sociabilização da humanidade sob o capital” (ANTUNES, 1999, p.249), motivo principal pelo qual me propus a realizar esta investigação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura**: Perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AJARA, César. Os processos recentes de ocupação, expansão e apropriação das fronteiras amazônicas e suas implicações econômicas, sociais, ambientais e políticas. In: **A pesquisa social na Amazônia**: avanços, lacunas e prioridades" - FUNDAJ, Manaus, set. 1995.

ALVES, Giovanni. **Blade Runner** – O caçador de andróides. Projeto de Extensão Tela Crítica. Tema: Trabalho, Técnica e Estranhamento. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

AMAZÔNIA MARANHENSE. **A Amazônia, a Bacia Amazônica, a Amazônia Maranhense e a Pré-Amazônia Maranhense**: conceitos, definições e características. Disponível em: <<http://www.amazoniamaranhense.com.br/maranhao>>. Acesso em: jun. 2007.

A NOVA DEMOCRACIA. **Resistência antiimperialista na América Latina**: O indomável povo peruano. Ano 3, n.22, dez. 2004. Disponível em <http://www.anovademocracia.com.br/2221.htm>.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho X Capital: berrar não adianta. **Revista Caros Amigos**. São Paulo, ano XI, n. 124, jul. 2007.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Os caminhos da *liofilização organizacional*: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS - IFCH/UNICAMP, 28., 2004, Caxambu (MG). **Anais...** Disponível em: <<http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/Textoricardo2004.rtf>> Acesso em: 21 nov. 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

AQUINO, Nora. **No bico do corvo** – nove narrativas de velhos: corpo e voz. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2004.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Dinâmica regional brasileira e desintegração competitiva. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997, Recife. **Anais...** Recife: [s.n.], 1997. p.1070-1110.

ARCHANGELI, Alberto. **O mito da terra**. 1980. Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 1980. Mimeo

ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARQUEOLOGIA, **Sítios desprotegidos significam história ameaçada**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq03.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2006.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CRUZEIROS. **O problema da Longitude**. Lisboa: Associação Nacional de Cruzeiros, 1999. Disponível em: <<http://www.ancruzeiros.pt/anci-longitude.html>>. Acesso em: jan. 2007.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Ciclos curtos e repetitivos de trabalho: o caso de uma fábrica de metais. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.. p. 179-188.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil**: luta de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. 2002. (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

_____. As “temporalidades” da política no Maranhão. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v. 8/9, p. 19-25, 2003.

BASSIT, Ana Zahira. O curso de vida como perspectiva de análise do envelhecimento na pós-modernidade. In: DEBERT, Guita Grin; GOLDSTEIN, D. **Políticas do corpo e o curso da vida**. São Paulo: Mandarim, 2000. p. 217-234.

BELATTO, Luiz Fernando B. **América Latina**: 100 anos de opressão e utopia revolucionária. [s.l.]: [s.n.], 2007.

BESSIN, Marc. La. **La police des âges, entre rigidité et flexibilité**. Première partie: La "cronologização" du cours de vie. *Temporalistes*, n.27, septembre, 1994. p. 8-13.

_____. La police des âges, entre rigidité et flexibilité. Deuxième partie : Les contradictions de la flexibilité temporelle. *Temporalistes*, n. 28, décembre 1994, p. 10-15.

BETHELL, Leslie. Guerra do Paraguai: história e polêmica. o imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*, v. vol.9 n.24 São Paulo Mai/Ago. 1995.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. **Globalização e desnacionalização das empresas brasileiras:1990 a 1999**. Minas Gerais: IBMEC, 2004.

BIHR, A. **A crise da sociabilidade**: da grande noite à alternativa: o movimento europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BNDES. **Infra-estrutura Brasil, Desenvolvimento Nacional – Estudo dos Eixos**. Disponível em: < <http://www.infraestruturabrasil.gov.br/nacional/ppp.asp>> Acesso em: 3 nov. 2002.

_____. Privatizações Federais – PND. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/privatizacao/resultados/federais/federal.asp>. Acesso em: 20 jul. 2007.

BRANDÃO, Carlos. A. Economia Política e Dimensão Territorial do Desenvolvimento. In: Encontro Nacional de Economia Política, 5., 2000, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [s.n.], 2000.

_____. **Fragmentação e a longa construção da unidade nacional**: nossas lutas sobre a natureza da formação e integração do mercado nacional. Versão preliminar. Mimeo.

_____. **Revisitando a questão das diversidades regionais**: notas preliminares para uma agenda de pesquisas. . Uberlândia: Ensaios, 1996.

BRASIL. **Contas Regionais do Brasil – 2003**. Comunicação Social. Brasília, 04 de novembro de 2005 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=470&id_pagina=1>. Acesso em: 2 dez. 2005.

_____. **Transporte terrestre**: números do setor. Agência Nacional de Comunicação Social. Assessoria de Comunicação Social. Jun./2004.

BRASIL ESCOLA. **A economia da América Latina**. Disponível em:
<http://www.brasilecola.com/geografia/economia-da-america-latina.htm>. Acesso em:
10 dez. 2006

BRAVERMANN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRENO AUGUSTO DOS SANTOS. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 16 n. 45, maio/ago. 2002.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRUNHOFF, Suzanne de. **Estado e capital**: uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forense Unversitária, 1985.

CALENDÁRIO. **Recursos utilizados na medida do tempo**. Disponível em:
<<http://www.calendario.cnt.br/meditempo/Calendar300.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2006.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A revolução industrial**. 23. ed. São Paulo: Atual, 1994.

CANNABRAVA FILHO, Paulo. **América Latina pós Consenso de Washington**. Revolução Cultural. Disponível em:
<http://www.novasociedade.com.br/conjuntura/conjuntura2003/parte02.htm>) Acesso em: 2 dez. 2006.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. (1982) O Capitalismo Tardio. São Paulo: Brasiliense. 1982.

CARLSON, Bruce. **Proteger Serviços Urbanos Globais**: Salvar os Serviços Públicos baseados nos espaços do próximo milênio. USAF. Disponível em:
<http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2002/2tri02/carlson.htm>. Acesso em: 29 jul. 2002.

CARNEIRO, Maria Lucia Fattorelli. ÁVILA, Rodrigo Vieira. A dívida e as privatizações. Disponível em:
http://www.jubileubrasil.org.br/azul/credores/news_item.2007-06-05.6387519596. Acesso em: 2 jun. 2007.

CARVALHO, Edmilson. **A crise estrutural do capital**. Bahia Análise de Dados, V.12, n.3, dez, 2002. p.19-35

CATÓ, Juan Montes. **Subordinación y dominación en los espacios de trabajo**. Estudio sobre la disciplina y sus formas de expresión. Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CONICET). Athenea Digital, Argentina, n. 8, 2005, p. 50-71.

CHAVES, Lázaro Curvêlo. **Neoliberalismo e globalização**. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/neoliberalismoeglobalizacao.htm>. Acesso em: 14 jun. 2007

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**, São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro, **Praga – Revista de Estudos Marxistas**, São Paulo, n. 3, p.19-46, set.,1997,

COELHO, Maria Célia Nunes. **Socioeconomic impacts of the Carajás Railroad in Maranhão**. School of Syracuse University. 1991

COELHO, Maria Célia Nunes. MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Verticalização da produção e variedade de situações sociais no espaço funcional do alumínio nos baixos vales do Amazonas e Tocantins. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano VII, n. 11,12 e 13. set./out, 2003.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASES. A América Latina e o Caribe. In:INTERECLESIAL, 9, 1997. CEBS VIDA E ESPERANÇA NAS MASSAS. São Luis. **Resumos...** Disponível em: <http://ospiti.peacelink.it/zumbi/memoria/9cebs/cz/cz2-aml.html>. Acesso em: jul. 2007..

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Relatório de produção**. 2004.

_____. **Relatório de Produção**. 2005

_____. **Perfil do empregado da CVRD**. 2007. Disponível em: http://www.cvr.com.br/cvr/hotsites/br_extrfiles/infodin/ra2000/perfil_empregado.htm. Acesso em: 5 jun. 2007.

COSTA, Sílvia Cristina Mineu. **A Alcoa no Maranhão e o desenvolvimento socioeconômico regional**. 2003. 000 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. **privatização e mercado de trabalho no Brasil: o caso dos engenheiros da indústria automobilística e minero-metalúrgica de minas GERAIS**. Colloque organisé par le GRETD, l'IRD et les Universités de Paris I (IEDES), Paris 13 «Mondialisation économique et gouvernement des sociétés :l'Amérique latine, un laboratoire ? »Paris, 7-8 juin 2000.

CVRD a empresa de mineração do ano. **Brasil Mineral**. São Paulo, n. 24, nov. 1985.

D'ÂNGELO, Martha. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 237-250, jan./abr., 2006.

DEBERT, GUIITA G. Velhice e o curso da vida pós-moderna. **Revista da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.1, n. 42, p. 70- 83, 1999.

_____. (org). Envelhecimento e Curso da Vida. **Estudos Feministas**, n. 1, p. 119-128, 1997.

DELUIZ, Neise. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, 2001.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Produção de minério da vale bate recorde**. Agência Estado. 2006

DIÉGUES, Antonio Carlo (Org). **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: UNRISD/NUPAUB, 1999.

DINIZ, C.C. O padrão de localização industrial no Brasil e suas alterações recentes.

DONADONE, Júlio César e GRÜN, Roberto. Participar é preciso! Mas de que maneira?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.16, n. 47, out. 2001.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: desfordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico**. São Paulo: Boitempo, 2001.

DURANS, Cláudia Alves. **Limites do sindicalismo e reorganização da luta social: um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses**. 2006 Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006

ENGELS, Frederich. **Carta a Augusto Babel – Março 1875**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1875/03/18-28.htm>. Acesso em: 12 dez. 2006.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estud. Av.** São Paulo, v.6 n. 14, jan./abr. 1992

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. São Paulo: Cortez, 2000.

FEITOSA, Moacir Gomes. **O processo sócio-econômico do Maranhão**. 1994. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Pará - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, Antonia M. M.; SALATI, Enéas. Forças de transformação do ecossistema amazônico. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 25-44, 2005

FERREIRA, Gilson Ezequiel. **A competitividade da mineração de ferro no Brasil**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2001.

FERREIRA, Marli Alcântara. **Os velhos assalariados nos novos tempos da CEMAR**: um estudo sobre as metamorfoses do trabalho assalariado no contexto da privatização. 2003. Dissertação (Mestrado em Políticas. Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

FIEMA. **20 anos de Lutas e vitórias**. São Luís, 1988.

FLECHA, Rodrigo Arco e. A ferrovia perdida. Registro fotográfico documenta a saga da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, engolida pela selva amazônica. **Revista Problemas Brasileiros**. n. 335, set/out, 1999.

FRAGA, Alexandre. Da rotina à flexibilidade: análise das características do Fordismo fora da indústria. **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.36-43, 30 mar. 2006. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 jun. de 2006.

FRANÇA, Luciano Spina. **Quando o entardecer chega ... o envelhecimento ainda surpreende muitos**. Programa de Preparação para a Aposentadoria. Disponível em: <http://www.guiarh.com.br/pp46.html> . Acesso em: 10 nov. 2004.

FURNIEL, Ana Cristina da Matta. **Amazônia – a ocupação de um espaço**: internacionalização x soberania nacional (1960-1990). 1993. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais).– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1993.

GALISON, Peter. **Os relógios de Einstein e os mapas de Poincaré**: impérios do tempo. Lisboa: Grádiva, 2005.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Galeno de Freitas. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GARZON, Luis Fernando Novoa. Um front para lá de Bagdá. **Revista PANGEA**. Quinzenário de Política, Economia e Cultura. Disponível em <http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=178&ed=7>. Acesso em: 17 mar. 2003

GISTELINCK, FRANS. **Carajás**: usinas e favelas. São Luís, 1988.

GOMES, Socorro. A privatização da Vale e o leilão dos minérios brasileiros. Princípios nº76. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/privatizacao/pndnew.asp>. Acesso em: 10 jun. 2007.

Guerreiro, José Carlos Fialho. **O que é GPS?** Como funciona? Disponível em: <<http://www.gpsglobal.com.br/Artigos/OquehGPS.html>. Acesso em: 19 mar. 2007.

GRACIOLLI, Edílson José. **Privatização da CSN:** da luta de classes à parceria. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Gramsci, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 4. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRANDE CARAJÁS, 2004 (mimeo).

GRANDES PROJETOS. [s.n], Seminário sobre estratégias frente aos impactos sócio-ambientais no Maranhão. São Luís, 2004.

GSERMS. **Transformações contemporâneas e sistema de controle social nas relações campo e cidade:** trabalho, luta social e prática do Serviço Social. São Luís: UFMA, 2006. Projeto de Pesquisa.

GUIMARÃES, Sebastião. A hora e a vez do treinamento eficaz. Disponível em: artigos.com/artigos/autor/sebastiao-guimaraes/1/ . Acesso em: 2 mar. 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14^a Ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005

HISTÓRIA DO MARANHÃO: **(des)construção da modernidade na política maranhense**. Disponível em <http://www.achetudoeregiao.com.br/MA/maranhao_sua_historia.htm> Acesso em 18 de outubro de 2004.

HOUTART, François. Alternativas confiáveis ao capitalismo mundializado. **Revista Serviço Social & Movimento Social**, São Luís: EDUFMA, v.2, n.1,,jul./dez. 2000.

IBGE. **IBGE e Ministério do Meio Ambiente lançam mapas temáticos da Amazônia**. Brasília, 2007.

_____. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Acesso em: 5 jan. 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. Encontro de duas culturas. **Estudos Avançados**. v. 16, n.14. São Paulo, jan./abr. 1992.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Histórico da ocupação do entorno do Xingu. In: O Xingu na mira da soja. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/soja/8.shtm>. Acesso em: 1 jul. 2007.

JURUÁ, Ceci Vieira. Os caçadores de concessões no Brasil e o fantasma de Percival. Farquhar. Outro Brasil. **Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro: 2006.

KAMPEL, Silvana Amaral. Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia. **Relatório Técnico**. Brasília: MTC. Dezembro, 2001.

KURZ, Robert. **A expropriação do tempo**. Disponível em: < <http://www.geocities.com/Athens/Acropolis/6634/kurz.htm>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2003.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: CARVALHO, Helena; COSTA, Wilma Peres da (Orgs). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997, p.93-114.

LEITE, Joel. Foi sem querer admit. Jornal do meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.jornaldomeioambiente.com.br>>. Acesso em: 2 fev. 2007.

LIMA, Marco Antunes de. **Martim Affonso de Sousa e a colonização da Capitania de São Vicente**, Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra9/martim.html>>. Acesso em: 6 maio 2006.

LIMA, Eurenice. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

LIMA, Valdivino Borges. Minérios e Mineração: a rigidez locacional e a exploração industria. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA. 9, 2005, – Novas territorialidades – integração e redefinição regional. **Anais...** Porto Nacional, jul, 2005.

Lopes, Josefa Batista Lopes. **O serviço Social na América Latina**: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo do serviço Social. São Paulo: PUC, 2001. Tese de Doutorado

LUKÁCS, George. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.13, n. 35,1999.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis, Vozes, 2000

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados da produção imediata. São Paulo : Moraes, 1985.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **O Capital**. Livros I, II, III e IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. Prefácio para a crítica da Economia Política - Karl Marx. In: _____.
Manuscritos Econômico - Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. Os Pensadores.
 V. XXXV. São Paulo, Abril Cultural. Julho de 1974

_____. **Salário preço e lucro**. 5. ed. São Paulo: Global, 1987.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1999

MARANHÃO DO SUL. **Discurso de Sarney, em 1966, reflete o Maranhão de hoje Disponível** em <<http://www.maranhaodosul.com/artip1.htm>> Acesso em:02 dez. 2004.

MARTINS. Adriana Vassalo. **Notas sobre as articulações entre o Estado brasileiro e suas empresas estatais**: o caso do contrato de gestão da Companhia Vale do Rio Doce. Brasília: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2004.

MARTINS, Mônica Mastrantonio. Tempo, trabalho, Elias e pesquisa em organizações. **III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural**. Universidade Bandeirante, Brasil e Universidade São Judas Tadeu, Brasil. Disponível em <<http://www.fae.unicamp.br/br2000/indit.htm>>. Acesso em dezembro de 2003.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha . **Educating the working class**: Marx vs. Marxist pedagogues, Interface _ Comunic, Saúde, Educ, v.5, n.9, 2001, p.51-65.

MELO, Victor Andrade. **Lazer e camadas populares**: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeo. 2004.

MENDES, Wellington da Silva Et al. Expansão espacial da leishmaniose visceral americana em São Luís do Maranhão ,Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, São Luís, maio/jun., 2002, 227-231p.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. Fronteiras e bordas na Amazônia brasileira: considerações sobre três cidades. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n. 45, v. 38, 1 de ago., 1999

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. Trad. Sérgio Lessa. Campinas, SP: Boitempo, 2002.

_____, Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Despedida de Harry Magdoff**. Disponível em <http://resistir.info/mészáros/harry_despedida.html>. Acesso em fevereiro de 2006.

_____. **A única economia viável.** Disponível em:
http://resistir.info/meszaros/only_viable_economy_p.html. Acesso em: 20 jul. 2007.

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade:** como ter trabalho e remuneração sempre. 10. ed. São Paulo: Editora Gente, 1995.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Estrada de ferro Carajás – EFC:** histórico. Brasil, 2007.

_____. **Estrada de Ferro Carajás – EFC.** Resumo informativo da ferrovia. Brasil, 2007.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, Pará. v.8, n.1, jun. 2005. p. 141-187

_____. **Siderurgia e produção de carvão vegetal na Amazônia brasileira.** Belém: NAEA, **1996 Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) –** Universidade Federal do Pará. Belém, 1996.

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. Educação e nacional-desenvolvimentismo no Brasil. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_nacional_desenvolvimentista_intro.html. Acesso em: 10 jul. 2007.

NASSER, Ana Cristina Arantes. As minorias sociais e seu novo papel no atual sistema de relações de trabalho. **ANPOCS 99.** Caxambu, MG, de 19 a 23 de outubro de 1999.

NOVACCK, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade.** Disponível em:

<<http://www.marxists.org/portugues/novack/1968/desenvolvimento-desigual/index.htm>> Acesso em: 9 ago. 2006.

OBSERVATÓRIO de Olinda. Observatório do Alto da Sé é recuperado. 2 jul. 2004 Disponível em:

http://www.espacociencia.pe.gov.br/noticias/exibir_noticia.php?id=26. Acesso em: 10 jul. 2007.

O ESTADO DO MARANHÃO. **Memória.** 24 de julho de 2006.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **As redefinições técnico–produtivas e organizacionais do capital agroindustrial canavieiro no Brasil.** SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2; JORNADA ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA. **Anais...** Presidente Prudente - SP, nov. 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**. São Paulo. n. 18, 1993.

_____. **Crítica a razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 7, n. 14, jul./dez. 2005, p. 110-129

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. 2ª Ed. São Paulo: Papyrus, 1989.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. **Dinâmica populacional e social na região amazônica** : um velho assunto e suas novas dimensões. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/iesam/l-a-oliveira.html>. Acesso em: 28 nov. 2006.

OLIVEIRA, Ana M. S.; THOMAZ HÚNIOR, Antonio. As redefinições técnico–produtivas e organizacionais do Capital agroindustrial canavieiro no Brasil. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2; JORNADA ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA. **Anais...** Presidente Prudente - SP, nov. 2005.

O TRABALHO, Quem foi John Maynard Keynes. Disponível em: http://www.otrabalho.org.br/brasil_Keynes.htm, Acesso em: 25 jul. 2007.

O PROGRESSO. **Governador recebe estudo de impacto ambiental do Pólo Siderúrgico em São Luís**. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/investimentos/noticias.php?Id=2005>> Acesso em: 2 dez. 2004.

_____. **Governo vai priorizar mão-de-obra maranhense na Usina Siderúrgica** Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/investimentos/noticias.php?Id=2005>> Acesso em: 2 dez. 2004.

_____. **Formação e Capacitação de RH para o Polo Siderúrgico**. Disponível em <<http://www.ma.gov.br/investimentos/noticias.php?Id=2005>> Acesso em: 2 de dez. 2004.

PASSOS, Ana Régia. **Evolução das atividades do Distrito Industrial desde a sua implantação até os dias atuais**. 1999. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

PEREIRA, Dilma Seli Pena. Diretora da Agência Nacional de Águas (ANA) BRASIL, 2007 (Mimeo).

PICOLLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIOZZI, Patrícia. Máquinas e homens: utopias e o tempo da revolta. In: ROSSI, Vera Lucia Sabongi de.; ZAMBONI, Ernesta (Org.). **Quanto tempo o tempo tem!** Campinas: Editora Alínea, 2003.

PINTO, Lúcio Flávio. Brasil - **Carajás**: A conta do bilhão. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=28508>. Acesso em: 17 jul. 2007.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 20 mar. 2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTILLO, Julian Alexienco. **Sincronização em redes de telecomunicações**. 2003. Monografia de Especialização. Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2003

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RAMIREZ, Fábio. **Há como “destravar” a economia com o PAC e o pagamento da Dívida? O que é o PAC?**. Disponível em: <http://marxismo.wordpress.com/o-que-e-o-pac/>. Acesso em: 28 jul. 2007.

REIS, Eustáquio Costa. Os impactos do pólo siderúrgico de Carajás no desflorestamento da Amazônia brasileira. In: REIS, Eustáquio Costa et al. **Perspectivas da Economia Brasileira 1996-1997**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995

REVELLI, Marco; DESTRE, Le Due; BORINGHIERI, Bollati. Oito hipóteses sobre o fordismo. Torino, 1996. Disponível em: <http://eocities.com/autonomiabvr/8hip.html> Acesso em: 6 jun. 2005.

ROCHA, Gerônimo Albuquerque. Ai de ti, Amazônia. **Estud. Av**, São Paulo, v.6, n.15, jun. 1992.

RODRIGUES, Hélio Suevo. A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro: o resgate de sua memória. In: CENTRAL. **A origem das estradas de ferro**. 2004.

RODRIGUES, José Carlos. Imagens do tempo. **Revista de Comunicação, Cultura e Política**.v.2,n.4,jan./jun., 2002. p.15-35.

ROMERO, Cristiano. Informalidade no país é "estrutural", diz estudo. Valor Econômico. Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=292021> . Acesso em: 2 dez. 2006.

SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos Minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 45, n. 16, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS FILHO, João dos. **América Latina**: capital e educação. Algumas reflexões. CENEGRI, Rio de Janeiro,, v.1, n. 2, 2006.

SAWAYA, Rubens R. . A Inclusão da Periferia no Processo de Acumulação de Capital. **Economia Ensaios**, Uberlândia-MG, v. 18/19, n. n02, p. 25-53, 2004

SEABRA, O.C. **Memória, cidade e paisagem**. São Paulo, 2001. (mimeo).

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. Projetos energéticos e minerais como destruição de monumentos naturais e como expressão de poderio antiecológico e antidemocrático dos investidores. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIMENSÕES INTERNACIONAIS DA ECOLOGIA POLÍTICA: o caso da Amazônia e outros Trópicos úmidos. São Paulo. 2004. **Anais...** São Paulo: UNESP/UNICAMP/PUC-SP /CLACSO, 2004.

SEVALHO, Gil. Velocidade/aceleração temporal e infecções emergentes: epidemiologia e tempo social. **Manguinhos**. v. III. jul./out., 1996, p. 217-236.

SILVA, Ilse Gomes. **Entre o local e o nacional**:a “reforma” do aparelho de Estado no Maranhão.Caderno CRH.Salvador; jul/dez,2001.p.199-226.

SILVA, Ivan M. e outros. **Os relógios e sua evolução**. 2004 (mimeo).

SILVA, Laurinete Rodrigues da. **Passos e Descompassos na Relação Formação Profissional e Questão Agrária nos 50 anos de Serviço Social**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

SILVA, Jair Batista da. A face privada de um banco público: os experimentos flexíveis no Banco do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SIQUEIRA, Helgoni Soares Gonçalves. A nova concepção de trabalho. **Jornal A Razão**, Santa Maria – Rio Grande do Sul, 1 maio 2003.

SOUZA, Márcio. Ainda é possível salvar a Amazônia?. In: FELIX, Moacir. et al. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

TAVARES, Maria da Conceição. **O resumo da ópera**. 2000 (mimeo)

TAYLOR, Frederick Wislow. **Princípios da Administração Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1982.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMAZI, Nelson Dácio (Coord.). **Iniciação à Sociologia** São Paulo: Saraiva, 1993.

TRÓTSKY, Leon.historia de la Revolucion Rusa. Capitulo I. Archivo Leon Trotsky. Disponível em:

<http://www.marxists.org/espanol/trotsky/index.htm>. Acesso em: 15 jun. 2007.

UNISINOS. A privatização da Vale dez anos depois. Entrevista especial com Clair da Flora Martins. Disponível em: http://www.unisinus.br/ihu/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=6941. Acesso em: 20 jul. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Políticas Territoriais e Cooperação Internacional. Políticas Territoriais na Amazônia.. Departamento de Geociências. Curso de Geografia. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/mundogeo/geopolitica/more/amazonia.htm>. Acesso em: 8 mar. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Grupo Envelhecimento e Educação**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/tramse/pgenv/index.htm>. Acesso em: 10 mar. 2007.

VALDÉS, Ariel. A idade dos patriarcas no Antigo Testamento. Tradução: Mons. Nelson Rafael Fleury. **Tierra Santa**, [s.l.], jan./fev., 1994.

VELASCO JR, Licínio. Políticas reformistas no presidencialismo de coalizão brasileiro. **Textos para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 105, 2005.

VESENTINI, J. William. **Brasil: sociedade e espaço**. Geografia do Brasil. São Paulo: Ática, 1993.

VIANNA, Luiz Werneck. **A história absolvida**. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=2>. Acesso em: 18 jan. 2004.

WALDMAN, Maurício. **Tempo, Modernidade e Natureza**. Caderno Produtivo de Geografia. Uberlândia – Minas Gerais: Associação dos geógrafos brasileiros, 1992.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 7 ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil: 1920-1964**. Trad. Luciana Vieira Machado. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os trabalhadores da CVRD/MA

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Quando você foi admitido na empresa?
- 3) Como foi seu processo de seleção?
- 4) Há quantos anos você trabalha (ou trabalhou) na empresa?
- 5) Quais os motivos do seu desligamento da empresa? (Para quem saiu).
- 6) Quais mudanças significativas você identifica na organização e na gestão do trabalho na CVRD durante esse tempo que você está (ou esteve) trabalhando?
- 7) Quais mudanças você identifica no ritmo de trabalho da empresa?
- 8) Como você acompanha (ou acompanhou) esse ritmo?
- 9) Quais dificuldades você enfrentou nesse processo?
- 10) Como a empresa trabalha a motivação dos trabalhadores?
- 11) Como se dão as relações entre os trabalhadores, considerando o nível hierárquico?
- 12) Como se dá o processo de controle do tempo na CVRD?
- 13) Como o trabalhador interfere na definição desse tempo?
- 14) Qual o papel do sindicato para essa definição?
- 15) Com as inovações tecnológicas que a empresa vem implementando nos últimos anos, como ficou o tempo de trabalho e o tempo livre do trabalhador?
- 16) Como a empresa mantém ou intensifica a sua produtividade na mina, na ferrovia e no porto?
- 17) Como se estabelecem as relações entre os trabalhadores da mina, da ferrovia e do porto?
- 18) Como ocorreu o processo de terceirização na CVRD?
- 19) Qual o significado dessa terceirização para os trabalhadores e para a empresa?
- 20) Quais diferenças você identifica entre os trabalhadores da CVRD e aqueles terceirizados?
- 21) O que significa (ou) ser um trabalhador na CVRD?
- 22) Houve alterações nesse significado ao longo de sua permanência na empresa?

- 23) Quais são (ou eram) as suas perspectivas em relação a sua permanência na empresa?
- 24) Qual o significado da experiência profissional no atual contexto da empresa?
- 25) Quem são os trabalhadores da CVRD, considerando a questão da idade e o nível hierárquico?
- 26) Como a empresa lida com o envelhecimento dos trabalhadores?
- 27) Como é o seu tempo dentro e fora do trabalho?
- 28) Como esses tempos se relacionam?
- 29) Quais cobranças são feitas pela sua família ou por outras pessoas relacionadas ao seu tempo?
- 30) Qual o significado do trabalho para você?
- 31) Quais são as suas expectativas como trabalhador?
- 32) Qual o significado do trabalho para a humanidade?
- 33) Quais as atividades que mais realizam você?
- 34) O que significa ter estabilidade?
- 35) Qual o significado da aposentadoria para o trabalhador?
- 36) Quais sentimentos você apresenta (va) diante das exigências da empresa em relação ao seu tempo dispensado para o trabalho?
- 37) Quais são suas perspectivas em relação ao controle do seu tempo?

ANEXOS

Anexo A – Informes do BNDES sobre as Privatizações Federais –PND

1. Empresas Desestatizadas

Setor Siderúrgico:

Usiminas, Cosinor, Aços Finos Piratini, CST, Acesita, CSN, Cosipa, Açominas;

Setor Químico e Petroquímico:

Petroflex, Copesul, Nitriflex, Polisol, PPH, CBE, Poliolefinas, Deten, Oxiteno, PQU, Copene, Salgema, CPC, Polipropileno, Álcalis, Pronor, Politeno, Nitrocarbono, Coperbo, Ciquine, Polialden, Acrinor, Koppol, CQR, CBP, Polibrasil, EDN;

Setor de Fertilizantes:

Arafertil, Ultrafertil, Goiasfertil, Fosfertil, Indag;

Setor Elétrico:

Light, Escelsa, Gerasul;

Setor Ferroviário:

RFFSA-Malha Oeste, RFFSA-Malha Centro-Leste, RFFSA-Malha Sudeste, RFFSA-Teresa Cristina, RFFSA-Malha Sul, RFFSA- Malha Nordeste e Malha Paulista;

Setor de Mineração:

CVRD - Cia. Vale do Rio Doce, Caraíba;

Setor Portuário:

TECON 1 (Santos), TECON 1 (Sepetiba), Cais de Paul e Cais de Capuaba (CODESA), Terminal roll-on roll-off (CDRJ), Porto de Angra dos Reis (CDRJ) e Porto de Salvador (CODEBA);

Setor Financeiro:

Meridional, Banespa, BEA, BEG;

Informática:

Datamec;

Outros Setores:

Embraer, Mafersa, Celma, SNBP.

Anexo B - BNDES: Histórico da privatização no Brasil

A privatização fez parte da agenda nacional, tendo passado por fases distintas.

Década de 80

"Reprivatização" de 38 empresas

Arrecadados cerca de US\$ 780 milhões

Esta fase caracterizou-se pela "reprivatização" de empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado, na maioria dos casos, em função de dificuldades financeiras. Não havia ainda, por parte do governo, intenção de implementar um programa em larga escala. Foram privatizadas empresas de pequeno porte e os resultados econômicos foram modestos (US\$ 780 milhões). O principal objetivo era evitar que o governo ampliasse ainda mais sua presença no setor produtivo, e não o de gerar receitas para o Tesouro.

1990 / 1992

Criação do PND (Lei 8.031/90)

Inclusão de 68 empresas no Programa

Desestatização de 18 empresas nos setores de siderurgia, fertilizantes e petroquímica

Arrecadados US\$ 4 bilhões

Títulos da dívida pública utilizados como meio de pagamento

Em 1990, com a criação do Programa Nacional de Desestatização - PND, a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo Governo. A magnitude e escopo da privatização foram significativamente ampliados.

A venda da Usiminas, por exemplo, em outubro de 1991, permitiu a arrecadação de mais do dobro do obtido na década de 80. O PND concentrou esforços na venda de estatais produtivas, com a inclusão de empresas siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes no Programa.

Neste período, a prioridade para o ajuste fiscal traduziu-se na maciça utilização das chamadas "moedas de privatização" - títulos representativos da dívida pública federal - na compra das estatais.

1993 / 1994

Conclusão da desestatização do setor siderúrgico

Ênfase no uso de moeda corrente

Desestatização de 15 empresas

Arrecadados US\$ 4,5 bilhões

Alienação de participações minoritárias

Intensifica-se o processo de transferência de empresas produtivas ao setor privado observando-se o término da privatização das empresas do setor siderúrgico. A utilização de maiores percentuais de recursos em moeda corrente em cada operação de privatização não diminuiu a importância das chamadas "moedas de privatização" no PND.

De fato, no intuito de ampliar e democratizar o Programa foram introduzidas mudanças na legislação para permitir a ampliação do uso de créditos contra o Tesouro Nacional como meios de pagamento, a venda de participações minoritárias, detidas direta ou indiretamente pelo Estado, e a eliminação da discriminação contra investidores estrangeiros, permitindo sua participação em até 100% do capital votante das empresas a serem alienadas.

1995 / 1996

Criação do Conselho Nacional de Desestatização - CND

Ampliação do PND

Concessões de serviços públicos à iniciativa privada; Inclusão da Cia. Vale do Rio Doce - CVRD

Apoio às privatizações estaduais

Total de 19 desestatizações

Arrecadados US\$ 5,1 bilhões

A partir de 1995, com o início do novo Governo, maior prioridade é conferida à privatização. O PND é apontado como um dos principais instrumentos de reforma do Estado, sendo parte integrante do programa de Governo. Foi criado o Conselho Nacional de Desestatização - CND, em substituição à Comissão Diretora, e praticamente concluída a privatização das estatais que atuam no segmento industrial.

Inicia-se uma nova fase do PND, em que os serviços públicos são transferidos ao setor privado. A agenda inclui os setores de eletricidade e concessões na área de transporte e telecomunicações, o que acrescenta aos objetivos do PND a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade brasileira, através do aumento dos investimentos a serem realizados pelos novos controladores.

Esta nova fase também é caracterizada pelo início do processo de desestatização de empresas estaduais, a cargo dos respectivos estados, ao qual o Governo Federal dá suporte.

1997

Venda da Cia. Vale do Rio Doce

Término da desestatização da RFFSA com a venda da Malha Nordeste

Realização de três leilões no âmbito do Dec. nº 1.068/94

Arrendamento do terminal de contêineres-1 do ponto de Santos

Aceleração do processo de desestatização de empresas estaduais a cargo dos respectivos Estados

Leilão de sobras das ações ordinárias da Escelsa, representativas de 14,65% do seu capital social

Primeira venda do PND no setor financeiro, com a privatização do Banco Meridional do Brasil S/A

Arrecadação de US\$ 4.265 milhões até 31.12.97

Antes restrita, quase que exclusivamente, à venda de empresas e participações incluídas no PND, a partir de 1997 a privatização no Brasil ganha nova dimensão. Intensificam-se as privatizações de âmbito estadual as quais contaram com o apoio do BNDES.

Considerando-se também a venda de participações minoritárias dos Estados em empresas tais como a CRT-Cia Riograndense de Telecomunicações e a Cemig-Cia de Eletricidade de Minas Gerais, principalmente, o resultado das privatizações estaduais atinge, até 31.12.97, cerca de US\$ 14,9 bilhões.

Muito importante também, foi o início, em 1997, do processo de privatização do setor de telecomunicações. Foram licitadas concessões de telefonia móvel celular para três áreas do território nacional, no valor de US\$ 4 bilhões. A venda das empresas de telecomunicações de propriedade do governo tornou-se possível com a aprovação, em 16.07.97, da Lei Geral de Telecomunicações.

1998

Em julho de 1998 o governo federal vendeu as 12 *holdings*, criadas a partir da cisão do Sistema Telebrás, representando a transferência à iniciativa privada, das Empresas de Telefonia Fixa e de Longa Distância, bem como das empresas de Telefonia Celular-Banda A. A arrecadação com a venda dessas 12 empresas somou R\$ 22.057 milhões e o ágio médio foi de 53,74% sobre o preço mínimo.

Foram transferidas para a iniciativa privada a exploração do Terminal de Contêineres do Porto de Sepetiba (Tecon 1) da Cia. Docas do Rio de Janeiro, do Cais de Paul e do Cais de Capuaba (Cia. Docas do Espírito Santo-CODESA), Terminal roll-on roll-off (CDRJ) e Porto de Angra dos Reis (CDRJ).

No setor elétrico foi realizada a venda das Centrais Elétricas Geradoras do Sul S/A - GERASUL, após a cisão efetiva em 29 de abril de 1998. A arrecadação foi de US\$ 800,4 milhões, pagos totalmente em moeda corrente.

Foram também realizados quatro leilões, em abril e maio de 1998, no âmbito do Decreto 1.068, perfazendo um total de US\$ 420 milhões.

Com a privatização da Malha Paulista encerrou-se uma fase importante da transferência dos serviços públicos à iniciativa privada. Foi arrecadada com a venda da última ferrovia federal a importância de US\$ 205,73 milhões.

1999

Âmbito Federal

Em 1999 o governo arrecadou US\$ 128 milhões com a venda das concessões para exploração de quatro áreas de telefonia fixa das empresas espelho que farão concorrência às atuais companhias de Telecomunicações.

Em 23 de junho foi realizada a venda da Datamec S.A - Sistemas e Processamento de Dados, empresa do setor de Informática que foi adquirida pela Unisys Brasil S.A pelo preço mínimo de US\$ 47,29 milhões.

O Porto de Salvador (CODEBA) foi adquirido em 21 de dezembro pela Wilport Operadores Portuários pelo preço mínimo de US\$ 21 milhões.

Âmbito Estadual

Em fevereiro foi realizada a oferta pública de ações da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. A Eron International, controladora da Elektro, adquiriu as ações objeto da oferta pelo valor de US\$ 215,86 milhões, com um ágio de 98,9%.

Foi vendido o controle das seguintes empresas geradoras de energia elétrica constituídas a partir da cisão da Cesp - Companhia Energética de São Paulo:

Em 28 de julho ocorreu na BOVESPA o leilão da Cia. de Geração de Energia Elétrica Paranapanema e foi adquirida pela empresa americana Duke Energy Corp. pelo valor de R\$ 1,239 bilhão, com ágio de 90,2% sobre o preço mínimo estipulado.

O leilão da Cia. de Geração de Energia Elétrica Tietê foi realizado na BOVESPA, em 27 de outubro. A empresa adquirente foi a americana AES que pagou um ágio de 30% sobre o preço mínimo estipulado representando a importância de R\$ 938,6 milhões.

O leilão de concessão para distribuição de gás natural da Área Noroeste do Estado de São Paulo ocorreu em 09 de novembro de 1999.

2000

O resultado total no ano 2000 atinge o montante de R\$ 19,9 bilhões (US\$ 10,7 milhões), incluindo dívidas transferidas no valor de R\$ 517 milhões (US\$ 289 milhões).

Âmbito Federal

O resultado obtido pelo Programa Nacional de Desestatização no ano 2000, que atinge a cifra de R\$14,4 bilhões (US\$ 7,7 bilhões) representa a maior receita anual já auferida pelo Programa desde o seu início.

Como destaque no ano temos a venda das ações que excediam o controle acionário detido pela União na Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás e a desestatização do Banco do Estado de São Paulo S.A – Banespa. Foram ainda realizadas vendas de participações minoritárias da União incluídas no PND no âmbito do Decreto 1068, bem como licitadas, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, concessões para exploração de novos aproveitamentos hidrelétricos e de novas linhas de transmissão.

O fechamento da operação de venda, no Brasil e no exterior, das ações da Petrobrás, ocorreu em 09 de agosto e o valor total auferido foi de R\$ 7,2 bilhões (US\$ 4,0 bilhões). Observe-se que se trata de operação pioneira em que, pela primeira vez foram aceitos recursos do FGTS na aquisição das ações.

Igualmente importante foi a alienação do Banco do Estado de São Paulo – Banespa, realizada em 20 de novembro. O banco espanhol Santander Central Hispano adquiriu 60% do capital votante do Banespa por R\$ 7,0 bilhões, correspondendo a um ágio de 281% em relação ao preço mínimo de R\$ 1,8 bilhões.

Âmbito Estadual

O resultado das vendas de concessões e de empresas estaduais em 2000 foi de R\$ 5,54 bilhões (US\$ 3,04 bilhões) incluindo dívidas transferidas de R\$ 517 milhões (US\$ 289 milhões).

As principais realizações no ano foram:

Leilão da Companhia Energética de Pernambuco – Celpe. A empresa foi arrematada pelo preço mínimo de R\$1,78 bilhão (US\$ 1,0 bilhão) pela ADL Energy (Iberdrola), pela PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e BBI – Banco do Brasil de Investimento.

A alienação, realizada em 26 de abril pelo Estado de São Paulo, da concessão para distribuição de gás canalizado na região Sul do Estado. A proposta financeira vencedora, apresentada pelo grupo espanhol GasNatural, foi de R\$ 533,8 milhões (US\$ 298,4 milhões), 462% acima do preço mínimo estabelecido de R\$ 95 milhões.

Leilão, em 15 de junho, da Cemar – Cia Energética do Maranhão que foi adquirida pela empresa americana Pensylvania Power & Light pelo preço mínimo de R\$ 522,8 milhões (US\$ 288,7 milhões);

Privatização da Manaus Saneamento, em 29 de junho, subsidiária integral da Cosama – Companhia de Saneamento do Amazonas. O grupo francês Lyonnaise des Eaux comprou a empresa por R\$ 193,0 milhões (US\$106,1 milhões), correspondendo a um ágio de 5% em relação ao preço mínimo de R\$ 183,0 milhões.

O controle do Banco do Estado do Paraná – Banestado foi leiloado em 17 de outubro. O Banco Itaú foi o vencedor do leilão, adquirindo-o pelo preço de R\$1,6 bilhão (US\$ 868,8 milhões), e significou o pagamento de um ágio de 303% sobre o preço mínimo estabelecido.

Privatização da Sociedade Anônima de Eletrificação do Paraíba – Saelpa, no dia 30 de novembro. A Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina adquiriu a empresa pelo preço mínimo de R\$ 363 milhões (US\$ 185,1 milhões).

2001

Âmbito Federal

Realizados 2 leilões de Concessão de Telefonia Celular para as Bandas D, em 13/02/01, e E, em 13/03/01. As Áreas 2 e 3 da Banda D e Área 1 da Banda E, foram vendidas para a Telecom Itália, representando, respectivamente, R\$ 543,0 milhões, com ágio de 0,56%, R\$ 997,0 milhões, com ágio de 40,42% e R\$ 990,0 milhões, com ágio de 5,3%. A Área 2 da Banda D foi arrematada pela Telemar, pelo valor de R\$ 1.102,0 milhões, com ágio de 17,3% e as Áreas 2 e 3 da Banda E não tiveram lances ofertados no dia do leilão. Realizado em 30 de abril, leilão de ações, no âmbito do Decreto 1.068, totalizando R\$ 26,0 milhões. Em 18 de julho encerrou-se a oferta pública no Brasil e no exterior, de 41.381.826 ações preferenciais da Petrobrás, representativas de 3,5% do seu capital total, perfazendo com a venda um total de R\$ 1,98 bilhão (US\$ 808,3 milhões). O Banco Itaú S/A adquiriu em leilão realizado no dia 04/12/01, na BVRJ, 84,46% do capital total do Banco do Estado de Goiás - BEG. O preço da aquisição foi de R\$ 665,0 milhões, correspondendo a um ágio de 121,14% sobre o preço mínimo de R\$ 300,7 milhões.

Âmbito Estadual

Em leilão realizado em 08/11/01, na BVRJ, o Banco ABN Amro Real, controlado pelo banco holandês ABN Amro Bank, adquiriu o Banco do Estado da Paraíba - Paraiban, por R\$ 76,5 milhões, correspondendo a um ágio de 52,46% em relação ao preço mínimo de R\$ 50,176

milhões, através da oferta de 15 milhões de ações ordinárias, representativas de 89,70% do capital social da empresa.

2002

Em leilão realizado no dia 24 de janeiro de 2002, o Bradesco, único concorrente, adquiriu o Banco do Estado do Amazonas - BEA por R\$ 182.914 mil, arredondando o preço mínimo de R\$ 182.913.570.

Realizada a oferta pública global de 78 milhões de ações ordinárias da Cia. Vale do Rio Doce - CVRD, tendo sido considerada a maior operação de venda de ações realizada no Brasil, em número de compradores. O preço das ações foi fixado em R\$ 57,28 por ação, correspondendo a um total de US\$ 1.896,6 milhões.

<http://www.bndes.gov.br/privatizacao/resultados/historico/history.asp>

Atualizado em 31/12/02

Anexo C – Empresas privatizadas no período de 1990 a 2005

<u>SIGLA</u>	<u>NOME DA EMPRESA</u>	<u>DATA DE EXCLUSÃO</u>
CBEE	Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - Extinta pelo Decreto nº 5826/2006.	30.06.2006
BEC	Banco do Estado do Ceará S.A. e uma subsidiária (BEC-D TVM), adquirida pelo Bradesco.	21.12.2005
PAR	Petrobrás Argentina S.A. incorporada pela Petrobrás Energia S.A.	18.02.2005
EG3	Eg3 S.A. incorporada pela Petrobrás Energia S.A.	18.02.2005
BEM	Banco do Estado do Maranhão S.A. e três subsidiárias (BEM-SG, BEM-VTV, BEM-D TVM), adquirida pelo Bradesco.	10.02.2004
BEA	Banco do Estado do Amazonas S.A.	24.01.2002
BEG	Banco do Estado de Goiás S.A. e duas subsidiárias (BEG/D TVM e Sisplan)	04.12.2001
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo S.A. e cinco subsidiárias	20.11.2000
DATAMEC	Datamec S.A. - Sistemas de Processamento de Dados	23.06.1999
GERASUL	Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.	15.09.1998
TELEBRÁS	12 novas controladoras, abrangendo todas as empresas que compunham o Sistema TELEBRÁS (EMBRATEL, 27 empresas de telefonia fixa e 26 de telefonia celular)	29.07.1998
MERIDIONAL	Banco Meridional do Brasil S.A. (e cinco subsidiárias)	04.12.1997
 CVRD	Cia. Vale do Rio Doce (e 13 subsidiárias)	06.05.1997
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S.A.	21.05.1996
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	11.07.1995
EMBRAER	Empresa Bras. de Aeronáutica S.A.	07.12.1994
EAC	Embraer Aircraft Corporation	07.12.1994
EAI	Embraer Aviation International	07.12.1994
NEIVA	Indústria Aeronáutica Neiva S.A.	07.12.1994
CARAIBA	Mineração Caraíba Ltda.	28.07.1994
PQU	Petroquímica União S.A.	25.01.1994
AÇOMINAS	Aço Minas Gerais S.A.	10.09.1993
COSIPA	Cia. Siderúrgica Paulista	20.08.1993
ULTRAFÉRTIL	Ultrafertil S.A. Ind. e Com. de Fertilizantes	24.06.1993
CSN	Cia. Siderúrgica Nacional	02.04.1993
FEM	Fábrica de Estruturas Metálicas S.A.	02.04.1993
ACESITA	Cia. Aços Especiais Itabira	23.10.1992
ENERGÉTICA	Acesita Energética S.A.	23.10.1992
FASA	Forjas Acesita S.A.	23.10.1992
GOIASFÉRTIL	Goiás Fertilizantes S.A.	08.10.1992
FOSFÉRTIL	Fertilizantes Fosfatados S.A.	12.08.1992
CST	Cia. Siderúrgica de Tubarão	23.07.1992
CNA	Cia. Nacional de Alcalis	15.07.1992
ALCANORTE	Alcalis do Rio Grande do Norte	15.07.1992
COPEL	Cia. Petroquímica do Sul	15.05.1992
PETROFLEX	Petroflex Indústria e Comércio S.A.	10.04.1992
AFP	Aços Finos Piratini S.A.	14.02.1992
SNBP	Serviço de Navegação da Baía do Prata	14.01.1992
COSINOR	Cia. Siderúrgica do Nordeste	14.11.1991
COSINOR DIST.	DIST. Cosinor Distribuidora S.A.	14.11.1991
MAFER SA	Mafersa S.A.	11.11.1991
CELMA	Cia. Eletromecânica	01.11.1991
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	24.10.1991
USIMEC	Usiminas Mecânica S.A.	24.10.1991